



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS – *CAMPUS* BAURU
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PARA A CIÊNCIA

BRUNA LARISSA RAMALHO DINIZ

**ANTES QUE AS MEMÓRIAS SE APAGUEM: A EDUCAÇÃO SEXUAL DE
MULHERES IDOSAS E SUAS REPRESENTAÇÕES SOBRE A SEXUALIDADE
FEMININA**

Bauru
2022

BRUNA LARISSA RAMALHO DINIZ

**ANTES QUE AS MEMÓRIAS SE APAGUEM: A EDUCAÇÃO SEXUAL DE
MULHERES IDOSAS E SUAS REPRESENTAÇÕES SOBRE A SEXUALIDADE
FEMININA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência, da faculdade de Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, *campus* Bauru, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação para a Ciência.

Orientadora: Professora Doutora Ana Carolina Biscalquini Talamoni

Bauru
2022

Ramalho Diniz, Bruna Larissa.

Antes que as memórias se apaguem: a Educação Sexual de mulheres idosas e suas representações sobre a sexualidade feminina / Bruna Larissa

Ramalho Diniz, 2022.

206 f.

Orientadora: Ana Carolina Biscalquini Talamoni

Tese (Doutorado)-Universidade Estadual Paulista (Unesp). Faculdade de Ciências, Bauru, 2022

1. História Oral. 2. Educação Sexual. 3. Sexualidade. 4. Gênero. 5. Mulheres do campo. I. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências. II. Título.

BRUNA LARISSA RAMALHO DINIZ

**ANTES QUE AS MEMÓRIAS SE APAGUEM: A EDUCAÇÃO SEXUAL DE
MULHERES IDOSAS E SUAS REPRESENTAÇÕES SOBRE A SEXUALIDADE
FEMININA**

BANCA EXAMINADORA

Professora Dra. Ana Carolina Biscalquini Talamoni – Universidade Estadual Paulista/UNESP

Professora Dra. Eliane Rose Maio – Universidade Estadual de Maringá/UEM

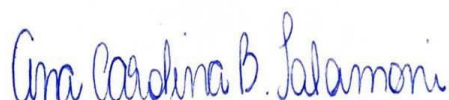
Professora Dra. Maria Ednéia Martins – Universidade Estadual Paulista/UNESP

Professora Dra. Patrícia de Oliveira e Silva Pereira Mendes – Universidade Estadual do Estado de Santa Catarina/UDESC

Professor Dr. Harryson Júnio Lessa Gonçalves – Universidade Estadual Paulista/UNESP

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA TESE DE DOUTORADO DE BRUNA LARISSA RAMALHO DINIZ, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PARA A CIÊNCIA, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS - CÂMPUS DE BAURU.

Aos 06 dias do mês de dezembro do ano de 2022, às 15:00 horas, por meio de Videoconferência, realizou-se a defesa de TESE DE DOUTORADO de BRUNA LARISSA RAMALHO DINIZ, intitulada **ANTES QUE AS MEMÓRIAS SE APAGUEM: A EDUCAÇÃO SEXUAL DE MULHERES IDOSAS E SUAS REPRESENTAÇÕES ACERCA DA SEXUALIDADE FEMININA**. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Prof. Dr. ANA CAROLINA BISCALQUINI TALAMONI (Orientador(a) - Participação Virtual) do(a) Ciencia / Universidade Estadual Paulista, Profa. Dra. ELIANE ROSE MAIO (Participação Virtual) do(a) Departamento de Teoria e Prática da Educação / Universidade Estadual de Maringá, UEM, Profa. Dra. MARIA EDNÉIA MARTINS (Participação Virtual) do(a) FC / UNESP/Bauru (SP), Profa. Dra. PATRÍCIA DE OLIVEIRA E SILVA PEREIRA MENDES (Participação Virtual) do(a) Departamento de Pedagogia / Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Prof. Assoc. HARRYSON JÚNIO LESSA GONÇALVES (Participação Virtual) do(a) Departamento de Biologia e Zootecnia / Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira. Após a exposição pela doutoranda e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, a discente recebeu o conceito final APROVADA . Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.



Prof^a. Dra. ANA CAROLINA BISCALQUINI TALAMONI

Dedico esta tese às mulheres idosas que dividiram comigo um pedacinho de suas vidas e à todas aquelas mulheres que foram silenciadas pela história, pela sociedade, pelo patriarcado, pelo machismo, pela violência e pela ausência de uma Educação Sexual emancipatória em suas trajetórias de vida.

Agradecimentos

Certa vez, ouvi um professor dizer que nós, cientistas, não fazemos pesquisas sozinhos/as e eu não tinha a mais remota ideia do literal sentido desta frase até ingressar na pós-graduação. Realmente não fazemos pesquisas sozinhos/as. A gente precisa, primeiramente, de uma parceria fiel com nosso cotidiano. Caso não seja possível organizar nossa agenda, o tempo para escrever jamais surgirá.

Outra parceria que firmamos ao longo da pesquisa é com os/as nossos/as familiares e amigos/as, pois eles/as precisam entender, mesmo sem entender, todas as adversidades que surgem no decorrer de um curso de pós-graduação e que justificam muitos dos nossos surtos de raiva e desespero, nossas crises de choro e nossos incontáveis ápices de estresses. Nossos/as orientadores/as também precisam ser muito parceiros/as e compreensivos/as, pois nem sempre conseguimos cumprir os prazos estabelecidos ou mesmo seguir os caminhos teóricos e metodológicos das nossas pesquisas com a perfeição e eficiência desejada. Nossos/as colegas de turma também são parceiros/as essenciais em um processo de doutoramento, seja apenas para compartilhar frustrações, reclamações e sofrimentos ou para dividir com a gente conhecimentos, experiências, conquistas e alegrias que enriquecem ainda mais nossas pesquisas.

Assim, cabe aqui agradecer alguns/algumas parceiros e parceiras que, ao longo da minha vida e trajetória escolar e acadêmica, me ajudaram e/ou me incentivaram de alguma forma a estar aqui hoje, concluindo um curso de doutorado.

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus pelo dom da vida, por sua proteção constante e por todas as bênçãos que recebi até os dias de hoje.

Agradeço também ao/à meu/minha pai/mãe e irmã, *Valdinei, Cida e Bianca*, por respeitarem minhas decisões profissionais e acadêmicas e por sempre me apoiarem quando necessário, seja com um bolo de cenoura com cobertura de chocolate em momentos de estresse absoluto, seja com viagens de carro para a praia, conversas longas pelo celular, tardes improdutivas assistindo novelas repetidas na TV ou apoio financeiro quando necessário. Muito obrigada. Amo vocês!

Agradeço aos/às *professores e professoras* do colegiado de Ciências Biológicas da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) – *Campus Luiz Meneghel* por todo o incentivo para que eu entrasse no curso de doutorado, bem como todo o apoio durante o decorrer das disciplinas obrigatória da pós-graduação.

Agradeço também à torcida e apoio dos/as meus/minhas *alunos* e *alunas* do curso de Ciências Biológicas da UENP, que vibraram comigo a minha entrada no curso de pós-graduação.

Quero agradecer imensamente ao meu amigo de longa data *Hederson Aparecido de Almeida* que, durante o decorrer das disciplinas, me abrigou em seu apartamento em Bauru, ouvindo minhas lamúrias, me servindo jantares deliciosos e me aconselhando sobre meu projeto de pesquisa. Aproveito para agradecer também a minha amiga e colega de turma *Nathália Cristina da Silva* por todas as dúvidas que tirou a respeito da História Oral e pelos lamentos compartilhados durante o curso de doutorado. Penso que, sem ela, minha trajetória metodológica teria sido bem mais complicada.

Agradeço à minha orientadora, a professora doutora *Ana Carolina Biscalquini Talamoni* pelo auxílio constante, pelos conhecimentos científicos compartilhados, pela coragem metodológica em se aventurar pela História Oral junto comigo e por ter acreditado no meu projeto e em minha capacidade de torná-lo uma tese de doutorado.

Sou muito grata aos/às professores e professoras que compõem a banca.

Agradeço aos/às meus/minhas *professores* e *professoras* da Educação Básica, da graduação em Ciências Biológicas, do mestrado em Educação para a Ciência e a Matemática e do doutorado em Educação para a Ciência por todos os saberes compartilhados e pelos exemplos profissionais e éticos a serem seguidos. E, assim como fiz em minha dissertação de mestrado, gostaria de nomear novamente alguns/mas professores e professoras que, mais do que os/as outros/as, são responsáveis pelas minhas escolhas profissionais e acadêmicas. São eles: professora *Isabela* que, ainda no Ensino Fundamental I, despertou em mim o interesse pela Educação Sexual; professora *Cristina Santos*, que foi a primeira a me dizer que eu tinha perfil para ser professora; professor *André Luiz de Oliveira* que, na graduação e durante o mestrado, foi um grande mentor e amigo; professora *Eliane Rose Maio* pela pessoa maravilhosa que é, pelas discussões construtivas na época em que fiz parte do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Diversidade Sexual (NUDISEX) e por sua amizade; professora *Mary Neide Damico Figueiró* que foi minha banca na dissertação e, desde então, sempre esteve disponível para conversar sobre Educação Sexual, sobre percursos metodológicos ou simplesmente sobre a vida. Agradeço infinitamente por sua amizade.

Agradeço principalmente e imensamente às *cinco mulheres* que dividiram comigo parte de suas vidas e histórias e que colaboraram grandemente para a essência dessa pesquisa que

considero especial em muitos sentidos. Eu sempre gostei de ouvir e contar histórias e a vida dessas mulheres, as quais apelidei carinhosamente de “*minhas idosas*”, são fontes ricas de conhecimentos e inspiração. Muito obrigada! Saibam que guardarei para sempre em minha memória cada rosto, cada sorriso e cada voz das mulheres especiais que dividiram comigo um pedacinho de suas vidas.

Agradeço a minha pequena *Giulia* por todas as gargalhadas e momentos mágicos vividos desde o seu nascimento, que foram um acalento durante a fase da pós-graduação. Muito obrigada, pequena. A “Buba” te ama!

E, por fim, gostaria de agradecer aos/às meus/minhas amigos e amigas e familiares que, de certa forma, contribuíram um pouquinho para o desenvolvimento e conclusão desta pesquisa.

A todos, todas e todes deixo um grande abraço de eterna gratidão e carinho.

*Hoje encontrei pedaços de mim
Em mulheres gigantescas
Que cruzaram meu caminho
Estou mais inteira
Graças a elas
Ô, sorte!*

Flávia Campos

RAMALHO DINIZ, Bruna Larissa. *Antes que as memórias se apaguem: a Educação Sexual de mulheres idosas e suas representações acerca da sexualidade feminina*. 2022. 220 f. Tese (Doutorado em Educação para a Ciência) – Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Bauru, 2022.

RESUMO

Esta tese se propôs a investigar, a partir de narrativas historiográficas, a Educação Sexual (ES), bem como as representações sobre a sexualidade de cinco mulheres idosas criadas parcialmente ou totalmente no campo/zona rural, que tiveram pouco ou nenhum acesso à escola e à educação científica. Para alcançar os objetivos, utilizou-se tanto fontes orais – mulheres idosas que cresceram e/ou vivem região norte do Estado do Paraná – quanto fontes teóricas. As análises foram conduzidas a partir das convergências encontradas nas cinco histórias, das quais emergiram cinco eixos temáticos, a saber: Meninas que sobreviveram; O vidro que quebraram; Sangue ruim e as vozes inexistentes; A matrona; A floresta proibida. As representações sobre a sexualidade feminina foram discutidas em uma seção que chamamos de Biologia dos corpos. Percebeu-se que a ES das depoentes foi um processo envolto por muitos silêncios, normas e proibições e aconteceu, em grande parte, em instâncias sociais como a família e igreja. A ausência da escola e de uma ES formal interferiu diretamente na vivência da sexualidade, que foi marcada por muita opressão e violência. Espera-se que este estudo traga visibilidade a mulheres que foram silenciadas durante grande parte de suas vidas e contribua para as discussões sobre a relevância do conhecimento científico e da Educação Sexual escolar para o entendimento das questões do corpo e da sexualidade, bem como para a construção de uma sociedade sexualmente saudável.

Palavras-chave: História Oral; Educação Sexual; Sexualidade; Gênero; Corpo; Mulheres do campo.

RAMALHO DINIZ, Bruna Larissa. *Before the memories are erased: Sexual Education of elderly women and their representations about female sexuality*. 2022. 220f. Thesis (Doctorate in Education for Science) – College of Sciences, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Bauru, 2022.

ABSTRACT

This thesis proposes to investigate, from historiographical narratives, Sexual Education (SE), as well as the representations about the sexuality of five elderly women raised partially or totally in the countryside/rural area, who had little or no access to school and to science education. To achieve the objectives, both oral sources were used – elderly women who grew up and/or live in the northern region of the State of Paraná – and theoretical sources. The analyses were conducted based on the convergences found in the five stories, from which five thematic axes emerged, namely: Girls who survived; The glass they broke; Bad blood and the non-existent voices; The matron; The forbidden forest. Representations of female sexuality were discussed in a section called Biology of bodies. It is noticed that the SE of the deponents was a process surrounded by many silences, norms and prohibitions, and happened, in great part, in social instances such as the family and the church. The absence of school and a formal higher education directly interfered in the experience of their sexuality, which was marked by a lot of oppression and violence. It is hoped that this study will bring visibility to women who have been silenced for most of their lives and contribute to discussions about the relevance of scientific knowledge and sexual education at school in order to understand body and sexuality issues, as well as for the building of a sexually healthy society.

Keywords: Oral History; Sex Education; Sexuality; Gender; Body; Country women.

Lista de abreviações e siglas

- ABIA – Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS
- AIDS – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
- APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
- BNCC – Base Nacional Comum Curricular
- CAESOS – Centro Avançado de Educação para a Saúde e Orientação Sexual
- Capes – Coordenadoria de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior
- CBES – Círculo Brasileiro de Educação Sexual
- CEDUS – Centro de Educação Sexual
- CENP – Coordenadoria de Ensino e Normas Pedagógicas
- CEP – Comitê de Ética em Pesquisa
- CESEX – Centro de Sexologia de Brasília
- CFE – Conselho Federal de Educação
- CORES – Centro de Orientação e Educação Sexual
- CT – Conselho Tutelar
- DST – Doenças Sexualmente Transmissíveis
- EC – Educação do Campo
- ECOS – Comunicação e Sexualidade
- ES – Educação Sexual
- ET – EIXO TEMÁTICO
- GEES – Grupo de Estudos sobre Educação Sexual
- GTPOS – Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual
- IST – Infecções Sexualmente Transmissíveis
- LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
- LGBTQI+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans/Travestis, *Queer*, Intersexo
- MEC – Ministério da Educação e do Desporto
- NUDISEX – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Diversidade Sexual
- OMS – Organização Mundial da Saúde
- ONGs – Organizações Não Governamentais
- PCM – Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência e a Matemática

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PSE – Programa Saúde na Escola

PIBID – Programa de Bolsas de Iniciação à docência

PPGEdSex – Programa de Pós-graduação em Educação Sexual

SBRASH – Sociedade Brasileira de Sexualidade Humana

SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

SUS – Sistema Único de Saúde

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UEL – Universidade Estadual de Londrina

UEM – Universidade Estadual de Maringá

UENP – Universidade Estadual do Norte do Paraná

UNESP – Universidade Estadual de São Paulo

UNIVASF – Universidade Federal do Vale do São Francisco

USP – Universidade de São Paulo

VO – Violência Obstétrica

Lista de figuras

FIGURA 1: Mãos da senhora Guacira _____	86
FIGURA 2: Mãos da senhora Mary Neide _____	102
FIGURA 3: Mãos da senhora Eliane _____	113
FIGURA 4: Mãos da senhora Maria Luíza _____	128
FIGURA 5: Mãos da senhora Marilena _____	143

Sumário

Introdução.....	25
1. A Educação Sexual no Brasil: um passo para frente, dois passos para trás.....	33
2. Desnudando conceitos: o que é, o que é sexualidade e gênero?	48
2.1 Sexualidade: poder, saber e ser.....	48
2.2 Gênero: um ensaio lacônico	54
3. Uma breve história das mulheres	57
3.1 No Ocidente e no Brasil: o que mais nos interessa?.....	57
3.2 A mulher rural: recatadas, do lar e da roça.....	68
4. Caminhos metodológicos	73
4.1 A pesquisa qualitativa.....	73
4.2 Referencial Metodológico – A História Oral	76
4.3 Participantes da pesquisa e Produção dos dados: as nossas idosas e a construção das suas narrativas	79
5. As narrativas de vidas.....	86
5.1 Entrevistas com a senhora Guacira.....	86
5.2 Entrevistas com a senhora Mary Neide	102
5.3 Entrevistas com a senhora Eliane	113
5.4 Entrevistas com a senhora Maria Luíza.....	128
5.5 Entrevistas com a senhora Marilena.....	143
6. As convergências contadas: o que cada narrativa nos revela?	156
I. O tempo e o espaço de Guacira.....	157
II. O tempo e o espaço de Mary Neide	159
III. O tempo e o espaço de Eliane.....	160
IV. O tempo e o espaço de Maria Luíza	162
V. O tempo e o espaço de Marilena.....	164
6.1 Baú de convergências	165
6.1.1 As meninas que sobreviveram.....	168
6.1.2 O vidro que quebraram	172
6.1.3 Sangue ruim e as vozes inexistentes.....	179
6.1.4 A Floresta Proibida.....	182
6.1.5 A matrona	189
6.2 A sexualidade feminina na visão das depoentes.....	197
Considerações finais	203
Referências	207

Apresentação

Eu sempre gostei muito de ouvir histórias de pessoas mais velhas. Eu me lembro de momentos da minha infância e adolescência em que, sentada na varanda da minha tia Nilsea ou em sua cozinha comendo cueca virada na hora do café da tarde, ouvia fascinada suas histórias da infância pobre passada ao lado das irmãs e dos irmãos, das travessuras feitas em companhia da sua tia muda, do calçado grande demais emprestado só para fazer uma prova na escola – *exigência da professora*, da farinha com açúcar que ela levou de lanche e derrubou na sala de aula, do paletó que ela usou como mantor¹ e que lhe rendeu um apelido irritante – *Paletó do pai dela* –, da adolescência passada em casas de família nas quais trabalhava como doméstica e babá, entre muitas outras histórias. Minha tia sabe como ninguém deixar os “causos” engraçados, até mesmo aqueles que deveriam nos arrancar lágrimas de pena e tristeza. Assim, era uma diversão e tanto ouvi-la, bem como escutar minha avó paterna, Maria, contar sobre sua infância no sítio e sobre a vida difícil que teve após o casamento e durante a criação das nove filhas e dois filhos. Minha avó materna, Elza, também gosta de contar histórias e eu me divertia muito ouvindo suas narrações cheias de detalhes sobre sua vida na roça e a respeito das assombrações que faziam visitas inesperadas nas casas velhas onde ela morou com o meu avô e com suas cinco filhas e dois filhos.

Transformar esse *hobbie* de ouvir histórias antigas em uma pesquisa de doutorado foi uma ideia que surgiu de repente, em um momento de total desagrado com o meu projeto de pesquisa anterior, em meio a uma pandemia mundial, e hoje, agradeço todos os dias por minha orientadora ter embarcado na História Oral comigo, uma vez que poder estudar essas narrativas cheias de representações, conhecimentos e detalhes de vidas reais tornaram minha trajetória acadêmica bem mais agradável.

Mas, por que mulheres idosas e da roça? O motivo é bem simples: bagagem. Essas mulheres trazem consigo uma infinidade de experiências, conhecimentos populares, emoções e sentimentos que são frutos de suas vivências, trocas, relacionamentos, decepções, sofrimentos e alegrias e, tudo isso, compõe uma bagagem rica que deve ser investigada.

Todavia, antes de falar mais da minha pesquisa, eu gostaria de discorrer um pouco sobre minhas vivências no campo da Educação Sexual (ES). Meu interesse pela temática surgiu ainda na infância, aos dez anos, quando uma professora da quarta série, a “tia” Isabela, durante as aulas de Ciências, na cidade de Arapongas no Paraná, no ano de 2000, apresentou para minha turma as primeiras noções a respeito do corpo, do sexo e da reprodução. Antes dessas aulas, eu me lembro de ter questionado a minha mãe sobre o que

¹ Roupas de frio; sobretudo.

acontecia entre os casais e de onde vinham os bebês e suas explicações acerca desse assunto foram bem simples, mas serviram para sanar minhas dúvidas momentâneas. Minha mãe me disse na ocasião que os casais namoravam no quarto para ter os bebês, que eram gerados por nove meses na barriga da mulher. Então, eu sabiamente concluí, no auge dos meus sete anos de idade, que meus pais haviam namorado apenas duas vezes na vida, já que só tinham duas filhas. Foi durante as aulas da professora Isabela, que eram dinâmicas e bem divertidas, que aprendi que os casais não namoravam apenas para ter filhos/as, o que significava que meu pai e minha mãe haviam feito sexo mais do que duas vezes na vida. Eu me recordo de ter ficado chocada com essa constatação.

Em uma dessas aulas, quando a professora Isabela nos falava sobre menstruação, o secretário da escola abriu a porta sem bater e ela, que segurava um absorvente íntimo nas mãos, ficou muito envergonhada, escondendo o objeto atrás do corpo e respondendo às perguntas do secretário de forma monossilábica e com gestos de cabeça. Depois que ele saiu, provavelmente achando muito estranho o comportamento da nossa professora, minha turma explodiu em gargalhadas e a naturalidade com que a professora Isabela lidava com àquelas situações e com assuntos que eram polêmicos de certa forma, tornava aquelas aulas ainda melhores.

Nos anos escolares seguintes eu não tive contato com a temática em nenhuma aula formal. Eu me lembro apenas de algumas palestras ministradas por médicos/as, enfermeiros/as e psicólogos/as a respeito das Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) e métodos contraceptivos, mas como esses eventos aconteciam com a escola toda, ao mesmo tempo, era impossível tirar dúvidas sem ouvir piadinhas maliciosas que, na época da adolescência, me deixavam bem constrangida.

Penso ser pertinente salientar que eu fui uma adolescente que não pensava muito nas questões do corpo e da sexualidade. Eu não tive o primeiro beijo nessa fase, nem o primeiro namorado e nem a primeira transa. Meu pai e minha mãe eram muito rígido/a quando o assunto era meus estudos e, influenciada também por questões religiosas, deixei a fase das descobertas para mais tarde. Desde os onze anos de idade frequentei uma igreja evangélica que pregava o recato como um dos principais comportamentos que agradava a Deus e, este comportamento influenciava minhas vestimentas e a forma como eu encarava os relacionamentos amorosos e íntimos entre homens e mulheres. Assim, durante toda a minha adolescência, me absteve de beijos, abraços, namoros e descobertas.

Durante os cinco anos da graduação na Universidade Estadual de Maringá (UEM) (2009-2013), os conteúdos relacionados à sexualidade foram abordados nas disciplinas de Anatomia Humana, Embriologia e Fisiologia Animal. Todavia, essas disciplinas priorizaram apenas os aspectos biológicos, dando ênfase às funções dos órgãos sexuais e ao

processo reprodutivo. Assim, nem mesmo nas disciplinas ligadas diretamente à área da licenciatura tivemos qualquer menção à Educação Sexual ou orientação de como trabalhar as questões da sexualidade, dos corpos e dos gêneros em sala de aula, mesmo que essas questões sejam, nos espaços escolares, delegadas usualmente aos/às professores e professoras de Ciências e Biologia.

No ano de 2011 ingressei no Programa de Bolsas de Iniciação à docência (PIBID), vinculado à Coordenadoria de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES) e, durante minha participação no PIBID, tive a oportunidade de trabalhar pela primeira vez com a Educação Sexual. Desenvolvi, em parceria com outros/as pibidianos/as e professores/as, um projeto intitulado “A hora H para se falar em sexo”, que aconteceu em escolas públicas de Maringá-PR e região. Esse projeto tinha como principal objetivo levar até os/as alunos e alunas do Ensino Médio discussões sobre os aspectos biológicos, históricos, sociais e culturais da sexualidade e, embora ele acontecesse durante as aulas de Biologia, nos empenhamos para que alunos e alunas tivessem acesso a informações que fossem além do viés biológico.

Na busca de referenciais teóricos para o desenvolvimento deste projeto, comecei a frequentar as reuniões do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Diversidade Sexual (NUDISEX), coordenado pela professora doutora Eliane Rose Maio, que fez com que eu me apaixonasse ainda mais pela Educação Sexual. Durante essas reuniões meu contato com a comunidade LGBTQIA+² foi ampliado e eu passei a me questionar sobre alguns assuntos que eram tratados na igreja, principalmente com relação à diversidade sexual. Pertencer à comunidade LGBTQIA+ era considerado um pecado grave e, ao conhecer essas pessoas e estudar sobre o assunto, não me permitia mais concordar com isso. Portanto, considero minha passagem pelo NUDISEX um marco bastante importante para a pessoa e pesquisadora que sou hoje.

Concluída a graduação no final do ano de 2013, ingressei no ano seguinte no Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência e a Matemática (PCM) da UEM e, orientada pelo professor doutor Marcelo Maia Cirino, desenvolvi uma pesquisa de mestrado que tinha como principal objetivo investigar as concepções dos/as graduandos/as do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da UEM sobre o papel do/a professor/a de Ciências e Biologia na Educação Sexual. O mestrado foi um período bem atribulado, mas de grande aprendizado, principalmente no campo da Educação Sexual graças à apropriação de novos referenciais teóricos e da autonomia que me foi dada no desenvolvimento da minha pesquisa e escrita da dissertação.

² Acrônimo para lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e *queer*, com um sinal “+” para reconhecer as orientações sexuais ilimitadas e identidades de gênero usadas pelos membros dessa comunidade.

Algum tempo depois do mestrado, atuei como professora temporária de Ciências e Biologia na cidade de São José dos Pinhais – PR (2016-2017) e foi lá, nas salas de aulas de escolas públicas, que percebi, mais do que nunca, o quanto a Educação Sexual é essencial para que crianças e adolescentes construam conhecimentos sobre corpo, gênero e sexualidade e desenvolvam habilidades e valores éticos que possivelmente vão orientar escolhas saudáveis e responsáveis sobre relacionamentos, sexo e reprodução. Em apenas dois anos de magistério no Ensino Básico eu me deparei com pais e mães intolerantes quando o assunto era Educação Sexual na escola e tive que lidar com uma aluna que saía das minhas aulas por ordem do pai, que era líder de uma comunidade religiosa e não aceitava que a filha participasse de aulas sobre os sistemas reprodutores feminino e masculino e outros temas relacionados à sexualidade. Este pai chegou a cobrir com fita isolante as imagens dos órgãos sexuais e reprodutivos que estavam no livro didático de Ciências e nada do que eu ou a equipe pedagógica disséssemos fez com que essa menina voltasse a assistir minhas aulas. Em 2017 lidei com um caso de abuso sexual de uma aluna de 12 anos e fiquei muito revoltada com a omissão da escola, que simplesmente se recusou a denunciar o caso por medo do padrasto da menina, que segundo a equipe diretiva, era muito perigoso. Por sorte, eu conhecia uma professora que já havia trabalhado no Conselho Tutelar (CT) e ela me orientou a como proceder nesses casos. A denúncia foi investigada e a menina foi tirada da família quando o CT confirmou o abuso.

Eu aprendi muito no período em que atuei como professora de Ciências e Biologia e ao me propor a educar sexualmente meus/minhas alunos e alunas alcancei bons resultados em todas as intervenções que realizei. Percebi o quanto eles/as eram carentes de informações a respeito das questões do corpo e da puberdade e, com o passar das intervenções, eles/as começaram a se sentir mais confiantes em conversar sobre sexualidade. A Educação Sexual os/as libertou do silêncio e falar sobre o corpo, sobre os desejos, sobre as dúvidas, anseios, medos e expectativas tornou-se uma prática leve.

A Educação Sexual na qual acredito é aquela que faz parte da educação global do indivíduo e que é trabalhada a longo prazo, de forma sistemática e contínua. A ES deve ir além do conteúdo biológico e oportunizar o questionamento das normas e dos valores relativos à sexualidade, além de preparar meninos e meninas para uma vivência saudável da sexualidade ao longo de toda a vida. Assim, durante minhas aulas, eu procurava trabalhar temas como: a história da sexualidade, gênero e diversidade sexual. Os conteúdos biológicos relacionados à sexualidade – sistemas sexuais masculino e feminino, contracepção, gravidez precoce e IST – eram mesclados aos temas supracitados na intenção de que os/as alunos/as compreendessem que a sexualidade ia muito além da anatomia e fisiologia dos corpos de homens e mulheres. Além disso, eu buscava trabalhar o respeito às diversidades em todas

as aulas. Quando fazia o uso de imagens de pessoas, por exemplo, buscava inserir nos materiais corpos diversos – magros, gordos, altos, baixo, jovens, velhos, com manchas, rugas, deficiências – para que os/as alunos/as pudessem perceber que todos/as têm o direito de explorar a sexualidade e que devemos sempre questionar os padrões que são impostos aos corpos pela sociedade. Eu buscava realizar aulas dinâmicas, sempre incentivando o diálogo e o debate de ideias a fim de criar um espaço para que os/as alunos e alunas se sentissem seguros/a e a vontade para discutir e aprender sobre a sexualidade.

Em setembro de 2017 assumi um cargo de professora temporária na Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) – campus Luiz Meneghel, em Bandeirantes – PR, no curso de Ciências Biológicas e, como professora de Didática e Estágio Supervisionado, tive e criei inúmeras oportunidades para discutir e refletir sobre a Educação Sexual na formação inicial de professores/as e no espaço da escola. Dos sete Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) que orientei, quatro foram no campo da sexualidade, sendo que dois/duas desses/as alunos/as hoje fazem parte do corpo discente do Programa de Pós-graduação em Educação para a Ciência da Unesp de Bauru e seguem pesquisando sobre a Educação Sexual. Durante minha trajetória na UENP, realizei três edições do Ciclo de Minicursos de Ensino e Extensão em Ciências e, em todas elas, os temas relacionados à sexualidade foram abordados por vários dos/as palestrantes convidados/as, que eram pós-graduandos/a de programas de Educação para a Ciência e professores/as de outras instituições de ensino.

Durante a disciplina de Estágio e Oficina do Ensino de Ciências eu inseri o tema da Educação Sexual e os/as alunos/as tiveram a oportunidade de elaborar e ministrar aulas no campo da sexualidade, o que acredito ter sido de grande aprendizagem para todos e todas.

Foi no decorrer do meu trabalho na UENP, em 2019, que ingressei no Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP) “Júlio Mesquita Filho”, campus de Bauru e iniciei o processo de doutoramento, me mantendo firme na ideia de continuar minhas pesquisas no campo da Educação Sexual. Durante minha entrevista, que fazia parte do processo seletivo para admissão no programa, um membro da banca me perguntou se seria viável desenvolver uma pesquisa no campo da Educação Sexual naquele momento, visto que há tempos estávamos enfrentando uma onda conservadora no país que se mostrava contrária ao trabalho da temática em sala de aula. Eu me lembro que fui bastante firme em minha resposta, dizendo que era exatamente por conta desta onda conservadora que deveríamos insistir e investir em novas pesquisas para que pudéssemos, cada vez mais, fortalecer a Educação Sexual como um campo científico, bem como endossar nossa luta a favor de uma ES de qualidade para todos e todas.

Inicialmente, pretendia trabalhar mais uma vez com formação de professores/as de Ciências e Biologia no campo da ES, mas a História Oral me conquistou e eu mudei meu projeto, com o aval da minha orientadora, a professora doutora Ana Carolina Talamoni.

Em 2021 me desliguei da UENP e fui trabalhar como professora substituta no curso de Licenciatura em Ciências da Natureza na Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), *campus* da Serra da Capivara, em São Raimundo Nonato, no Estado do Piauí. Nesta instituição atuei como professora de Didática das Ciências, Docência em Ciências e coordenadora dos TCC. Inseri em meus planejamentos momentos para a abordagem da Educação Sexual, pois considero um tema essencial para ser tratado em todos os cursos de licenciatura. O tema foi bem recebido pelos/as alunos e alunas. Em uma aula que tratava sobre as questões de gênero, uma aluna fez um relato emocionado do quanto ela considerava difícil ser mulher em nossa sociedade. Suas lágrimas me comoveram e eu me dei conta, mais uma vez, do quanto a Educação Sexual é fundamental na formação do/a estudante, tanto no aspecto pessoal como no social, e a universidade deve contribuir para esta formação.

Em 2022 voltei a atuar como professora temporária de Ciências, em duas escolas públicas da cidade de Apucarana – PR e, mais uma vez, me deparei com alunas e alunos ansiosas/os por informações sobre corpo, gênero e sexualidade, o que me leva a concluir que a Educação Sexual continua sendo negada nas famílias, que ainda optam pelo silêncio quando o assunto em pauta é a sexualidade.

Nos espaços escolares, a Educação Sexual segue sendo uma temática delicada e tarefa de educar sexualmente os/as discentes ainda é constantemente delegada aos/às professores/as de Ciências e Biologia. O despreparo e a insegurança por parte de toda a comunidade escolar, que não compreende em que consiste a Educação Sexual, perseveram em reduzi-la ao viés biológico, com ênfase nos processos reprodutivos, métodos contraceptivos e IST. A temática ainda é tratada “se der tempo” e o fantasma da “ideologia de gênero”³ uma falácia de senso comum, nos persegue em sua insistência de manter o *status*

³ Conforme Rogério Diniz Junqueira (2018) “ideologia de gênero” é um sintagma neológico usado como artefato retórico e persuasivo em torno do qual se organiza discursos que visam interferir na arena pública ao promover agendas políticas moralmente regressivas que orientam conter ou anular os avanços e transformações em relação ao gênero, sexo e sexualidade. Este artefato busca também reafirmar disposições tradicionalistas, pontos doutrinários dogmáticos e princípios religiosos “não negociáveis” que alimentam discursos inflamados e o pânico moral por meio de estratégias voltadas a arregimentar a sociedade em uma batalha em defesa da “família tradicional”. Os discursos e movimentos em torno da ideologia de gênero se mobilizam “em favor da reafirmação de hierarquias sexuais, de uma assim dita “primazia dos pais na formação moral e sexual dos filhos”, da retirada da educação para a sexualidade nas escolas, da restrição ao acesso de adolescentes a informações sobre saúde sexual, do rechaço a arranjos familiares não heteronormativos, da repatologização das homossexualidades e transgeneridades, entre outros posicionamentos que representam cerceamentos a direitos e garantias fundamentais” (p. 451).

quo da sociedade em relação às desigualdades – sociais e de gênero – o que impede a garantia de direitos de todas, todos e todes.

Espero que o meu trabalho contribua para as discussões acerca da magnitude da Educação Sexual no processo formativo das pessoas e na luta por justiça, igualdade de gênero, respeito às diversidades e aos direitos humanos, reprodutivos e sexuais.

Almejo que esta tese possa desconstruí-los/as e incomodá-los/as, pois assim, aos pedaços e em movimento, vamos (re)construindo uma Educação Sexual a base de muita luta, paixão pelo tema e, sobretudo, *RESISTÊNCIA*.

Introdução

*Se sou raio
que eu saiba iluminar
a minha estrada
nesse breu
que eu saiba golpear
mesmo no escuro
me emprestem a retina
de minhas ancestrais
que enxergaram fé
quando tudo era medo*

(Ryane LEÃO, 2019, p. 10)

Como foi a sua Educação Sexual?

Certamente, caro/a leitor/a, ao se deparar com esta pergunta, sua memória o/a transportou para algum momento em sua trajetória escolar no qual tenha estudado os sistemas sexuais⁴ e, nos arriscamos dizer, que essas aulas foram, possivelmente, de Ciências ou Biologia. Você também pode ter pensado em alguma palestra sobre Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) ministrada por enfermeiros/as, médicos/as e/ou psicólogos/as ou mesmo em um bate-papo com professores/as e colegas sobre métodos contraceptivos. Isso porque, sempre que pensamos em Educação Sexual, imaginamos um/a professor/a que, de forma planejada e intencional, dispõe-se a explicar sobre sexualidade para seus/suas alunos/as.

Mas, ao ler esta pergunta, você também pode ter se lembrado do silêncio. Nas aulas de Ciências e Biologia você certamente teve explicações sobre o sistema respiratório, o sistema cardiovascular e o sistema nervoso. O/A professor/a falou até das células, mas pulou – intencionalmente – a parte que se referia aos sistemas sexuais e você, então, possivelmente se questionou: Por que ninguém fala sobre isso?

Fora do contexto escolar, muito provavelmente, você irá nos dizer que não teve Educação Sexual. É quase certo que seu pai e sua mãe não costumavam dedicar o tempo a explicações demoradas sobre corpo e sexualidade. Não havia diálogos sobre menstruação, namoros, sexo, prazer, gravidez, IST ou métodos contraceptivos. Qualquer assunto mais íntimo sempre foi envolto por proibições, rostos corados, diálogos monossilábicos e muito

⁴ Sempre se usou o termo sistema reprodutor para referir-se ao conjunto de órgãos de homens e mulheres responsável por garantir a produção dos gametas femininos e masculinos e a perpetuação da espécie por meio da reprodução. Todavia, tem havido a sugestão para o uso de termo sistema sexual para que seja retirado o foco da reprodução como central na vida sexual das pessoas (Jimena FURLANI, 2003; Mary Neide Damico FIGUEIRO, 2013).

nervosismo e quando você insistia, as respostas eram sempre as mesmas: não é hora de você saber sobre isso. É um assunto feio! Pecado! Deus não gosta.

A sexualidade não parecia ter uma dimensão social, pois era um assunto íntimo, particular e uma prerrogativa da vida adulta. Então, como saber sobre ela enquanto se é apenas uma criança ou um/a adolescente?

Na igreja, os sermões dos padres e as pregações dos/as pastores/as insistiam em dizer que qualquer demonstração de afeto mais íntima antes do casamento era um grave pecado. O prazer em si, considerado como uma iniquidade. Portanto, todos e todas (principalmente todas) deveriam evitar beijos e abraços mais calorosos. Masturbar-se? Jamais. O sexo, no contexto do casamento heterossexual, deveria ser apenas para a procriação. A mulher, “rainha do lar” e da família, deveria ser submissa ao marido, pois, ao casar-se, ele tornar-se-ia a sua cabeça e ela, mulher de Deus, deveria apenas segui-lo, sem questionar, pois, ao marido, a esposa deve obediência, amor e dedicação. O seu corpo é dele, pois o casamento os tornou uma só carne até que a morte os separe (Marilena CHAÚÍ, 1984)⁵.

Nas rodas de amigos e amigas, o assunto provavelmente era discutido em meio a risos e timidez. Havia uma troca de confidências sobre as descobertas do corpo e dos prazeres transgressores experimentados em segredo. Falava-se do primeiro beijo, do primeiro “amasso”, das “paqueras”, da primeira transa, do primeiro amor e, também das brigas. Com os/as amigos/as era permitido questionar as normas de conduta, ainda que faltasse coragem para transgredi-las. Mas, nesse meio, os questionamentos, as dúvidas e as confidências eram permitidas – coisa que não acontecia com frequência (nenhuma) na escola, na família e na igreja.

Sua Educação Sexual, caro/a leitor/a, foi constante, desde o nascimento, mesmo quando nada foi dito sobre isto. Isso porque a sexualidade, inerente ao ser humano, é representada de diferentes formas a depender da sociedade, da cultura e do momento histórico. Trata-se de um conceito amplo que apresenta componentes biológicos, psicológicos e sociais e se expressa em cada pessoa de modo particular e subjetivo diante de padrões sociais que são aprendidos continuamente e infindavelmente no decorrer do

⁵Por defendermos uma educação não sexista, além de utilizar o gênero feminino e masculino no texto para nos referirmos às pessoas em geral, na primeira vez que há a citação de um/a autor/a, transcrevemos seu nome completo para identificação do sexo (gênero) e, conseqüentemente, para proporcionar maior visibilidade às pesquisadoras e estudiosas, que, geralmente, são inviabilizadas pelo sobrenome de um homem – pai, avô, marido etc.

processo de socialização. Assim, segundo Ana Cláudia Bortolozzi Maia e Paulo Rennes Marçal Ribeiro (2011), as atitudes, valores, comportamentos, manifestações e até mesmo os silêncios ligados à sexualidade, que fazem parte da vida das pessoas desde o nascimento, constituem os elementos básicos de um processo que conhecemos como Educação Sexual.

Esta ES faz parte da educação integral do indivíduo, tem caráter assistemático e existe desde a primeira infância, ocorrendo inicialmente no núcleo familiar e depois em outros grupos sociais, como a igreja e a escola, que influenciam a construção dos nossos valores sexuais e morais e da nossa história de vida. Considerando que os padrões e discursos sobre a sexualidade presentes na sociedade são múltiplos e, muitas vezes, contraditórios, as concepções de cada um/a sobre corpo, gênero e sexualidade são construídas de maneira mais limitada ou liberal, a depender de cada família e de suas interdições, permissões, normas, valores e regras que foram estabelecidos histórica e culturalmente (CHAUÍ, 1984).

Isto posto, devemos considerar que a construção dos gêneros também se dá ao longo de toda a vida, de forma contínua e infindável através de inúmeras aprendizagens e práticas, inserindo-se nas mais distintas situações e em um conjunto inesgotável de instâncias sociais e culturais. Essas construções constituem as formas de fazer-se mulher ou homem, já que as várias possibilidades de viver os prazeres e desejos são sempre sugeridas, anunciadas e promovidas socialmente, ao mesmo tempo em que também são renovadamente reguladas, condenadas ou negadas pela mesma sociedade (Guacira Lopes LOURO, 2008; 2021).

Precisamos entender, contudo, que existem dois tipos de Educação Sexual: a formal e a informal. A ES formal refere-se a todo o ensino intencional e planejado sobre sexualidade humana, realizada na escola, na igreja, nos postos de saúde e, até mesmo na família, quando os/as pais/mães ou responsáveis decidem, por exemplo, ler junto aos/às filhos/as, um livro sobre sexualidade (FIGUEIRÓ, 2013). Já a ES informal faz parte do “processo global, não intencional, que engloba toda a ação exercida sobre o indivíduo, no seu cotidiano, desde o nascimento, com repercussão direta ou indireta sobre sua vida sexual” (Maria José WEREBE, 1981, p. 106).

Desta forma, as cores e os tipos de roupas que nos vestem na infância, os diferentes brinquedos que são designados aos meninos e às meninas, as regras de comportamento díspares para meninos e meninas, as proibições e permissões, também distintas entre os gêneros, os programas de TV, os filmes e séries, as músicas que ouvimos, os livros que

lemos, as redes sociais que frequentamos, os grupos de amigos/as, conversas informais, piadas – por vezes sexistas e machistas –, os silêncios, os olhares, os cochichos, os namoros, as decepções, as descobertas, as violências, as dúvidas, os medos, ou seja, tudo o que vivemos e até mesmo o que não vivemos – muitas vezes impedidos/as por uma educação autoritária ou por crenças religiosas que nos são impostas – faz parte da ES informal que recebemos desde o nascimento, ou até mesmo antes, se considerarmos os famosos “chás revelação” e os enxovais cor de rosa ou azul, a depender do gênero da criança que está por nascer e que é revelado por exames médicos.

Fatores como a geração, a raça, a nacionalidade, a religião, a classe, a etnia, entre outros, também interferem na ES informal que recebemos ao longo da vida, assim como os acontecimentos e transformações que afetam os períodos da história e, por consequência, as dimensões da vida das pessoas, alterando concepções, práticas e identidades sexuais (LOURO, 2021).

Ao considerarmos especificamente o fator geração, perguntamos a você, caro/a leitor/a, como será que foi a Educação Sexual das mulheres idosas à sua volta?

Motivadas por dúvidas semelhantes a esta, convidamos cinco mulheres idosas a compartilharem conosco suas histórias de vida. Nossas idosas, como foram apelidadas carinhosamente, foram mulheres campestres que se tornaram esposas e mães muito jovens e, por não terem frequentado os bancos escolares, – ou frequentado muito pouco – não tiveram acesso a uma Educação Sexual formal. Desta forma, nos propusemos a investigar como foi a Educação Sexual dessas mulheres e quais as representações sobre a sexualidade feminina foram construídas por elas ao longo de suas vivências.

A Educação Sexual e as representações são, em nosso ponto de vista, produtos de movimentos históricos que envolveram seus corpos, sua sexualidade, seu sexo e, até mesmo, as violências diversas às quais foram submetidas no decorrer de suas vidas, tanto na esfera privada, quanto na pública.

Assim, para fins da nossa pesquisa, nos concentramos na história da sexualidade feminina que passou – e ainda passa – por infinitas transformações até chegar ao modelo que conhecemos hoje. A mulher, devido sua condição desigual com relação ao homem, viveu por muito tempo sob a tutela masculina, do pai e, em seguida, do marido e teve sua sexualidade normatizada por arquétipos morais, éticos, comportamentais e cristãos. A vivência da sua sexualidade só se normalizava pela instituição do casamento e pelo

cumprimento da função reprodutora e de “rainha do lar” (Wânia Ribeiro TRINDADE; Márcia de Assunção FERREIRA, 2008).

Além disso, o sistema patriarcal no qual as mulheres foram criadas tornou a diferença biológica entre os sexos um abismo entre os gêneros, deliberando ao homem ou à masculinidade um lugar de superioridade que afeta também a divisão sexual do trabalho (Gerda LERNER, 2019), incluindo àquele realizado nas áreas rurais.

A atividade agrícola se fez desde os primórdios sobre um sistema patriarcal e envolve transmissões de técnicas, de valores e construções de papéis. Quando essas construções acontecem em um ambiente assimétrico no que se relaciona às questões de gênero, se constituem com sucesso as desigualdades de oportunidades e direitos (Verônica Feitosa NASCIMENTO, 2017).

Devemos considerar também que a organização da produção camponesa esteve, por muito tempo, baseada na perspectiva familiar que se firmou sobre a força de trabalho e sobre a lógica de consumo de cada membro da família (Alexander CHAYANOV, 1974), sendo que as tarefas eram delegadas de acordo com a idade e gênero. Nesse sentido, o trabalho doméstico, as hortas e até mesmo o trabalho na roça, feito pelas mulheres, sempre foi secundarizado e a divisão sexual do trabalho naturalizada desde muito cedo nesses sujeitos, sendo que se lançar enquanto mulher para espaços além do doméstico, mesmo que no campo, era galgar níveis elevados de discriminação. Ler e trabalhar não eram ações vistas com bons olhos à mulher, já que ela devia ser preparada para o lar, não devendo desviar-se desse foco e lugar (Mary Del PRIORE, 2020).

O analfabetismo correspondia à restrição vivenciada pelas mulheres em sua acessibilidade à educação formal. Segundo Guacira Lopes Louro (2008, p. 446) “as mulheres deveriam ser mais educadas do que instruídas”. Vinculadas oficialmente ao lar, tinham como única via aceitável, desenvolver uma carreira doméstica, de modo a zelar pela família (filhos/as e marido) e, distanciada da exterioridade do lar, a mulher se via impedida e marginalizada a vivenciar a educação formal e uma profissão.

Dessa forma, a Educação Sexual de mulheres criadas no campo ficou restrita a instâncias como a família e a igreja, uma vez que muitas delas não frequentaram a escola formal ou frequentaram muito pouco. Para Cláudia Bonfim (2012, p.63), “a família, condicionada pela visão histórica da sociedade, não tem, em sua maioria, contribuído para uma Educação Sexual crítica. Muitas famílias ignoram, ou preferem ocultar a sexualidade da educação de seus filhos”.

No contexto de grande parte das famílias brasileiras, não é frequente o diálogo sobre as questões do corpo e sobre a vivência da sexualidade. Pais, mães e responsáveis eximem-se cotidianamente da responsabilidade de educar sexualmente crianças e adolescentes por acreditarem que eles/elas são jovens demais para saber sobre o assunto. Além disso, a crença de que a abordagem de temas relacionados à sexualidade possa estimular e/ou antecipar cada vez mais a prática sexual dos/as adolescentes também silencia as famílias quando a questão é a Educação Sexual dos/as filhos/as.

Assim, no que concerne às questões do corpo, dos gêneros e da sexualidade, as mulheres construíram representações por meio de experiências próprias para explicar eventos biológicos como a menstruação, gravidez, mudanças corporais na puberdade, entre outros. O conhecimento sexual adquirido foi o popular, ou seja, aquele que se constrói a partir das observações, vivências, experiências, trocas e também a partir das interpretações dos saberes científicos, profissionais e populares aos quais se tem acesso – *quando se tem* (Paulo Rennes Marçal RIBEIRO, 2004).

Consideramos as representações como sendo as crenças e sentimentos que construímos de forma individual e coletiva desde a infância, a partir das nossas vivências. Socialmente, elas representam o que pensamos sobre nós e sobre a realidade que nos cerca e são resultantes das interações e dos laços sociais que estabelecemos ao longo de nossas vivências e experiências (Emile DURKHEIM, 2011).

Diante do exposto até aqui e almejando contribuir com os estudos no campo da Educação Sexual, gênero e sexualidade, formulamos a seguinte questão de pesquisa: *como foi a Educação Sexual (ES) de mulheres idosas criadas integralmente ou parcialmente no campo/zona rural, que tiveram pouco ou nenhum acesso à escola e à educação científica e como essa ES influenciou a vivência da sexualidade?*

Ao nos apropriarmos do conceito de representações, que remete ao ato de elaborar conhecimentos e teorias individuais e coletivas por meio de experiências próprias, pretendemos responder, ainda, a seguinte questão: *Quais as representações construídas a partir das crenças e vivências dessas mulheres sobre a biologia dos corpos, gênero e sexualidade?*

Derivado das nossas questões norteadoras, delineamos o seguinte objetivo geral: *Investigar, a partir de narrativas historiográficas, a Educação Sexual, bem como as representações sobre a biologia dos corpos, gênero e sexualidade de mulheres idosas criadas parcialmente ou totalmente no campo/zona rural, que tiveram pouco ou nenhum acesso à escola e à educação científica.*

Propomos como objetivos específicos: *I. Investigar a vivência da sexualidade de mulheres criadas totalmente/parcialmente na área rural a partir de narrativas historiográficas pessoais; II. Discutir as representações sobre a biologia dos corpos, gênero e sexualidade construídas por elas a partir de suas crenças e vivências; III. Promover reflexões sobre a influência do conhecimento científico e da Educação Sexual para o entendimento e conhecimento da biologia dos corpos, das questões de gênero e da própria sexualidade; IV. Discutir sobre o papel da escola na Educação Sexual e sobre a relevância desta temática na vida de meninas e mulheres.*

Nesta pesquisa, a seguinte tese é defendida: as histórias contadas por essas mulheres podem se repetir em muitos aspectos na vida das nossas alunas, mesmo nos dias de hoje, caso a escola continue a se omitir quanto à Educação Sexual dos/as estudantes. Assim, é imprescindível que nós, professores e professoras de qualquer nível de ensino, possamos conhecer e refletir sobre cada narrativa apresentada neste trabalho para que continuemos a insistir na luta por uma Educação Sexual emancipatória e de qualidade, para que todos/as possam viver plenamente sua sexualidade, de forma feliz e saudável.

No que se refere à estruturação do trabalho, o mesmo foi dividido em seis seções e considerações finais:

Na seção 1, “*A Educação Sexual no Brasil: um passo para frente, dois passos para trás*”, recorreremos aos referenciais teóricos que embasam a Educação Sexual no país e reconstruímos a história deste campo de estudo, focando principalmente nos acontecimentos dos séculos XX e XXI.

Na seção 2, “*Definindo Sexualidade e Gênero*” buscamos definir os conceitos de gênero e sexualidade que nortearam nossos estudos e análises, nos pautando em conceitos históricos, sociais e culturais.

Na seção 3, “*Uma breve história das mulheres*”, apresenta a história das mulheres, suas lutas, conquistas, na cidade ou no campo, também destacando os acontecimentos dos séculos XX e XXI.

Na seção 4, “*Caminhos Metodológicos*”, apresentamos a metodologia utilizada para o desenvolvimento do trabalho, bem como os referenciais teóricos sobre História Oral que foram adotados por nós.

Na seção 5, “*As narrativas de vidas*”, apresentamos as narrativas das idosas entrevistadas, na íntegra, o que constitui o corpus da pesquisa.

Na seção 6, “*As convergências contadas: o que cada narrativa nos revela?*” apresentamos nossas análises sobre os pontos convergentes de cada narrativa e o que identificamos em cada história quanto a vivência da sexualidade, bem como quanto às construções de representações sobre corpo, gênero e sexualidade.

Cabe ressaltar que adotamos, neste trabalho, o termo Educação Sexual para nos reportar a todos os processos de ensino e aprendizagem – formais e/ou informais – que envolvem a temática da sexualidade, pois entendemos que este conceito elucida detalhadamente nossa proposta de estudo.

1. A Educação Sexual no Brasil: um passo para frente, dois passos para trás

*Minha composição
se mistura com diamantes
ao contrário
do que pensam
não estilhaço
tão facilmente
e ainda que eu possa quebrar
continuo reluzindo*
(Ryane LEÃO, 2019, p. 85).

A Educação Sexual em terras brasileiras, enquanto tema científico e pedagógico, destacou-se no meio médico e educacional desde as primeiras décadas do século XX. Entretanto, sua vertente informal, que é dada pela família desde o nascimento e que sofre influência da cultura e da sociedade, determinando as diferentes atitudes e comportamentos de cada pessoa e de seus corpos sexuados em relação à sexualidade, existe desde o Brasil Colônia (RIBEIRO, 2009). Isso porque todas as sociedades, em qualquer época, apresentam valores culturais sobre Educação Sexual, que são incorporados e reproduzidos em cada geração e contexto. Assim, a ES acontece o tempo todo, desde sempre, ainda que não se fale (livremente) a respeito dos corpos, dos gêneros e das sexualidades.

Ribeiro (2004) descreve seis períodos que ele chama de momentos da Educação Sexual e que demarcam mudanças no campo da sexualidade e da ES no Brasil. Todavia, devido ao foco desta pesquisa, iremos apresentar com mais detalhes os dados a partir do terceiro momento, iniciando o resgate histórico da ES a partir do século XX.

Antes de tratarmos da história esclarecemos que, assim como Mary Neide Damico Figueiró (2014), priorizamos o uso do termo Educação Sexual para nos referir às ações de ensino-aprendizagem sobre sexualidade humana em oposição a outros termos, tais como instrução sexual e orientação sexual. Educação Sexual é o termo mais adequado, pois alude que o/a educando/a seja considerado/a ativo/a no processo de aprendizagem e não um/a simples receptor/a passivo/a de conhecimentos, informações e/ou orientações. Assim, este termo é adotado por nós tanto para nos referir à Educação Sexual formal, que acontece nos espaços escolares, quanto à Educação Sexual informal, um processo global, que se dá desde o nascimento, com repercussão direta ou indireta sobre a vida sexual das pessoas.

As primeiras décadas do século XX deram início ao terceiro momento da Educação Sexual no Brasil (RIBEIRO, 2004). Na década de 1930, a ES foi intensamente divulgada nos meios de comunicação graças ao trabalho pioneiro de médicos/as que, interessados/as

pelas questões do sexo e da sexualidade, deram a cientificidade necessária para que o debate acerca dessas questões fosse iniciado. Paulo Rennes Marçal Ribeiro e Solange Aparecida de Souza Monteiro (2019) apontam que a vasta bibliografia produzida por José de Albuquerque (1904-1984)⁶, Antonio Austregesilo Lima (1876-1960)⁷ e Hernani do Irajá (1895-1969)⁸ foi bem acolhida e, juntamente com outras publicações que tinham como autores/as psicólogos/as, professores/as e até sacerdotes, fizeram com que um grande número de leitores e leitoras passasse a se interessar e se esforçar para compreender o fenômeno sexual.

Neste período, a medicina e a sexualidade passam a ter uma íntima relação, culminando no surgimento da sexologia como campo do saber médico e científico (RIBEIRO, 2004). Todavia, ainda que o período de 1930 a 1950 tenha sido favorável a um discurso pró-sexual, é válido mencionar que entre tantos/as autores/as haviam distintas visões sobre ES, incluindo ideias higienistas, profiláticas e religiosas que faziam parte da mentalidade médica, científica e educacional do Brasil (RIBEIRO e MONTEIRO, 2019).

A fundação do Círculo Brasileiro de Educação Sexual (CBES), em 1933, por José de Albuquerque, também contribuiu grandemente para a institucionalização da ES no país, visto que o CBES tinha como objetivo levar a ES fundamentada sob a perspectiva da medicina, sociologia, psicologia, criminologia e pedagogia a todo território nacional. (RIBEIRO e MONTEIRO, 2019). Trata-se da primeira instituição destinada à ES no Brasil.

No âmbito da Educação Básica, a primeira iniciativa de incluir a ES num currículo escolar também se deu na década de 1930, no Colégio Batista do Rio de Janeiro. Houve nesta época e nos anos seguintes um vasto interesse em levar a ES para os espaços escolares. Contudo, o objetivo era ensinar a fisiologia sexual à luz do discurso higienista, a fim de modernizar os conhecimentos no Brasil com base no que se discutia em países europeus. A preocupação em aumentar o conhecimento das mulheres e melhorar sua saúde também se fazia presente. Contudo, em nenhum momento a reestruturação dos papéis sexuais na sociedade fez parte da Educação Sexual que estava sendo proposta (FIGUEIRÓ, 1998).

No campo da Educação, a Igreja Católica se apresentava como um grande empecilho para que a Educação Sexual formal adentrasse os muros da escola brasileira.

⁶ Médico e precursor de um projeto de Educação Sexual nacional voltado para a população. Fundador do Círculo Brasileiro de Educação Sexual (CBES). Se destacou também por trabalhos na área da saúde física e mental masculina e no debate com a urologia (Leandro Alves FELÍCIO, 2011).

⁷ Psiquiatra progressista e autor do livro “Sexualidade e Psiconeuroses” (FELÍCIO, 2011).

⁸ Médico conhecido por sua extensa produção sexológica e por seu trabalho artístico como pintor (FELÍCIO, 2011).

Desta forma, em períodos anteriores à década de 1960, a ES somente aconteceu em escolas protestantes ou em instituições de ensino que não tivessem nenhum vínculo religioso (FIGUEIRÓ, 1998; Fúlvia ROSEMBERG, 1985).

A igreja católica constituiu um dos freios mais poderosos, até a década de 60, para que a Educação Sexual formal penetrasse no sistema escolar brasileiro. Em primeiro lugar, para sua posição claramente repressiva em matéria de sexo; em segundo lugar, pela posição de destaque que ocupou na educação nacional, através da manutenção e da ferrenha defesa de sua rede de ensino. Portanto, mesmo antes do final da década de 60, quando ocorreu no país um momento de hipertrofia de um autoritarismo moralista, o sistema de ensino nacional era bastante repressivo, tanto a veiculação de informações sobre sexualidade humana quanta a manifestação da sexualidade entre as estudantes (ROSEMBERG, 1985, p. 12).

A autora supracitada ainda acrescenta que o ensino católico no país, até a realização do Concílio Vaticano II, em 1962, manteve a segregação sexual nas escolas e criou uma galeria de uniformes escolares que cobriam e camuflavam os corpos dos/as estudantes, mesmo que os pesados tecidos não combinassem com o clima local. Além disso, qualquer discurso formal sobre sexualidade ou era negado ou era usado como motivos para punições. A renovação pós-conciliar trouxe mudanças no plano educacional, uma vez que algumas ordens religiosas passaram a ver a sexualidade de outra forma, devido ao novo valor atribuído a ela no plano da criação, que dizia que o homem (*sic*) era a imagem e semelhança de Deus não apesar do sexo, mas graças ao sexo (Eliseu LOPES, 1967 *apud* ROSEMBERG, 1985, p. 13).

Assim, a partir da década de 1960, colégios católicos, agora mistos, inseriram a ES em seus currículos e alguns centros urbanos como Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo desenvolveram diferentes experiências na Educação Sexual no circuito do ensino público. Essas práticas só foram possíveis devido às transformações sociais, políticas e culturais da época, que tiveram efeitos consideráveis sobre os comportamentos sexuais e sobre as discussões acerca da ES. Logo, inicia-se nesta década o quarto momento da Educação Sexual no país (RIBEIRO, 2004; FIGUEIRÓ, 1998; ROSEMBERG, 1985).

Nos anos 1960, portanto, podemos considerar que já existe uma mentalidade favorável à educação sexual emergido no período entre guerras e forjado pelos pioneiros sexólogos, que possibilitou as primeiras experiências efetivas de educação sexual nas escolas brasileiras (Regina Celia BEDIN; Luci Regina MUZZETI; Paulo Rennes Marçal RIBEIRO, 2020, p. 77).

É válido lembrar que a década de 1960 foi palco da Revolução Sexual, do Movimento *Hippie*, do advento da pílula anticoncepcional e do fenômeno *rock'roll* que, com o seu vasto conteúdo crítico, compôs os elementos essenciais para a nova moral sexual brasileira. Além disso, é no final desta década que temos a segunda onda do feminismo, que além das preocupações sociais e políticas, voltava sua atenção para construções teóricas,

problematizando o conceito de gênero. Esse movimento expressava-se não apenas através de grupos de conscientização, marchas e protestos, mas também por meio de livros, jornais e revistas, que ampliaram a bibliografia sobre temas relacionados à ES na época (LOURO, 2014).

Contudo, a década de 1960 no Brasil também foi marcada por um período de instabilidade política e pela presença das forças armadas nas decisões do governo, mas, por haver maior facilidade na organização sindical e “inferências dos movimentos de jovens e mulheres, contestadores dos padrões socioculturais vigentes com ideais de liberdade, paz e igualdade entre os sexos”, os anos sessenta ainda mantiveram alguns espaços permissivos para se falar sobre sexo (Vandira Maria dos Santos PINHEIRO, 1997, p. 4). O cinema e as instituições científicas respaldaram a sociedade brasileira para que ela pudesse “respirar os ventos da liberdade sexual, ainda que com algumas amarras e restrições” (RIBEIRO e MONTEIRO, 2019, p. 1255).

De acordo com Ribeiro e Monteiro (2019), a maior ação repressiva em relação à Educação Sexual ocorreu com o AI-5⁹, já no final da década de sessenta. Neste mesmo período, o projeto da deputada Júlia Steinbruch (PMDB – RJ), que propunha a inclusão da Educação Sexual obrigatória nos currículos de 1º e 2º graus, atual Ensino Fundamental II e Ensino Médio, tramitou na Câmara dos Deputados e, em 1970, foi encaminhado para o Ministério da Educação, onde foi analisado pela Comissão Nacional de Moral e Civismo, recebendo pareceres contrários dos três conselheiros consultados: o padre Francisco Leme Lopes (1912-1983), o almirante Benjamin Sodré (1892-1982) e o general Moacir Araújo Lopes [1970?]. Os pareceres diziam que o debate sobre a sexualidade nas escolas era um risco à pureza e inocência dos/as alunos e alunas (Rita Cássia Pereira BUENO e Paulo Rennes Marçal RIBEIRO, 2018; FIGUEIRÓ, 1998; ROSEMBERG, 1985).

Esses pareceres foram largamente divulgados pela imprensa da época, ato que configurou uma posição contrária à Educação Sexual em território brasileiro e funcionou como um freio às poucas experiências que estavam ocorrendo, desencorajando os/as profissionais envolvidos/as, que temiam por represálias. Não existia uma lei ou proibição formal contra a ES. A proibição foi difusa e bastante eficiente. Durante a década de 1970,

⁹ O Ato Institucional nº 5, AI-5, de 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Costa e Silva, foi a expressão mais acabada da ditadura militar brasileira (1964-1985). Vigorou até dezembro de 1978 e produziu um elenco de ações arbitrárias de efeitos duradouros. Definiu o momento mais duro do regime, os chamados “anos de chumbo”, dando poder de exceção aos governantes para punir arbitrariamente os que fossem inimigos do regime ou como tal considerados (Taís Danielle de Araújo SILVA, 2017).

os movimentos sociais foram fortemente reprimidos e o acesso à informação e divulgação de ideias vetado veementemente. A sociedade passou a viver uma fase de censura e consequente alienação política, científica e cultural (BUENO e RIBEIRO, 2018; PINHEIRO, 1997) e as autoridades educacionais marcavam presença como “guardiãs da moral” dos alunos e alunas (ROSEMBERG, 1985).

O Ministério da Justiça tinha o poder de censurar todo o texto que fosse contrário à moral e aos bons costumes e o fato de a sexualidade ainda estar associada a uma “subversão” fez com que ela figurasse como uma questão polêmica e se tornasse alvo de repressões e investigações, principalmente se estivesse ligada à educação de crianças e jovens (BUENO e RIBEIRO, 2018; ROSEMBERG, 1985).

Em contraponto à severa censura da época, a década de setenta foi marcada pelo cinema, com a produção das pornochanchadas¹⁰ e a exposição do nu – exceto o frontal, que continuava proibido – estimulando as fantasias sexuais da população que tinha acesso a essa arte. Em 1975, a *Playboy*, revista masculina americana, é reproduzida pela Editora Abril e recebe o nome de *Revista do Homem*, uma vez que o governo militar não admitia um material nas bancas brasileiras com o nome *Playboy*. Apenas em 1978 que ela pôde ser publicada com o nome original (RIBEIRO e MONTEIRO, 2019). Esta liberação sexual trouxe mudanças de comportamentos com relação a preconceitos e posturas mais conservadoras. O sexo estava ali, à espreita, aparecendo em filmes, na TV, nas revistas e até em artigos de lojas especializadas, os *sex-shops*. A TV Mulher (1980-1986), programa comandado pela psicóloga e política Marta Suplicy (1945-), dedicava alguns minutos diários para falar sobre sexo, no mesmo período em que as mulheres passaram a obter espaço no mercado de trabalho, conquistando certa autonomia financeira e social. O advento da pílula anticoncepcional e a prática do aborto, ainda que ilegal, mas de fácil acesso, contribuíram para a liberação sexual feminina (PINHEIRO, 1997).

E é nesse cenário ambíguo, marcado pela insistente repressão e pelo desejo de saber e falar mais sobre sexo, que ressurge o interesse pela Educação Sexual formal. Mas, não sem resistências.

¹⁰Filmes de distintos gêneros, como dramas, faroestes, tramas de ação, terror, que em um determinado período foram acrescidas de erotismo visando atingir o grande público e obter o sucesso das grandes bilheterias. O termo pornochanchada, fruto das junções das palavras "pornô" com "chanchada", era uma forma de detração criada pelos críticos para designar filmes de baixa qualidade, forte apelo sexual e humor escrachado (Nuno César ABREU, 2002).

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) para o ensino de 1º e 2º graus no Brasil – Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971 – estabeleceu a criação de uma disciplina escolar chamada Programas de Saúde, de inclusão obrigatória (BRASIL, 1971). O parecer nº 2.264 do Conselho Federal de Educação (CFE) fundamentava esta disciplina e deu origem a guias curriculares em diferentes sistemas de ensino e publicações de livros didáticos relacionados à saúde e à Educação Sexual (PINHEIRO, 1997). Em 1974 o parecer elaborado pela conselheira Edília Coelho Garcia (1920-2011) que orientava a inclusão da ES apenas no ensino de 2º grau, previu o desenvolvimento de conhecimentos referentes à puberdade, Educação Sexual, gestação e saúde mental.

Em 1976, a mesma conselheira representou o Brasil no Primeiro Seminário Latino-americano de Educação Sexual e, usando o argumento da prioridade, reitera a contrariedade do Brasil à Educação Sexual, dizendo que a temática não merecia atenção como parte da educação geral nos programas de saúde. Isso porque, segundo o CFE, é à família que compete a ES. Entretanto, caso o tema surgisse nos espaços escolares, era preciso iniciar um diálogo franco, mas cauteloso com os/as alunos e alunas que, divididos/as em pequenos grupos, do mesmo sexo e com idades bem próximas, seriam devidamente orientados/as (ROSEMBERG, 1985). Apesar do discurso ambíguo, estes pareceres podem ser considerados pequenos avanços em termos oficiais no campo da ES.

Em 1978, em São Paulo, foi criada a Coordenadoria de Ensino e Normas Pedagógicas (CENP), que tinha como objetivo desenvolver um sistema de orientação sexual nas escolas do estado. As ações deste projeto foram iniciadas a partir de um levantamento das necessidades dos/as alunos e alunas, seguido de um treinamento pedagógico dos/as profissionais da educação que, por fim, aplicaram o projeto de orientação sexual¹¹ em suas turmas (RIBEIRO, 1990). Inicia-se aqui o quinto momento da Educação Sexual no Brasil, marcado pela iniciativa de órgãos públicos assumindo os projetos de ES nas escolas do país.

Neste mesmo ano, é realizado também em São Paulo, o I Congresso sobre Educação Sexual nas escolas e, a partir deste, outros eventos científicos foram acontecendo (FIGUEIRÓ, 1998).

A sexóloga Maria Helena Matarazzo (1942-) ganhou destaque na Fundação Carlos Chagas, onde desenvolveu um programa de Educação Sexual escolar. Ela também foi responsável por difundir a ES na mídia, com um programa diário na Rádio Globo (1976-

¹¹ Aqui, o termo orientação sexual é utilizado como sinônimo de Educação Sexual e refere-se a um processo formal de ensino-aprendizagem acerca da sexualidade humana. Entretanto, o termo orientação sexual foi adotado por pesquisadores/as da área para se referir à diversidade sexual.

1980) e um serviço de Educação Sexual por telefone, sendo estas ações pioneiras na América Latina (BEDIN, MUZZETI e RIBEIRO, 2020).

Outra pesquisa realizada pela Fundação Carlos Chagas, em 1979, também merece destaque. O objetivo inicial era investigar as atitudes e os valores dos/as jovens de diferentes classes sociais com relação à sexualidade. Entretanto, a pesquisa também testou a viabilidade do debate aberto como uma metodologia de trabalho para a ES. Os/As professores/as que conduziram o debate foram preparados/as antecipadamente e, Carmen Barroso e Maria Cristina Bruschini (1982), coordenadoras da pesquisa, propuseram, a partir desta experiência, que os valores e atitudes relacionados à sexualidade fossem trabalhados num clima de debate, no qual ideais humanos básicos, como a liberdade e integridade pessoal, a consideração pelos/as outros/as e a igualdade entre homens e mulheres pudessem ser discutidos a partir de diferentes pontos de vista, dando aos/às alunos e alunas liberdade para que pudessem fazer suas próprias escolhas. Experiências semelhantes a esta também ocorreram no Colégio de Aplicação USP e em colégios vocacionais, que valorizavam as discussões em grupos e o interesse dos/as alunos/as para a seleção dos temas (Maria José Garcia WEREBE, 1977).

No campo da saúde, temos, na década de 1980, associações ligadas à ginecologia, à urologia e à psicologia retomando os discursos sobre sexualidade e comportamento sexual. Estes saberes originam as bases da sexologia, que, mais tarde, irão sustentar e fortalecer o conhecimento sexual no país, fazendo surgir nas universidades grupos de pesquisas que irão estudar a temática no final dos anos de 1990 e início dos anos 2000. As universidades brasileiras se tornam, a partir daí, uma vasta fonte de conhecimento sexual, sendo responsáveis por uma grande produção bibliográfica sobre sexualidade e ES e, mais tarde, também sobre os estudos de gênero (RIBEIRO e MONTEIRO, 2019).

Assim, muitos livros foram escritos na década de 1980 e eles analisavam a sexualidade de adultos, jovens e crianças e outras obras de caráter científico, que visavam refletir sobre a Educação Sexual, principalmente a escolar (FIGUEIRÓ, 1998). Além disso, a crescente preocupação com a gravidez precoce e com a contaminação da AIDS¹² contribuiriam para que pais e mães, educadores/as e a sociedade em geral passassem a se

¹² AIDS é a sigla utilizada para referir-se à Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, transmitida pelo vírus HIV e caracterizada pelo enfraquecimento do sistema de defesa do corpo e pelo aparecimento de doenças oportunistas. Esta doença tornou-se pública no início da década de 1980 e, nesta época, pouco se sabia sobre a causa ou a cura.

interessar pela ES de crianças e jovens e elegessem a escola como instituição ideal para realizá-la.

A Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP) em parceria com o Departamento de Educação da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP) desenvolveu um projeto composto por duas partes: 1 – estudos preliminares nas escolas da rede estadual de ensino; 2 – experiências piloto em seis escolas da capital, com o treinamento de professores/as e orientadores/as educacionais para a inserção de um programa de Educação Sexual na grade curricular das disciplinas de Ciências e Programas de Saúde. Outro projeto chamado “Programas de saúde: aspectos do crescimento e desenvolvimento humanos relativos à sexualidade” foi desenvolvido em seis escolas públicas da capital paulista e sua primeira etapa se deu no ano de 1980 (BUENO e RIBEIRO, 2018).

Uma roda de debates e conversas com Marilena Chauí, Maria Rita Kehl e Maria José Werebe, intitulada “Educação Sexual: instrumento de democratização ou de mais repressão?”, coloca a Educação Sexual em pauta e problematiza a temática ao analisar para que e para quem ela serviria e quais as possibilidades de emancipação efetiva da ES em alguns setores da população (BUENO e RIBEIRO, 2018).

Na década de 1980, outros projetos e instituições ligadas à Educação Sexual tiveram início. Destacamos o “Grupo de Trabalho para Formação e Capacitação de Professores em Orientação Sexual”, desenvolvido na cidade de Campinas entre os anos de 1984 e 1998. O referido projeto organizou o “Encontro Nacional de Adolescentes”, que reuniu na cidade de Campinas/SP adolescentes e professores/as de todo o Brasil para trocas de experiências em projetos semelhantes ligados à Educação Sexual.

Em 1980 é fundado – oficialmente – em Brasília o CESEX – Centro de Sexologia de Brasília, que já existia informalmente desde 1972, fato que o torna o mais antigo centro de formação de profissionais na área da sexualidade. Este centro foi criado pelo ginecologista Ricardo Cavalcanti e ofereceu o primeiro curso de formação em Sexologia do Brasil (Regina Célia BEDIN, 2016).

Por volta de 1986 é criada a Sociedade Brasileira de Sexualidade Humana (SBRASH) em São Paulo, em atividade até hoje (BUENO e RIBEIRO, 2018). A fundação desta sociedade foi um passo significativo para consolidar a aproximação entre profissionais que atuavam no campo da sexualidade em diferentes regiões do país, além de expandir o

campo através de cursos de formação de profissionais de saúde e educação no campo da sexualidade, tarefa que também foi assumida pelo CESEX (BEDIN, 2016).

Entre os anos de 1989 e 1992 foi desenvolvido um projeto de Educação Sexual na Rede Municipal de São Paulo, coordenado por Marta Suplicy (1945-) e seu grupo, criado em 1987: o Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual (GTPOS). Este projeto atingiu cerca de 30.000 alunos/as e 1.105 professores/as (FIGUEIRÓ, 1998; BUENO e RIBEIRO, 2018). Além disso, Marta Suplicy é autora de vários artigos escritos para a Sessão Tendências & Debates do Jornal Folha de São Paulo, nos quais expôs suas concepções de sexo, sexualidade e Educação Sexual, influenciando o grande público, bem como os/as profissionais da educação e psicólogos/as.

Ainda sobre os anos de 1980, temos também a criação do mais antigo grupo de pesquisa em universidade, o CAESOS – Centro Avançado de Educação para a saúde e Orientação Sexual – Educação Preventiva em Sexualidade, Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST¹³), AIDS, Drogas e Violência, criado em 1985, na USP de Ribeirão Preto, pela professora Sonia Maria Vilela Bueno.

Já na década de 1990, são muitas as publicações, projetos, eventos e grupos de estudo sobre sexualidade e Educação Sexual. No início desta década, foi criado pela professora Maria Alves de Toledo Bruns o grupo de estudos Sexualidade & Vida, que também acontecia na USP, no campus de Ribeirão Preto (BEDIN, 2016).

No início da década de 1990, a sexualidade passou a ser, então, incluída em currículos de escolas municipais de alguns estados brasileiros como São Paulo e Rio Grande do Sul.

Sobressaem-se neste período o trabalho de Organizações Não Governamentais (ONGs) no campo da sexualidade por meio da atuação em escolas, programas de formação de professores/as, capacitação de profissionais da saúde, produção de materiais educativos – vídeos, manuais e guias – e prestação de serviços de assessoria e consultoria. “Entre essas instituições estão o Instituto Kaplan, o Centro de Educação Sexual (CEDUS), o Centro de

¹³ A terminologia Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) passou a ser adotada em substituição à expressão Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) porque destaca a possibilidade de uma pessoa ter e transmitir uma infecção mesmo sem sinais e/ou sintomas. As IST são causadas por vírus, bactérias ou outros microrganismos. Elas são transmitidas, principalmente, por meio do contato sexual (oral, vaginal, anal) sem o uso de camisinha masculina ou feminina, com uma pessoa que esteja infectada. A transmissão de uma IST pode acontecer, ainda, da mãe para a criança durante a gestação, o parto ou a amamentação. De maneira menos comum, as IST também podem ser transmitidas por meio não sexual, pelo contato de mucosas ou pele não íntegra com secreções corporais contaminadas. Se não tratadas adequadamente, podem provocar diversas complicações e levar a pessoa, inclusive, à morte (BRASIL, 2021).

Orientação e Educação Sexual (CORES), a Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA), o Comunicação Sexualidade (ECOS) e o já citado GTPOS” (BUENO; RIBEIRO, 2018, p. 55).

Destacamos aqui o lançamento do Guia de Orientação Sexual, de Marta Suplicy (1994), voltado ao público da pré-escola ao 2º grau, que foi testado em algumas regiões do Brasil e “afirmava como necessários o planejamento e as intervenções sistemáticas, abrindo um canal permanente de comunicação sobre a sexualidade com crianças e adolescentes. O documento orientava, também, a supervisão dos profissionais e o envolvimento dos familiares” (BUENO; RIBEIRO, 2018, p. 55).

No ano de 1995 tem início no *campus* da Universidade Estadual de Londrina (UEL), no Estado do Paraná, os encontros semanais do Grupo de Estudos sobre Educação Sexual (GEES), coordenado pela professora Mary Neide Damico Figueiró. Esse projeto de Extensão Universitária tinha como objetivo central a formação de profissionais para atuarem como educadores/as sexuais de crianças, adolescentes, adultos e idosos/as. Em 2006, na sua oitava edição, o GEES agregou-se ao Programa Brasil Sem Homofobia, com o apoio do Ministério da Educação e do Desporto (MEC) e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) e, ao diversificar-se, ampliou suas ações educativas e passou a denominar-se “Formação de Profissionais para a Educação Sexual, o combate à Homofobia e a Promoção da Cidadania Homossexual” (Mary Neide Damico FIGUEIRÓ, 2007; 2014).

Em 1996 temos a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) (BRASIL, 1996) e, algum tempo depois, o estabelecimento dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (BRASIL, 1998), documento no qual a Educação Sexual obteve reconhecimento oficial quanto à sua necessidade e relevância.

Os PCN (BRASIL, 1998) constituem-se como um conjunto de documentos que apresentaram propostas de uma nova estrutura curricular para o Ensino Fundamental e Ensino Médio. Eles foram elaborados pelo MEC e editados em formatos de livros a partir de 1997. O ensino da sexualidade integrou os PCN e foi incluído no currículo como um tema transversal¹⁴, recebendo a denominação de Orientação Sexual (FIGUEIRÓ, 2014).

Foi na primeira metade da década de 1990 que os PCN começaram a ser elaborados, concomitantemente à elaboração da Lei de Diretrizes e Bases do ensino: LDB 9.394/96. Somente por volta de 1998 é que algumas escolas puderam

¹⁴ Temas transversais referem-se a conteúdos de caráter social relevantes a serem incluídos no currículo não de forma específica, disciplinar, mas ministrados no interior de várias áreas de conhecimento, perpassando cada uma delas (FIGUEIRÓ, 2014).

começar a estudá-los e planejar seus primeiros passos em direção à sua aplicação, outras, entretanto, apenas em 1999 e 2000 (ou mesmo em 2001), devido à disparidade e atrasos na distribuição dos documentos em várias regiões do país (FIGUEIRÓ, 2014, p. 61).

Embora os PCN (BRASIL, 1998) sejam considerados um marco importante no campo da Educação Sexual no país, o fato de ele ter sido elaborado como um referencial aberto e flexível, podendo ser ou não utilizado pelas instituições de ensino na elaboração de suas propostas, somado aos muitos atrasos na sua aplicação, o despreparo formativo dos/as professores/as para trabalhar com sexualidade humana e com a transversalidade e mesmo a falta de condições materiais limitou as oportunidades para que a ES fizesse, de fato, parte do cotidiano de alunos e alunas brasileiros/as. Entretanto, concordamos com Figueiró (2014) que começar já é válido, uma vez que significa muito mais que o silêncio e a mudez que muitas vezes predominou as questões da sexualidade até ali. O simples fato de alunos e alunas perceberem que seus/suas professores/as estão dispostos/as a conversar sobre as questões da sexualidade podia gerar efeitos muito positivos.

A oficialização dos PCN (BRASIL, 1998) somou-se a um forte impulso dos meios de comunicação, especialmente a TV, dando espaço a discussões acerca da Educação Sexual escolar e investindo em informações de grande valia, como saúde pública. Mas, devemos salientar que, embora as famílias brasileiras estivessem ouvindo a mídia falar sobre sexualidade, elas não conversavam sobre isso e, portanto, a repressão ainda se fazia presente (FIGUEIRÓ, 1998; BUENO e RIBEIRO, 2018).

A década de 1990 foi marcada ainda pelo surgimento de diversos projetos para a prevenção da AIDS, que foram integrados aos currículos escolares e programas de educação compreensiva que valorizavam a diversidade sexual e a igualdade de gênero (Vanda Corrêa THOMÉ, Vanessa Santa Rosa MAZZEI, Cláudia Márcia Andrade da SILVA e Maria Eugênia TOTTI, 2020).

O Programa Saúde na Escola (PSE), implementado em aproximadamente 600 cidades dos 27 estados da federação, tinha como objetivo desenvolver ações de promoção da saúde sexual e da saúde reprodutiva de adolescentes e jovens e, para tanto, buscou articular os setores da educação e da saúde, no intuito de reduzir a infecção de IST/AIDS e diminuir os índices de evasão escolar causada pela gravidez na população de 10 a 24 anos (BRASIL, 2001a).

A década de 1990 se caracterizou, então, por profundas mudanças de normas e padrões culturais ligados à sexualidade e, juntamente com a década seguinte, absorve e consolida os estudos de gênero e a busca por meios efetivos para lidar com a sexualidade e

com a diversidade. Durante mais de dez anos, ações governamentais efetivas incentivaram o desenvolvimento de projetos e programas voltados para a busca da igualdade entre homens e mulheres, para o respeito à diversidade e para o combate à homofobia.

Nos anos 2000, por exemplo, os temas relacionados à sexualidade passaram a ser constantemente discutidos pelo MEC. Em 2001, foi elaborado o Plano Nacional de Educação (PNE/Lei 10.172/2001) (BRASIL, 2001b), que determinou diretrizes, metas e estratégias para a política educacional com vigor até 2010. Neste documento, nos objetivos e metas para os cursos de formação docente, incluíam-se os estudos de temas relacionados as abordagens de gênero, Educação Sexual, ética, saúde e temas locais. Todavia, o PNE não foi permanentemente colocado em prática e muitos dos objetivos propostos foram parcialmente ou não contemplados (Luciana Uchôa BARBOSA, Cátia Silene Carrazoni Lopes VIÇOSA e Vanderlei FOLMER, 2019).

O surgimento do “*Movimento Escola Sem Partido*” no início dos anos 2000 fez com que diversos projetos de lei tramitassem no Congresso Nacional e nas Câmaras Legislativas com o objetivo de vigiar, punir e impedir a doutrinação política e ideológica de alunos/as por parte dos/as professores/as que “inventaram” o termo *identidade de gênero* a fim de apontarem o gênero como uma opção aos/às alunos/as, fato que se opõe aos elementos biológicos tidos como ‘naturais’ (Fernando SEFFNER, 2016).

Neste contexto repressivo, ressurgiu a temida “ideologia de gênero”, que nos anos 1990 foi efetivada pela Igreja Católica “a fim de combater o avanço dos direitos sexuais, a emancipação feminina e a militância LGBT+ em relação ao casamento homoafetivo¹⁵”. Com a retomada do termo, a representatividade religiosa no parlamento brasileiro aumentou, a repressão do gênero e das sexualidades se intensificou e se espalhou de forma difusa, convencendo massas e deturpando campos de estudos e militâncias que se valem do gênero e da sexualidade para analisar as desigualdades sociais e as violências sofridas pelas mulheres e pela comunidade LGBTQIA+ (Marina Silveira Bonacazata SANTOS, Maria Carolina MIESSE, Fabiana Aparecida de CARVALHO, Leonardo Cordeiro de QUEIROZ e Vânia de Fátima Matias de SOUZA, 2021).

Neste mesmo período, a partir de 2004, o *Programa Brasil sem Homofobia* passou a fazer parte da agenda do governo e suas ações buscavam promover a cidadania e direitos

¹⁵ Adjetivo que qualifica uma pessoa que gosta e/ou sente atração sexual por pessoas do mesmo sexo. O termo foi cunhado pela jurista Maria Berenice Dias em torno de argumentos de que não se pode falar em homossexualidade sem falar sobre o afeto. A referida terminologia foi criada também para justificar a inclusão das uniões entre pessoas do mesmo sexo no âmbito da proteção dos regimes jurídicos da união estável e do casamento civil (Angelo Brandelli COSTA e Henrique Caetano NARDI, 2015).

humanos às pessoas LGBTQIA+ - lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, queers, bigêneros, assexuados e intersexos – a partir do combate à violência e à discriminação (Isaías Batista de OLIVEIRA JÚNIOR e Eliane Rose MAIO, 2017).

Em 2009 inicia-se o projeto *Escola sem Homofobia*, apoiado pelo MEC e por Organizações Não Governamentais (ONGs), que objetivava promover ações de combate à homofobia nas escolas públicas – municipais e estaduais – de todo o Brasil. Além de abarcar um conjunto de ações de combate ao preconceito contra a livre escolha sexual, este projeto previa a distribuição de um material didático voltado a professores e professoras do Ensino Médio – *Kit de Combate à Homofobia* – que ficou popularmente conhecido como “*Kit Gay*” (OLIVEIRA JÚNIOR e MAIO, 2017).

Bancadas políticas, religiosas e sociedade civil, após um discurso desastroso do então secretário do Ministério da Educação, André Lázaro, durante a apresentação do material didático, se colocaram contra à elaboração do referido *Kit* e, a partir de então, as sessões da Câmara se transformaram em cenários de violento repúdio ao projeto e figuras políticas recorriam frequentemente à mídia para solicitar o apoio da sociedade civil no combate ao material que, para muitos, ensinaria alunos e alunas a serem homossexuais (OLIVEIRA JÚNIOR e MAIO, 2017).

Após tantas polêmicas envolvendo o famoso “*Kit Gay*”, a presidenta Dilma Rousseff (2013-2016) suspendeu a distribuição do material às escolas públicas, colocando fim às discussões envoltas em conjecturas políticas que assolavam o país naquele momento (OLIVEIRA JÚNIOR e MAIO, 2017).

Vale ressaltar que a escola, historicamente, organiza seu currículo com base em conceitos heteronormativos e que, portanto, não reconhece, na maioria das vezes, a diversidade de desejos e relações afetivas. Tudo o que foge a norma costuma ser duramente atacado e a experiência escolar da comunidade LGBTQIA+ acaba sendo atravessada por várias formas de violência física e simbólica (Bruna Larissa Ramalho DINIZ, 2015). O projeto *Escola Sem homofobia* se apresentou como uma oportunidade ímpar de alcançar uma educação que respeite a livre orientação e promova um convívio solidário com as diferenças. Os/As professores/as receberiam capacitação e materiais para lidar com as temáticas da sexualidade fora do contexto religioso, higienista e heteronormativo, minimizando os constantes apagamentos das diversidades sexual e cultural. Contudo, as reações exageradas e o conservadorismo levaram o referido projeto para a gaveta e aos/às

alunos/as LGBTQIA+ o direito à livre orientação sexual e ao respeito nos espaços escolares foram, mais uma vez, negados.

A partir de então, a Educação Sexual que sempre foi protagonista de acaloradas discussões e polêmicas, ganhou novamente um espaço indesejado no meio político, educacional e religioso devido à emergência de um discurso conservador, anti-sexual e contrário às liberdades conquistadas (RIBEIRO e MONTEIRO, 2019).

E é nesse cenário caótico para as questões relacionadas à sexualidade que é criado, no ano de 2012, o primeiro Programa de Pós-graduação em Educação Sexual (PPGEDSex) do Brasil e da América Latina, na Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” – UNESP, no *campus* de Araraquara, no interior do Estado de São Paulo. Este Programa de Mestrado Profissional foi, sem dúvida, uma significativa conquista para o campo da Educação Sexual, uma vez que a produção de pesquisas científicas sobre a temática poderia favorecer todos/as os/as que quisessem se beneficiar dos conhecimentos produzidos, além de contribuir para a formação de profissionais das áreas da Educação e Saúde do Brasil e do exterior (Pâmela Cian da CRUZ, 2021).

Todavia, embora a Educação Sexual seja essencial para a superação de preconceitos e violências, na atual política brasileira os ideários conservadores, aliados a uma tendência fascista tem colocado em xeque questões ligadas à sexualidade, sendo que essa conjuntura impacta, mesmo que indiretamente, na composição de documentos educacionais e nas pressões para reformas do sistema educacional.

Recentemente, a terceira versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018) esteve em discussão no Brasil. Este documento estabelece as diretrizes para a Educação Básica escolar em todo território brasileiro e sua finalização ocorreu em dezembro de 2017 (Priscila FREIRE, 2018). A sexualidade foi mencionada na área de Ciências da Natureza, dentro do conteúdo de Ciências e reduzida a uma dimensão biológica, tendo como foco a reprodução humana e a priorização de aspectos anatômicos, fisiológicos e hormonais. Conforme Marina da Silveira Bonacazata Santos e Fabiana Aparecida de Carvalho (2019), a redução da sexualidade à biologia dos corpos na BNCC é capciosa, pois abre precedentes para que as vivências afetivo-sexuais sejam normatizadas e a diversidade seja “biologizada”, corroborando para uma vivência heterossexual e bem-comportada da sexualidade.

Para Ribeiro e Monteiro (2019), essa onda de conservadorismo estimulada por um fundamentalismo cristão exacerbado iniciou no país uma cruzada contra atitudes, vivências

e discursos considerados contrários aos princípios cristãos e os temas relacionados à sexualidade foram as principais vítimas desse retrocesso.

Igualdade entre gêneros, diversidade sexual, homofobia, cidadania, liberdade de expressão são temas associados ao comunismo, à esquerda, ao petismo e passam a ser execrados por setores da sociedade que, até então ofuscados pela democracia, ganham força fazendo oposição ao então governo do Partido dos Trabalhadores. Conseguem eleger, em 2018, um presidente de extrema-direita afinado com o fundamentalismo cristão e, desde janeiro de 2019, as ações políticas do governo passam pelo crivo de uma nova moral que pauta as decisões a partir de princípios religiosos e avaliação subjetiva (RIBEIRO e MONTEIRO, 2019, p. 1257).

Como vimos, no início do século XX, os discursos envolvendo a ES eram, em geral, repressivos e ancorados em pressupostos da moral religiosa, que, reforçados pelo caráter higienista da saúde pública, buscavam um controle epidemiológico. E, embora a influência da moral religiosa em torno da sexualidade não tenha se extinguido totalmente do contexto brasileiro, ela vem se intensificando desde meados da década de 2000 e permanece até os dias atuais, sendo constantemente reforçada por discursos políticos e religiosos, que se colocam a favor da família tradicional heteronormativa e da religião cristã.

Na década atual – 2020 – a Educação Sexual ainda ocupa uma posição marginal nos currículos escolares e os/as professores/as de Ciências e Biologia são os/as maiores responsáveis pela abordagem da sexualidade na escola, limitando, na grande parte das vezes, as discussões da temática à tríade corpo-sexualidade-doença. Esta abordagem acaba por excluir os aspectos subjetivos, identitários e étnicos da construção da sexualidade e reproduz o *status quo* vigente, ou seja, o aspecto biologizado e teológico da Educação Sexual com o objetivo de sustentar a ideia de uma conduta heteronormativa e bem-comportada para as vivências da sexualidade. Além disso, os/as professores/as reproduzem em suas práticas pedagógicas a formação biologizada que obtiveram durante o processo de formação inicial.

Deste modo, a busca por um espaço escolar no qual os/as alunos/as possam expressar seus sentimentos, angústias e dúvidas, bem como refletir atitudes e rever preconceitos deve continuar incessantemente. É preciso formar sujeitos ativos, reflexivos e críticos a respeito da própria sexualidade e da maneira como ela se manifesta na sociedade e, para tanto, esta onda conservadora que impede que a Educação Sexual seja abordada além do viés biológico e religioso deve ser superada, a fim de garantir uma formação cidadã, plural, crítica e libertadora.

2. Desnudando conceitos: o que é, o que é sexualidade e gênero?

*Estou imersa
no teu sol
há tantas vidas
que já não há diferença
entre nós e o universo*

*você se desdobra
no centro e na beira
de mim*

*por destino ou escolha
desperto sempre entrelaçada
nos seus raios*

(Ryane LEÃO, 2019, p. 94)

Nesta seção iremos definir os conceitos de gênero e sexualidade que nortearam nossa pesquisa e análises, nos pautando, sobretudo, em estudos históricos, sociais e culturais.

2.1 Sexualidade: poder, saber e ser

Quando nossos olhares e atenções se voltam para culturas distintas e diferentes tempos históricos, percebemos que a sexualidade sempre foi colocada como protagonista em muitos discursos, bem como sofreu – e ainda sofre – inúmeras regulações, preconceitos e distorções (Eliane Rose Maio BRAGA, 2002).

A sexualidade faz parte de todo ser humano. Ela é regulada por componentes biológicos, psicológicos, sociais e culturais e se expressa em cada pessoa de modo único e particular “em sua subjetividade e, em modo coletivo, em padrões sociais, que são aprendidos e apreendidos durante a socialização (MAIA e RIBEIRO, 2011, p. 75-76).

Trata-se de um elemento integrante da nossa identidade e envolve o amor, o prazer, o toque, o sexo, a afetividade, o carinho, os gestos, a comunicação, as relações de gênero, o respeito, a alegria de viver e todas as normas sociais e culturais relacionadas à prática sexual. A sexualidade abarca também o gênero, a identidade sexual, a orientação sexual e a identidade de gênero (FIGUEIRÓ, 2018).

Não podemos e não devemos, portanto, restringir a sexualidade à sua dimensão biológica – aos sistemas sexuais, instintos ou simplesmente à libido. Ela não é, tão pouco, uma parte ou uma extensão do corpo, pois relaciona-se a uma “energia vital da subjetividade e da cultura, que deve ser compreendida em sua totalidade e globalidade, como uma

construção social que é condicionada pelos diferentes momentos históricos, econômicos, políticos e sociais” (FIGUEIRÓ, 2018, p. 69).

A sexualidade nos constitui como pessoas e faz parte da nossa personalidade. Não há como separá-la de outros aspectos da nossa vida social e da nossa condição humana.

Em termos históricos, os estudos acerca da sexualidade humana tiveram início na Europa, em meados do século XIX, principalmente em países anglo-saxões e germânicos. Destacamos os trabalhos de Krafft-Ebing (1840 – 1902), de Havelock Ellis (1896 – 1928), de Magnus Hirschfeld (1868 – 1935) e de Sigmund Freud (1856 – 1939), que tiveram grande repercussão internacional e originaram inúmeros estudos no campo da sexualidade humana (WEREBE, 1998; DINIZ, 2015).

Essas pesquisas pioneiras foram obras feitas por médicos (homens) e se basearam, principalmente, na observação clínica de pacientes, homens e mulheres e contribuíram de maneira significativa para a ampliação do campo teórico da sexualidade. Os resultados destes trabalhos passaram a constituir a *Scientia Sexualis* – Ciência Sexual – assim conceituada por Michel Foucault (1926 – 1984) anos depois (WEREBE, 1998).

Com a chegada do Nazismo¹⁶, já no século XX, os estudos sobre a sexualidade humana perderam espaço no território Europeu e, curiosamente, ganharam força nos Estados Unidos que, por muito tempo, foi considerado um país mais conservador do que a maioria dos países da Europa. Foi em território Americano, inclusive, que as pesquisas de Freud (1856-1939) sobre a sexualidade tiveram um desenvolvimento notável (WEREBE, 1998; DINIZ, 2015).

Na segunda metade do século XX, mais precisamente na década de 1970, o filósofo francês Michel Foucault dedicou seu trabalho à análise do espaço que a sexualidade ocupava na sociedade ocidental. Em seu livro *História da sexualidade I: a vontade de saber* (1993), Foucault relaciona a sexualidade a todos os acontecimentos da vida em sociedade e ressalta seu aspecto fundamental à condição humana.

[...] Não se deve concebê-la como uma espécie de dado da natureza que o poder tenta pôr em xeque, ou como um domínio obscuro que o saber tentaria, pouco a pouco, desvelar. A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos

¹⁶ Movimento político liderado por Adolf Hitler que se desenvolveu na Alemanha por volta da década de 1920. O nazismo foi consagrado como um estilo político que expressava a unidade do coletivo através de mitos e símbolos da nação. Este movimento “apresentou um projeto de embelezamento do mundo através da erradicação do feio, sujo, maléfico e impuro. Beleza, pureza e harmonia representam ideais da nossa cultura, mas em nome deles se impôs a estetização do ódio, da violência, da destruição e da morte” (Maria Helena Rolim CAPELATO, 1995, p. 85).

prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder (FOUCAULT, 1993, p. 100).

A sexualidade não se reduz a uma visão essencialista e não deve ser, portanto, um domínio privilegiado do conhecimento, já que é um aparato histórico que se desenvolveu como parte de uma rede complexa de regulação social que organiza e modela os corpos e os comportamentos individuais. “A sexualidade não pode agir como uma resistência ao poder porque está demasiadamente envolvida nos modos pelos quais o poder atua na sociedade moderna” (Jeffrey WEEKS, 2021, p. 55).

Desta forma, é preciso compreender que o poder não está apenas naquilo que proíbe e que diz não, mas também está naquilo que produz, que controla e que impõe. Assim, toda a insistência sobre segredos não se constituiu numa forma de proibir o sexo e afastá-lo da consciência. Pelo contrário, foi um modo de colocar a sexualidade em foco. Nas sociedades cristãs, o sexo deveria ser examinado, vigiado e confessado e, para tanto, precisava ser transformado em discurso e em verdades reguladas (FOUCAULT, 1993; 2014).

Os discursos acerca da sexualidade são muitos, entrecruzados, hierarquizados e articulados em torno de relações de poder. De acordo com Foucault (1993), a partir do século XVI, a sociedade ocidental viveu sob as sombras da repressão sexual, sendo que a prática do sexo foi reduzida à sua função reprodutora e o casal heterossexual, que vivia dentro dos padrões da família tradicional, passou a ser o modelo ideal. Tudo o que postergava as regras desta moral e dos bons costumes era tido como um amor mal, e, portanto, deveria ser negado e reduzido ao silêncio.

A sexualidade é, então, cuidadosamente encerrada. Muda-se para dentro da casa. A família conjugal a confisca. E absorve-a, inteiramente, na seriedade da função de reproduzir. Em torno do sexo se cala. O casal, legítimo e procriador, dita a lei. Impõe-se como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade, guarda o direito de falar, reservando-se o princípio do segredo. No espaço social, como no coração de cada moradia, um único lugar de sexualidade reconhecida, mas utilitário e fecundo: o quarto dos pais. Ao que sobra só resta encobrir-se; o decoro das atitudes esconde os corpos, a decência das palavras limpa os discursos. E se o estéril insiste, e se mostra demasiadamente, vira anormal: receberá este status e deverá pagar as sanções (FOUCAULT, 1993, p. 9-10).

Essas formas de repressão da sexualidade funcionavam como dispositivos de interdição, inexistência e silenciamento de qualquer prática sexual considerada ilegítima, uma vez que elas não correspondiam ao modelo heterossexual da família reprodutora e, desde a época clássica, a repressão foi o modo fundamental de ligação entre poder, saber e sexualidade (FOUCAULT, 1993).

A ciência do sexo – sexologia –, a psiquiatria, a psicologia e o cristianismo se constituíram como formas de saber e poder que interditaram a sexualidade ao invés de

libertá-la. Assim, conforme Foucault (1993), a sexualidade de cada pessoa está à mercê do poder do discurso, que controla todos os desejos e os corpos de homens e mulheres.

O capitalismo e a ascensão econômica da burguesia no Ocidente interligaram os discursos e as revelações acerca do sexo e da sexualidade, sendo que a relação estabelecida entre sexo e poder se constituiu como um modo eficiente de repressão. Desta forma, a monogamia heterossexual era considerada um padrão de normatividade, legitimado pelo discurso médico, e tudo o que se desviava dele era tido como patologia, perversão, delinquência ou loucura (FOUCAULT, 1993).

[...] a sexualidade foi definida como sendo, ‘por natureza’, um domínio penetrável por processos patológicos, solicitando, portanto, intervenções terapêuticas ou de normalização; um campo de significações a decifrar; um lugar de processos ocultos por mecanismos específicos; um foco de relações causais infinitas, uma palavra obscura que é preciso, ao mesmo tempo, desencavar e escutar (FOUCAULT, 1993, p. 67).

Os discursos científicos serviram – e ainda servem – para dominar os corpos. O sexo tornou-se um objeto de disputa de verdades entre o indivíduo e o Estado, sendo que a sexualidade estava/está entrelaçada a todos os discursos que fazemos sobre ela e se constitui como um conjunto de conhecimentos que molda as formas como vivemos, pensamos e conhecemos o corpo.

É válido ressaltar que, conforme Foucault (1993), não existe um modelo único de sexualidade para todas as sociedades e tempos históricos. Cada sociedade produz o seu próprio regime de verdades. No entanto, em todas elas, é possível distinguir quatro unidades básicas de saber e poder que ligam, desde a Era Vitoriana¹⁷ (Século XVIII), práticas sociais e técnicas de poder, sendo elas: a sexualidade das mulheres, a sexualidade das crianças, as condutas de procriação e a demarcação de perversões sexuais como problemas patológicos individuais. Esses dispositivos de saber e poder produziram por algum tempo quatro figuras que foram submetidas a observação e intenso controle social: a mulher histérica, a criança masturbadora, o casal que utiliza formas artificiais de controle de natalidade e o pervertido, especialmente o/a homossexual (Helma de Melo CARDOSO, 2018; WEEKS, 2021).

As unidades supracitadas produziram estratégias que acabaram por constituir o “*dispositivo da sexualidade*” que é histórico e engloba a estimulação dos corpos, a

¹⁷ A Era Vitoriana, ocorrida entre 1837 a 1901, marca o reinado da Rainha Victoria na Inglaterra e um período de grandes transformações econômicas, políticas e culturais. Esta época foi caracterizada pela consolidação da supremacia inglesa nos mares, pela conquista de colônias na África e na Ásia, pelo aumento de indústrias e estímulo às artes. Além disso, devemos destacar que a era vitoriana ocorreu em uma sociedade patriarcal que tinha como base a família, da qual a mulher era a representante e responsável pela honra familiar. Sua imagem era representada de forma angelical, desprovida de desejos e totalmente reprimida sexualmente, sendo um objeto do homem (Sweder SOUZA e Tatiana SOUZA, 2019).

intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a construção de conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências e a rede que se pode estabelecer entre todos esses elementos. Conforme Foucault (1993, p. 101) o “dispositivo da sexualidade tem, como razão de ser, não o reproduzir, mas o proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar as populações de modo cada vez mais global”.

Toda essa multiplicidade de discursos proporcionou, portanto, a elaboração das normas para a vivência da sexualidade e manteve as relações sociais de um modo economicamente útil e politicamente conservador. Esses discursos constituem o que Foucault (1977) denomina “*sociedade disciplinar*” que é característica das formas modernas de regulação social, que vigia, controla e pune.

Destarte, a sexualidade é, segundo Foucault (1993), um dispositivo histórico que nenhum sistema de poder pode dispensar. Ela não é aquilo que o poder tem medo, mas aquilo que se usa para seu exercício e as proibições que a cercam não são formas essenciais de poder e sim seus limites e frustrações.

A sexualidade é um “*biopoder*”, no qual o sexo é a via de acesso aos corpos e à espécie e oferece um meio de regulação tanto do indivíduo quanto da população e à medida que a sociedade passou a se preocupar com a vida de seus membros – no sentido moral, econômico, de segurança, higiene e saúde – ela se tornou cada vez mais preocupada com o disciplinamento dos corpos e com a vida sexual dos indivíduos (FOUCAULT, 1993; WEEKS, 2021).

Mas, afinal qual significado a sexualidade assume nesta pesquisa? A sexualidade é modelada na junção da nossa subjetividade – quem e o que somos – com a sociedade da qual fazemos parte. Ambas estão interligadas e no centro desta união está o corpo e todas as suas potencialidades (WEEKS, 2021). A sexualidade ultrapassa, então, a base biológica – o sexo – e tem sua expressão normatizada por valores sociais vigentes.

Ela exerce influência em todas as etapas da vida e em toda a história individual das pessoas, desde o nascimento até a morte, transcendendo à genitalidade. Assim, temos que diferenciar sexo e sexualidade. Sexo se refere a uma dimensão estritamente reprodutiva, que se reduz a uma interpretação naturalista e biológica. Ele se refere às diferenças anatômicas entre homens e mulheres e a corpos que são marcadamente diferenciados. Faz referência ao que nos divide, e não ao que nos une. Já a sexualidade nos remete ao mundo da cultura e da amplitude sócio-histórica da ação humana, sendo ela um conjunto de crenças,

comportamentos, relações e identidades construídas socialmente e que se modelam ao longo da história (César Aparecido NUNES, 2012; DINIZ, 2015; WEEKS, 2021).

Para que tenhamos uma compreensão mais ampla da sexualidade devemos considerar as múltiplas significações atribuídas a ela em nosso contexto acadêmico e educacional e, para tanto, tomamos como referência os cinco paradigmas de entendimento da sexualidade identificados por César Aparecido Nunes (1996) *apud* Figueiró (2014, p. 49-50):

- a concepção **médico-biologista**, que vê a sexualidade como uma dimensão biológica e procriativa do ser humano e como uma força propulsora, natural e instintiva da procriação. Implica considerar a natureza como determinante da condição humana.
- a concepção **terapêutico-descompressiva**, na qual a sexualidade é entendida como uma condição meramente subjetivista, psicologizante, individual e ligada a uma força natural, supostamente instintiva ou selvagem do corpo humano. Sua essência está centralizada no fato de ser vista unicamente como fonte de prazer e gratificação.
- a concepção **normativo-institucional**, que vê a sexualidade como um aspecto da vida humana ligado a um conjunto de comportamentos socialmente permitidos, por um lado, e proibidos, por outro. Implica a necessidade de passar as normas reguladoras da sexualidade, que até então eram transmitidas pela família.
- a concepção **consumista-quantitativa**, que entende a sexualidade como uma energia da pessoa, passível de regulação e controle social, que, por sua vez, pode ser transformada em produtividade. Nela são inseridas, por exemplo, as ideias da instigação ao sexo quantitativo, da alienação do afeto e do apelo de venda e marketing.
- a concepção **dialética e política**, que concebe a sexualidade como a dimensão mais ampla da condição humana, como uma construção pessoal e social, em que o ser humano é visto como participante ativo desse processo, uma vez que a influência na construção dos valores e normas sexuais e, ao mesmo tempo, é dialeticamente influenciado por eles. Implica o poder de a pessoa ser sujeito de sua própria sexualidade.

É na concepção dialética e política que nos amparamos para o desenvolvimento deste trabalho, pois consideramos a sexualidade como um conjunto de saberes, práticas e representações que envolvem a dimensão sexual humana, de forma coletiva e política desde o século XVIII (NUNES, 2012; FIGUEIRÓ, 2014).

A sexualidade é, no nosso entendimento, uma dimensão humana complexa que se relaciona intimamente com a forma como as pessoas interagem consigo mesmas, com as outras pessoas e com o mundo no decorrer de processos históricos e culturais. Ela incorpora componentes biológicos, contudo, possui dimensões históricas, sociais e culturais bastante complexas, que dão a ela uma marca essencialmente humana.

2.2 Gênero: um ensaio lacônico

O termo gênero foi incluído no conceito amplo da sexualidade com mais intensidade a partir de meados do século XX, tendo como estímulo lutas libertárias e movimentos sociais feministas que ocorreram em todo o Ocidente. As manifestações contra a discriminação feminina ganharam uma expressiva visibilidade durante o sufragismo, que foi um movimento voltado para estender o direito do voto às mulheres. Esse movimento, tempos depois, ficou conhecido como a “*primeira onda*” do feminismo (LOURO, 2014).

Durante a “*segunda onda*”, iniciada no final da década de 1960, além das lutas sociais e políticas, o feminismo possibilitou muitas construções teóricas e, no âmbito do debate o conceito gênero é engendrado e problematizado (LOURO, 2014).

O campo de estudos que hoje chamamos de gênero ou relações de gênero surge, no Brasil, por volta dos anos de 1970 e 1980 em torno da problemática da condição feminina. Todavia, pesquisas que tratavam das origens sociais das identidades de homens e mulheres já haviam sido iniciadas nos Estados Unidos (Miriam Pillar GROSSI, 1998; LOURO, 2014).

Mas, afinal, o que é gênero? Gênero é um termo cunhado pelas Ciências Sociais e se refere à construção cultural e social dos sexos¹⁸ e de suas diferenças. Não é uma simples categoria analítica, pois também se constitui como uma relação de poder (WEEKS, 2021). Conforme Joan Scott (1995, p. 86),

minha definição de gênero tem duas partes e diversos subconjuntos, que estão interrelacionados, mas devem ser analiticamente diferenciados. O núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder.

É o discurso sobre as diferenças dos sexos que constitui, então, o que se conhece por gênero. Todavia, este termo não se refere apenas a ideias, mas também a instituições, estruturas, práticas cotidianas e rituais que compõem as relações sociais. Para Scott (1995), o discurso é um instrumento de organização do mundo e não reflete a realidade biológica primária, mas dá sentido a essa realidade, que deve ser analisada em seus diferentes momentos históricos.

Gênero é, portanto, uma categoria historicamente determinada, que não se constrói somente sobre a diferença dos sexos, mas, dá sentido a esta diferença. Trata-se, segundo

¹⁸ O termo sexo(s) refere-se à diferenciação biológica entre macho e fêmea, homem e mulher. São os dois sexos morfológicos sobre os quais apoiam-se os significados do que é ser homem ou ser mulher em uma determinada sociedade e em um dado momento histórico (LOURO, 2014).

Grossi (1998), de uma categoria usada para pensar as relações sociais que envolvem homens e mulheres, sendo que essas relações são historicamente determinadas e expressas por diferentes discursos sociais acerca da diferença sexual.

Assim sendo, o gênero serve para determinar tudo o que é social, cultural e historicamente determinado. Este conceito nos possibilitou compreender que não eram as características sexuais de homens e mulheres que distinguiam os papéis masculinos e femininos na sociedade, mas sim a forma como tais características eram representadas e valorizadas e aquilo que se pensava e se dizia sobre elas é que construiu, de maneira efetiva, o que é feminino ou masculino em uma determinada sociedade e em um dado momento histórico (LOURO, 2014).

Rejeita-se, então, o determinismo biológico e o uso de termos como sexo ou diferença sexual na tentativa de acentuar por meio da linguagem o caráter social e histórico das diferenças baseadas no sexo. Contudo, cabe salientar que, ao dirigir o foco para o caráter social, não se pretende negar que o gênero é constituído com ou sobre um corpo sexualizado, ou seja, a biologia não é negada, mas busca-se enfatizar, de forma deliberada, a construção histórica e social produzida sobre as características biológicas (LOURO, 2014). Portanto, “no gênero, a prática social se dirige aos corpos” (Robert CONNELL, 1995, p. 189) e as características sexuais são trazidas para a prática social e incluídas em um processo histórico.

A legendária expressão da filósofa e escritora Simone de Beauvoir (1908-1986) “*Não se nasce mulher, torna-se*”, publicada no livro “*O segundo sexo*”, em 1949, traz à luz a compreensão de que as diferenças entre homens e mulheres são pautadas, majoritariamente, em questões sociais, culturais e históricas. Essa expressão “determina a distinção entre sexo e gênero, convertendo-se, pois, no variado modo de aculturação corpórea, para além de um destino crivado na anatomia (Judith BUTLER, 1986, p. 35).

Devemos compreender, ainda, que nenhum indivíduo existe sem relações sociais, isto desde o nascimento. Assim, ao nos referirmos ao sexo de alguém, já estamos agindo de acordo com o gênero associado a esse sexo, o que significa que sempre agimos como homens e mulheres programados/as – social, cultural e historicamente – e não, como costuma-se pensar, como homens e mulheres biologicamente determinados/as (GROSSI, 1998). As normas sociais, a cultura e o momento histórico definem o que é ser homem ou ser mulher e, embora a biologia do sexo tenha influência, ela não é o único fator que irá determinar o gênero e/ou a sexualidade dos indivíduos.

Cabe ressaltar, também, que o gênero é algo que está permanentemente em mudança e todos os atos de uma sociedade ajudam a reconfigurar localmente as representações sociais de feminino e de masculino (GROSSI, 1998; SCOTT, 1995). “Na verdade, em todas as sociedades do planeta, o gênero está sendo, todo o tempo, ressignificado pelas interações concretas entre indivíduos do sexo masculino e feminino. Por isso, diz-se que o *gênero é mutável*” (GROSSI, 1998, p. 6).

Para Butler (2015), gênero é a estilização repetida do corpo e um composto de ações que sofrem inúmeras mudanças no decorrer da vida do indivíduo que pode, ou não, assumir outras identidades que não estarão obrigatoriamente relacionadas às prevalências sexuais – características biológicas – o que pode aumentar ainda mais as influências recebidas do meio devido às questões emocionais de cada um/a.

3. Uma breve história das mulheres

*Nós somos mulheres de todas as cores
De várias idades, de muitos amores
Lembro de Dandara, mulher foda que eu sei
De Elza Soares, mulher fora da lei
Lembro Mariele, valente e guerreira
De Chica Da Silva, Toda Mulher Brasileira
Crescendo oprimida pelo patriarcado
Meu corpo, minhas regras, agora mudou o quadro [...]
(MULHERES de Doralyce GONZAGA e Silvia DUFFFRAYER, 2018).*

Nesta seção apresentamos a história das mulheres, suas lutas, conquistas, na cidade ou no campo, destacando acontecimentos dos séculos XX e XXI, por corresponder ao período histórico no qual nossas depoentes viveram e vivem. Buscamos também dar ênfase a história das mulheres no Brasil, por ser o país de origem das nossas idosas.

3.1 No Ocidente e no Brasil: o que mais nos interessa?

Considerar a mulher um agente histórico é um ato revelador e transformador, pois está vinculado à concepção de que as mulheres têm uma história e não estão apenas destinadas à maternidade. Escrever sobre esta história, portanto, significa levá-la a sério e criticar a estrutura de relatos masculinos tidos como universais. A história das mulheres explica os vazios e elos ausentes e oferece às pessoas uma nova leitura possível (Michelle PERROT, 1995).

A história ocidental sempre foi protagonizada por homens (Tânia Maria Gomes da SILVA, 2008) e o espaço da mulher na sociedade foi constantemente relegado, desvalorizado e discriminado, sendo que estas relações hierárquicas estabelecidas entre homens e mulheres são, em parte, responsáveis pela histórica e persistente opressão feminina (Crisna Maria MULLER e Márcia BESING, 2018).

Esta visão androcêntrica, que considera as mulheres como seres menores e inferiores, a meio passo das crianças é muito antiga e remonta à cultura grega, que já excluía a mulher do mundo do pensamento e do conhecimento, que eram áreas muito valorizadas por essa civilização (Ana Maria COLLING, 2014).

Em Roma, o Direito se fez como um instrumento de perpetuação da assimetria homem-mulher, legitimando a inferioridade da posição social feminina, já que ao homem era dado todo o poder: sobre a mulher, sobre os/as filhos/as e também sobre os/as servos/as e os/as escravos/as (COLLING, 2014).

Na Idade Média, conhecida pela história como “idade dos homens”, a mulher passou a ser demonizada por sua descendência de Eva, símbolo do pecado e da tentação (Kellen

Jacobsen FOLLADOR, 2009) e o “relato da criação da mulher, bem como a da sua parte na tentação de Adão e sua conseqüente condenação por Deus, danando toda a humanidade, tem efeitos devastadores muito duradouros sobre a imagem da dignidade feminina” (COLLING, 2014, p. 64). Desta forma, podemos considerar que a tradição judaico cristã contribuiu decisivamente para a cominação da inferioridade da mulher.

Neste período, toda mulher que buscava aprofundar seus conhecimentos era considerada uma feiticeira e perseguida impiedosamente. Milhares de mulheres foram torturadas e mortas durante essa “caça às bruxas” que, sob o disfarce da religião, escondia muitas perseguições políticas que evidenciavam a articulação poder/saber/sexualidade (COLLING, 2014).

A reforma protestante trouxe algumas mudanças de mentalidade no que se referia às mulheres, especialmente no âmbito da sexualidade feminina. Aos poucos a visão que considerava a mulher como um ser regido por seu impulso sexual foi substituída pela ideia da mulher casta e isenta deste impulso mundano. Todavia, essa ideia da mulher luxuriosa e fonte do pecado não desapareceu imediatamente e nunca de todo (COLLING, 2014).

Até o século XIX, faz-se pouca questão das mulheres nos relatos históricos e as que aparecem são, quase sempre, excepcionais por sua beleza e virtude ou, ao contrário, tenebrosas por suas nocivas intervenções e suas vidas escandalosas (PERROT, 1995). A mulher era considerada um ser ambíguo, ora amada e admirada, ora odiada e repulsiva. Ora era um ser frágil e santo, ora era forte, perigosa e pecadora e, segundo Follador (2009), essa ambigüidade histórica impôs dois papéis centrais às mulheres: o de Eva, que servia para manchar a imagem da mulher maculada na imaginação e ideário masculinos e o de Maria, uma mãe zelosa e exemplo de santidade a ser seguido por toda mulher honrada.

Quando o culto à Virgem Maria se fortaleceu, ela passou a representar o ideal de mulher pura, assexuada e capaz de conceber sem pecar. Essa imagem virtuosa deveria ser seguida pelas mulheres em detrimento da herança deixada por Eva, que carregava o “castigo” da sexualidade, enquanto Maria era sinônimo de redenção que provou ser possível – e desejável – cumprir o papel de procriadora sem se deixar levar pelo desejo carnal (FOLLADOR, 2009).

[...] no Ocidente a imagem das mulheres ora foi diabolizada, ora santificada, e, a expressão diabólica compunha a noção de uma natureza sexuada selvagem, rebelde, má, cuja domesticação resultaria na imagem da “boa”, da “verdadeira” mulher. Os discursos fundadores dessas concepções em torno do feminino vão de Aristóteles a Paulo de Tarso, passando por inumeráveis caminhos discursivos e temporalidades diversas, entre o medievo, com as teorias de Santo Agostinho, e, a modernidade, com os discursos de Rousseau (FOLLADOR, 2009, p. 7).

Essas representações da mulher atravessaram os séculos e estabeleceram a diferenciação entre os sexos: à mulher, mãe e esposa dedicada, digna de ser louvada e santificada, destina-se o lar e o privado. Ao homem, destina-se o espaço público e político, onde centralizam-se o poder e a palavra. Estes limites da feminilidade, determinados pelos homens, são uma clara maneira de demarcar espaço, poder e identidade e debilitar o *status* público da mulher (COLLING, 2014).

Considerando que o Brasil foi colonizado por ocidentais, podemos concluir que os homens brasileiros herdaram muitos conceitos em relação à mulher dos moradores do velho mundo. Desta forma, a exigência de submissão, recato e docilidade foi imposta às mulheres desde o Brasil colônia, relegando-as ao âmbito do lar, onde sua tarefa seria cuidar dos/as filhos/as e do marido, sendo sempre submissa e obediente a ele (FOLLADOR, 2009). “Os projetos e as manifestações de desejos e sentimentos particulares tinham pouco ou nenhum espaço quando o que importava era o grupo familiar e, dentro dele, a vontade do seu chefe, o patriarca, era soberana” (Ana Silvia SCOTT, 2020, p. 16).

A maioria dos colonizadores portugueses que se estabeleceram no Brasil tomaram as terras e as mulheres pela força. Eles mantiveram relações sexuais primeiramente com mulheres indígenas e, depois, escravas africanas e, por meio dessas “relações”, produziram uma elevada miscigenação. Quando as mulheres brancas chegaram à colônia, elas mantiveram o arquétipo do modelo de Maria – belas, recatadas, do lar e da igreja (Eros de SOUZA; John R. BALDWIN e Francisco Heitor da ROSA, 2000).

As mulheres no Brasil colônia não podiam frequentar escolas. “Tanto as mulheres brancas, ricas ou empobrecidas, como as negras escravas e as indígenas não tinham acesso à arte de ler e escrever” (Arida Ines Miranda RIBEIRO, 2016, p. 79). O sexo feminino fazia parte do *imbecilitus sexus* – sexo imbecil – uma categoria a qual pertenciam mulheres, crianças e doentes mentais. As mulheres eram, então, treinadas para uma vida reclusa, na qual o casamento e a maternidade eram sua grande missão. Além disso, as mulheres brancas eram ensinadas a tolerar as relações extramatrimoniais do marido com as escravas (FOLLADOR, 2009).

Todavia, as mulheres mais humildes precisavam trabalhar, pois de muitas delas dependia o sustento da família e, sendo assim, acabavam por adentrar o espaço público, usualmente reservado aos homens. “Afora essas exceções, não podiam sair desacompanhadas e sua passagem pelos espaços públicos só era bem aceita se relacionada

às atividades da Igreja, como missas, novenas e procissões, o que para as jovens daquela época era uma forma de lazer” (FOLLADOR, 2009, p. 8).

A vigilância constante em torno da mulher era necessária para resguardar a virgindade, a fidelidade e a honra, da mulher e de toda a família.

Caso fosse solteira, a mulher era vigiada para que mantivesse essa qualidade, pois de sua castidade e pureza dependia a honra de todos os homens da família, ou seja, irmãos e pai. Quando casada a mulher era vigiada porque dela também dependia a honra do marido, tanto no que dizia respeito à fidelidade e a legitimidade da prole, quanto no que se referia à própria masculinidade do marido. Assim, cabia à mulher, em parte, a responsabilidade pela manutenção da honra dos homens da família a qual pertencia (FOLLADOR, 2009, p. 8).

A responsabilidade pela própria honra e pela honra dos homens da família fez com que as mulheres no Brasil Colônia não tivessem muito espaço para expressar pensamentos ou usufruir de lazer. Apenas as mulheres pobres, por precisarem trabalhar, desfrutavam de “privilégios” impensados pelas mulheres de boa família, que viviam enclausuradas em suas casas sob o olhar atento dos homens. Essa prisão feminina só foi amenizada com a chegada da Família Real ao Brasil, que se deu na passagem de 1807 para 1808, já que era de bom tom que as mulheres da elite frequentassem espaços públicos, como teatros, bailes, comércio e salões de beleza (FOLLADOR, 2009).

Com relação à educação feminina, a primeira lei que fez referência a esse direito data de 1827¹⁹ e menciona que as meninas podiam frequentar a escola somente até o nível elementar, sendo proibida sua entrada no Ensino Superior. “Dava-se destaque às prendas domésticas, como a costura, em detrimento da escrita e aritmética que, aliás, era diferente da aritmética ensinada aos meninos” (FOLLADOR, 2009, p. 13).

Neste período pôde-se ver avanços na luta por direitos no campo do trabalho, da educação e da política, áreas que eram tipicamente masculinas. As mulheres conquistaram empregos em ferrovias, nas atividades telegráficas, nos correios, na enfermagem, no secretariado e em áreas de produção. A instrução tornou-se mais acessível às mulheres que puderam cursar o ensino primário e secundário e também se dedicar ao magistério, tanto que de 1872 a 1900 o número de professoras nas escolas primária dobrou. Ser educadora era uma extensão do ‘papel natural’ das mulheres como cuidadoras e mães e, por isso, era uma carreira feminina possível. Contudo, a entrada das mulheres nesta profissão resultou

¹⁹ O acesso legal das mulheres brasileiras à educação escolar teve início em 5 de outubro de 1827 com a promulgação da Lei Geral do Ensino. Todavia, essa educação ficou restrita apenas às escolas femininas de primeiras letras (ROSEMBERG, 2020).

na redução de salários de educadores/as (SOUZA, BALDWIN e ROSA, 2000; FOLLADOR, 2009).

A abertura da sociedade para uma maior participação das mulheres deu-lhes a oportunidade de debater em assembleias questões como licença-maternidade, horas de trabalho, salários e melhores condições de trabalho. Contudo, uma Lei Comercial de 1850 proibiu que mulheres participassem do comércio sem a permissão dos maridos (Richard GRAHAM, 1990). Assim, as mulheres ocupavam poucas posições econômicas em ascensão no país, pois as carreiras femininas não deviam ir além dos problemas do coração e seu mundo, que era limitado ao papel de filha, esposa e mãe (SOUZA, BALDWIN e ROSA, 2000).

O final do século XIX trouxe para o Brasil a abolição oficial da escravatura, a instauração da República, uma intensa imigração e a decolada do processo de urbanização e industrialização. O país abandonava – ou aparentava abandonar – seu caráter agrário e “atrasado” e tantas mudanças fizeram com que o período entre o final do século XIX e início do século XX ficasse conhecido como a *Belle Époque* brasileira (SCOTT, 2020).

A modernização também se fez presente nos arranjos familiares, já que neste período a vontade dos indivíduos quanto à escolha do cônjuge ganhava um pouco mais de espaço. O casamento não estava mais tão subordinado aos interesses coletivos da família e do patriarca e o amor romântico, pelo menos em termos ideais, passou a ser relevante e reconhecido pela Igreja e pelo Estado (SCOTT, 2020).

O próprio discurso de médicos e higienistas (inspirados em ideias já consagradas na Europa) chegava a criticar a separação entre “sexo e amor”, advogando a integração de ambos no matrimônio como a forma mais saudável e moralmente recomendável de relacionamento. A intimidade passou a ser enaltecida e a vida familiar ideal era agora aquela do “lar doce lar”, em que os membros da família encontravam em casa a “proteção”, o “aconchego” e a “higiene” que contrastavam com as “agruras” e a “poluição” do mundo exterior (SCOTT, 2020, p. 17).

A “nova” família exigia uma nova mulher, que deveria ser uma mãe dedicada e amorosa que dispensava toda sua atenção e energia ao cuidado e educação dos/as filhos e filhas. Essa mulher também deveria ser – ainda – uma esposa afetiva e submissa ao marido, sendo seu único dever cuidar do lar, espaço feminino por excelência. E assim, essa (não) “moderna” família manteve a tradicional hierarquia com relação aos papéis femininos e masculinos, com o homem sendo a “cabeça” da casa e da família e a mulher uma subalterna e dependente (SCOTT, 2020).

O século XX é chamado de “o século das mulheres” em virtude das transformações aceleradas e rupturas obtidas em termos de costumes, valores e conquistas jurídicas. De acordo com Carla Bassanezi Pinsky (2020) e Joana Maria Pedro (2020), este foi um período de ampliação de direitos e oportunidades e de mudanças significativas, tanto na qualidade de vida das mulheres, quanto no imaginário coletivo. Essas mudanças só foram possíveis graças à ação de movimentos sociais, com destaque para os movimentos feministas e suas constantes pressões.

A atuação feminina nos campos da Literatura, Educação e Arte foi efetiva e constante. Além disso, as mulheres se tornaram ativas na política, concorrendo pela primeira vez à Câmara Federal em 1932 e, ao Senado, em 1934 (Moema DE CASTRO GUEDES e Clara ARAÚJO, 2011). As mulheres também atuavam nas indústrias e na imprensa, mesmo em meio à terríveis condições de trabalho e grande discriminação (SOUZA, BALDWIN e ROSA, 2000; Maria Ligia PRADO e Stella Scatena FRANCO, 2020).

[...] mulheres não tinham direito a férias remuneradas ou segurança no trabalho e sua jornada chegava a 16 horas de trabalho diárias, embora, para muitos homens, a carga horária diária já havia sido reduzida para oito horas (Burns, 1993). Os supervisores frequentemente usavam a força contra mulheres e crianças (Hall & Garcia, 1989) (SOUZA, BALDWIN e ROSA, 2000, p. 486).

Algumas revistas e jornais, com leitores/as limitados/as, mencionavam em seus textos a luta por direitos trabalhistas e melhores condições de trabalho para as mulheres, mas ainda enfatizavam a “vocação feminina natural” de serem as rainhas do lar (SOUZA, BALDWIN e ROSA, 2000).

Em 1910 funda-se o Partido Republicano Feminino e, embora as mulheres ainda não tivessem direito ao voto, aquele era o espaço ideal para debates e para a expressão de ideias e opiniões, incluindo a luta pela emancipação e sufrágio feminino. Inicia-se aqui a primeira onda do feminismo no Brasil. As sufragistas brasileiras foram lideradas pela feminista Bertha Lutz (1894 – 1976), bióloga e cientista que iniciou a luta pelo voto no Brasil, movimento conhecido como sufragismo (Céli Regina Jardim PINTO, 2010; Rachel SOIHET, 2020).

Logo após a conquista feminina do direito ao voto, o Presidente Getúlio Vargas fechou o congresso e instaurou uma ditadura no país, a qual deu o nome de Estado Novo. As mulheres tiveram sua participação na política eleitoral, entre outros poucos direitos, suspensos (SOUZA, BALDWIN e ROSA, 2000). E no intervalo de mais ou menos 30 anos entre a primeira e segunda onda do feminismo, um livro se tornou fundamental para o

movimento: *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir que estabeleceu uma das máximas do feminismo: “*não se nasce mulher, se torna mulher*” (PINTO, 2010).

Os movimentos feministas voltaram, então, a ganhar força no Brasil, a exemplo de outros países, no início da década de 1970. Neste período, a mulher conseguiu romper importantes barreiras legais que ainda impediam seu acesso irrestrito à educação e, em 1971, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (BRASIL, 1971), que atribuiu equivalência entre os cursos secundários e facilitou a entrada das mulheres em cursos universitários.

A partir de então, o curso normal secundário, ramo imensamente frequentado pelas mulheres desde o final do século XIX, não mais foi discriminado por ser “apenas” um curso profissionalizante, mas passou a possibilitar, também, o acesso ao ensino superior. A partir de então, as inúmeras normalistas poderiam ingressar na academia. E foi o que fizeram (ROSEMBERG, 2020, p. 334).

Assim, o processo acelerado de urbanização, iniciado nos anos de 1960, deu visibilidade às mulheres, sendo que a presença feminina aumentou em diversos espaços públicos, como universidades e empregos formais. Rostos femininos, geralmente pertencentes a mulheres brancas, eram vistos também em manifestações de rua nas quais reivindicavam, entre outras coisas, a inclusão feminina no sistema político brasileiro (PEDRO, 2020).

As mulheres estiveram, por exemplo, nas Marchas da Família com Deus pela liberdade, de direita, ocorridas antes do Golpe Militar, e na Passeata dos 100 mil, de oposição ao governo, no Rio de Janeiro, em 26 de junho de 1968. Ao longo das décadas de 1960, 70 e 80, mulheres atuaram ainda nos clubes de mães, nos movimentos por creche, nas marchas da “panela vazia” (ou “panelaços”), nas reivindicações por anistia política (aos presos e aos perseguidos pelo regime) e no movimento Diretas Já (por eleições diretas). Além disso, criaram associações feministas específicas e “casas de mulher”. Nos sindicatos, reivindicavam a existências de seções femininas e exigiam a inclusão de mulheres nos cargos de diretoria; realizavam encontros de trabalhadoras e participaram ativamente da vida sindical (PEDRO, 2020, p. 240-241).

Contudo, apesar de tantas militâncias e conquistas para o universo feminino, a sexualidade, o corpo e o prazer da mulher ainda eram duramente vigiados e até o início da década de 1970 obter informações sobre corpo e prazer sexual era uma missão quase impossível. Até porque, a mulher distinta e respeitável não deveria sentir desejo e, tão pouco, prazer, pois toda sua energia deveria ser gasta com a maternidade (PEDRO, 2020).

A necessidade de debater a sexualidade e liberdade da mulher foi reconhecida em vários países e, no Brasil, as conclusões de cientistas ficaram conhecidas por meio da imprensa, em especial, revistas voltadas para camadas sociais médias e urbanas. Essas pesquisas passaram a servir de ponto de referência para as pessoas refletirem a própria

sexualidade e o sexo, antes interdito, passou a ser tema de conversas e, pouco depois, de reivindicações (PEDRO, 2000).

A chegada da pílula anticoncepcional na década de 1960 também é um linde para a história das mulheres no país, pois a existência deste método ajudou a consolidar na mente das pessoas a separação – necessária – entre reprodução e sexualidade com o aval das ciências médicas. Assim, o debate do prazer feminino nas relações sexuais tornou-se uma questão ainda mais relevante. Além disso, a pílula trouxe, pela primeira vez, a oportunidade de planejamento familiar por parte das mulheres, bem como a aspiração por uma carreira profissional que as levassem para além de suas casas e afazeres domésticos. Elas puderam, enfim, planejar outros futuros (PEDRO, 2020).

Todavia, precisamos considerar que, historicamente, o Brasil tem sido um país que se opõe a qualquer tipo de controle de natalidade. Em 1978, o presidente Ernesto Geisel, (1907-1996), que governou entre 1974 a 1979, sugeriu que o governo fornecesse à população os meios para o controle da natalidade e algumas medidas de planejamento familiar foram instituídas, entre elas, a distribuição de pílulas anticoncepcionais para mulheres, principalmente as que fossem pobres, não-brancas ou indigentes (PEDRO, 2020).

Grupos pró-natalistas e pró-controlistas entraram em embates sobre a distribuição das pílulas, uma questão que não estava relacionada apenas ao gênero, mas também à religião, economia e à raça. As feministas opuseram-se à separação da saúde sexual de outros aspectos da saúde feminina e reivindicavam que o planejamento familiar fosse uma questão de debate público no campo do direito reprodutivo e não uma decisão indireta de governo a respeito do controle de natalidade (SOUZA, BALDWIN e ROSA, 2000).

De acordo com Débora Diniz (2020), as técnicas, políticas, legais e culturais, relativas aos métodos contraceptivos – tais como a pílula anticoncepcional – não tiveram, no Brasil, paralelo na questão do aborto. Diferentemente de países, tais como Cuba e Uruguai, em que a descriminalização do aborto foi o passo seguinte à disseminação dos métodos contraceptivos médicos, no Brasil houve – e ainda há – uma dissociação política desses dois domínios reprodutivos e, ainda hoje, o aborto é considerado crime no país e segue o Código Penal de 1940 (BRASIL, 1940). Além disso, a permanência da moral cristã, que descreve o aborto como um pecado, contribui para que as discussões acerca da sua descriminalização não avancem em termos políticos e jurídicos.

A Lei do Divórcio²⁰ (BRASIL, 1977) foi um importante divisor de águas com relação aos direitos e a independência da mulher no Brasil e, para que se concretizasse, foi preciso muita luta por parte de seus defensores – homens e mulheres – já que o casamento, indissolúvel, foi de domínio exclusivo da Igreja Católica por séculos, sem qualquer interferência do Estado. Contudo, apenas em 2010, foi aprovada a Emenda Constitucional n. 66/2010 (BRASIL, 2010) que excluiu todas as condicionalidades e o divórcio passou a ser direto e sem prazo estabelecido (Iáris Ramalho CORTÊS, 2020).

Com a redemocratização do país na década de 1980, após anos de ditadura, o feminismo entra em uma fase efervescente na luta pelos direitos das mulheres e muitos temas – violência, sexualidade, direito ao trabalho, igualdade no casamento, direito à terra, direito à saúde materno-infantil, racismo e orientação sexual – entram em pauta. É válido ressaltar que, no Brasil, o regime militar fez muita diferença para o feminismo que se constituiu no país. Na Europa, por exemplo, o principal inimigo das feministas era o patriarcado. No Brasil, devido às mazelas sociais e políticas, as mulheres precisavam ir além de combater o machismo ou defender a liberdade sexual feminina. Aqui, as feministas se posicionavam contra o patriarcado – é claro –, mas precisavam assumir lutas coletivas e a busca pela emancipação feminina posicionava-se lado a lado com a luta por uma sociedade mais justa e democrática (PEDRO, 2020).

Assim, os grupos feministas organizavam-se, muitas vezes, próximos a movimentos populares de mulheres, fortemente influenciados por comunidades católicas, que estavam em bairros pobres e favelas lutando por educação, saneamento, habitação e saúde. Este encontro de movimentos foi essencial para que o feminismo tivesse uma interface com classes populares, o que fomentou novas percepções, discursos e ações de ambos os lados (PINTO, 2010).

²⁰ A Lei do Divórcio – Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977 – foi integrada ao Código Civil brasileiro de 1916 e passou a regular casos de dissolução da sociedade conjugal e seus efeitos. Contudo, embora a Lei do Divórcio representasse um considerável avanço ao direito da família, já que regulava a possibilidade do divórcio no ordenamento político, a Igreja ainda tinha forte influência sobre as questões matrimoniais e criou a separação judicial – separação de corpos – sob o argumento da necessidade de reflexão aos cônjuges, uma vez que o casamento era de suma importância para a manutenção da instituição cristã. Durante o período de separação judicial, o casal poderia reconciliar-se ou optar pela continuidade do processo de divórcio. Destacamos que neste período a mulher foi desobrigada a portar o patronímico do marido, embora a chefia da sociedade conjugal continuasse sob domínio masculino em muitos aspectos. Foi neste período que o regime da comunhão parcial de bens foi adotado como legal e a mulher passou a ter direitos às conquistas materiais após o enlace matrimonial (Raquel Rosan Christino GITAHY e Maureen Lessa MATOS, 2007). A Ementa Constitucional nº 66/2010 alterou o texto constitucional e determinou que o casamento civil poderia ser dissolvido pelo divórcio sem a necessidade da prévia separação judicial/separação de corpos (CORTÊS, 2020).

A Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) ficou conhecida como “Constituição Cidadã” e foi elaborada com ampla participação da sociedade, incluindo mulheres pertencentes a movimentos feministas, que foram um dos grupos mais ativos, conseguindo incluir na Carta Magna a grande maioria das reivindicações da época. Uma das principais conquistas é a isonomia, que garante a igualdade de direitos e obrigações de todos e todas perante a Lei, sem distinção de qualquer natureza (CORTÊS, 2020)

Inovações importantes também foram feitas no capítulo dedicado à família, sendo que os direitos e deveres relacionados à vida conjugal passaram a ser exercidos igualmente por homens e mulheres, abolindo a posição superior e de chefia antes atribuída legalmente ao homem (CORTÊS, 2020).

A luta contra as muitas violências sofridas pela mulher marcou a década de 1990 e os anos 2000. O movimento feminista atuou ao lado de Organizações Não-Governamentais em intervenções, junto ao Estado, a fim de aprovar medidas protetivas para a mulher que era vítima, principalmente, de violência doméstica. “Além das Delegacias Especiais da mulher, espalhadas pelo país, a maior conquista foi a Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006), que criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher” (PINTO, 2010, p. 17).

Essa lei é “um marco no cumprimento de garantias internacionais e constitucionais sobre o direito das mulheres a uma vida livre de violência” (Rebecca Reichmann TAVARES, 2011, p.7). Contudo, apesar dos avanços, o Brasil continuou – e continua – sendo um país violentamente desigual, inclusive no que se refere ao universo feminino.

No período compreendido entre o final do século XX e início do século XXI, o Brasil passou por importantes transformações demográficas, culturais, educacionais e econômicas, sendo que estas tiveram grande impacto na participação da mulher no mercado de trabalho. A queda da taxa de fecundidade, a redução do tamanho das famílias, a expansão da escolaridade e o ingresso nas universidades viabilizaram o acesso de muitas mulheres a novas oportunidades de trabalho (Cristina BRUSCHINI, Maria Rosa LOMBARDI, Cristiano Miglioranza MERCADO e Arlene RICOLDI, 2011).

O relatório da ONU Mulheres (BRASIL, 2011) aponta que em 2009, 59% dos/as concluintes no Ensino Superior eram do sexo feminino. “No entanto, em que pese o incremento das mulheres ao Ensino Superior, esse se deu, sobretudo, em áreas tradicionalmente femininas, como Educação, Saúde e Bem estar Social, Serviços, e Humanidades e Artes.” De toda a forma, as mulheres superaram os homens em média de

anos de estudo, tanto na população em geral, quanto no mercado de trabalho (BRUSCHINI, LOMBARDI, MERCADO e RICOLDI, 2011).

Contudo, é válido ressaltar que muitas mulheres continuam atuando em empregos precários – trabalhos domésticos, ocupações não-remuneradas e/ou para consumo próprio – e seguem ganhando menos que os homens. Além disso, elas continuam sendo as principais responsáveis – se não as únicas – pelos cuidados com os/as filhos/as e pelos afazeres domésticos (BRUSCHINI, LOMBARDI, MERCADO e RICOLDI, 2011).

No campo político, em 2010, o Brasil elegeu a primeira mulher Presidenta da República, Dilma Rousseff, que nomeou nove mulheres ministras e priorizou o empoderamento econômico feminino, bem como o enfrentamento à violência de gênero. Mas, apesar dos avanços, o país “não conseguiu melhorar a situação da maioria das mulheres brasileiras, especialmente das mais pobres, rurais, negras e indígenas, que continuam a experimentar exclusão social e violência” (TAVARES, 2011, p. 8).

Atualmente, apesar de compor a maioria do eleitorado brasileiro, o número de mulheres a ocupar cargos no Poder Legislativo ainda é ínfimo. Hoje, as mulheres frequentam escolas, universidades, fazem pesquisa e ingressam no mercado de trabalho em busca de sucesso e reconhecimento em suas carreiras profissionais, ocupando cargos que até poucas décadas atrás só poderiam ser ocupados por homens. Algumas mulheres conciliam a realização profissional com a maternidade, muitas vezes assumindo jornadas duplas, e outras se abstêm da “missão” de ser mãe. Hoje, muitas mulheres têm opções e oportunidades. Estar escrevendo esta tese é uma oportunidade dada a nós por todas aquelas que lutaram pelos direitos das mulheres ao longo da história.

Contrariando completamente nossas projeções passadas a respeito dos avanços esperados para o século XXI, hoje, na década de 2020, estamos experimentando o sabor amargo do retrocesso e muitos dos nossos direitos já conquistados estão sendo questionados devido a uma onda intensa de conservadorismo que tomou conta do país há cerca de dez anos e que vem se intensificando desde as eleições presidenciais de 2018.

Em suma, no Brasil, a luta pelos direitos femininos fez grande progresso e o *status* das mulheres está aumentando em ritmo acelerado. Contudo, o progresso vem sempre acompanhado pela estagnação e constante tensão. A mulher ainda é vista como mãe e cuidadora e que merece ser protegida e guardada. A cultura brasileira ainda valida a esfera pública, social e econômica como sendo de domínio masculino e desvaloriza a esfera privada, considerada um *locus* feminino. As mulheres ainda são socializadas para serem

passivas, enquanto que os homens são ensinados a dominar. As violências contra a mulher não diminuíram e o assédio sexual é um fantasma constante em nossa rotina. O controle dos corpos femininos, principalmente no que diz respeito às questões estéticas, é intenso e o aborto ainda não foi legalizado.

Nós mulheres vivemos sempre em uma corda bamba quando a questão é a conquista e manutenção dos nossos direitos e do nosso espaço na sociedade. Ainda há muita luta no campo da política, da economia, da educação, da ciência e da cultura e precisamos enfrentar cada pequena batalha por nós, pelas mulheres que lutaram por nossos direitos e, principalmente, pelas mulheres que virão.

3.2 A mulher rural: recatadas, do lar e da roça.

As mulheres sempre desempenharam um papel basilar e constante no desenvolvimento sociocultural e econômico do território rural e esse papel vai além da participação em atividades agrícolas ou domésticas, já que também se relaciona aos costumes, tradições e valores (Giovana Sitó ALVES, Léia Beatriz SELL e Amanda Motta CASTRO, 2018).

Após o final da escravidão no Brasil, em 1888, as fazendas de café adotaram o sistema de colonato, no qual os homens fazendeiros contratavam famílias inteiras de trabalhadores/as – preferencialmente imigrantes – para cultivar os cafezais e participar da colheita, que ia de maio a agosto, sendo estas famílias remuneradas de acordo com as sacas de café colhidas, além de ter o direito de morar em uma das casas da colônia (Maria Izilda Santos MATOS e Andrea BORELLI, 2020).

Uma amostra da força de trabalho feminina neste regime de colonato pode ser aferida por meio de um censo realizado em 1907 no município de São Carlos, localizado no Estado de São Paulo: do total de 18.493 mulheres presentes no município, 76% – 14.125 mulheres – habitavam o meio rural. Destas, 8.199 mulheres tinham mais de doze anos e declararam profissão rural, sendo que 5.546 mulheres – 75% – eram colonas (RECENSEAMENTO, 1907).

Contudo, apesar da grande quantidade de mulheres no campo, o trabalho feminino era caracterizado como ajuda ao trabalho masculino, o que determinava sua invisibilidade, apesar da sua crucial importância para a subsistência e manutenção familiar, uma vez que, as mulheres, além de trabalharem nos cafezais e se ocupar dos afazeres domésticos – cuidados com os/as filhos/as, lavagem de roupas, comida e limpeza da casa –, eram responsáveis pela lavoura de subsistência localizada em áreas definidas pelos homens

fazendeiros, onde se plantava, principalmente, milho e feijão. Elas também cultivavam hortas, criavam animais de pequeno porte – porcos e galinhas – cuidavam de uma ou duas vacas, quando havia, preparavam carnes – salgar e defumar – produziam embutidos, banha e sabão, além de variedades de farinhas – de milho e de mandioca. Produziam doces, conservas, queijos e manteiga e o excelente dessa produção era comercializado e correspondia a uma parte considerável da renda familiar (Maria Izilda Santos MATOS, Oswaldo TRUZZI e Carla Fernandes CONCEIÇÃO, 2018; MATOS e BORELLI, 2020).

As mulheres tinham, portanto, uma jornada justaposta, enquanto os homens possuíam uma jornada única de trabalho. E todas elas, casadas ou solteiras, eram submetidas às exigências do trabalho rural e doméstico desde muito jovens.

[...] À época em que ainda eram filhas, o pai e a mãe iam ao cafezal acompanhados, se fosse o caso, pelos filhos homens em idade de trabalhar. A filha mais velha dentre as mulheres ou dentre todos os filhos ficava em casa, cuidando dos irmãos menores. Quando a menina adquiria a idade para o trabalho no cafezal (10 a 12 anos) ia no lugar de sua mãe. A mãe voltava, então, para casa, para os trabalhos domésticos, os afazeres do quintal, as criações e a maternagem. A filha, entretanto, além de realizar o trabalho no cafezal, ao retornar à casa auxiliava a mãe nas atividades domésticas e na maternagem (Carmem Silvia ANDRIOLLI, 2006, p. 97-98).

O sistema de colonato persistiu até o final da década de 1950, mesmo frente às tensões e abusos do patronato, e coexistiu nas áreas rurais com o trabalho assalariado e os sistemas de parceria e arrendamento. Mas, a partir dos anos de 1960, a modernização da agricultura, a concentração de propriedades e de renda, a redução de postos de trabalho e a precarização das condições de trabalho, bem como o êxodo rural, fizeram surgir um/a novo/a tipo de trabalhador/a rural: os/as “boias-frias²¹” (MATOS e BORELLI, 2020).

Boia-fria é o nome popular dado ao/a trabalhador/a rural volante, residente na zona urbana ou suburbana, que presta serviços rurais de forma autônoma e temporária. Esse termo refere-se ao fato do/a trabalhador/a levar sua comida – a boia – em marmitas que eram consumidas ao longo da jornada de trabalho, quase sempre quando já estavam frias. Esses/as trabalhadores/as eram contratados/as pelos/as proprietários/as de grandes lavouras – cana-de-açúcar, algodão, café, soja, entre outros – nos períodos de safra. “Turmeiros/as”, “gatos/as” ou empreiteiros/as também faziam as contratações e o transporte desses/as trabalhadores/as, geralmente em caminhões. Assim, homens e mulheres passaram a enfrentar, durante longas e exaustivas jornadas, um trabalho árduo, feito sem as mínimas condições sanitárias e submetidos/as a metas diárias de produtividade. Os salários eram

²¹ Os trabalhadores rurais volantes recebem denominações diferentes segundo as regiões do país: “boia-fria” no Paraná e São Paulo, “pau de arara” em certas regiões de São Paulo, “clandestinos” na zona canavieira de Pernambuco e “trabalhador alugado” no Rio Grande do Norte (CASAGRANDE, 1983).

pagos apenas pelos dias efetivos trabalhados ou pelas tarefas realizadas (Iolanda CASAGRANDE, 1983; MATOS e BORELLI, 2020).

Devemos considerar que a legislação brasileira foi, por vezes, omissa com o trabalho rural na questão do registro de empregados/as temporários/as, de maneira que homens e mulheres, muito embora desenvolvessem um árduo trabalho, não possuíam nenhuma cobertura legal para tipificar o vínculo empregatício. Nesse período, habitantes das cidades próximas a essas monoculturas ou vindos/as sazonalmente de outras áreas rurais não tinham mais como manter as culturas de subsistência – por falta de terra e recursos financeiros – o que gerou um aumento dos gastos – aluguel, comida e energia elétrica – generalizando a miséria de toda a categoria de boias-frias, incluindo mulheres e crianças (Eloah Nazaré Varjal de Melo RISK, Mauro José Andrade TERESO e Roberto Funes ABRAHÃO, 2010).

Desta forma, no corte da cana, na colheita de laranjas, do café, do algodão, entre outras culturas, as dificuldades da mulher rural foram acentuadas. Isso porque, pelo sistema de boia-fria, o trabalho das mulheres tornou-se individualizado e não mais uma parte do trabalho familiar e seus ganhos, comparados com os dos homens, eram inferiores em função da menor produtividade. Além disso, elas ficavam mais expostas a situações de assédio sexual e moral, escárnio e violências durante a jornada de trabalho (MATOS e BORELLI, 2020).

Ao longo das décadas de 1980 e 1990, as boias-frias reivindicaram melhores condições de trabalho e benefícios de seguridade social em manifestações e greves da categoria. Conseguiram, assim, que demandas específicas, como a licença-maternidade, fossem parcialmente incorporadas pelos movimentos de trabalhadores rurais (MATOS e BORELLI, 2020, p. 141).

Presentes na casa, no quintal, na roça e na luta por terra, as mulheres sempre buscaram reconhecimento e direitos trabalhistas que as tornassem mão-de-obra visível no meio rural. Elas eram responsáveis por parte da renda familiar e nos períodos pós-parto, quando eram impedidas de voltar ao trabalho na roça por questões biológicas, a família toda sofria privações (MATOS e BORELLI, 2020). À vista disso, o direito ao registro trabalhista e a licença-maternidade foram importantes conquistas femininas.

Contudo, para as trabalhadoras rurais muitas dificuldades persistiram enquanto outras pareceram aumentar com o processo de capitalização e mecanização do campo, uma vez que essas mudanças provocaram a diminuição das possibilidades femininas ao limitar o número de mulheres entre os/as contratados/as como boias-frias e, dentre elas, selecionar as mais jovens e produtivas (MATOS e BORELLI, 2020).

Logo, um dos grandes desafios impostos às mulheres a partir deste processo de mecanização foi o manuseio das máquinas necessárias para a atuação nas lavouras, que eram, geralmente, fabricadas como produtos destinados ao público masculino. Além disso, o modelo de gestão sempre e ainda existente na zona rural, no qual a atuação da mulher era caracterizada como extensão do doméstico e como um complemento ou ajuda ao trabalho masculino, invisibilizou e desvalorizou a atuação da mulher rural, atribuindo-lhe um caráter secundário e subalterno ao trabalho principal, do homem, além de restringir o acesso às informações e conhecimentos técnicos acerca dos maquinários agrícolas e das novas tecnologias rurais.

Essa falta de reconhecimento da mulher rural como profissional, que perdurou até a década de 1980, significou para muitas uma total dependência do parceiro, uma vez que até a Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) elas estavam excluídas do sistema previdenciário e dos espaços de representação social e política (MATOS e BORELLI, 2020).

Cabe ressaltar, então, que a mulher rural também viveu sob o forte domínio do patriarcado e do machismo. À menina-mulher, nascida no seio de uma família rural tradicional, caberia “ser boa filha, o que significa obedecer às normas do grupo familiar, ajudar a mãe com a manutenção da casa e cuidado dos irmãos menores” (Silvia Regina Marques JARDIM, 2015, p. 2278). Logo, a obediência e a submissão também marcaram a vida de mulheres rurais que, no campo, são consideradas agentes de aglutinação da vida social, além de serem as responsáveis pela garantia da reprodução social do trabalho feminino, que se caracteriza pelo desenvolvimento de diversas atividades como o cuidado da casa, com as roupas, alimentação da família e atividades voltada ao autoconsumo familiar – cultivo de hortas e criação de animais.

Jardim (2015), buscando verificar a trajetória de um grupo familiar, bem como as diferenças de geração no que diz respeito a gênero, entrevistou adolescentes do sexo feminino, com idades entre 12 e 16 anos, suas mães e algumas avós. A autora buscou estudar também elementos que apontavam ruptura e/ou continuidade de geração no que se referia aos anseios, experiências e necessidades que configuram a diversidade de vivências da mulher rural.

A partir das entrevistas, a autora verificou que as avós, desde muito jovens, foram responsabilizadas pelo cuidado da casa e pelo trabalho no campo e não tiveram muito tempo de “curtir a juventude” e nem oportunidades de estudos. Elas casaram-se cedo e tiveram, em média, dez filhos/as. As filhas destas mulheres também tiveram sua infância marcada

pelo trabalho doméstico e rural e precisaram abandonar a escola em função das necessidades econômicas da família (JARDIM, 2015).

Conforme Alceu Ravello Ferraro (2012), até meados do século XX, a escolarização da população rural esteve fora do quadro de preocupações do Brasil e o interesse por esse segmento surge no país apenas quando o analfabetismo começa a incomodar a cidade, local em que o desenvolvimento industrial e a expansão do comércio passaram a atrair migrantes rurais, em grande parte analfabetos/as.

A Educação do Campo (EC) é, portanto, uma conquista de movimentos sociais camponeses e foi reconhecida como política pública somente no início da década de 2010 (FERRARO, 2012). Assim, é válido ressaltar que, por muito tempo, a população rural – e entre ela, a mulher – permaneceu alijada das discussões e políticas públicas acerca da Educação Sexual escolar devido à morosidade de estruturação da própria EC, que surge justamente na intenção de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e menos desigual no campo educacional.

As avós entrevistadas por Jardim (2015), com idades entre 53 e 75 anos, falaram sobre uma vida de muito trabalho e relataram que foram impedidas de estudar pelos/as pais/mães, que só permitiam o acesso à educação formal aos filhos homens. Já as filhas destas mulheres afirmam que a falta de escolas e à distância física das instituições de ensino básico levaram-nas à evasão escolar. O trabalho na roça e as necessidades financeiras das famílias dificultaram o acesso ao conhecimento escolar e o Estado não pôde garantir a estas e muitas outras mulheres rurais o direito social de acesso à educação escolar.

Todavia, essas mulheres, com idade entre 29 e 47 anos, concentram todos os seus esforços em oferecer às filhas e filhos o estudo e oportunidades que não tiveram em sua juventude. O maior acesso à escolarização entre as gerações mais novas é o resultado de estratégias familiares e movimentos sociais que visam garantir o acesso e continuidade dos estudos para crianças e jovens que vivem no meio rural (JARDIM, 2015).

Na próxima seção iremos apresentar a metodologia utilizada para o desenvolvimento da nossa pesquisa, bem como os referenciais teóricos sobre História Oral que foram adotados por nós para a coleta das narrativas por nós analisadas.

4. Caminhos metodológicos

*Todas as revoluções
que eu desejo
começam em mim
as mudanças mais bonitas
não vêm com calma e sossego
são uma ventania incontrolável
jogando tudo para cima
nada cai no mesmo lugar
nem as coisas
nem o coração
nem você
- o tempo fechado nos abre
(Ryane LEÃO, 2019, p. 7-8)*

Por caminhos metodológicos entende-se o trilhar do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade (Maria Cecília de Souza MINAYO, 2001). Nesse sentido, esta trilha ocupa um lugar de destaque no interior das teorias que compreendem um conjunto de fenômenos e processos.

Assim, nessa seção apresentamos os caminhos metodológicos escolhidos durante esse estudo e, para tanto, discorremos sobre a abordagem de pesquisa adotada, sobre o contexto de sua produção, sobre as participantes envolvidas, sobre os instrumentos de coleta de dados, bem como sobre o referencial teórico adotado, sendo ele a História Oral.

4.1 A pesquisa qualitativa

Quais caminhos metodológicos devemos seguir em uma pesquisa acadêmica? Essa é, sem dúvida nenhuma, uma das questões mais inquietantes para o/a pesquisador/a no início de toda e qualquer pesquisa e, nesta tese, escolhemos como parceira a abordagem qualitativa, nossa velha conhecida desde os tempos da graduação e mestrado. Ao nos propormos a investigar a Educação Sexual de mulheres criadas totalmente ou parcialmente no campo/zona rural, que tiveram pouco ou nenhum acesso à escola, bem como discutir as representações sobre a biologia dos corpos, gênero e sexualidade construídas por elas a partir de suas crenças e vivências, entendemos que a pesquisa qualitativa poderia nos levar a esboços e considerações relevantes sobre essas histórias de vida e nos fazer andar por caminhos que não foram delineados previamente e que, tampouco, buscaram comprovar ou refutar hipóteses, mas sim nos oferecer possibilidades de criar algo novo a respeito das questões de gênero e da dimensão da Educação Sexual na vida de todos e todas. Destarte, gostaríamos que vocês, nossos/as leitores/as, também pudessem conhecer a pesquisa qualitativa com mais detalhes nos parágrafos que se seguem.

Com o sucesso do conhecimento científico para a explicação de fenômenos naturais, tais como os astronômicos, físicos, químicos e biológicos, e em decorrência dos seus pressupostos filosóficos, a ciência passou a encarar também homens e mulheres como objetos de seu conhecimento, a ser abordado da mesma maneira que os outros fenômenos naturais. O ser humano seria um ser natural como todos os outros, submetido às mesmas leis de regularidade, acessível, portanto, aos procedimentos de observação, experimentação e mensuração (Antônio Joaquim SEVERINO, 2016). Dessa forma, ao longo da modernidade e, particularmente, a partir do século XIX, o campo das Ciências Humanas ficou à mercê do paradigma positivista, que tinha como base o pensamento de Augusto Comte (1789-1857). Para o modelo positivista, as áreas do conhecimento deveriam passar pelo crivo da verdade, sendo que só poderia ser considerado conhecimento científico aquilo que pudesse ser submetido à experimentação, uma vez que a teoria era supostamente neutra e refutava toda a subjetividade. A ciência era considerada única e verdadeira e a pesquisa era um meio de comprovação de hipóteses levantadas por meio da observação de fatos e fenômenos (Mirian GOLDENBERG, 2003; Menga LÜDKE; Marli Elisa Dalmaso Afonso ANDRÉ, 2012).

Todavia, à medida que foram se desenvolvendo os estudos sobre os diferentes aspectos da fenomenalidade humana, os/as pesquisadores/as começaram a perceber que outros paradigmas poderiam ser utilizados, com resultados igualmente satisfatórios no que concerne à eficácia explicativa.

A partir da década de 1980 as críticas ao Positivismo no meio acadêmico se intensificaram e o aumento das publicações de artigos científicos com a abordagem qualitativa foi reflexo desse descontentamento, o que resultou em uma nova forma de estudo e reflexão sobre os fenômenos sociais e humanos. Rompe-se então com o monolitismo do paradigma positivista e outros pressupostos epistemológicos são assumidos para fundamentar o conhecimento humano (SEVERINO, 2016).

As pesquisas denominadas qualitativas têm como preocupação fundamental o estudo e a análise do mundo empírico em seu ambiente natural, sendo que um dos seus princípios é de que o processo importa mais que o produto, que, por conseguinte, é decorrente do modo de produzir, do modo como o/a pesquisador/a articula seus dados e produz conhecimento. Nessa abordagem, o contato direto e prolongado do/a pesquisador/a com o ambiente e situação que está sendo estudada é valorizado, uma vez que o fenômeno pode ser melhor observado e compreendido no contexto em que ocorre e do qual faz parte. Aqui o/a pesquisador/a deve usar sua própria pessoa como o instrumento mais confiável de

observação, seleção, análise e interpretação dos dados coletados, uma vez que o termo qualitativo implica em uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que se constituem em objetos de pesquisa e, desse convívio, são extraídos os significados visíveis e latentes que são perceptíveis apenas a uma atenção sensível, da qual o/a autor/a traduz em um texto escrito com competências científicas, os significados acessíveis ou ocultos do seu objeto de pesquisa (Arida Schimdt GODOY, 1995; CHIZZOTTI, 2003).

A investigação qualitativa trabalha com crenças, hábitos, valores, atitudes, representações, opiniões e aprofunda-se na complexidade dos fatos e processos particulares e específicos de indivíduos e grupos (Maria Angela Silveira PAULO, 1999). A palavra escrita ocupa um lugar de destaque na abordagem qualitativa e desempenha um papel fundamental tanto no processo de coleta de dados quanto na disseminação dos resultados obtidos. Rejeita-se a expressão quantitativa e numérica e os dados coletados aparecem sob a forma de transcrições de entrevistas, anotações de campo, fotografia, vídeos, desenhos e vários tipos de documentos, sendo que todos os dados da realidade são relevantes e devem ser analisados para a compreensão ampla do fenômeno. O ambiente e as pessoas nele inseridas devem ser olhados historicamente, não sendo reduzidas a variáveis, mas observadas como um todo (GODOY, 1995).

Os/As pesquisadores/as têm sua preocupação no processo e não simplesmente no resultado do produto, já que o interesse maior está em verificar como determinado fenômeno se manifesta nas atividades, procedimentos e interações diárias. Não é possível entender o comportamento humano sem a compreensão da estrutura na qual os indivíduos interpretam seus sentimentos, pensamentos e ações (GODOY, 1995).

Nas últimas décadas, a pesquisa qualitativa recobre um campo transdisciplinar que envolve as Ciências Humanas e Sociais e assume tradições ou multiparadigmas de análise que resultam do Positivismo, da Fenomenologia, da Hermenêutica, do Marxismo, da Teoria Crítica e do Construtivismo e que adota multimétodos de investigação para o estudo de fenômenos situados nos locais onde ocorrem, na tentativa de encontrar os sentidos desses fenômenos e de interpretar os significados que as pessoas dão a eles (CHIZZOTTI, 2003).

Para Antonio Chizzotti (2003, p. 233) a pesquisa qualitativa abriga

[...] uma modulação semântica e atrai uma combinação de tendências que se aglutinaram, genericamente, sob este termo: podem ser designadas pelas teorias que fundamentam: fenomenológica, construtivista, crítica, etnometodológica, interpretacionista, feminista, pós-modernista; podem, também, ser designadas pelo tipo de pesquisa: pesquisa etnográfica, participante, pesquisa-ação, história de vida, etc. [...] outros preferem denominar pesquisa de campo para designar o local físico e social onde os dados foram coletados em diferenciação aos locais

que exercitam o controle, como laboratórios; genericamente chamada, também, por alguns, pesquisa de cunho etnográfico, fenomenológico, construtivista, etc. para indicar a adoção dos fundamentos e procedimentos da pesquisa, sem, contudo, adotar todas as particularidades de um estudo de uma disciplina científica. ImproPRIAMENTE e, às vezes, ironicamente, é designada pesquisa leve (soft), realizada no convívio com pessoas e fatos, oposta às ciências que se autodenominam duras (hard), realizadas na impessoalidade dos dados, nas clausuras laboratoriais ou em laboriosas exegeses estatísticas.

Assim, é válido considerar que diferentes tradições e metodologias de pesquisa evocam o título qualitativo e, para tanto, partilham o pressuposto básico de que a investigação dos fenômenos humanos, sempre saturados de razão, liberdade e vontade, possuem características específicas, pois criam e atribuem significado ao mundo e às pessoas nas intenções sociais e estas podem ser desveladas, descritas e analisadas (CHIZZOTTI, 2003).

Ao trazer para a luz da pesquisa acadêmica histórias de vida de mulheres idosas, que passaram parte de suas vidas no campo, com ênfase nas questões de corpo, gênero e sexualidade, o caminho da pesquisa qualitativa nos pareceu o mais bem pavimentado, uma vez que esta investigação responde a questões particulares de realidades que não podem ser quantificadas, já que pertencem a um universo de múltiplos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes. Segundo Minayo (2001), o rigor de pesquisas como esta não se mede apenas por comprovações e técnicas, mas sim pela amplitude e pertinência das explicações e teorias, mesmo que estas não sejam definitivas e generalizáveis aos resultados alcançados.

4.2 Referencial Metodológico – A História Oral

Quando decidimos utilizar a História Oral nesta tese, já em meados do curso de doutorado, nem sempre tivemos clareza do quanto nossas vivências e escolhas pessoais poderiam interferir em nossa prática de pesquisa. Hoje, contudo, esse fato nos parece inquestionável, uma vez que a forma como vivemos, compreendemos e sentimos o mundo que nos cerca, bem como nossas escolhas, anseios, inseguranças, desejos, crenças e perspectivas de vida interferem diretamente sobre o objeto pesquisado e na forma como pesquisamos.

Como já citamos anteriormente, ouvir histórias de mulheres mais velhas sempre foi uma agradável distração e transformá-la em pesquisa acadêmica nos trouxe grande satisfação, principalmente pelo fato de que ouvir e escrever sobre essas histórias lhes dá uma disposição democrática, fazendo com que estas mulheres deixem registradas suas visões sobre o presente e o passado. As cinco mulheres depoentes exercem nesta pesquisa

o direito de (re)lembrar e (re)construir o seu passado e, em função dele, (re)definir suas identidades.

Neste sentido, concordamos com Losandro Antonio Tedeschi (2014, p. 14), que afirma que “não há futuro para a história das mulheres sem um permanente exercício arqueológico da memória, porque sem ela não se pode construir nem resguardar a identidade”. A memória é a matéria prima da história e a realidade que conhecemos é marcada por elaborações e interpretações subjetivas que os sujeitos fazem dela.

Na década de 1960, quando a história oral deu seus primeiros passos como metodologia de pesquisa, surgiram dois princípios básicos: o primeiro foi sua equiparação com a democratização da prática histórica e o segundo foi a ideia de que esta metodologia de pesquisa daria voz aos/às silenciados/as, às classes subalternas, aos/às pobres, às mulheres, aos/às camponeses/as, às minorias étnicas, entre outros grupos, permitindo a todos e todas o acesso à experiência histórica subjetiva (TEDESCHI, 2014).

Conforme Paul Thompson (2002, p. 44),

a história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. Estimula professores e alunos a se tornarem companheiros de trabalho. Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade. Ajuda os menos privilegiados, e especialmente os idosos, a conquistar dignidade e autoconfiança. Propicia o contato – e, pois, a compreensão – entre classes sociais e entre gerações. E para cada um dos historiadores e dos outros que partilhem das mesmas intenções, ela pode dar um sentimento de pertencer a um determinado lugar e a determinada época. Em suma, contribui para formar seres humanos mais completos. Paralelamente, a história oral propõe um desafio aos mitos consagrados da história, ao juízo autoritário inerente a sua tradição. E oferece os meios para uma transformação radical no sentido social da história.

Sendo assim, a História Oral permite construir uma versão histórica que possibilita a compreensão do objeto de estudo, uma vez que ela nos leva à interpretação de relatos orais permeados de lembranças e experiências pessoais.

[...] Trata-se de entender a História Oral na perspectiva de, face à impossibilidade de construir “A” história, (re) construir algumas de suas versões, aos olhos dos atores sociais que vivenciaram certos contextos e situações, considerando como elementos essenciais, nesse processo, as memórias desses atores – via de regra negligenciados -, sem desprestigiar, no entanto, os dados “oficiais”, sem negar a importância de fontes primárias, de arquivos, de monumentos, dos tantos registros possíveis (Antonio Vicente Marafioti GARNICA, 2019, p. 89).

As narrativas resultantes dos depoimentos orais desfecham operações historiográficas sobre a história das mulheres em geral e a história que é contada por elas. As narrativas são inventoras de práticas e com elas criamos realidades, interpretamos vidas

(Ivete Maria BARALDI; Douglas MARIN, 2021) articulamos tempos situados no presente e falamos de um passado com anseios de um futuro.

A História Oral está centrada na memória humana e em sua capacidade de rememorar o passado enquanto testemunha do que foi vivido. A memória pode ser entendida como a presença do passado e como uma construção intelectual e psíquica de fragmentos representativos desse mesmo passado, nunca em sua totalidade, mas de forma parcial e seletiva em decorrência dos estímulos recebidos durante o contato do/a pesquisador/a com os/as depoentes. Não se trata apenas das lembranças de um certo indivíduo, mas de um indivíduo que faz parte de um contexto familiar, social e cultural, sendo que suas lembranças passadas são permeadas por interferências coletivas, constituindo um elemento essencial de identidade própria e dos outros (Verena ALBERTI, 1990; Maurice HALBWACHS, 2004). Além disso, a memória viva como fonte histórica tem um grande alcance comparado àquele estritamente relacionado com feitos e figuras de destaque no cenário político ou militar, uma vez que ela envolve também o cotidiano, o cultural e o particular envolvido no social.

A história oral pode ser empregada em pesquisas com temas contemporâneos que ocorreram em um passado não muito longínquo, ou seja, a memória dos seres humanos deve ser capaz de alcançá-lo para que se possa entrevistar pessoas que dele participaram, sejam como atores e atrizes ou apenas como telespectadores (ALBERTI, 1990). Como procedimento metodológico de pesquisa, a História Oral busca registrar e perpetuar impressões, vivências e lembranças daqueles indivíduos que se dispõem a compartilhar suas memórias, permitindo o acesso ao conhecimento do que foi vivido de uma maneira muito mais rica, dinâmica e colorida (Júlia Silveira MATOS; Adriana Kivanski de SENNA, 2011).

Consideramos a história oral como uma metodologia de pesquisa, uma vez que ela envolve “[...] um conjunto de procedimentos que se inicia com a elaboração de um projeto e que continua com o estabelecimento de um grupo de pessoas a serem entrevistadas” (José MEIHY, Fabíola HOLANDA, 2017, p. 15). Trata-se de um outro tipo de trabalho histórico que considera a memória, a narrativa, a subjetividade e o diálogo como itens essenciais na agenda do/a pesquisador/a (Alessandro PORTELLI, 2016).

Assim, é acertado lembrar que, na história oral, as fontes orais não são meros sustentáculos de formas escritas tradicionais, pois são diferentes em sua constituição interna e utilidade inerente, já que cada ser histórico singulariza a sociedade na qual está inserido e percebe o mundo de maneira singular e específica. Não devemos, portanto, falar em “história verdadeira” no campo da História Oral, mas podemos afirmar que cada depoente

nos dá uma percepção verdadeira do real e, ao tornar pública essa percepção, contribui para a elucidação de várias possíveis versões de realidades já vividas. “A realidade é complexa e multifacetada; e um mérito principal da história oral é que, em muito maior amplitude do que a maioria das fontes permite que se recrie a multiplicidade original de pontos de vista” (THOMPSON, 2002, p. 25).

Todavia, quando se trata de História Oral é inevitável o confronto com as críticas a respeito da fidedignidade das fontes orais. Essas fontes revelam as intenções dos feitos, suas crenças, mentalidade, imaginário e pensamentos referentes ao que foi vivido e, portanto, pode não ser um dado preciso. Mas, temos que considerar que a fonte oral possui dados que, às vezes, um documento escrito não possui e, por isso, é primordial para a compreensão do tempo presente, já que através dela temos acesso às lembranças, crenças, anseios e experiências de pessoas anônimas, simples, sem *status* político ou econômico, mas que viveram os acontecimentos de sua época (PORTELLI, 2016).

Além disso, segundo Thompson (2002), nenhuma fonte está completamente livre da subjetividade, seja ela oral, escrita ou visual, uma vez que todas podem ser insuficientes, ambíguas ou passíveis de manipulação. Todavia, a História Oral pode, por meio de sua metodologia, conseguir algo mais penetrante e mais fundamental para a história ao transformar objetos de estudo em sujeitos, “descolar as camadas da memória, cavar fundo em suas sombras, na expectativa de atingir a verdade oculta” (THOMPSON, 2002, p. 197).

4.3 Participantes da pesquisa e Produção dos dados: as nossas idosas e a construção das suas narrativas

A História Oral como uma metodologia de investigação abriu-se como um campo muito promissor em relação à tarefa de dar vez e voz às pessoas que estejam dispostas a compartilhar com a ciência suas histórias de vida e consciência do passado, transformando-as em protagonistas de uma dada realidade histórica (TEDESCHI, 2015). No caso das mulheres, a história oral possibilita a valorização das vivências e experiências femininas mediante uma nova forma de contar a história, revisando significados que estavam imbricados nos grupos sociais e viabilizando muitos fatores que afetam a vida das mulheres (Sara Beatriz GUARDIA, 2005).

Isso porque, de acordo com Joan Scott (2008), a escrita da “história tradicional” privilegiou alguns aspectos da esfera social e universalizou o devir histórico, que impôs à história uma cultura etnocêntrica, masculina, patriarcal e excludente. “[...] a forma de

escrever a história, costumeiramente chamada de “positivista”, ou às vezes “empirista” dava destaque a personagens, em geral, masculinos [...]” (Joana Maria PEDRO, 2005, p. 83).

Para que as mulheres pudessem “entrar para a história” como participantes ativas, tiveram que romper com as tradicionais formas de escrita desta história e empreender árduos esforços para construir seu espaço em meio a lutas no campo acadêmico, profissional e político (Tailine Audília de SANTI, Jean Sebastian TOILLIER, 2020), sendo que a reconstrução do passado feminino significa uma nova forma de avaliar as experiências femininas contadas na perspectiva de mulheres que viveram suas próprias histórias dentro da história.

Nesta tese, após um levantamento bibliográfico que procurou identificar e estudar textos acadêmicos e literários ligados à Educação Sexual de mulheres brasileiras, cinco mulheres idosas foram convidadas a compartilhar conosco suas histórias de vida, para que assim pudéssemos investigar em cada narrativa a Educação Sexual recebida e as representações sobre corpo, gênero e sexualidade construídas ao longo da vida de cada uma. A arte de contar histórias é algo corriqueiro entre idosos/as para a transferência de conhecimentos e tradições. De acordo com Éclea Bosi (2010), toda ação narrativa necessita de um/a locutor/a e um/a interlocutor/a e nessa relação há um saber que é transferido por meio da oralidade, de forma que o/a locutor/a tem a função de compartilhar suas experiências ao mesmo tempo em que o/a interlocutor/a aprende com essas histórias.

Pessoalmente, podemos dizer que aprendemos muito com cada história narrada. Nossas idosas compartilharam conosco suas experiências de vida que foram marcadas pela pobreza, por imposições religiosas e por questões de gênero que as impediram de passar por um processo de escolarização adequado e, conseqüentemente, ter acesso à Educação Sexual e científica. A soma desses fatores levou essas mulheres a viverem situações que provavelmente não teriam acontecido caso elas tivessem tido acesso a uma educação de qualidade, principalmente no que diz respeito às questões de corpo, gênero e sexualidade.

A seleção das mulheres idosas que foram entrevistadas por nós deu-se, primeiramente, pelo estabelecimento de cinco critérios para que as histórias narradas por elas pudessem atender à nossa questão de pesquisa. Os critérios estão descritos a seguir:

1. Ter mais de sessenta anos;
2. Ter sido totalmente ou parcialmente criada no campo/zona rural;
3. Ter baixa escolaridade ou não ter frequentado a escola;
4. Ter experiência sexual;

5. Ter filhos/as biológicos/as e/ou adotivos/as.

Em seguida, buscamos na cidade de Arapongas, localizada no norte do Estado do Paraná, e em seu entorno, mulheres idosas que se enquadrassem nos critérios supracitados e que estivessem dispostas a compartilhar conosco suas histórias de vida. Entretanto, a Pandemia de Covid-19, suas inúmeras restrições e o fato de as idosas pertencerem ao grupo de risco, dificultou a seleção das participantes da pesquisa. Em 2021, começamos nossa busca perguntando a amigos/as e conhecidos/as sobre as idosas das suas famílias. Inicialmente, conseguimos o contato de nove mulheres, mas apenas quatro aceitaram participar ao tomarem conhecimento do teor das perguntas que seriam feitas a elas no decorrer de nossa conversa. A quinta depoente nos foi indicada por uma das idosas após sua entrevista. Elas eram comadres e se conheciam desde a infância e acharam que seria interessante que as duas nos contassem suas histórias de vida.

O contato inicial foi feito por meio de ligações de vídeo via WhatsApp. Fizemos as apresentações e investigamos por meio de algumas perguntas se essas mulheres se enquadravam nos critérios pré-estabelecidos por nós. Depois, marcamos uma visita, na qual todos os cuidados sanitários foram tomados – uso de máscara, álcool em gel e distanciamento – a fim de apresentar os nossos objetivos de pesquisa e explicar o porquê da participação de cada uma ser essencial para a conclusão deste trabalho. Nossas idosas se mostraram satisfeitas ao serem convidadas a participarem de uma “pesquisa da faculdade”. Contudo, elas manifestaram certa preocupação quanto à divulgação das histórias, afirmando que o que seria contado a nós deveria ser mantido em segredo. Explicamos que os nomes delas seriam trocados por pseudônimos e que, portanto, ninguém saberia de quem seriam as narrativas. Conversamos também com os/as familiares das depoentes, a fim de tranquilizá-los/as quanto à participação delas em nossa pesquisa e quanto ao uso das produções. Os/As familiares se mostraram tranquilos/as quanto à nossa pesquisa e nos questionaram, primeiramente, a respeito da duração das entrevistas. Explicamos que o tempo dependeria do que cada idosa tinha a nos contar, mas que se por acaso se estendesse demasiadamente, poderíamos voltar quantas vezes fossem necessárias. Nosso principal objetivo era que nossas idosas se sentissem confortáveis em compartilhar conosco suas histórias e não iríamos, de forma alguma, estender a conversa além do tempo que elas quisessem.

Outra questão levantada pelos/as familiares foi o medo de que algumas lembranças ocasionarem estresse às idosas ou trouxessem à tona dores que já estavam há muito enterradas. Tranquilizamo-los/as quanto a este aspecto, afirmando que a concessão das entrevistas poderia ser retirada a qualquer momento e que procuraríamos conduzi-las da

maneira mais tranquila possível. Quanto à questão das dores, infelizmente, tivemos que explicar que nada poderíamos fazer a este respeito, mas afirmamos que as idosas teriam o controle total das entrevistas e poderiam, portanto, deixar as tristezas enterradas, sem que precisassem dividi-las conosco.

Após o contato inicial, elaboramos o roteiro da entrevista, que foi construído a partir dos seguintes tópicos:

- a) Apresentação pessoal: idade, local onde nasceu e foi criada, relação com os/as familiares e com o trabalho rural;
- b) De onde vêm os bebês (descobertas);
- c) Biologia do corpo (menstruação e prática sexual);
- d) As questões do casamento
- e) Sexualidade hoje

De acordo com Thompson (2002), existe um consenso acadêmico a respeito das entrevistas de História Oral, de forma que não há uma regra padrão a ser seguida pelos/as pesquisadores/as. As produções são coletadas a partir da história de vida dos/as depoentes, que contam suas vivências da maneira que lhes for confortável e os/as pesquisadores/as se encarregam de compreender o universo do qual os/as depoentes fazem parte.

Assim, nosso roteiro (Apêndice 1) foi elaborado apenas para garantir que os tópicos relevantes à nossa questão de pesquisa fossem abordados durante a narração das depoentes.

Por lidarmos com pessoas e suas subjetividades, não trabalhamos com um roteiro fixo. Tanto que no decorrer das nossas entrevistas algumas perguntas foram acrescentadas para que pudéssemos ampliar nossa compreensão sobre o que estava sendo dito e o que era relevante para nossa pesquisa. Outras perguntas, no entanto, foram suprimidas, pois os temas foram pautas no decorrer das narrativas.

As entrevistas foram momentos ímpares para esta pesquisa, pois como pesquisadoras, atribuímos significados no presente para acontecimentos que tinham sido vivenciados em outra época e que nos estava sendo dito. Ao ouvir nossas idosas disparamos nossas compreensões sobre o que estava sendo investigado.

As entrevistas aconteceram em dias e horários marcados pelas nossas idosas e seus/suas familiares. Três delas residem na cidade de Arapongas, Paraná e duas na cidade de Jaguapitã, Paraná. No dia das entrevistas, apresentamos-lhes o Termo de Consentimento

Livre Esclarecido (TCLE)²² (Apêndice 2) e os/as familiares leram e assinaram para aquelas idosas que não sabiam ler e escrever. Um diário de bordo foi nosso companheiro durante todas as entrevistas e nele anotávamos os detalhes da casa, vestimenta das mulheres, expressões faciais e corporais e outras minudências que julgamos importantes para a tese.

As histórias narradas durante as entrevistas foram todas gravadas com a permissão das depoentes e seus/suas familiares. Consideramos que gravar, transcrever e ler o material produzido para as idosas seria o melhor caminho para garantir a conferência das histórias e a assinatura das Cartas de Cessão (Apêndice 3), visto que a maioria não sabia ler. Com isso, mantivemos uma postura ética e de respeito com nossas depoentes, que após a leitura e algumas modificações nos textos finais, sentiram-se confortáveis com suas histórias, reconhecendo-se nas mesmas.

Após as entrevistas, o material em áudio foi transcrito na íntegra, lido e analisado minuciosamente. A transcrição é a transposição da gravação do áudio em texto, mantendo a fidedignidade de cada palavra, gíria, pausa, vícios de linguagem e possíveis interrupções. Assim, vale ressaltar que na transcrição não nos preocupamos com a estética do texto, visto que ele serviria apenas como base para as textualizações e não seria disponibilizado ao público.

A textualização foi a próxima etapa da pesquisa, na qual fizemos o “tratamento” da produção obtida nas entrevistas e transcrições. A textualização, segundo Marcelo Bezerra de Moraes (2012), é um exercício analítico que culmina na elaboração de um documento escrito resultante da transcrição. Trata-se de um texto obtido a partir da entrevista, construído junto com o/a depoente, que o/a legitimará ao reconhecer-se no mesmo. Consta nessa tarefa de textualizar a reorganização do discurso, obedecendo à estruturação necessária para o texto escrito, que deve ser compreensível e agradável à leitura. Esse texto final, após validado pelas depoentes, é tornado público em sua integralidade, sendo parte das fontes que foram construídas e que se tornarão públicas. A esse processo dá-se o nome de criação intencional de fontes históricas (MORAIS, 2012).

Em nosso trabalho com as textualizações, analisamos as fontes que foram produzidas pela oralidade das nossas depoentes e procuramos extrair do que nos foi contado nas

²² Esta pesquisa, bem como o TCLE apresentado às depoentes, foram submetidos ao Comitê de Ética em Pesquisa – CEP da Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” - Faculdade de Ciências, Campus Bauru e aprovados pelo parecer substanciado de número 5.026.581 (APÊNDICE 3).

informações que atendessem aos nossos objetivos de pesquisa e nos permitissem ampliar as discussões sobre a temática investigada.

Durante a textualização, nos apropriamos do conceito de transcrição proposto por Meihy (1991), uma vez que buscamos inserir no texto final a atmosfera da entrevista, ou seja, aspectos que foram incorporados à oralidade, mas que nem sempre são captados nas gravações, como expressões faciais, gestos, lágrimas, silêncios, pausas, olhares e sorrisos. Para nós, autoras, a transcrição das narrativas é um processo literal e rigoroso que passa para o papel tudo o que foi dito, inclusive todos os erros, repetições, vazios e silêncios.

Acreditamos, assim como Meihy (1991), que a transcrição nos permite como pesquisadores/as sermos colaboradores/as da nossa pesquisa, teatralizando o que foi dito e trazendo o/a leitor/a para o mundo de sensações provocadas pelo contato no momento da entrevista. Além disso, é uma forma de valorizar a narrativa como um elemento comunicativo ao capturar a singularidade da troca entre locutor/a e interlocutor/a.

Na História Oral não há regras para textualizar, sendo que esta ação depende fundamentalmente da sensibilidade e do estilo de redação do/a pesquisador/a (Antonio Vicente Marafioti GARNICA; Déa Nunes FERNANDES; Heloísa SILVA, 2011). Assim, nos sentimos na liberdade de “transcriar” a fim de aproximar o/a leitor/a da atmosfera da entrevista e fazê-lo/a experimentar todos os sentimentos que foram compartilhados pelas depoentes durante as narrativas e capturados por nós. Ao adotarmos a História Oral como nossa metodologia de pesquisa, entendemos que, enquanto pesquisadoras, temos autonomia de rever, de voltar, de esclarecer, de observar e de relatar o lado subjetivo das coisas e das participantes da pesquisa. Nosso delineamento não foi exato, mas indicou muitas direções para as quais deveríamos prosseguir com a nossa pesquisa.

Na textualização, os nomes das depoentes, bem como de todas as pessoas mencionadas em suas histórias, foram substituídos por pseudônimos para que suas identidades fossem mantidas em sigilo. Os nomes escolhidos para pseudônimos das depoentes são de mulheres pesquisadoras no campo da sexualidade, gênero e Educação Sexual e que compõem com suas produções acadêmicas e científicas a fundamentação teórica desta tese, a saber: Guacira, Mary Neide, Eliane, Maria Lúiza e Marilena.

Como as depoentes nos pediram que suas identidades não fossem reveladas, tiramos apenas fotos das suas mãos, pois acreditamos que estes membros, com suas cores, marcas, rugas e cicatrizes têm muito a nos dizer sobre a história de cada pessoa. As mãos das nossas idosas, em especial, trazem na pele fina pela idade as marcas do trabalho braçal nas roças,

do embalo dos/as filhos e filhas, do amparo aos/às netos e netas, dos ferros à brasa, dos fogões à lenha, da vassoura de piaçaba, da soca no pilão, das costuras à mão, das fornadas de pães e broas e das histórias de pobreza e privação, mas, sobretudo, trazem as marcas de gênero e de superação.

Esteticamente, nas textualizações, optamos por manter nos textos as perguntas feitas às depoentes em forma de narrativas – *Perguntei a ela/Pedi a ela que falasse* –, pois acreditamos que as omitir poderia tornar o texto confuso e talvez não transmitir ao/à leitor/a toda a interação que aconteceu durante as entrevistas. Além disso, nossa opção de escrita dessas perguntas teve como objetivo narrar as reações e expressões faciais que cada idosa apresentou no decorrer dos tópicos da nossa conversa. Acrescentamos também notas de rodapé a fim de esclarecer algumas expressões usadas pelas depoentes que poderiam ser estranhas ao/à leitor/a por tratar-se de linguagens regionais e coloquiais.

Optamos por utilizar a textualização em sua íntegra no corpo da tese, pois, de acordo com Fernando Guedes Cury (2011, p. 36) “a disponibilidade da íntegra das textualizações permite ao leitor concordar com nossas compreensões, mas também permite a ele discordar, acrescentar novas interpretações, ver aquilo que podemos ter deixado escapar”. Assim, o/a leitor/a poderá, caso deseje, elaborar novas interpretações a partir das histórias contadas.

Todavia, em muitos pontos das narrativas nós suprimimos alguns vícios de linguagem de modo a empregar a norma culta da Língua Portuguesa, na intenção de tornar a leitura ágil e agradável.

5. As narrativas de vidas

*Ecoar
minha pele é marcada por palavras
que contam a história
de uma mulher que nasceu oceano
lava e vento
gero, queimo e contorno
todos os cantos
do mundo
(Ryane LEÃO, 2019, p. 77).*

Nesta seção apresentaremos as cinco narrativas, na íntegra, das nossas depoentes. As histórias que vocês, caros/as leitores/as, conhecerão a seguir fazem parte do *corpus* da nossa pesquisa.

5.1 Entrevistas com a senhora Guacira

Realizadas em Araongas (PR) em 20 de junho de 2021 e 13 de agosto de 2021



Mãos da senhora Guacira. Fonte: arquivo nosso, 2021.

Marcar horário com a senhora Guacira, de 74 anos, foi uma tarefa árdua, pois ela viaja muito para a casa das filhas, já que mora apenas com o neto e sente falta de estar perto da família. Conseguimos conversar em um domingo à noite e fui recebida por ela e pelo neto, Michel, de 22 anos, em seu pequeno apartamento alugado no centro da cidade de Araongas.

Michel me cumprimentou de forma animada, dizendo que a avó estava ansiosa com a entrevista, mas logo nos deixou a sós, pois já havia sido avisado por Guacira de que a conversa era íntima e que ela não queria “abelhudos” por perto, fato que ela confirmou: “Não dá para falar de intimidades com netos e filhos por perto. Deus me livre!”

Guacira me recebeu na cozinha simples e me serviu um café. Ela não parecia nervosa e, aparentemente, havia se arrumado para me receber. Suas unhas estavam pintadas de vermelho, combinando com o seu cabelo curto e com o vestido florido. Iniciei nossa conversa lhe assegurando que tudo o que ela me diria seria usado apenas para os fins da minha pesquisa de Doutorado e que por questões éticas, o seu nome verdadeiro seria substituído por um pseudônimo. Ela assentiu e me pediu que eu lhe desse um nome bonito, o que me fez sorrir e prometer caprichar na escolha.

Pedi que ela se apresentasse e ela assentiu, iniciando sua história.

“Eu sou a Guacira, tenho 74 anos e nasci no Estado de São Paulo, em Santa Anastácia. Eu sou a filha caçula e tenho 4 irmãos acima de mim. Apenas dois estão vivos ainda. Meus pais também já morreram. Eu já era casada quando eles faleceram. Quando eu nasci, dei um susto em todo mundo, pois meus pés eram para dentro²³. São até hoje. Naquela época, as pessoas eram muito pobres e não iam ao médico. Não existia isso de pré-natal e a gente só sabia como as crianças eram quando elas nasciam. Meus pais choraram muito por causa dos meus pés. Eles achavam que era por causa de algum castigo ou coisa assim e que eu nunca poderia andar. Mas, no fim, eu acabei tendo uma vida normal. Minha família veio para o Paraná quando eu era de colo e sempre vivemos em fazendas e sítios, pois meus pais não sabiam fazer outra coisa além de trabalhar na roça. A gente era muito pobre. Mas, não é pobre igual hoje que tem casa, comida e roupa. Era pobre de não ter o que comer e nem vestir. Passei muito frio e fome nessa vida. Só Deus sabe! Mas, a gente era feliz na pobreza mesmo, pois não tinha briga, sabe? Todo mundo se gostava e se cuidava muito. Eu, até os cinco anos eu não andava. Depois, comecei a andar, mas era mais carregada do que andava. Meu pai e meus irmãos me carregavam até que com uns 6 ou 7 anos eu comecei a andar bem. A vivência com os meus irmãos era boa, com o pai e a mãe também. Mas, meu pai era bastante nervoso”.

Perguntei se seu pai era muito bravo e ela assentiu.

“Ele era nervoso de natureza. Quando tinha visita em casa a gente não podia nem chegar perto. Se chegássemos, ele nos dava uma olhada e a gente já sabia que ia apanhar. Só que ele não batia muito não. Eu quase nem apanhei. Do meu pai só tomei três chutes”.

Perguntei por que seu pai havia desferido chutes e Guacira deu de ombros.

“O filho pequeno do vizinho machucou o dedo na parede e começou a chorar. Eu corri, pensando que eles iam achar que era eu que tinha machucado o moleque, mas não fui eu.

²³ Guacira possui uma má formação congênita chamada popularmente de “pé torto para dentro”.

Aí, o pai veio atrás de mim e meteu o pé. Ele me deixou roxa e foi minha mãe que acudiu. Mas, depois disso, ele nunca mais me bateu”.

Perguntei se sua mãe também era brava e ela me disse que não.

“A mãe só xingava e nunca batia não. E o pai falava: não xinga. Bate. Se precisar, mete o pau, não xinga. O pai não gostava de xingar. Ele só dava uma olhada e a gente corria para não apanhar. Naquela época a gente tinha muito respeito, sabe? Bastava uma olhada e pronto. A gente não era igual essas crianças de hoje”.

Pedi que ela me explicasse sobre como eram as crianças de hoje e ela riu.

“São mal educadas, né? Não se pode mais bater em filhos e aí eles não têm medo de pai e mãe. Respondem, falam besteira e até batem nos pais. Na minha época, isso dava até morte. Imagina que meu pai aceitaria ser desrespeitado? Nunca na vida. A gente apanhava mesmo e perdida eram as cacetadas que não pegavam”.

Perguntei sobre seus/suas tios, tias e avôs/avós e ela me disse que havia conhecido apenas seu avô materno, que morreu quando ela tinha sete anos. Como eles viviam de fazenda em fazenda, a convivência com parentes era muito limitada e muitos/as, ela nem chegou a conhecer.

“Naquela época, a família era pai, mãe e irmãos. Não tinha isso de parente, porque era tudo muito caro e a gente era muito pobre. A gente não se visitava, sabe? Vivíamos de fazenda em fazenda e com o tempo perdemos totalmente o contato. Não existia telefone e como mudávamos muito, nem cartas recebíamos. Não sei o que é ter vô ou vó e outros parentes. Eu vou morrer sem conhecer nenhum parente meu”.

Perguntei como era a divisão do serviço doméstico durante sua infância e adolescência e Guacira fez uma careta.

“Não existia uma divisão, né? As mulheres faziam tudo. A gente ajudava na roça e ainda fazíamos o serviço em casa. Meus irmãos iam jogar bola no domingo e a gente trabalhava. Só podia ir ao baile ou brincar depois de terminar todo o serviço. Morei numa fazenda que não tinha poço e a gente tinha que lavar roupa em uma mina bem longe. Eu levava uma bacia na cabeça, lavava tudo e voltava. Tinha que buscar água para encher os potes também, buscar lenha, matar galinha. Era tudo a gente que fazia, desde criança. Alcançou o fogão, já estava pronta para morrer de trabalhar. A gente até podia brincar, mas só depois da obrigação”.

Perguntei sobre a obrigação dos homens com o serviço doméstico e ela riu.

“Homem é frouxo, Bruna. Não aguenta nem metade do que a gente aguenta. Eles trabalhavam na roça e só. O trabalho era pesado, mas a obrigação deles acabava ali. Não

ajudavam com filhos e nem com nada. Era tudo a gente. Até comida no prato para os bonitos a gente tinha que colocar. Eu sempre achei isso normal. Fazia para o pai e para meu irmão e depois continuei fazendo pro meu marido. Mas, minha neta fala hoje que não pode, pois homem tem que ajudar”.

Guacira sabe ler e escrever, mas frequentou por pouco tempo a escola de uma das muitas fazendas que a família morou.

“A gente tinha muita fome, sabe? Naquela época não tinha merenda e a gente ia pra escola com fome. Às vezes, eu levava uma manga verde para comer, mexerica ou ameixa que eu achava nos pastos, mas não era sempre que tinha. E aí era muito difícil prestar atenção na aula e a professora me batia. Uma vez, ela puxou minha orelha tão forte que chegou descolar. Saiu até sangue. E depois disso eu não queria ir mais para a escola, mas meu pai me obrigou por um tempo. Depois, ele desistiu e eu não voltei mais. Pelo menos aprendi a ler. Escrever eu não sei muito”.

Perguntei se na escola eles aprendiam alguma coisa relacionada ao corpo e ao sexo e ela ficou vermelha, negando com um gesto de cabeça.

“Naquela época esses assuntos eram proibidos. Ninguém falava nada em lugar nenhum. Capaz que uma professora ia falar sobre isso na escola. Tudo o que a gente aprendeu foi vivendo e sofrendo. A escola ensinava a ler e a escrever só. Pra você ter uma ideia, tinha um menino na minha turma que ficava pegando lá, sabe? No pipi²⁴. E a professora viu e deu uma bronca tão grande nele. Disse que ia crescer pelo na mão dele e que depois a mão ia cair. Falou também sobre Deus castigar. Então, você imagina se uma professora assim ia falar de sem-vergonhice em sala de aula? Jamais! E quem falasse apanhava. Na minha época de criança a gente não tinha direito nem de ser curioso”.

Guacira relatou que ela até tinha curiosidade sobre as questões do corpo e da sexualidade, mas que tinha medo de perguntar e levar “coice”.

“A gente quase não via mulher buchuda²⁵, pois era vergonhoso sair barriguda na rua, mesmo se fosse casada. Mas, eu tive uma cunhada que morou comigo e ela ficou grávida. Achei estranho ela ficar gorda de repente, mas não me atrevi a perguntar nada, até porque eu nem sabia o que era gravidez. Achava que os bebês vinham da cegonha. Quando ela foi parir, fez um escândalo e eu achei que ela fosse morrer. Depois, o bebê chorou e eu só fiquei procurando no teto o buraco por onde a cegonha tinha entrado. Eu era muito boba”.

²⁴ Pênis

²⁵ Grávida.

Aproveitei para perguntar sobre masturbação e ela arregalou os olhos, negando com um gesto de cabeça.

“Você fala sobre se tocar? Tocar lá na danada²⁶? Jamais! Menina, isso é um pecado tão grande que você nem faz ideia. Nosso corpo é templo e morada de Jesus e a gente tem que respeitar. Nunca fiz isso. Nem quando era moça e nem depois. Capaz! A professora falava que se tocasse lá dava pelo na mão, dava espinha, a mão caía. Eu já tinha o pé pra trás, imagina ficar sem mão também? Nunca! Não fazia isso de jeito nenhum. Não vou dizer que não tinha vontade ou curiosidade, mas não fazia não. Jamais!”

Na adolescência, Guacira passou a conviver com outras moças da colônia onde vivia e foi assim que descobriu de onde, de fato, vinham os bebês.

“Entre as moças da colônia, tinha uma viúva. Ela casou e o marido morreu logo em seguida, mas deu tempo de aprender algumas coisas e contar pra gente. Meu pai nem gostava que eu ficasse perto dela, mas eu sabia que seria o único jeito de descobrir coisas que ninguém me contava. Aí, ela falou sobre o que acontecia no casamento e eu fiquei chocada. Nem acreditei muito nela. Achei que era lorota. Se bem que até fazia sentido, né? Porque até então eu não fazia ideia de qual era a utilidade da periquita²⁷. Servia pra que aquilo além de sair mijo e sangue? Quando ela contou eu entendi. Mas, fiquei curiosa para ver um homem pelado para ver se ela falava a verdade, porque eu tinha uma danada, mas um pinto²⁸ eu nunca tinha visto”

Nesse momento, Guacira começou a rir e me perguntou se podia falar o que ela tinha feito. Eu respondi que sim e ela abaixou o tom de voz, se aproximando mais de mim, como se estivéssemos conspirando algo.

“Eu espiei um velhinho no mictório da minha casa. Ele entrou em um e eu no outro e fui olhar pelo buraco. Olha só a curiosidade! Aí, eu vi aquela coisinha lá, murcha, e achei estranho, porque não era do jeito que eu pensava. Fiquei decepcionada”

Eu ri do seu relato inusitado e ela enrubesceu ainda mais, voltando a se recostar em sua cadeira. Pedi que ela me explicasse o porquê da sua decepção e ela respirou fundo, me olhando de maneira divertida.

“Aquele negócio lá dos homens quando está murcho não tem graça nenhuma. Olhei aquela tripinha e não consegui imaginar como ele poderia fazer as coisas que a viúva disse que homens e mulheres faziam. Aquele negócio, daquele tamanho, não ia fazer nem cócega”

²⁶ Vulva/Vagina

²⁷ Vulva/Vagina

²⁸ Pênis

Eu gargalhei e ela me acompanhou, pedindo desculpas pela sinceridade, mas eu tratei de tranquilizá-la, dizendo que era exatamente de sinceridade que eu precisava.

Em seguida, perguntei da primeira menstruação e ela me disse que precisava de mais café para adoçar o bico, pois esse assunto era traumático.

“Eu menstruei aos 15 anos. Eu queria namorar e minha mãe não deixava, pois dizia que eu ainda era menina. Eu ficava irritada e me perguntava quando eu ia ser moça. Aí, um belo dia eu comecei a sangrar pelo meio das pernas e pensei que estava morrendo. Eu escondi da mãe, mas perguntei pra viúva o que era aquilo e ela me explicou, dizendo que eu sangraria todo mês. Até hoje eu pergunto por que Deus estava tão irritado com a gente no dia da criação pra nos dar um castigo assim. Eu sofria muito com cólicas e com aqueles paninhos nojentos. Não tinha Modess²⁹ e a gente tinha que ficar lavando. Sofríamos na roça. Juntava até mosquito. Uma vez, minha menstruação parou do nada. Eu saí da roça e tomei banho em uma mina e, depois disso, não veio mais nada e eu até chorei, pois fiquei com medo do meu pai achar que eu estava grávida. Agora, como ele ia achar alguma coisa se nem sabia que eu menstruava? A gente era muito simples. Mas, eu tomei coragem e falei pra mãe e ela acabou contando pro meu pai, que me conseguiu um remédio. Peguei o remédio e saí doida correndo de vergonha. Aí bebi e era verdade, voltou. Nunca mais banhei na água fria”.

Perguntei a ela se água fria fazia mal para a mulher durante a menstruação e ela assentiu veemente.

“Claro que sim. Mulher menstruada é melindrosa e tem que tomar cuidado. Não pode lavar a cabeça, nem andar descalça e nem tomar friagem. Não pode nem fazer xixi em qualquer lugar, né? Na minha época, a gente morria de medo de engravidar de mandruvá³⁰ e não fazíamos xixi em qualquer lugar não. Só no mictório”.

Eu sorri para o seu comentário e argumentei, dizendo que se ela já sabia de onde vinham os bebês, como ela podia achar que engravidaria de um mandruvá e ela deu de ombros.

“Sabe que nunca pensei nisso? A gente acreditava em tudo que os adultos falavam e tomávamos cuidado, né? Vai que acontecia mesmo. Imagina ter um bebê peludo e feio igual um mandruvá? Deus me livre!” (risos).

Guacira me falou que nunca havia se depilado na vida. Nem perna, nem axila e nem virilha e que para elas, naquela época, ter pelos era muito “normal”.

²⁹ Marca de absorvente íntimo descartável.

³⁰ Marandová e refere-se a algumas lagartas de mariposas pertencentes ao gênero *Erinnyis*, de cor verde, marrom ou preta, muito comum em todo território brasileiro (Rudiney RINGENBERG, 2014).

“Não tinha isso de ter bunda e perna de bebê. A gente era peluda e pronto. Todo mundo era, então era normal. Meu marido nunca fez questão que eu depilasse. Mas, sabe o que eu acho? Naquela época não tinha TV e nem celular. Então, os homens não viam outras mulheres e essas modas estranhas de hoje não pegavam. A gente era peluda, com o tempo e os filhos ficávamos barrigudas, os peitos caíam a gente enrugava e estava tudo bem. Ninguém queria ser a mais bonita ou jovem pra sempre. A gente deixava a natureza fazer o trabalho dela”.

Sobre as mudanças no corpo, ela disse que seu maior sonho quando criança era ter seios.

“Um dia eu lembro que estava no quarto, eu e uma coleguinha, e eu fiz sutiã pra mim e um pra ela. Desde os 12 anos eu fazia os meus vestidos e fiz os meus sutiãs. Chamei essa colega pra encher os sutiãs de pãina e algodão e quando estávamos bem bonitas, peitudas, minha mãe empurrou a porta e entrou. Foi só pãina que voou. Arrancamos tudo e corremos com medo da mãe, que riu de chorar. Nunca mais fiz isso. Mas, depois meus peitos cresceram e eu me achava tão linda, menina”.

Eu sorri, comentando que toda menina já deve ter feito isso algum dia e ela assentiu, me dizendo que para a época era muito vergonhoso.

Em seguida, pedi que ela me falasse sobre os seus namoros.

“Eu sempre fui muito conversadeira. Conversava com homens, mulheres e rapazes. Eu nunca fui acanhada. Então, às vezes, eu namorava escondida do pai e da mãe, mas os namoros eram só olhar. Não era que nem agora de abraçar e beijar. De primeiro não tinha isso. Era mais quando a gente ia em baile. Eu gostava de ir nos bailes da colônia. Íamos eu e meu irmão e a gente namorava. Não tinha esfregação. Eu fui muito namoradeira, mas tudo com respeito. Pegar na mão era só na hora da dança e olhe lá. E quem era atrevido, era banido e não dançava com mais nenhuma moça. E eu era tão linda, menina! Meu cabelo batia na bunda e eu tinha uma pele perfeitinha. E naquela época a gente não tinha essas coisas que têm hoje. Era só banho e mais nada. Água e sabão, nem sabonete tinha. E shampoo? Ninguém sabia de shampoo. Era só sabão mesmo. A gente trabalhava na roça a semana inteira e no sábado eu lavava o cabelo. E meu cabelo era lindo, tanto que as pessoas achavam que era peruca de tão bonito que era. Aí, apesar do pé, eu chamava a atenção dos homens”.

Perguntei se na época do namoro ela conversava sobre sexo com seus pais e ela disse que não.

“Nunca falei disso com ninguém lá em casa. A mãe só falava que homem é o fósforo e a mulher o fogo e que não era pra ficar de esfregação, se não pegava fogo. A mãe falava isso e a gente tinha isso na cabeça. Então, da moda do outro, dançar a gente gosta e dançava bastante, a noite inteira, mas a gente tinha na cabeça que não podia ficar de esfregação”.

Comentei que os/as jovens, às vezes, esperam estar longe dos/as pais/mães para fazer o que têm vontade e ela riu.

“Naquela época se a gente fizesse qualquer coisa errada nossos pais ficavam sabendo. A colônia não era tão grande e todo mundo se conhecia. E pensa num povo fofoqueiro! Então, a gente obedecia a pai e mãe mesmo longe. Não queríamos ficar mal faladas. Se não, a gente não casava”.

Perguntei à Guacira se casamento era algo importante na época e ela assentiu.

“Se era! A gente crescia esperando por isso, né? A mãe ensinava a fazer serviço pra gente dar conta da casa quando casássemos. Então, não casar era algo muito ruim. Ficar para a tia não era legal”.

Pedi, então, que Guacira me falasse dos seus namorados e ela fez uma careta, encarando as mãos que estavam sobre a mesa.

“Eu não gostava de rapazes da minha idade. Achava eles muito bobos. Então, eu fui apaixonada por um homem mais velho que veio morar na minha casa. Ele ajudava meu pai na empreita. O nome dele era João e ele era um preto lindo e devia ter uns trinta anos. Como eu gostava desse homem. A gente namorou por um tempo, mas meu pai não queria o casamento, porque ele era peão, sabe? E não tinha parada certa. Aí, meu pai me apresentou um rapaz da colônia que gostava de mim e quis que eu namorasse ele. E lembra que eu falei que a gente obedecia ao pai em tudo? Então, eu deixei o João, que logo foi embora, e comecei a namorar o Daniel. O João até me convidou pra fugir com ele, mas eu fiquei com medo e não fui. Casei com o Daniel depois de um ano de namoro. Eu tinha 19 anos quando me casei”.

Quando chegamos a esse ponto da conversa, eu a avisei que faria perguntas mais íntimas e Guacira me disse que estava preparada para me dizer o que eu quisesse.

Então, pedi que ela me falasse do dia do seu casamento e da sua primeira vez.

“Meu pai matou uns frangos para o meu casamento e minha sogra deu umas tubainas. O cardápio foi macarrão com frango. No mês antes do meu casamento, eu tive um problema de dente muito sério e, como não tínhamos dinheiro para tratar, eu arranquei tudo. Casei banguela. Imagine isso nos dias de hoje? Uma noiva banguela? (risos). Mas, naquela época ninguém nem reparou. Eu, o Daniel e meu pai fomos até a cidade assinar os papéis do

casamento e voltamos para o baile, que foi na casa da minha sogra. Quando os convidados começaram a ir embora, já no final da tarde, eu comecei a ficar preocupada, mas teve um povo que ficou até as duas da madrugada. Quando todo mundo foi embora, eu acomodei minha amiga e o irmão dela na sala, meus pais em outro quarto e fiquei ensaiando para entrar no meu, pois o Daniel já estava lá roncando. Até o dia do meu casamento, eu dormia com os meus pais e minha mãe, quando me viu acordada e zanzando pela casa, me mandou ir dormir, pois agora eu tinha um marido e não podia mais dormir com eles. Aí eu pensei: agora danou-se, mas acabei indo pro quarto. O Daniel estava dormindo, então eu fiquei só de blusa e saíote e me deitei ao lado dele. Mas, nem tive tempo de puxar a coberta, porque o miserável não estava dormindo merda nenhuma e pulou em cima de mim. Ele não teve tempo de desabotoar nada, sabe? Era eu que tinha feito meu enxoval e minha calcinha tinha botões dos dois lados. O Daniel puxou tudo com força que foi só botão que voou pra cima. Ele já devia saber o que era aquilo, porque não errou o buraco não e como doeu. Jesus! Chegou a sair lágrimas dos meus olhos e eu tive que aguentar quietinha, pois não podíamos fazer barulho pra ninguém escutar. A casa era de tábua e qualquer barulhinho escuta. Então, tive que ficar quietinha. Aí, quando acabou, ele só desceu de cima de mim, virou pro lado e dormiu. Ele chegou roncar, acredita? Aí, eu fui me limpar e chorar. Só depois que voltei pra cama para dormir. Mas, eu odiei essa primeira noite. Perguntei pra minha mãe se era assim mesmo e ela disse que sim e que eu tinha que aguentar tudo porque o meu corpo era do marido. Fazer o que, né? Eu me arrependi de casar na hora que ele pulou em cima de mim, mas aí já era tarde. Nas outras noites a dor foi melhorando, sabe? Eu até pedi pra gente não fazer nada na segunda vez porque eu estava bem dolorida, mas imagina que meu marido aceitou? Nunca. Fiz com dor mesmo. Mas, depois foi passando e aí não doía mais. Ainda bem, né? Porque não sei o que ia ser de mim se continuasse doendo igual a primeira vez”.

Questionei Guacira sobre os carinhos, beijos e abraços durante o sexo e no casamento.

“Não tinha nada disso não. A gente beijava, mas era só “bitoquinha”. A roupa a gente não tirava tudo não. Era só uma peça. O resto, saíote, blusa e sutiã ficava. E a gente não era muito carinhoso não, sabe? Casamento era quase uma obrigação. Pra você ter uma ideia, o Daniel nunca me viu pelada. Eu morria de vergonha. Não tinha esse negócio de tomar banho juntos não. Nunca aceitei. Ele tomava o banho dele pra lá e eu tomava o meu. E outra: a gente ia tendo filhos e os filhos ficavam no mesmo quarto, porque a gente morava

em casebre e não tinha cômodos. Aí, não dava pra ter liberdade, entende? Era pá pum e pronto. Fazíamos o que dava para fazer”.

Eu comentei que, então, ela não havia matado a curiosidade sobre como era o pênis e Guacira gargalhou.

“Mas, eu dei umas espiadinhas sim. O negócio do meu marido era bem maior que o do velho que eu espiei no mictório, menina. E mesmo no escuro dava pra sentir, né? Então, matei a curiosidade sim. Mas, ele só fica grande na hora de namorar, né? Ainda bem! Imagina sair com a barraca armada por aí? Cruz, credo!”

Foi minha vez de gargalhar e aproveitei a deixa para perguntar se ela gostava de sexo e Guacira deu de ombros.

“Às vezes. Não sempre. Tinha hora que eu queria e aí era até bom. Mas, na maioria das vezes, eu não queria. A gente trabalhava muito e estava sempre cansada. A vida era muito difícil. Eu tive sete filhos, um atrás do outro. Aí, era o trabalho na roça, o trabalho em casa, cuidar dos filhos, fazer comida pra levar na roça no outro dia... Menina, quando a gente ia dormir estava morta de cansada. Mas, o Daniel queria todo o dia e se eu não desse, ele não me deixava dormir. Aí, eu fazia sem vontade mesmo, o que era horrível. Aí chega uma época que você não quer mais nem saber de quem inventou isso. E se é para ser bem sincera, essa parte do casamento era uma chatice. Não tinha carinho e o Daniel só queria saber de aliviar ele. Mais nada. Por isso que falo hoje em dia para as minhas netas: quer casar, casem. Mas, se estão casando pra transar, não casem, porque esse negócio no casamento não é bom não”.

Pedi que ela me contasse sobre sua primeira gravidez e ela fez uma pequena careta.

“Acho que eu engravidei logo na primeira noite, porque minha primeira filha nasceu nove meses depois do meu casamento. A gente era muito fértil naquela época. Bastava passar embaixo das cuecas do marido no varal e já ficava grávida (risos). Comecei a enjoar, sabe? A comida ficou amarga e minha sogra disse que eu estava buchuda. Aí, quando minha barriga começou a crescer vi que era verdade. Mas, eu não fazia ideia de como é que esse filho ia nascer. Eu escutava minha cunhada gritando quando eu era solteira e imaginava que doía muito pra sair o neném. Por isso, ficava morrendo de medo. Mas, é uma coisa que a gente tem que passar, na marra. Entrou tem que sair, porque não pode ficar lá pra sempre. Ganhei minha primeira filha normal em casa. Um parto doído, dentro de casa, na cama. Quem pegou meu neném foi a sogra, porque ela era parteira. Ou ganha ou morre. Um dos dois. Eu nunca fiz pré-natal. Ficava grávida e nem consulta eu fazia. Eu fui pro hospital no terceiro filho, pois onde eu morava não tinha parteira. Então, tive que ir ao hospital. Mas,

tive sete filhos e a maioria tive em casa mesmo. E deixa eu te falar: eu odiava ficar grávida. A nossa vida era muito miserável e quando eu descobria que estava grávida eu chorava quase um mês, pois sabia que teria outra criança para passar fome junto com os outros. Aí, voltando naquele assunto do sexo, esse era um dos motivos que eu também não gostava. Porque na hora era ótimo para o Daniel, mas era eu que ficava grávida, cuidava, dava de mamar e tinha que ver passando fome depois. Por isso, peguei raiva dessas sem-vergonhices”.

Comentei sobre o período de resguardo e perguntei à Guacira como era e se o marido dela respeitava.

“O resguardo certo é 40 dias, né? O certo era a gente ficar no quarto, sem pegar friagem, sem lavar a cabeça e também não pode comer coisa remosa tipo ovo, carne de porco e essas coisas e nem dar pro marido, né? Até porque é uma sangueira danada. Credo! Mas, o Daniel só respeitava dez dias e na marra ainda. Ele virava uma sarna, não dormia e nem me deixava dormir, aí tinha que aceitar, sabe? Os casamentos antigamente eram essa palhaçada. A gente não podia se negar para o marido de jeito nenhum, nem no resguardo. Eu fiquei grávida do segundo filho no resguardo. A gente era igual São Bento, um fora, outro dentro”.

Questionei Guacira sobre o uso de anticoncepcionais e ela me disse que, por muito tempo, nem sabia que isso existia.

“Pra mim, a gente tinha que seguir a vontade de Deus. Eu tentava evitar de outro jeito. Queria economizar, sabe? Não fazer todo o dia, mas com o Daniel não tinha jeito. Aí, morei em uma colônia onde uma senhora tomava remédio e eu fui atrás. Fui no posto de saúde e pedi e tomei por minha conta mesmo. Mas, aí me fez mal. Três meses secou tudo a menstruação e eu não dormia com dor nos nervos. Aí, parei com os comprimidos e adivinha: engravidei de novo. O Daniel disse que ia evitar e evitando eu fiquei de outro. Fiquei nove meses em casa. Não fui ao médico porque não queria ficar grávida e fiquei. Quando fui pra ganhar, quase morri porque nem eu tinha forças e nem a menina tinha. Foi por Deus que eu ganhei. Essa menina nasceu pretinha, porque passou da hora de nascer. Quase que morre eu e ela. E olha que eu ganhei ela no hospital. Mas, naquela época, pobre era muito humilhado em hospital, sabia? Quando eu cheguei lá com dor, o médico me olhou com uma cara azeda e disse assim: “Mas, a senhora tá grávida de novo? Um monte de filho com esse pé?” Mas, eu fiquei tão brava que perguntei pro médico se ele queria que eu tirasse o pé para fazer o filho. Aí que ele enfezou mesmo e disse pra eu ir embora ter neném em casa, mas minha pressão estava muito alta e a enfermeira não liberou. Aí, outro médico

me atendeu e fez o parto. Quando ela tinha um ano eu já fiquei grávida da outra. E a vida da gente era muito dura, porque quando eu ganhei a menina, a doutora viu que eu tinha ferida no útero e eu com aquela vergonha de ir ao médico, fiquei grávida de outra e ganhei ela também e a ferida estava lá dentro do útero. Eu fiquei bem magra, tomei injeção e fiquei bem forte e fiquei grávida de outro, o último, e a ferida continuava lá. Eu tratei só depois. Naquela época, se não fosse por Deus, a gente morria tudo”.

Perguntei se alguma vez ela pensou em aborto e Guacira me encarou com um olhar muito triste.

“Já, né? A gente era muito católico na época e o padre falava que isso era pecado e que tínhamos que aceitar o que Deus mandasse. Pelo padre, nem remédio a gente tomava. Mas, eu nunca recebi nem um quilo de feijão da igreja, sabe? Se quisesse, tinha que trabalhar feito escrava na roça para ter o que comer. Muitos dos meus filhos foram criados embaixo de pé de café, porque não era igual hoje, não tinha creche e a gente não podia pagar babá. Então, a gente levava junto. Em época de chuva, a gente não trabalhava e não recebia. Aí, a gente passava fome. As roupas dos nenéns eram feitas com roupas velhas nossas. Fralda era feita com lençol velho. Leite, enquanto eu amamentava, a criança bebia. Depois, não tinha mais e assim era. Aí, quando eu ficava grávida, eu entrava em desespero. Outro para passar fome, meu Deus? Eu já torci para perder o neném. Chorava dia e noite e até cheguei a bater na minha barriga. Eu me sinto muito mal por isso. Hoje, quando vejo meus filhos criados, penso que não devia nunca ter desejado que eles não nascessem, mas só quem viveu naquela época sabe o quanto a vida era difícil. Eu nunca confessei isso nem ao padre. Imagina? Acho que era capaz de sair presa da igreja. E depois de uns anos, eu parei de frequentar a igreja católica. A gente era muito pobre e não tinha nem um calçado para colocar no pé e as pessoas ficavam reparando. Teve um tempo que meu vestido estava tão remendado que não tinha condições de sair de casa com ele. Aí, parei de ir à igreja. Depois de uns anos, quando fui morar na cidade, passei a frequentar uma igreja de crente e estou até hoje. Mas, Deus sabe do meu coração. Eu gosto dos meus filhos, mas minha vida era muito miserável e eu não aguentava mais passar falta das coisas”.

Perguntei à Guacira se ela amava seu marido e ela riu.

“Tipo aquele amor de novela? Não. Você sabe que isso nem existe, né? A gente casa porque tem que casar, mas não existe isso de amor eterno e nem nada. E eu nunca falei eu te amo e nem ele. Mas, acho que a gente amava sim, porque nunca colocamos chifre³¹. Jamais eu queria mal para o meu marido. Criamos sete filhos juntos e eu sempre respeitei ele e ele

³¹ Traição conjugal.

me respeitou até morrer. Então, eu acho que amava sim, porque a gente nunca saiu fora. Depois que meu marido morreu, (no ano de 2015) eu arrumei um namorado. Todo mundo ficou contra mim, sabe? Mas, acabou que eu não gostei dele. Deu um mês e eu larguei e não quis mais. Melhor sozinha do que mal acompanhada, né? Certo mesmo só dá com o primeiro. Depois já era”.

Perguntei para ela sobre o que mudou, desde quando ela era criança até hoje com relação às questões de corpo e sexualidade. Queria saber se ela aprendeu coisas novas e se mudou de ideia sobre algumas questões.

“Nossa senhora, hoje eu sei de muita coisa, muita coisa que eu não concordo também. Com essas doideiras de hoje eu não concordo de jeito nenhum. Hoje em dia os homens são mais sem vergonha. O negócio do arroz e feijão não tá bom pra eles. Querem mais e mais. Eles querem sexo oral e eu não aceito essa bexiga. Muita coisa que vejo hoje em dia para mim não serve. Eu sou antiga e, para mim, só arroz com feijão”.

Pedi que ela me explicasse o que seria arroz com feijão e ela riu.

“Papai e mamãe, sabe? Fazer sexo na cama, bonitinho, usando só os instrumentos certos, sem inventar moda. Igual era antigamente. Talvez, fosse legal ter um pouco mais de carinho e beijo, mas nada de sexo oral e por trás. Eu acho o fim do mundo isso. E até deve ser pecado, não é? Pra mim, mulher que faz isso é biscate. Mulher direita não faz esse tipo de coisa”.

Ela continuou:

“Antigamente era tudo muito difícil, como já te falei. Não tinha “força”³² em casa e nem água encanada. A gente tomava banho em bacia, no tacho e por causa da dificuldade, nem era todo dia. Às vezes, eu me lavava na água que tinha dado banho nos filhos e pronto. Ia tomar banho mesmo só no outro dia. E meu marido a mesma coisa. Ele até tomava menos banho que eu. Aí, você imagina ter que colocar a boca lá? Mas, eu não aceitava mesmo. Uma vez, mudou um homem depravado na colônia que a gente morava e começou com umas conversas bem estranhas. Ele contava o que fazia com as mulheres, sabe? Esse senhor não era casado e ficava com umas putas lá da cidade. Aí, o Daniel começou a ter ideias e veio querendo mexer na minha bunda, sabe? Queria que eu desse o danado³³ pra ele. Você já pensou? Mas, eu fiquei tão brava que até derrubei ele da cama e disse que se ele tentasse outra vez, eu ia matar ele e como eu era bem doída, meu marido não duvidou e parou com

³² Energia Elétrica

³³ Ânus/sexo anal

essas bobagens. Onde já se viu um negócio desses? Fiquei sem dar pra ele “uns par” de dias depois dessa sem-vergonhice. Eu não aceitava e pronto.”

Ela me disse que a gente tem que ser firme com os homens ou eles não nos respeitam, nem mesmo os maridos.

“Logo que a gente casou, o Daniel quis dar uma de engraçadinho, sabe? A gente tinha uma vizinha de parede e meia que apanhava do marido todo o dia, coitada. E o meu marido achou que poderia fazer o mesmo. Chegou em casa nervoso e foi querendo me chutar. Mas, foi uma vez só. Eu comecei a tacar tudo no chão. Panela, prato, bacia, caneca. Joguei uma panela quase na cara dele e disse que outra vez que ele tentasse me bater, não ia amanhecer vivo para contar a história. Ele ficou tão assustado com a minha loucura que até pediu desculpas e nunca mais tentou me bater. Comigo era assim, sabe? Eu nunca tive muita paciência não e não casei pra apanhar de macho”.

Guacira me disse que sempre ensinou para as filhas que não era certo apanhar de homem, mas que não adiantou muito, pois uma delas sempre apanhou muito do marido.

“Eu fiz gosto que meus filhos estudassem, mas só dois terminaram a escola e uma se formou professora e é justamente essa que apanha do marido. Ela se casou cedo e sempre apanhou. Uma vez, num frio danado, ele a colocou pra fora de casa peladinha. Foi a vizinha que acudiu a coitada e, por mim, ela tinha voltado para casa. Mas, era uma besta apaixonada e sempre aceitou tudo do marido. Dizia que não conseguia viver sem ele. A Aline só parou de apanhar quando os filhos dela cresceram e enfrentaram o pai. Não faz muito tempo, descobrimos que ele andou passando a mão na filha dele quando era criança e a Aline separou dele. Mas, eu sei que no fundo ela tem vontade de voltar. Ele sempre tomou todo o dinheiro dela e eu não sei como ela aguentava aquela vida. Eu tinha desistido na primeira surra.

Guacira continuou:

“Você ter filha para os outros judiarem é muito difícil, sabe? Todas as minhas filhas casaram grávida e a mais nova teve filho com treze anos. Ela apanhou muito do meu marido e dos irmãos por isso. Eu acabei criando o menino que ela teve, porque depois que o Fernando nasceu, ela sumiu no mundo. E eu pensava: já imaginou se fosse eu? Porque o meu pai falava que se alguma filha dele ficasse buchuda solteira, ele matava. E era capaz até do povo apedrejar, sabia? Porque ficava todo mundo de olho na gente. Mas, nos anos 90 isso já não era tão absurdo, né? Aí, depois de uns anos, a Leonora teve outro filho que eu criei também. O Michel é filho dela. E aí eu paguei pra ela operar. Imagina se fosse ter um filho atrás do outro pra eu criar? Deus me livre. Ela tinha muito medo de ter filho

normal e eu disse que pagava a cesariana só se ela aceitasse fazer laqueadura e ela aceitou. Não queria muito não, mas acabou aceitando”.

Perguntei se alguma vez Guacira falou com os/as filhos/as sobre as questões do corpo e da sexualidade e ela disse que sim.

“Com as meninas eu falava. Quando via que elas estavam próximas de virar mocinha, eu falava da menstruação e pedia pelo amor de Deus para elas terem cuidado com os homens. Eu não queria que elas engravidassem cedo, mas não adiantou muito, né? Já com os meninos eu não falava não, porque morria de vergonha. E na época tinha um ditado assim: segurem as cabritas que meus bodes estão soltos. As minhas cabritas eu tentava segurar, mas os bodes a gente deixava soltos. Eles aprendiam na rua, com os colegas. Nem meu marido falava nada com eles. Ele dizia que homem aprendia essas coisas sozinho, então eu deixava. A única coisa que falava era para respeitar as filhas dos outros. E graças a Deus, não sei se foram bem criados, mas eu acho que sim. Todos são trabalhadores e as mulheres casaram”.

Pedi ao final que Guacira fizesse um resumo da sua vida e me dissesse se ela se considerava uma pessoa feliz.

“Feliz? Acho que sim, né? Claro que a vida não é fácil. Passei muita fome, muita falta das coisas, muita humilhação atrás de emprego pra criar os filhos. Sofri muito com esse pé. Meu Deus! Mas, acho que fiz um bom casamento. Como eu te disse, a gente se respeitou até o fim da vida como Deus disse que tem que ser. Eu perdi um filho de acidente e fiquei muito triste, pois não tem dor pior do que a de enterrar um filho. Criei um neto que hoje está preso porque foi mexer com coisa errada e tenho um neto gay. Não entendo muito disso, sabe? Mas, eu só quero que ele seja feliz, então eu aceito. Eu tenho uma neta invertida também. Ela nasceu mulher, mas hoje é homem. Mudou até de nome. Cada coisa que acontece, né? Será que é de Deus isso? (risos) Mas, tirando esses problemas, eu gosto da minha família e da vida que eu levo. Sou aposentada e passeio muito. Vou pra casa das filhas e da minha comadre, que é minha amiga de infância. Eu já tenho dez bisnetos. Quando eu era nova, nem achava que ia aguentar criar meus filhos e agora já tenho até bisneto. Então, eu acho que sou feliz sim. Tirando o fato de que hoje que tenho dinheiro para comer as coisas, e não posso por causa do colesterol e da diabete, sou feliz sim”.

Expliquei a ela que o termo certo para se referir à neta era transexual.

“Ela é isso aí mesmo. Um dia ela tentou me explicar e o Michel também, mas é muito difícil entender. Eu não via essas coisas antigamente, se bem que eu acho que existia sim. Eu trabalhei para um senhor que recebia outro homem em casa quando a mulher dele não

estava. Na época eu achava que eles estavam trabalhando, mas hoje eu já acho que era outra coisa. Então, o povo antigamente era discreto, mesmo com essas sem-vergonhice. Mas, hoje em dia é um tal de mulher com mulher e homem com homem que Deus me perdoe. Mas, eu aceito, tá? Só não entendo”.

Depois disso, finalizei nossa conversa agradecendo-a pela disponibilidade e Guacira me confessou que gostou muito de me contar sua história e que nunca ninguém havia parado para ouvi-la. Ela me passou o contato de sua comadre, me dizendo que ela também teria muita coisa para me contar e eu agradei. Aceitei mais um pouco de café e um pedaço de bolo de fubá e em seguida me despedi.

Quando voltei algumas semanas depois para ler a transcrição da entrevista pra ela, fui novamente bem recebida. Guacira fez poucas alterações em suas falas e se mostrou satisfeita com o resultado, afirmando reconhecer sua história nas falas transcritas. Como sabe escrever seu nome, ela mesma assinou a carta de cessão, sob a supervisão do neto, que sempre entra em contato comigo para saber como está a pesquisa. Ele diz que Guacira está ansiosa para que eu me torne doutora, pois como ela contribuiu para isso, não vê a hora de eu concluir a tese e conseguir o meu título.

5.2 Entrevistas com a senhora Mary Neide

Realizadas em Arapongas (PR) nos dias 24 de junho de 2021 e 17 de agosto de 2021.



Mãos da senhora Mary Neide. Fonte: arquivo nosso

No dia 24 de junho de 2021 eu me encaminhei pela primeira vez para a residência da senhora Mary Neide que, atualmente, divide a casa com o marido e a neta. Ela é cunhada da Eliane e consegui seu contato por meio de sua sobrinha, Flora. Ao me receber, ela me confessou estar muito nervosa com a entrevista, já que nunca havia participado de algo do tipo em toda sua vida. Tratei de tranquilizá-la, dizendo que seria algo bem simples, pois apenas conversaríamos sobre suas vivências. Ela sorriu e me ofereceu uma cadeira em sua varanda, onde também ficavam suas máquinas de costura. Perguntei se ela costurava e Mary Neide assentiu entusiasmada. Comecei a gravar nossa conversa a partir daí.

“Eu não tenho estudo nenhum. Nunca pisei em uma escola e aprendi a ler e escrever sozinha, mas fiz da costura uma profissão. Aprendi a costurar ainda criança, com a minha mãe. Ela tinha uma mão muito boa para fazer roupas. Aí, eu aprendi e sempre ajudei em casa costurando. Teve uma época que meu marido ficou desempregado por um tempão e o que alimentava a gente eram as costuras que eu fazia pra fora”.

Mary Neide é uma senhora de 66 anos de idade, cabelo cacheado e grisalho e estava vestida com uma blusa branca e saia estampada. Ela usa óculos e me disse que precisou usar desde muito nova por conta da diabete alta que prejudicou sua visão.

“Diabetes é uma tristeza, né? Faço dieta e tomo remédio, mas não controla por nada essa porcaria. Aí, como precisava enxergar bem pra costurar, tive que ir atrás de um oculista”.

Perguntei se já fazia muitos anos que ela tinha diabetes e ela afirmou com um gesto de cabeça.

“Eu não tenho muita saúde não, fia. É diabetes, colesterol, reumatismo, problema da coluna, artrose, artrite... Shiiii... Sempre fui cheia de problemas e eu não tenho o útero, né? Ai já viu! Útero é a saúde da mulher”.

Perguntei porque ela achava que o útero era a saúde da mulher e ela deu de ombros. *“Ah, é uma parte importante, né? É o que faz da gente mulher. E o médico mesmo disse que depois que eu tirasse o útero ia perder a saúde. E foi dito e feito. Se bem que desde criança eu sou melindrosa. Mas, depois que fiz essa cirurgia ficou pior”.*

Pedi que ela me falasse sobre sua infância e Mary Neide respirou fundo, encarando as mãos.

“Eu nem tive infância, né? Porque brincar era muito raro. Com sete anos o pai me levou pra roça pra cortar arroz. Eu não sei se você já viu uma plantação de arroz, mas é dentro d’água e como eu era pequena, ficava enxarcada quase até a cintura o dia inteiro. Minhas mãos ficavam machucadas e eu me lembro que minhas costas doíam muito. Mas, a gente não podia nem reclamar, pois tinha que trabalhar. Escola não era pra gente. A gente morava numas fazendas longe e não tinham escolas. Se quisesse ir, tinha que andar quilômetros a pé, mas o pai nem fazia questão e a gente não ia. Brinquedo nunca tive. Fazia minhas bonequinhas com espigas de milho. O cabelo do milho era o cabelo delas. Fui ter boneca comprada em loja depois de casada. Brinquei bem pouco. Minhas bolas eram caroços de abacate. Meus irmãos faziam carrinhos com carretel de linha. Pois se nem roupa a gente tinha, imagina brinquedo. A mãe costurava umas roupas com tecido de roupas velhas. Acho que nunca tive uma roupa totalmente nova quando era criança e sapato também só fui calçar depois de moça. A gente tinha uns chinelos velhos, passados de um para o outro, mas preferíamos andar descalços”.

Perguntei se a vida na roça era difícil e ela assentiu.

“E como era difícil, meu Deus. A gente era muito pobre. Pobre de não ter o que comer, sabe? Eu lembro que nem sempre tinha arroz e feijão. Carne era luxo e só no Natal. Ainda assim era um pedaço pequeno pra cada um. A mãe cozinhava muita abóbora pra gente comer. Abóbora, mandioca... Até mamão verde a mãe fazia para nós quando não tinha mais nada. Um dia tinha feijão, no outro dia não tinha. Tinha só arroz. Tubaína e macarrão só no final do ano. O pai ia na venda e trazia uma garrafinha de tubaína para cada um. Uma vez, eu já era maiorzinha e fui com ele na venda. Tinha uma bola de mortadela no lixo e eu comi um pedaço. Menina do céu, quase morri, né, porque estava estragada. Mas, a gente

tinha tanta vontade de comer essas coisas que pegava do lixo mesmo. Pra você ter uma ideia, eu tinha um sonho tão grande de comer maçã. Elas vinham embrulhada num papel roxo e eu pegava o papel e ficava cheirando. Era uma delícia o cheiro, mas eu só fui comer maçã depois de casada. Agora, pensa bem: a gente não tinha dinheiro nem pra comer maçã. Era uma pobreza sem fim. Mas, tirando isso, a gente vivia bem, sabe? Não tinha briga. Eu e meus irmãos combinávamos e o pai e a mãe nunca brigava. Pelo menos eu não ouvia. Eu tinha um irmão bem doente e eu achava que a mãe tinha mais luxo com ele. Mas, era por causa da doença, né? Hoje eu entendo. O Rogério tinha epilepsia e avermelhava tudo a perna e ele tinha o pé inchado. Com trinta e três anos ele morreu. A mãe ficou quase louca”.

Perguntei sobre parentes próximos e ela fez uma careta.

“Olha, eu nunca conheci ninguém. Nem tio, tia e nem meus avós. Minha mãe não falava sobre a família dela e até hoje eu não sei o porquê e o meu pai comentava de um irmão, mas eu nunca cheguei a conhecer. Minha mãe era o segundo casamento do meu pai e ele tinha filhos da primeira esposa que até hoje eu não sei quem são. Acho que nem vivos estão mais. Meu pai nem falava deles. Já pensou? O povo antigamente era muito estranho. Um bando de ovelha desgarrada que não estava nem aí para o resto do rebanho. Não era igual hoje que os parentes se reúnem. Família era pai, mãe e filhos e só. Por isso que a gente era meio bicho do mato. Não estudava e não convivia com gente diferente nunca. E como meu pai não era muito fã de vizinhos em casa, a gente não convivia muito com quase ninguém mesmo. Eu fui ver gente quando me mudei pra cidade”.

Pedi que ela me contasse sobre como era a divisão do serviço doméstico e ela riu.

“Você sabe que não existia isso de dividir, né? A gente que era mulher trabalhava na roça a semana inteira e aos domingos ia lavar, passar, limpar e fazer pão pra semana inteira. Meus irmãos, os bonitos, iam jogar bola e a gente ficava de escrava em casa. Minha tarefa era mais lavar a roupa. Descia com a bacia na cabeça e ia lavar lá no meio do pasto, nas pedras do córrego. Eu torcia tudo e colocava a bacia na cabeça. Quando subia, as vacas estavam no caminho para passar e dava um sacrifício para nós passarmos. Não tinha água encanada e a gente tinha que encher uns potes enormes de barro. A gente puxava água do poço e enchia os potes da cozinha. Não tinha fogão a gás não. Era lenha. Menina, um sacrifício danado pra fazer comida e fazer café, porque até lenha a gente tinha que procurar. Meus irmãos cortavam só no domingo, depois da bola, e não dava pra semana inteira. Quando chovia era uma tristeza. Até pra tomar banho era complicado. A gente tinha que esquentar água e tomar no tacho. Quando eu era moça, meu pai ganhou um chuveiro de lata do patrão, mas tinha que esquentar água do mesmo jeito. Luz era

lamparina e a gente ficava com a ponta do nariz preta. Aliás, a gente nem cheiroso era. Fedia fumaça (risos). E também não tinha creme, shampoo ou desodorante. O cheiro era natural. Meu cabelo era cacheado e pra deixá-lo bonito eu passava banha de porco. Agora você pensa: banha de porco! Imagina o cheiro de toucinho que a gente tinha? (risos). Energia elétrica só fui conhecer depois dos quinze e televisão fui assistir com dezessete anos. Sentei pra assistir uma novela e fiquei cuidando da minha saia, pois achava que os atores lá da TV iam ver minha calcinha (risos). Me perguntei por muito tempo como eles entravam na TV. Só fui entender quando mudei pra cidade e uma amiga me contou. Eu era muito besta, senhor!”

Após saber um pouco sobre sua infância e relações familiares, perguntei se ela, quando criança, sabia de onde vinham os bebês e ela balançou a cabeça veementemente, dizendo que não.

“Eu nunca tive curiosidade de saber. Até teve uma vizinha que ganhou bebê e a minha mãe estava lá dentro ajudando a acudir e me mandou chamar o marido dela na roça. Eu fui correndo, mas não sabia de onde vinha o bebê não. Ficava pensando como é que a criança saia sem corte e sem nada, mas minha mãe nunca explicou isso pra gente. Se a gente perguntasse apanhava, porque isso era safadeza. Criança não tinha que saber de nada. Eles não eram de falar sobre isso no tempo antigo. A gente tinha que descobrir por si. Eles falavam que era a cegonha que trazia e eu imaginava que a cegonha trazia de noite. Tinham uma conversa sobre o avião trazer também. Mas, fora isso, eu não me lembro de nenhuma outra explicação sobre bebês. E a gente nem via muito bebê. As mulheres escondiam os filhos em casa pra não pegar friagem ou mau olhado. Aí a gente não ficava muito curioso, porque nem via muito”.

Passei para o próximo tópico, que era a menstruação. Mary Neide me contou que se lembrava da menarca, pois ficou apavorada achando que havia se machucado.

“Minha mãe nunca falou sobre isso com a gente. Nem ela e nem minha irmã, Ana Cláudia. Eu sempre via minha mãe lavando uns “panos” da minha irmã e ficava pensando o porquê. Aí, quando eu estava lavando roupa no rio, eu tinha uns dez anos, começou a sair sangue “de lá” e eu pensei que tinha me machucado e fiquei pensando e pensando. Cheguei em casa, peguei um pano, dobrei e coloquei no meio das pernas, igual minha mãe fazia e assim foi. Não contei para minha mãe não, porque eu morria de vergonha. Ela não explicava e a gente também não contava. Aí, a gente colocava pano e começou a vir (a menstruação) todo mês. Passou aqueles tempos e aí vinha todo mês e eu escondia tudo. Lavava os paninhos escondida. Escondia no máximo”.

Perguntei se ela tinha vergonha de estar menstruada e Mary Neide assentiu.

“De onde sai o sangue, menina? Da perseguida³⁴. E perseguida era um assunto proibido. Uma vergonha. Ninguém falava disso com ninguém. Meu pai e meus irmãos não sabiam nada sobre isso. Eu tenho na cabeça que meus irmãos foram saber depois que se casaram, porque na minha casa nunca ninguém tocou no assunto e não tinha esse negócio de comprar absorvente. Era tudo muito escondido. A gente inventava desculpa pra não falar que estava com cólica e como não tinha banheiro em casa, não ficava no lixo papel sujo de sangue. Aliás, nem tinha papel, né? A gente limpava a bunda com jornal e folhas de plantas. Aí ninguém nunca via esse sangue”.

Pedi que ela falasse dos seus absorventes e ela fez uma cara de nojo.

“Hoje eu sei que a gente até cuidava na natureza porque usava pano velho pra fazer os forrinhos. A gente não produzia lixo, né? Mas, aquilo era nojento demais, meu Deus. Vazava perna abaixo e quando a gente ia pra roça, a perna assava tudo. A gente não usava calça e esfregava uma perna na outra. Na época da menstruação a virilha chegava sangrar. Eu levava um saquinho pra roça e trocava os forrinhos umas duas vezes por dia, mas não sei como era com as outras mulheres porque a gente não conversava sobre isso. E na época da menstruação era uma tristeza ir pra roça, porque a gente não podia fazer xixi em qualquer lugar. Os mais velhos diziam que se um bicho passasse nesse sangue, a gente engravidava. Teve vez de eu segurar xixi o dia inteiro só pra não correr nenhum risco. A gente não tinha acesso a nenhuma informação e acreditávamos em tudo o que era dito para nós, principalmente se fosse algo sobre namoro e gravidez. Eram as únicas informações que tínhamos, eram as únicas coisas que os mais velhos dividiam com a gente e nós acreditávamos e sofriamos por isso. Mas, você vê como era confuso, né? Era cegonha, avião e bicho no xixi. Se a gente for pensar bem, não fazia sentido nenhum, mas a gente acreditava em tudo. E não era só sobre engravidar, né? Quando a gente menstruava, não podia andar descalça pra não pegar friagem e não lavava o cabelo com medo de ficar doente. Minha irmã dizia que as mulheres até morriam se fizessem esse tipo de coisa. Tinha uma conhecida da minha mãe que ficou louca e diziam que era porque ela tinha lavado a cabeça durante a menstruação e pegou uma dor de cabeça que deixou ela louca. A gente também não podia visitar mulheres que tinham acabado de ter neném, porque secava o leite da mulher. Só podia ir se não tivesse menstruada. Mas, aí não podia falar pra ninguém porque era vergonha. Vai entender”.

³⁴ Nome coloquial usado para se referir à vulva.

Perguntei à Mary Neide se ela havia sentido medo ao se ver menstruada e ela assentiu. *“Ninguém me orientou e eu senti medo porque não sabia o que era aquilo. Como é que podia uma coisa daquela? Porque sangue só aparecia se a gente se machucasse e aí a gente começava a sangrar todo mês. E a gente ficava imaginando e imaginando, se perguntando a razão de sangrarmos todo mês. Minha irmã mais velha me disse uma vez que a gente sangrava pra crescer e depois que eu menstruei meu corpo se desenvolveu bastante, sabe? E eu era uma moça tão linda, Bruna. Você nem faz ideia. Aí eu vi que era isso. A gente sangrava pra deixar de ser criança. E eu queria tanto ser mulher e ter peitos. Quando comecei a usar sutiã, minha mãe foi na cidade e comprou um sutiã cor de rosa e um azul. Tinha até enchimento e era uma gracinha. Ganhei roupas também. Foi no final do ano. A gente estava um pouco melhor de situação nessa época”*.

Pedi, em seguida, que ela me falasse sobre seus namoros e notei que Mary Neide ficou um tanto ruborizada, mas não interrompeu sua narrativa.

“Namoro eu só tive dois. Teve um rapaz que eu comecei a namorar aos quinze anos. Ele tinha 27 e namoramos até eu completar dezessete anos e aí ele morreu. Nós iríamos nos casar, sabe? Tinha um outro rapaz que gostava de mim e era cunhado da minha irmã, mas eu gostava desse cara que morreu. E até hoje eu não sei bem do que ele faleceu. Foi de repente. Eu fiquei tão arrasada, porque foi o meu primeiro amor, né? Quando eu o via, sentia aquele friozinho na barriga e olha que a gente só pegava na mão, porque meu pai e meus irmãos ficavam em cima da gente quando íamos namorar. Tem uma irmã minha, a Priscila, que fugiu com o namorado sendo bem nova e meu pai morria de medo de mim ou a Ana Cláudia fazer a mesma coisa e não dava paz pra gente namorar. Naquela época, uma mulher mal falada era a pior coisa pra família. Uma vergonha sem fim. Então, os pais cuidavam muito das filhas meninas. Aí, depois que esse namorado morreu, a gente foi embora pra cidade e eu conseguia dar umas escapadas. Tinha um negócio que acontecia na cidade que chamava “Paquera”. Era um som, com músicas da época, e a gente ia para paquerar mesmo. Trocávamos olhares e sorrisinhos bestas. Nada da esfregação de hoje em dia, mas era bem bom. A gente não dava liberdade para os homens, sabe? A gente só paquerava mesmo. Mas, como mulher é bicho besta demais, logo eu conheci meu marido e comecei a namorar e aí acabou as paqueras. Como eu disse, aquele rapaz que namorei, o primeiro, eu sentava no banco lá na ponta e meu pai vinha e sentava no meio de nós dois. Meu pai me fazia passar tanta vergonha, menina do céu! Ele sentava no meio de nós e ficava fumando o cigarro de palha dele, enquanto eu e meu namorado conversávamos. Na verdade, ele conversava mais com o meu pai do que comigo. E foi assim o nosso namoro.

Com o Fernando, meu marido, foi assim também. Era do mesmo jeito, pois a gente sentava no sofá e meu pai vinha e sentava no outro e ficava lá contando suas histórias. Era esse o namoro”.

Perguntei se não rolava nem um beijinho durante a fase do namoro e ela cobriu o rosto com as mãos, parecendo envergonhada.

“A gente beijava escondido. Eu e o Fernando e com o antigo namorado também. Eu falava para o meu pai que ia na quadrilha, mas quando a festa começava a ficar boa, eu tinha que voltar, se não apanhava. Então, estar sozinha com o namorado era raro e, para beijar, tinha que sair de casa, pois pegar na mão já era considerado falta de respeito. A gente apanhava. Mas, não era esses beijos cheios de baba não, tá? Eram bitoquinhas só”.

Perguntei se ela recebia alguma informação sobre sexo em casa e ela negou com um gesto de cabeça.

“Ninguém nunca falou nada. Eu soube depois que comecei a namorar o Fernando porque a gente já tinha televisão, tinha amigas que explicava, pois na época eu trabalhava em uma fábrica de móveis. Mas, da minha mãe eu nunca soube nada e ela proibia minhas irmãs e cunhadas de me contar também. Agora, você para e pensa: eu já namorava e estava me arrumando pra casar e não sabia o que era sexo. Tinha só uma vaga ideia por conta das coisas que minhas colegas falavam, mas saber mesmo, não. Uma vez o Fernando quis entrar nesses assuntos comigo e eu fiquei tão brava, menina. Eu senti que ele estava me desrespeitando, sabe? E a gente já tinha até noivado. Aí, quando comecei a fazer meu enxoval, ganhei uma camisola da minha irmã. Ela já era casada e me deu uma camisola meio transparente. Eu me lembro de olhar para ela com a peça nas mãos, me perguntando como eu teria coragem de vestir aquilo. Naquele dia, tive vontade de perguntar como era perder a virgindade, se doía mesmo, se era bom, mas ela não me deu chance. Aí eu desisti e resolvi esperar para descobrir depois do casamento”.

Pedi que ela me contasse como havia sido sua primeira vez e ela riu.

“Uns dias antes do meu casamento a minha encarregada lá na firma, que era uma mulher mais velha, pediu para conversar comigo. Ela sabia que minha família era do sítio e que provavelmente eu não sabia de nada dessas coisas. Aí ela me perguntou se eu era virgem ainda e eu disse que sim. Aí ela me explicou umas coisas meio por cima. Eu me lembro de ficar encarando a mulher sem falar nada, só pensando em desistir do casamento porque aquilo seria demais pra mim. Eu tinha uma vergonha lascada. Não queria nem me deitar no dia do meu casamento. Apesar que no dia do meu casamento choveu muito. Eu me casei numa quinta-feira e meu pai não podia fazer festa e nós não tínhamos dinheiro para nada.

Aí, na primeira noite nem aconteceu nada mesmo. Mas, eu tinha vergonha mesmo assim. Falava para o Fernando que eu tinha vergonha de ficar pelada perto dele e ele me dizia que não ia acontecer nada e assim foi. Ele teve muita paciência comigo. Na primeira noite não aconteceu nada e na sexta-feira, ele não conseguiu nada também. Doía muito, pra caramba! Mas, ele teve paciência e foi bem carinhoso. E aí, conforme foram passando os dias, eu consegui relaxar e a vergonha foi passando. Mas, era muito estranho ficar sem roupa perto dele. Demorei para me acostumar. Eu fechava os olhos, você acredita? (risos) Não conseguia olhar pra ele pelado e achar aquilo normal. A gente tinha umas ideias diferente sobre o corpo. Eu não usava roupa cavada ou decotada de jeito nenhum e saia era só na canela. Aí, de repente, você tem que ficar totalmente pelada ou ver alguém pelado? Era muito estranho”.

Perguntei se na época do casamento ela já sabia de onde vinham os bebês e ela assentiu. *“Eu já sabia sim. Tanto que quando me casei tomava comprimido (anticoncepcional). Tomei por um ano, mais ou menos, e depois parei de tomar para engravidar. Mas, aí eu tive meus problemas e não engravidei. Mas, nessa época já sabia como era o parto normal e a cesárea, por onde os bebês entravam e saíam. Já sabia de tudo, né? Eu não era mais moça e aí a gente começava a entender das coisas.”*

Pedi que ela me contasse sobre os seus problemas e seus olhos se encheram de lágrimas.

“Meu útero era infantil e invertido e eu tinha muitos miomas também. Aí, eu não engravidava de jeito nenhum. Eu tinha tanta hemorragia e uma vez precisei ir para o hospital tomar sangue. Aí, fizeram um exame e descobriram câncer. Precisei tirar tudo. Fiquei apenas com um ovário. Antes de saber desse problema, o Fernando brigava muito comigo porque ele queria um filho e eu não engravidava. Sabe aquelas novelas antigas onde os maridos falam que as mulheres são secas? Era tipo aquilo que ele falava. Uma vez chegou a dizer que eu nem era mulher de verdade. Aquilo me machucava tanto, porque eu sempre quis ter um filho. Adorava bebês. Mas, não consegui. Depois disso, depois que descobri o câncer, aí ele acalmou e nunca mais brigou comigo. Eu disse que ele era livre pra separar e fazer vida com outra mulher, mas ele não quis. Aí depois veio o Matheus e melhorou pra ele”.

Perguntei quem era o Matheus e ela sorriu, me mostrando uma foto em seu celular.

“Eu tive um filho do coração. Aliás, eu nem queria e ele veio na minha porta e eu peguei para criar. Hoje mesmo estava vendo essas fotos dele. O Matheus era recém-nascido quando veio pra mim e eu me tornei mãe. E sabe de uma coisa? Mesmo não tendo gerado,

eu acho que tinha o dom, porque não tive dificuldade nenhuma pra cuidar do Matheus bebê. Era tão natural”.

Perguntei se seu marido gostava de crianças e ela assentiu, soltando um longo suspiro. *“Ele tinha muita vontade de ser pai. O Fernando era louco por criança e eu também era. Era não, eu sou louca por criança e se pudesse ter filhos, teria tido uns três ou quatro. Eu era apaixonada por crianças”.*

Perguntei se ela conversava sobre sexo com o seu filho e ela assentiu, me olhando bem séria naquele momento.

“Conversei sim. Não queria que ele fosse bobo como eu, mas eu não sabia muito o que dizer, sabe? E menino é diferente de menina. Só pedi pra ele não brincar com as filhas dos outros, pra ter cuidado com doenças e essas coisas. Mas, nem adiantou, né? Ele foi pai bem novo e trouxe a namorada pra morar aqui em casa. E ela já tinha até outra filha de um outro namoro. A gente passou tempos bem difíceis, sabe? E depois eles se separaram e hoje eu crio minha neta. Meu filho se envolveu com coisas erradas e está preso, sabe? Aí, eu crio a Ana. Mas, quando chegar à época, eu vou conversar com ela sobre essas coisas. Vou falar do meu jeito, porque sei que a escola ensina também.”

Pedi que comentasse, então, sobre sua vida sexual durante o casamento.

“Hoje eu não gosto mais não, porque eu já sou velha. Mas, antigamente eu gostava sim, Bruna. Nossa, eu gostava e foi muito boa minha vida. Aliás, até hoje é boa minha vida de casada, pois tenho um bom marido e não tenho o que reclamar não. Claro que não é igual a gente vê em novela, né? Sempre foi tudo muito escondido, debaixo das cobertas e com muito respeito. A gente sempre fez essas coisas seguindo as leis de Deus. Nada de oral e por trás. Acho isso absurdo, aliás. Mas, sempre teve muito carinho. O Fernando achava meu corpo muito bonito e às vezes falava pra mim. Ele gostava de me ver pelada, sabe? Eu tinha vergonha, claro, mas a bíblia diz que a gente não pode se negar ao marido. E depois do casamento, meu corpo era dele, né? Então, vivemos anos muito bons. Eu queria ter feito uma viagem de Lua de Mel, mas nunca fiz. A lua e o mel só em casa mesmo (risos). Depois que deu o problema de câncer no Fernando, há quatro anos atrás, e ele teve que passar por quimioterapias e não quer mais nada dessas coisas não e eu também não ligo. Acho que por causa dos hormônios e da menopausa. E eu também tenho muitos problemas de saúde e a gente vive assim, igual a dois irmãos. Um cuida do outro. Ele, coitado, ficou impotente. Mas, o Fernando não reclama e eu tenho até dó dele, porque homem, né?”.

Pedi pra ela explicar seu último comentário e ela riu.

“Dizem que homem é diferente de mulher nessas coisas de sexo. Eles não ficam sem, né? Meu cunhado mesmo arrumava um monte de mulher no resguardo da minha irmã, porque não podia ficar sem de jeito nenhum. Acho que deve ter até uns filhos fora do casamento por causa dessa época. O Fernando sempre foi bem tarado e como depois que eu tirei o útero não tinha a desculpa da menstruação, não tinha pra onde correr. Era dar e dar, mesmo não querendo muito. Mas, eu não me negava de jeito nenhum, porque se ele fosse buscar na rua, a culpa da traição seria minha, né? E imagina viver com esse pecado? Só quando a gente saía pra visitar o pai e a mãe ou meus irmãos que aí eu não dava de jeito nenhum, porque a gente tem que respeitar a casa dos outros, né? Mas, eu não achava ruim, não, porque o Fernando sempre foi muito carinhoso”.

Aproveitei o tópico da nossa conversa para perguntar sobre masturbação e notei que seu rosto enrubesceu.

“Nunca fiz esse tipo de coisa não. Quando eu era moça, até que dava vontade, sabe? A gente tá descobrindo o corpo. Mas, eu dividia quarto com os meus irmãos e por isso a gente não tinha liberdade. E a gente era muito católico na época e o padre dizia que era pecado. Que nosso corpo era de Jesus e depois seria do marido ou da esposa e só. Que tudo o que acontecesse no casamento era para a procriação e não para o prazer e a gente obedecia. Eu mesma tinha muito medo de pecar. Aí, a gente não fazia isso de jeito nenhum. Tinha aquelas histórias também de crescer pelo na mão, dar espinhas e a gente tinha muito medo. Aí, agora, depois de casada, eu acho que fazer isso é um desrespeito com o meu marido. Quando ele era saudável a gente namorava e agora ele tá doente, não namoramos mais e eu também não faço isso. Então, não. Não me entra na cabeça essas coisas muito modernas. Se tocar, fazer sexo por trás ou por aquilo na boca. Eu sou antiga e acho que vou morrer assim”.

Mary Neide finalizou sua história me falando sobre o que mudou com relação à sexualidade desde sua infância até agora.

“Hoje mudou muita coisa. Pra falar a verdade, sobre esse assunto, têm coisas que eu não sei até hoje e uma criança de sete ou oito anos sabe. Então, nessa parte do sexo, do namoro e tudo mais mudou muita coisa. As mudanças foram para melhor, eu acho. Nossa vida antigamente era muito difícil. A gente não conversava com os pais, não frequentava escola, morria de trabalhar na roça e em casa. Tudo muito sofrido. A gente não tinha acesso a nada. Hoje, as crianças já nascem sabendo, né? São tão espertos. O jeito de namorar também mudou. Não tem mais isso de casar virgem, de não saber sobre menstruação. Tem absorvente no mercado. Até camisinha se vende no mercado. Tem sutiã de todo jeito,

calcinha de todo o tamanho. A vida mudou sim e eu acho que pra melhor, principalmente pra mulher. Tem máquina de lavar roupa, fogão a gás, água encanada, força (energia elétrica). Uma maravilha! E que bom, pois eu sei que a vida da minha neta vai ser bem mais fácil e diferente do que a minha”.

Ao final da entrevista pude conhecer sua neta e seu marido, que chegou do trabalho trazendo pão fresco para a professora que foi entrevistar sua esposa. Ele me contou que ela estava feliz em contribuir com a minha pesquisa e que se sentiu importante por alguém querer ouvir sua história de vida, que, na cabeça dela, não tem nada de interessante.

Semanas depois retornei com a transcrição e a carta de cessão e Mary Neide assinou, fazendo poucas alterações em suas falas. Ela me manda mensagens de áudio quase toda a semana me perguntando se já sou doutora e eu disse que assim que acontecer, ela será uma das primeiras pessoas a ficar sabendo.

5.3 Entrevistas com a senhora Eliane

Realizadas em Araongas (PR) nos dias 08 de junho de 2021 e 22 de agosto de 2021



Mãos da senhora Eliane. Fonte: arquivo próprio, 2021.

Eliane é uma senhora de 74 anos, viúva, mãe de sete filhos/as, sendo seis vivos/as – quatro mulheres e dois homens –, avó de treze netos/as – sete mulheres e seis homens –, bisavó de três bisnetos/as – dois meninos e uma menina – e comadre de Guacira, tendo batizado a penúltima filha da amiga. As duas se conhecem desde criança e criaram os/as filhos/as juntas, pois quase sempre moraram perto uma da outra nas fazendas do interior do estado do Paraná. Eliane tem os olhos azuis bem vivos e um cabelo grisalho que vai até sua cintura. Elogiei seu cabelo e ela sorriu, me dizendo que seu sonho sempre foi ter cabelo comprido, mas que só depois de velha pode deixá-lo crescer. Ela me recebeu na casa da filha mais velha, Flora, pois havia passado por sérios problemas de saúde recentemente e estava lá até se recuperar. A filha acompanhou toda a entrevista.

“Eu acho que foi Covid que eu tive, mas não saiu no exame. Fiquei mal, com uma tontura que não tinha fim e um enjoo que não me deixava nem comer. Aí, minha filha me internou e depois me trouxe para a casa dela. Nem sei mais se vou voltar pra minha casa”.

Nossa conversa foi de manhã e ela estava no quintal tomando sol. Eliane usava um chapéu de praia e me disse que tinha sido recomendação da neta, pois sua pele era muito branca e já estava bem judiada do sol devido aos anos em que trabalhou na roça sem nenhuma proteção.

Eu expliquei qual era o objetivo da nossa conversa e pedi que ela não se preocupasse, pois tudo o que fosse me dito ali seria usado apenas em minha pesquisa, sendo que eu daria

a ela um pseudônimo para que ninguém pudesse saber quem era a verdadeira dona daquela história de vida.

Iniciei nossa conversa perguntando de sua infância e Eliane encarou as mãos enrugadas, que estavam pousadas sobre seu colo.

“Fia, eu quase não tive infância. Minha vida foi só trabalhar. Desde os 8 anos era roça. Estudar meu pai não deixou, porque estudo era só para homem, mulher não. Eu fui da roça a vida inteira e depois que casei continuei na roça do mesmo jeito. Só folguei agora, porque meu marido morreu e eu recebo a pensão dele. Minha mãe era muito ruim. Meu pai não, ele era bonzinho, mas a minha mãe me batia muito. Todo dia ela batia, por coisa à toa, sabe? Se ela me chamasse e eu respondesse “o que?” já era motivo para apanhar. Ela foi muito ruim pra mim. Batia todo o dia. Se eu saía um pouco, quando voltava apanhava. Se a visita chegasse e eu estivesse por perto, apanhava por tentar ouvir a conversa de adulto. Se fosse para longe, aí eu não ouvia minha mãe me chamar e apanhava também. Então, eu só apanhava. Já meu pai não era muito ruim, só que não me deixou estudar. Só trabalhar. Meus irmãos homens foram pra escola, mas as mulheres não. Eu ajudava meu pai na roça e ainda tinha que fazer o serviço em casa. Meu pai não me deixou ir pra escola, pois falava que mulher não precisava estudar, porque ia casar e cuidar da casa e dos filhos. Então, eu não aprendi nem ler e nem escrever. Quando meu marido morreu, eu não sabia ir ao mercado, acredita? Não sabia nada porque era o Jorge que fazia as coisas e se não fosse a Flora, eu tinha morrido de fome”.

Perguntei a Eliane sobre seus/suas irmãos e irmãs e ela me disse que se lembrava muito pouco deles/as.

“Eu sou a caçula de nove irmãos. Quer dizer, um abaixo de mim morreu com seis meses e aí eu fiquei como caçula. Meu pai teve o maior desgosto quando eu nasci, porque ele queria filho homem. Naquela época eles só queriam ter filhos homens e ficavam bravos quando não tinham. Teve um conhecido nosso que rejeitou a filha e meu pai fez o maior pouco caso de mim também. Meu irmão acima de mim teve derrame e ficou um ano na cama sem poder se mexer. Nessa época, era eu que ia trabalhar com o meu pai. E depois ajudava minha mãe em casa. Minha mãe tinha reumatismo e não era tudo que ela conseguia fazer. Pra cozinhar, eu subia num banquinho. Eu ia longe para lavar roupa e quando ia estender, minha mãe ia lá fiscalizar. Se tivesse qualquer peça mal lavada, ela jogava tudo no chão, no meio do barro, e eu tinha que lavar de novo. Tem uma, a Laila, que eu nem cheguei a conhecer porque ela casou quando eu nasci. Outra, fugiu de casa e amigou com um cara

bêbado que batia muito nela. Essa minha irmã teve um filho com esse homem e ele queria matar o menino. Nessa época eu estava lá, porque minha irmã estava de dieta e a mãe mandou eu ir cuidar dela. Eu pegava o neném no colo e corria pra rua, se não ele matava. Um dia, eu fiz janta e ele pegou uma linguiça quente e queria enfiar na boca do neném. Eu que não deixei. Depois, ela largou desse homem e casou com outro que era pior ainda. Vivía de briga de galo, era bêbado e judiava dela e do menino também. Aí, eu tive outra irmã, a Elisa, que era meio surda. Acho que ela ficou assim de tanto levar pancada da minha mãe na cabeça. Ela se casou com o irmão da minha comadre, mas só sofreu também. Coitada. Então, em casa, só ficou eu e meu irmão doente. Os outros mais velhos foram casando tudo”.

Perguntei se ela conheceu avôs/ós, tios/as e primos/as e ela me disse que não.

“Eu só conheci meus irmãos mesmo e mais ninguém. Na época, eu não sabia dizer porque, já que o pai e a mãe não falavam sobre ninguém. Mas, hoje, depois que minha neta foi atrás de uns documentos para tirar a cidadania italiana, eu descobri que meu pai brigou com os meus avós e sumiu da vida deles. Ele era do Estado de São Paulo, ali da região de Botucatu, sabe? A família do meu pai achava que ele tivesse morrido e aí, depois de velha, eu descobri que tenho uma tia viva e muitos primos. Eu sou a única viva da minha família, né? Meus pais e irmãos já morreram tudo, mas aí descobri que têm outras pessoas também”.

Aproveitei que ela estava me falando da sua infância e perguntei se, quando criança, chegou a ver alguma mulher grávida.

“Não via. As mulheres não apareciam muito quando estavam grávidas, pois era vergonhoso, sabe? Eu mesma, quando ficava grávida e a barriga começava a aparecer, não saía de casa mais. Ninguém me via grávida. A minha sorte era que eu quase não ficava barriguda e aí podia trabalhar na roça até quase o neném nascer”.

Pedi que ela me explicasse porque era vergonhoso aparecer grávida no meio das pessoas naquela época e ela deu de ombros.

“Eu não sei bem. Mas, acho que é porque para fazer um neném a mulher precisa... Você sabe... Ela precisa dar para o marido, né? Aí, todo mundo sabia o que a gente tinha feito e isso era vergonha. Hoje, pensando bem, não tem sentido, né? Porque se a gente fazia filho com o nosso marido e não com o marido de ninguém e nem solteira, qual era o problema? Mas, naquela época era vergonha e a gente não saía de casa”.

Perguntei se ela sabia de onde vinham os bebês quando era criança e ela me disse que não.

“Não sabia. Até que quando eu fiquei grávida, depois de casada, e tive dor do parto, fiquei segurando para não nascer. Minha mãe não me explicava nada e não nos deixava ver nada e eu não fui pra escola, se bem que acho que naquela época ninguém ensinava isso em lugar nenhum. Eu casei bem inocente de tudo. Não sabia de nada, porque ela nunca ensinou e nem deixava a gente ver mulher grávida. E as mulheres grávidas também nem saíam e aí era difícil. Quando eu era criança, eu nem pensava de onde vinham os bebês. Achava que era a cegonha que trazia. Mas, a gente não tinha liberdade para perguntar nada, entende? Acho que se a gente se atrevesse a perguntar, era capaz de sair da conversa sem os dentes”.

Eu perguntei se ela não tinha amigas com as quais pudesse conversar sobre essas questões e ela me disse que seu pai a deixava brincar apenas com Guacira, mas as duas não falavam muito dessas coisas.

“A Guacira tremia de medo da minha mãe e não tinha coragem de falar sobre essas coisas comigo, até porque eu tinha muita vergonha. Meu pai era muito rígido. Eu não podia usar blusa regata, porque ele dizia que se os homens vissem nosso sovaco, estavam vendo a bunda. Saía era só lá na canela e calça comprida de jeito nenhum, porque mostrava o corpo e era roupa de homem. Naquela época, a gente não podia nem pensar em vestir roupa curta, porque ele falava que se vissem nosso joelho estavam vendo a bunda também. Aí, para e pensa, como eu ia perguntar qualquer coisa sobre gravidez para alguém? Não tinha condições. E eu nem sabia o que era mesmo. Achava que o neném vinha da cegonha”.

Pedi que ela me contasse sobre sua primeira menstruação e ela riu, passando as mãos pelo rosto.

“Eu tinha onze anos quando tive a primeira menstruação. Eu vi que minha calcinha estava suja de um negócio bem preto que parecia graxa e corria no rio para lavar. Vestia a calcinha molhada e aí sujava de novo e eu ia no rio lavar outra vez, para tornar a vestir. Minha mãe nunca ensinou nada. Eu não sabia o que era, mas como não morri, deduzi que era algo normal. Rasguei uns panos velhos e usava eles todo mês e é lógico que minha mãe sabia, porque ela não deixava passar nada. Aí, teve um tempo que minha menstruação parou e eu tive que falar mesmo pra minha mãe. Ela fez um chá e me deu e aí desceu de novo. Mas, eu não gostava de contar nada pra ela, porque ela contava pra todo mundo só pra me ver chateada e eu tinha muita vergonha. Eu sei que tinha muita cólica e, às vezes,

eu não queria ir para a roça trabalhar, mas ela dizia que trabalhar fazia a cólica sarar. Ela não tinha um pingão de dó, de jeito nenhum. Ela foi muito carrasca comigo”.

Perguntei à Eliane quem comprava suas calcinhas e sutiãs e ela me disse que a mãe comprou apenas uma vez.

“A gente não era ruim de situação. Tínhamos fartura em casa e minha mãe foi para a cidade e comprou essas coisas pra mim uma vez. No mais, fazíamos de retalho. Eu e a comadre Guacira fazíamos nossos sutiãs de pano. Eu fazia de tudo, sabe? Saia, vestido, sutiã e até calça. Hoje não me lembro de mais nada. Minha cabeça é muito ruim”.

Pedi que ela me falasse um pouco mais sobre sua amizade com Guacira e ela sorriu, olhando para as próprias mãos outra vez.

“Eu tinha dez anos quando a gente se conheceu e ela doze e nós somos amigas até hoje, Graças a Deus! Quando ela passava em casa e a mãe ia me bater, ela corria para casa dela. Ela tremia de medo da mãe. Uma vez nós fomos catar goiaba, cada goiaba grande que tinha. Eu levei uma lata de dois litros e as mais bonitas eu separei para a mãe. Mas, quando cheguei em casa apanhei por ter saído. Minha mãe quase desgrudou minha orelha nesse dia. A comadre Guacira correu de medo e acho que esqueceu até as goiabas dela lá em casa (risos). Já do pai ela não tinha medo não. Ela era bem dada, sabe? Conversadeira que só e gostava de ouvir os causos do meu pai. E como ela era bem faladeira, acho que tinha até mais liberdade com o pai que eu”.

Perguntei sobre seus namorados e Eliane olhou para a aliança que estava em seu dedo anelar esquerdo, mexendo nela com a outra mão.

“Eu só tive um namorado, que foi o meu marido. O Jorge, meu marido, me conheceu na colônia. Ele morava na primeira casa e eu na última e um dia ele me viu passando e falou pra irmã dele que ia se casar comigo. Ele me dizia que eu era a mulher mais linda que ele já tinha visto. Aí, passado uns dias, ele me mandou um bilhete, mas eu não sabia ler e aí a comadre Guacira leu pra mim e a gente começou a conversar. Minha sogra enrolava meu pai na venda pra gente poder papear. Ele foi em casa pra me pedir em namoro, mas meu pai não queria porque era eu que ajudava ele em tudo, né? Meu irmão era doente e eu fazia todo o serviço de roça e de casa. Mas, a gente namorou mesmo assim por quatro anos. Meu pai prometeu que se eu ajudasse ele por mais esse tempo, ele ia fazer uma festa de casamento pra mim. E o Jorge ia lá em casa e a gente namorava no terreiro, no meio do pai e da mãe. A gente não podia nem pegar na mão e sempre tinha um vigiando. Eu gostava muito de baile, mas só podia ir se meu irmão também fosse e como o Jorge não dançava, a

gente não ficava muito perto. Só pegava na mão no caminho. Aí, depois de um tempo, eu e o Jorge começamos a conversar sobre casamento e meu pai disse que eu não podia casar, porque tinha que ajudar ele na roça. Meu pai não queria que eu casasse de jeito nenhum. E com raiva, ele me negou minha festa. Disse que se eu quisesse casar, era pra casar com o vestidinho do corpo, porque ele não ia me dar nada. E olha que o pai tinha de tudo. Tinha tuia cheia de café, quarto cheio de arroz e feijão, tinha bastante porco e quando eu casei, ele só me deu um baú pra levar e eu casei só com a roupinha do corpo. Não me deu mais nada. E eu trabalhei em colheita de café sozinha pra juntar meu dinheiro e nunca pude ter nada que eu quis. Eu fiquei tão revoltada que fugi com o Jorge e casei no cartório no outro dia e depois de três meses me casei na igreja, mas sem o vestido de noiva que eu tanto sonhei. Meu pai não me deu nada, nada e nada”.

Pedi que Eliane me falasse sobre sua primeira vez e notei que ela ficou um pouco constrangida. Assim, tratei de tranquilizá-la, dizendo que poderia me falar só o que tivesse vontade e que eu iria usar as informações apenas na minha pesquisa.

“Bem, eu fugi e fui pra casa dele, do Jorge, mas como a gente não era casado ainda, eu dormi com a minha cunhada. No outro dia, fui para o cartório na cidade, a pé, e a comadre Guacira, que já era casada, foi buscar meu pai, pois naquela época ele tinha que assinar pra eu poder casar. Isso já era depois do almoço. Meu pai nem ficou bravo e assinou os papéis do casamento. Minha mãe não foi. Depois, eu e o Jorge fomos pra casa da minha sogra, pois iríamos morar lá por um tempo. A gente jantou e quando deu umas horas fomos dormir. E nunca ninguém me falou o que acontecia entre um casal, entende? Eu achava que era só casar e pronto, mas não era. Primeiro o Jorge tentou me beijar e levou um tapa, mas eu não podia fazer barulho porque estava na casa dos outros. Depois, ele tentou colocar a mão dentro da minha saia e eu o empurrei da cama. A casa era de assoalho e fez o maior barulho, mas eu nem liguei, pois só queria que ele parasse com aquela sem-vergonhice. O Jorge até tentou me explicar que aquilo era normal, mas eu achava um absurdo. Eu casei bem inocente e achava um desrespeito o que ele estava tentando fazer. Ele tentou me convencer durante vários dias, mas não tinha acordo e quando eu ameacei voltar para a casa do pai, com muita vergonha, ele pediu pra minha sogra conversar comigo. E a Dona Fátima era muito boazinha, entende? Ela foi uma mãe pra mim e me explicou que eu estava casada e que precisava deixar o Jorge tocar em mim. Perguntou se eu queria ser mãe e eu disse que sim e aí ela me explicou que se eu não deixasse o Jorge fazer aquelas coisas comigo, eu nunca ia ser mãe. Não entendi o que uma coisa tinha a ver com a outra, mas acabei aceitando. Mas, a primeira vez mesmo foi muito ruim. Ele era

virgem e eu era virgem e a gente não sabia direito o que fazer e aí me machucou. Ele foi bem paciente, mas doeu tanto que não gosto nem de lembrar. Foi bom não. Aí, passado uns dias foi ficando bom. Mas, olha, não era nada do que passa nas novelas hoje. A gente fazia tudo no escuro, debaixo das cobertas e não tirávamos a roupa na frente do marido de jeito nenhum. Mas, depois de muitos anos, quando mudamos para a cidade, eu fui tomar banho no banheiro e era a primeira casa que tinha banheiro e ele foi comigo. Antes a gente tomava banho no tacho. Mas, marido quando toma banho com a gente só quer lavar ali, sabe? Aí eu não deixei mais ele entrar. Mas, depois disso ele me viu pelada sim, me trocando ou tomando banho. Mas, na cama eu só tirava a calcinha, transava e pronto. Limpava tudo e vestia de novo”.

Perguntei como foi sua vida sexual durante o casamento e ela suspirou.

“Foi normal, mas só o corpo que não via, sabe? Tudo de roupa. E com o tempo a gente se acostuma e depois gosta. Tanto que quando ele morreu, eu senti falta, mas depois me acostumei e não tive mais vontade. Eu fiquei viúva com 48 anos e nunca mais tive outro homem. Marido pra mim foi só um e se Deus levou, acabou. Mas, meu marido era bem assanhado (risos). Quando eu aceitei o que acontecia entre homem e mulher, nunca mais tive paz. Só na dieta e na menstruação. Aí ele nem chegava perto, porque morria de nojo. Mas, antes de ter os filhos, nossa! Eu ia levar comida na roça, tinha que dar pra ele. Debaixo do pé de café, em cima de saco de milho... Menina do céu, ele não economizava mesmo. E depois que os filhos nasceram, ele esperava todo mundo dormir, checava um por um e eu tinha que dar toda noite. Mas, o Jorge era um homem carinhoso. A ruim era eu (risos). Ele sempre quis muito me beijar, mas eu nunca aceitei. Já imaginou alguém socando a língua na sua boca? Credo! Então, a gente dava só beijinho de boca fechada. Como é que fala? Selinho, né? Era só assim. Mas, ele nunca me desrespeitou. Uma vez, quando mudamos pra cidade, fomos morar perto de uma zona e as mulheres o chamavam pra ser cliente delas. Mas, ele nunca quis e dizia que se tinha uma mulher só dele em casa, pra que ia procurar essas coisas? Então, a gente sempre se deu muito bem. Mas, aí quando ele ficou doente, ele queria e não conseguia. Tentava, tentava e nada. Ele ficou tão bravo, mas fazer o que? A gente tinha que aceitar a vontade de Deus e logo ele morreu³⁵.

Perguntei se na adolescência ou depois que o marido morreu ela se masturbava e ela negou com um gesto de cabeça.

³⁵ Jorge faleceu de Câncer em 1997.

“Deus me livre! A gente não fazia esse tipo de coisa não. Uma que a gente nem sabia dessas coisas, né? Nunca parei para pensar para que servia a perereca³⁶. Era uma parte que a gente ignorava, entende? Aí quando a gente menstruava, achava que era só pra isso. E outra que é pecado, né? Porque, pensa bem. Deus vê tudo. Até os seus pensamentos e aí você vai fazer esse tipo de coisa? Não. Eu nunca fiz não. Quando meu marido morreu, senti muita falta. Não vou negar. Mas, não fiz não. Resisti. Esse pecado eu não tenho (risos)”.

Pedi que ela me falasse sobre sua primeira gravidez.

“Então, não fui eu que descobriu, foi o meu pai. Nós estávamos morando na casa dele, porque ele nos chamou para colher café e ajudar ele, já que estava sozinho. Aí ele me viu chupando laranja azeda com sal e falou pra mãe: a Eliane está grávida. Vamos mandar eles embora porque eu não quero outro gasto. E aí ele mandou a gente embora e eu e o Jorge saímos numa carroça onde a gente levava nossa mudança. Aí, minha sogra deu uma cama e um colchão de palha e a gente foi pro sítio e não voltamos mais pra casa do meu pai. Ele não me aceitou porque eu estava grávida e ia dar mais despesas e depois outra, era feio porque meu irmão era solteiro em casa e não podia ver mulher barriguda. Então, nós fomos pra um sítio e nunca mais moramos perto deles. Esse sítio que a gente foi tinha apelido de “Quinze Dias”, porque ninguém parava lá e o Jorge trabalhava na horta e trazia de tudo, tomate, verdura e dividia com a mãe e com a minha sogra, pois eu nunca guardei ressentimento de ninguém. Que Deus tenha minha mãe e meu pai em bom lugar, pois com tudo isso eu não guardei raiva deles. Aí, quando fomos pra esse sítio, eu já sabia que estava grávida porque minha sogra falou. Agora, eu não sabia como que ia nascer, porque essa parte ninguém me falou e quando dava a dor, eu segurava e não deixava nascer.

Perguntei se ela achava que estava morrendo e Eliane fez uma careta, assentindo.

“Menina, a dor do parto é a dor da morte. Deus devia estar muito bravo com as mulheres quando permitiu a gente passar por isso. Cruz credo! Quando eu fiquei ruim pra ganhar a Flora, eu achava que era só vontade de fazer xixi. Carreguei lenha e enchi os potes de água, pois eu não sabia de nada e passei dois dias ruim. Foi uma vizinha japonesa que me viu e disse que não era mais pra eu segurar, que era pra eu me deitar e deixar, que o neném ia nascer e ela ia pegar. E assim eu fiz. E foi ali que fui saber por onde saia. Antes não sabia de nada. E como eu fiquei muito mal, meu marido assistiu o parto e depois de um tempo ele me disse que achou que minha danada não ia mais voltar ao normal (risos). Diz que quando

³⁶ Vulva/vagina

ele a viu se esticando toda para sair meu neném, ele achou que tinha estragado para sempre. Pensa no quanto a gente era besta naquela época?

Perguntei sobre os seus outros seis partos.

“Eu tive sete filhos, todos de parto normal. As duas últimas eu tive no hospital, mas foi normal também. Se abusar, nem tinha cesárea naquela época. Pelo menos eu nunca tinha ouvido falar. E, mesmo que tivesse, a gente não teria dinheiro para pagar. Então, o único jeito era sofrer mesmo. Minha penúltima filha, a Cristina, nasceu com água na cabeça e morreu com um ano de idade. Pra você ver, eu tive ela no hospital e o médico não viu que ela tinha a cabeça mole. Se tivesse visto, acho que ela não teria morrido, porque teria colocado a válvula lá, mas ele não viu e ela foi ficando com a cabeça cada vez mais grande. Aí, com muito custo, conseguimos uma cirurgia pra colocar a válvula, mas ela pegou gripe e não pôde operar. E nessa época eu fiquei gorda da Rosa, minha filha caçula. Era muito difícil levar a Cristina pra fazer o tratamento, entende? Eu a levava em Londrina e só ia com o dinheiro da passagem e ficava com fome o dia inteiro, até voltar pra casa ou comia no hospital, mas nem sempre eles davam comida. Uma vez um senhor me viu no ponto de ônibus e acho que ficou com dó e pediu pra ver a Cristina. Fiquei com tanta vergonha, porque a cabeça dela já estava quase do tamanho de uma melancia, mas deixei e nesse dia ele me deu um bom dinheiro. Ele disse que era pra eu pegar um táxi, porque era muito difícil carregar minha criança no ônibus, mas eu guardei o dinheiro para ajudar em casa, porque estávamos bem apurados. Ela morreu no dia em que eu internei para ganhar a Rosa e eu nem vi minha filha morta, pois quando saí do hospital ela já tinha sido enterrada. Meu marido que enterrou e como a gente não tinha dinheiro para comprar o túmulo, nem existe mais.

Perguntei se Eliane estava bem para continuar e depois que ela afirmou que sim, pedi que me contasse como era criar filhos/as naquela época.

“Foi muito difícil, porque a gente era muito pobre. Mas, pobre mesmo, sabe? A gente não podia comprar feijão, então nós plantamos feijão andu em volta da casa e todo dia eu debulhava esse feijão pra comer com arroz, quando tinha. Eu cozinhei muita soja para comer com arroz também. Teve uma época que a gente passou de abóbora e inhame. Choveu muitos dias, sabe? E como a gente não podia trabalhar (por causa da chuva), começou a acabar tudo dentro de casa. Leite era luxo e só podia beber as crianças mais novas. E você pensa que eu gostava de ficar grávida? Eu chorava dias e dias quando descobria que estava buchuda de novo. Meu remédio era amamentar, porque enquanto a

criança mamava, eu não menstruava e não engravidava. Aí, teve vezes de eu forçar a criança a continuar mamando, mas não tinha jeito e acabava engravidando. Meu marido ficava feliz, mas eu não queria mais filho pra sofrer, entende? A gente não tinha nada pra dar para as crianças. A Flora uma vez ficou doente por causa de uma havaiana. Já pensou? Eles andavam tudo descalço e ela viu uma menina de chinelo e ficou doente. A gente trabalhou a semana inteira pra sobrar um pouquinho e comprar essa havaiana e quando ela colocou no pé, teve que andar segurando na parede, porque não sabia nem andar de chinelo. Era muita pobreza. Eu e meu marido, durante aquela geada negra, sabe? Então, a gente passou a noite em roda de uma fogueira no chão da cozinha porque não tinha cobertura pra todo mundo. Eu fazia cobertura de saco de estopa e tive que colocar tudo pras crianças. Então, era tudo muito difícil. Hoje eu vejo tanto luxo, sabe? Vai ter neném é roupinha nova, berço, carrinho... Meu Deus, na minha época eu carregava um filho no braço e outro agarrado na barra da saia. Era muito sofrido. Muito”.

Perguntei se alguma vez ela pensou em abortar e ela me disse que não.

“Eu abortei um, mas não foi porque eu quis. Eu estava lavando roupa no poço e peguei a roupa molhada da bacia e coloquei na cabeça e na mesma hora desceu aquele monte de sangue. Você já pensou? Eu nem sabia que estava grávida. Então, abortar eu nunca quis não, mas já pensei em dar o neném. Eu até falava para o meu marido que ia dar, mas ele dizia que ia buscar, porque ele gostava demais dos filhos. Só que eu não tinha coragem de dar, sabe? O Jorge tentava evitar e quando ia sair, ele tirava, mas eu não sei que diacho que tinha que eu ficava grávida tão fácil. Aí, quando ganhei minha caçula, o médico até pediu ela pra mim, mas eu não tive coragem. Mas, a gente não tomava nada pra evitar. Naquela época, tudo era pecado. A gente ia na missa e o padre falava que tomar remédio era pecado e aí a gente não tomava. Aí uma vez, quando eu tive meu quinto filho, resolvi ir no posto e pedir um remédio. Foi uma vizinha que deu a ideia, porque ela tomava também. E eu comecei a tomar. E as enfermeiras do posto não explicavam nada não. Só falava que era pra tomar um por dia e pronto. Mas, minha menstruação secou e eu fiquei apavorada. Você imagina naquela época a menstruação parar? A gente achava que ia morrer. E aí, como eu parei de tomar, fiquei grávida da minha menina que nasceu doente. Quando a cabeça dela começou a crescer, a gente a levou no médico e ele me disse que o defeito dela era castigo porque eu tinha tomado remédio pra não engravidar. Era a comadre Guacira que dava banho nela e viu que as toucas não serviam na cabeça dela de um dia para o outro. Aí, a gente levou no médico e ele me disse isso. Fiquei me sentindo culpada, entende?

Aí, não tomei mais e quando engravidei de novo, o médico sugeriu uma laqueadura e eu fiz, porque se não ainda teria tido mais uns três ou quatro filhos”.

Ela continuou seu relato sobre o que passava nos hospitais:

“[...] Você precisa de ver o que a gente passava no hospital. Eles humilhavam muito a gente que era pobre e tinha muitos filhos. Falavam que era só a gente fechar as pernas e outras coisas que eu morro de vergonha só de lembrar. A gente levava cada pito dos médicos que nossa senhora. E quando a gente ia ganhar neném, não podia fazer escândalo não. Tinha que aguentar as dores quietinha, porque se gritasse, eles deixavam sofrer mais ainda e ainda falavam desaforos. “Pra fazer estava bom, né? Agora aguenta!” Eram coisas assim que a gente tinha que ouvir. Então, a gente aguentava calada pra não passar vergonha. Eu vou te dizer uma coisa, viu: ser pobre não é fácil. A gente tem que aguentar muita humilhação”.

Perguntei se seus/suas filhos/as frequentaram a escola durante a infância e ela disse que sim.

“Todos foram pra escola sim. Pelo meu marido não iam não, porque ele queria que eles trabalhassem, mas eu fiz questão, porque é muito ruim não saber ler e nem escrever. Aí eu falava pra eles irem na venda e pegar caderno e lápis e fazia ir pra escola. Quando ficaram grandes, eles pararam por conta própria. Só tenho uma filha que terminou a escola, pois os outros não quiseram. Mas, pelo menos todo mundo lê e escreve. Não é porque eu não estudei que não ia deixá-los estudarem.

Perguntei se ela ensinava coisas relacionadas à sexualidade para seus/suas filhos/as e ela me disse que não, pois tinha muita vergonha.

“Eu morria de vergonha e não falava nada não. Ninguém nunca me ensinou nada, então eu não falava dessas coisas com elas, igual no tempo antigo. Eu não achava certo conversar sobre esse tipo de coisa. Então, minhas meninas cresceram besta igual eu e não sabiam de nada. Meus filhos achavam que os bebês vinham do avião. E naquela época era muito raro ver avião e aí, quando passava um, eles ficavam gritando pro avião me trazer outro neném. Eu até chorava, porque Deus me livre de outra criança. Então, eles eram muito inocentes. Quando minha menina mais velha menstruou, ela me contou e eu ensinei como usar os forrinhos, mas foi só e depois ela foi ensinando as outras meninas. De namorado, eu não falava nada também. Tanto que todas elas casaram grávidas (risos). A gente não tinha diálogo, sabe? Era igual bicho do mato. Hoje eu até falo com as minhas netas e tudo, mas antigamente não. Deus me livre!”.

Perguntei à Eliane se seu marido conversava com os/as filhos/as e ela me disse que sim.

“O Jorge era bem diferente de mim. Ele conversava mais com os filhos e sempre falava que os meninos tinham que respeitar as filhas dos outros. Com as meninas ele não falava, né? Só dizia pra ter juízo. Mas, ele me ajudava, entende? Quando eu agarrava brigar e xingar, ele pegava um machado e um pano e ia buscar lenha. “Toma aqui. Tem lenha pra você queimar à vontade”. E quando ele voltava, eu já não estava mais com raiva e ficava de bem. Ele matava frango quando a gente tinha e fazia junto comigo. Quando eu trabalhei na bituca³⁷, chegava muito tarde em casa, mas encontrava a janta feita já. Ele me ajudava a dar banho nas crianças. A Flora mesmo, a Flora e o Pedro, na Flora ele não tirava a calcinha dela para dar banho. Depois que ele terminava, virava de costa pra ela trocar a calcinha. Depois, ele vestia a roupa nela. No Pedro ele dava banho pelado mesmo, mas nas meninas não. E ele sempre cuidou com muito amor e respeito. E ele sempre foi um bom marido. Nunca falou de relar a mão em mim. Nada. Ele tinha muita paciência comigo. O único defeito do Jorge era mudar daqui pra lá. Não parava em lugar nenhum. Quando a gente estava bem, lá ia o Jorge querer mudar de novo. Uma vez a gente foi morar num sítio e estávamos bem. O Jorge colhia jabuticaba e a gente tinha horta, galinha, leite pra Flora e até pra nós. O dono do sítio gostava da gente, dava até os cafés que ficavam em volta da casa pra gente vender, dava ovo, dava fruta. Mas, o Jorge quis mudar pra outra fazenda e ali a gente acabou com tudo. Ele quis ir atrás de um conhecido, sabe? Porque disse que lá dava muito dinheiro. Mas, o conhecido tinha casa já e a gente não. Quando chegamos, jogamos um colchão no chão e ficamos lá, sem ter teto pra dormir. Como eu estava gorda do Pedro e com a Flora pequena, uma mulher ficou com dó e deu um cômodo da casa dela pra gente morar. A gente foi pra esse lugar só pra sofrer! As roupas dele era pura nódoa e eu morria de medo de ele perder a mão nesse serviço, porque muita gente perdia. Mas, a gente nem ficou muito lá e logo mudamos de novo. Mas, o Jorge nunca teve preguiça de trabalhar, sabe? Ele colocava um caixotinho na garupa da bicicleta com uma garrafa de água e ia embora atrás de trabalho e, de tarde, passava na venda e trazia comida e assim fazia todo o dia. E eu catava café. Teve aquela geada grande, que queimou tudo, e o homem do sítio que a gente morava mandou arrancar todos os pés, mas não colheu o café e eu ia lá e colhia, trazia e colocava no sol pra secar. Depois, tínhamos um pilão e eu socava o café, passava na peneira e abanava. Tinha dia que eu sozinha enchia uma lata de vinte litros de café limpo e de tarde o Jorge colocava em um saco e ia na cidade vender pra trazer

³⁷ Recolhimento da bituca – restos de cana-de-açúcar – deixados pelas máquinas.

comida pra nós. E a vida era assim, difícil e difícil. Pra lavar roupa mesmo... Eu ia num rio longe. Era muito difícil ter água no poço, aí a gente tinha que andar longe. Um dia, deixei a Flora dormindo e fui lavar roupa. Quando cheguei, ela tinha caído da cama e estava bebendo querosene das lamparinas. A ponto de morrer, né? Era Deus que cuidava. Tanto que acho que foi até bom, porque matou os vermes (risos)”.

Eu pedi que ela me contasse sobre os costumes e rituais que as mulheres tinham na época em que era jovem, principalmente quando seus/suas bebês acabam de nascer.

“Como eu disse, eu sou a filha caçula e não convivi com primos e nem nada disso. Então, esses costumes aí eu fui aprendendo de ouvir os outros falarem. Minha sogra me ensinou muita coisa também. Aí, quando a gente ganhava neném, ficava de dieta e não podia tomar friagem de jeito nenhum. Aí, a gente passava quarenta dias de meia no pé, não podia comer coisa remosa, tipo ovo e carne de porco e a gente não lavava a cabeça também pra não cortar a menstruação, porque se não ela sobe pra cabeça e até mata a mulher, sabia? Então, a gente não lavava a cabeça quando estava menstruada também. De jeito nenhum. Minha sogra costumava dizer que o problema que a gente pega na dieta não tem cura, então a gente se cuidava. Mas, eu acho que isso era bobagem nossa, porque minhas filhas não faziam nada disso e estão vivas. A gente é que era tonta na época. Ah, e outra coisa que não podia também era transar, né? O Jorge respeitava muito, uma porque ele morria de nojo de menstruação e outra que minha sogra falava que era pecado”.

Em seguida, pedi que ela fizesse um resumo da sua vida.

“Eu gostava muito do Jorge e ele gostava de mim. Fui feliz com ele. Hoje, eu vivo sozinha, mas os filhos e os netos vão me visitar de vez em quando. Não faz muito tempo andei de avião. Já pensou? Eu nunca tinha feito uma viagem assim, nunca tinha saído de Jaguapitã³⁸ ou das fazendas e de repente viajo de avião, fico no hotel, passo o aniversário na beira da praia. Hoje posso dizer que tenho um vidão. Vou sempre pra praia e viajo pra Campinas pra visitar os parentes. Antes era roça e casa, casa e roça. Hoje tenho fartura também. É só ruim por causa desse monte de remédio que tenho que tomar, mas tirando isso minha vida é boa sim. Tenho minha casa própria que meu marido deixou, meu filho que estava com Covid já sarou, graças a Deus! E hoje eu também já tenho outra cabeça, entende? Jamais que antes falaria sobre essas coisas com alguém. O mundo evoluiu muito e a gente tem que tentar acompanhar. Por exemplo: se eu tivesse um filho gay, eu ia amar muito e não ia desprezar não. Isso hoje, porque antes eu não aceitava de jeito nenhum. Quando a

³⁸ Município brasileiro localizado no Norte do Estado do Paraná, próximo à cidade de Londrina.

Flora engravidou solteira eu quis expulsar ela de casa. Você já pensou? Foi meu marido que não deixou. Eu era muito ignorante, meu Deus! Mas, a gente vai conversando, vai vindo os filhos e os netos e a gente vai mudando. E mudar é bom, né? Minha neta diz que é”.

Perguntei por que ela pensou em expulsar a filha de casa e ela deu de ombros.

“Eu era muito ignorante, menina. Achava que ser mãe solteira era uma vergonha, sabe? A gente morava em cidade pequena e todo mundo ia falar. Eu senti uma vergonha tremenda e quis expulsar ela de casa. Na época, o pai da minha neta veio em casa para conversar e dizer que eles iam casar, mas eu não quis nem conversa. Nem no casamento da Flora eu fui porque estava morrendo de vergonha de saber que ela estava casando grávida. Hoje me arrependo muito e se isso acontecesse, jamais faria igual. Hoje eu entendo que a gente tem que dar colo ao invés de acusar. Mas, naquela época eu achava que estava agindo certo, pois a gente se preocupava muito com o que os outros iam pensar. Eu tinha um sonho de ver minhas filhas casando certinho, de noiva, na igreja. Eu queria que elas realizassem o sonho que eu não pude realizar, mas não foi assim. Todas se casaram grávidas (risos). Parece que foi até castigo. Não fizeram bons casamentos não. Uma filha minha está até divorciada, sabe? Nem meus filhos fizeram bons casamentos, eu acho. Por isso, que se pudesse dar um conselho hoje, principalmente para minhas netas, é não casar. Não se case, pois não compensa. Eu tive sorte. O Jorge era bom, mas já morreu. Morreu cedo o coitado. Mulher em casamento só se lasca, menina. A gente não tem vantagem nenhuma nisso. Então, não casem não. Se bem que ser sozinha é complicado, né? Quando meu marido morreu, por exemplo, ficamos eu e minha filha morando sozinhas. Tentaram invadir nossa casa com a gente lá, acredita? Eles queriam entrar pra estuprar eu e minha caçula. Meus outros filhos venderam a casa e a gente se mudou para Arapongas. Só depois disso tivemos paz. Casar não é bom, mas ficar sozinha também não. Mulher só se lasca”.

Perguntei se essas meninas hoje podiam, então, transar solteiras e ela riu.

“Devem. Já disse que hoje tenho outra cabeça. Minha neta me ajuda muito nisso. Ela sempre conversa muito comigo e eu acho que as meninas devem transar sim. Claro. Homens podem, por que as mulheres não? Tem que aproveitar. Estudar, namorar, viajar, trabalhar. Se quiser casar tudo bem. Mas, eu não aconselho não. O melhor é ficar solteira mesmo. Casamento é prisão. A igreja diz que não pode fazer essas coisas antes do casamento, mas acho que Deus não vai condenar ninguém por ser feliz, né? (risos)”.

Concluí a entrevista e agradei por sua contribuição. Semanas depois, fui recebida em sua própria casa, pois ela já estava melhor de saúde. Eu li a entrevista para ela, que

acrescentou mais alguns detalhes e, em seguida, telefonou para uma das filhas que veio assinar a carta de cessão, já que Eliane não sabe escrever seu nome. A filha leu tudo com muito cuidado e eu vi que ela se emocionou em alguns momentos. Ao final da leitura, ela assinou a carta e me agradeceu por ouvir a história da sua mãe e querer estudá-la.

5.4 Entrevistas com a senhora Maria Luíza

Realizadas em Araçongas (PR) nos dias 11 de junho de 2021 e 29 de agosto de 2021



Mãos da senhora Maria Luíza. Fonte: arquivo próprio, 2021.

Conheci a senhora Maria Luíza por intermédio de sua neta que frequentava o bar do/a meu/minha pai/mãe. Um dia, comentando com alguns/mas clientes sobre minha dificuldade em encontrar senhoras idosas que se enquadrassem nas características que eu buscava, Tamires me disse que sua avó seria a pessoa perfeita para me conceder uma entrevista. Expliquei a ela como aconteceria todo o processo da coleta de dados e ela me disse que conversaria com sua avó e com sua mãe.

Alguns dias depois, ela me procurou novamente e disse que a avó havia aceitado conversar comigo desde que o nome dela fosse mantido em sigilo. Expliquei que na transcrição da entrevista eu trocaria os nomes das depoentes por pseudônimos e Tamires me deu o endereço e o telefone da avó para que eu fizesse o primeiro contato.

Marcamos a entrevista para uma quinta-feira à tarde, pois seria o dia de folga da Augusta, filha da Maria Luíza e mãe da Tamires. Foi Augusta que me recebeu e me acomodou na sala da casa da mãe, me pedindo que eu aguardasse alguns instantes, pois a mãe estava no banho.

Maria Luíza apareceu cerca de meia hora depois e me cumprimentou, já se acomodando no sofá à minha frente, dizendo estar pronta para que começássemos. Ela usava roupa de frio e tinha os cabelos crespos e grisalhos bem presos em um coque.

Expliquei rapidamente como conduziríamos a entrevista, que na verdade seria mais uma conversa, e ela concordou, reafirmando estar pronta. Assim, iniciei a gravação pedindo para que Maria Luíza me contasse sobre sua infância e sua família.

“Eu nasci em Itapipoca, lá no interior do Ceará. Minha família era muito pobre. Ou fraca, como eles dizem por lá. Minha mãe era o segundo casamento do meu pai e teve, ao todo, sete filhos. Cinco mulheres e dois homens. As meninas eram a tristeza do meu pai. Ele não gostava de filha mulher porque dizia que a gente não dava conta da roça. Eu sou a filha do meio e nasci em 1947. Naquela época, viver no Nordeste era muito difícil. Ainda é, mas àquele tempo era bem pior. Não tinha muito o que fazer além da roça. Quer dizer, minha família era da roça, mas tinha pescadores onde eu morava também. Meu irmão mais velho, depois de grande, largou a roça e foi pescar, mas a gente era da terra e trabalhava desde muito pequeno. Com cinco anos eu já plantava macaxeira com minha mãe. Todos os meus irmãos trabalhavam na roça. Minha irmã caçula, a Luzia, teve aquela doença que paralisa criança³⁹, sabe? Minha mãe a carregava nas costas e deixava a menina dentro de uma caixa de verdura forrada com uns panos pra poder trabalhar na roça. Ela nunca andou, mas foi ter a primeira cadeira de rodas aos quinze anos. E a gente aprendia a lida da casa desde muito cedo também. Eu me lembro de ir com a minha mãe para um córrego do rio Mundaú lavar roupa. Foi lá que a gente aprendeu a nadar, mas tínhamos que trabalhar. Eu batia roupa na pedra e ajudava minha mãe a torcer tudo, principalmente as peças grandes. Eu aprendi a cozinhar muito cedo também. Fazia de tudo, quando tinha, porque eu só fui conhecer fartura depois de velha. A gente comia feijão, macaxeira e abóbora. Era o que tinha. Meu pai ganhou uma vaca de um compadre, mas a coitada morreu logo. Acho que nem cheguei a tomar leite desta vaca (risos). Meu irmão mais velho era bom em fazer horta e quando dava a gente passava bem com alface, couve, almeirão e essas coisas. Carne a gente comia muito de vez em quando. Nem carne de sol tinha sempre. Meu pai criava umas galinhas, mas a carne era dura, menina! Ovo tinha à vontade, mas a carne das galinhas não era boa não. Era escura e dura. Minha mãe costurava e roupa a gente vestia tudo igual. Era o mesmo tecido pra todo mundo e a roupa ia passando de um para o outro. Sapato a gente nunca viu. Eu ia levar comida pro pai pulando nas sombras que tinha pelo caminho. Depois de um tempo o pé até calejou. Eu fui ter minha primeira sandália aos doze anos. A gente ganhou da prefeitura. Brinquedo a gente não tinha também. Acho que nada mesmo. A gente que fazia as bonecas com sabugo de milho, chutava coco seco. Mas, pra

³⁹ A poliomielite, popularmente conhecida como paralisia infantil, é uma doença contagiosa aguda causada por vírus que pode infectar crianças e adultos e em casos graves pode acarretar paralisia nos membros inferiores (BRASIL, 2022?).

falar a verdade, eu brinquei muito pouco mesmo. Nessa vida eu só sofri e trabalhei. Não estudei também. Eu fui aprender a ler e escrever depois de velha, mas quando era criança meu pai não me deixou ir pra escola. E nem que ele tivesse deixado, não tinha escola por perto e quando a gente mudou pra perto da cidade, já estávamos velhos para a escola. Então, ninguém estudou”.

Perguntei se ela se lembrava dos/as avôs/avós, tios/as e primos/as e ela disse que muito pouco.

“Olha, vou te falar que o povo antigamente era muito estranho com esse negócio de família. Parece que eles não ligavam, sabe? Eu conheci meu avô materno, mas acho que o vi apenas uma vez. As mulheres morriam cedo naquela época e eu não conheci nenhuma vó. Eu conheci uma tia minha, irmã da minha mãe, depois de casada já. Eu sei que tenho muitos primos (e primas), mas nunca convivi com nenhum. Eu fugi do Nordeste, né? Então, todo mundo ficou pra trás. Minha mãe mesmo... Eu a vi pela última vez quando fui embora pra Fortaleza e, na época, eu tinha 21 anos. Nem no funeral dela eu fui. Meu pai também não sei que fim levou, mas eu creio que não foi bom. E meus irmãos já morreram quase todos. Eu tenho uma irmã viva, mas a gente nem se fala. Muito de vez em quando e bem rápido. Só por áudio no celular. Minha família hoje são meus filhos e netos. Só. Convivo com os parentes do meu marido, mas eu perdi minhas raízes, entende?”

Por causa do seu comentário a respeito da morte do pai, pedi que ela me contasse mais sobre ele.

“Meu pai era um homem de natureza muito ruim. A família dele era do cangaço⁴⁰, sabe? Gente muito ruim os cangaceiros. Cruel, até. Quando ele casou com a minha mãe, ela tinha treze anos. Imagina? Acho que hoje isso é até crime, mas naquela época homem podia tudo. Ele era viúvo e já tinha tido cinco filhos com a primeira mulher. Não se passou nem um ano da morte da coitada e ele já casou com a minha mãe, que era só uma criança. Ele trabalhava na roça com o meu avô e se interessou pela minha mãe, que era uma mulata realmente muito bonita. Ela tinha os olhos claros e um cabelo bem comprido brilhoso. Minha mãe era meio índia e pense numa mulher linda! Eu me lembro bem dela, porque ela era bem jovem ainda quando eu nasci. Meu pai ficou louco por ela e a pediu em casamento pro meu vô. E sabe que eu não entendo o que acontecia com o povo antigamente que achava certo casar uma menina com homem velho, viúvo e pai. Minha mãe não gostava dele, claro,

⁴⁰ O Cangaço foi um movimento social ocorrido no Nordeste brasileiro entre os séculos XIX e XX. Nele, os cangaceiros demonstravam a insatisfação pelas condições de subsistência precárias da maioria da população nordestina, uma vez que o poder e a riqueza da região ficavam concentrados nas mãos dos fazendeiros (Maria Christina Russi da Matta MACHADO, 1973).

mas não teve escolha. O pai dela deixou o casamento acontecer e assim foi. Mas, meu pai era ruim feito o demônio. Ele batia muito na minha mãe. E traía ela também. Quando eu tinha uns dez anos, a gente mudou pra mais perto da cidade e eu lembro de ver a minha mãe chorando de madrugada, sentada no terreiro⁴¹. Meu pai estava com outra mulher na cama dela. Na época, eu não entendia nada, sabe? A gente ouvia uns barulhos estranhos e não sabia do que se tratava. Mas, hoje eu sei que ele era um demônio. Ele batia muito na gente também, principalmente nas mulheres. Era uma surra cedo e outra de tarde. Ele tinha uns reios de couro que doíam pra inferno e era com aquilo que a gente apanhava. Todo dia. E se ele bebesse, a coisa era pior. Eu cheguei a rezar pra ele morrer. Imagina? Desejar a morte do próprio pai? Mas, ele era ruim demais, menina. Cruz credo. Eu não gosto dele. Ainda mais depois do que ele fez”.

Perguntei se ela gostaria de me contar o que seu pai havia feito e ela assentiu, passando as mãos pelo rosto.

“Ele praticamente me vendeu. A gente era muito pobre e eu entendo isso, sabe? A vida era mesmo muito difícil naquela época, mas eu sou mãe e, mesmo com todas as dificuldades que passei, nunca pensei em conseguir dinheiro vendendo meus filhos. Mas, ele me vendeu. Eu tinha acabado de completar quatorze anos quando um homem chegou em casa dizendo que ia me levar embora. Eu fiquei desesperada, mas não adiantava discutir. Meu pai tinha me vendido pra ele e eu ia ter que casar de qualquer jeito. Minha irmã mais velha se casou cedo também. Ela saiu de casa com quinze anos, mas escolheu o marido. Eu não tive essa sorte. Sabe, Bruna, eu era uma preta muito bonita. Tinha um corpo bonito, pele bem lisinha e um cabelo cacheado de dar inveja em qualquer um. Quando a gente se mudou pra essa casa mais perto da cidade, a gente tinha uns vizinhos de cerca e eu já tinha visto um homem ficar me olhando muito. Lembra que eu disse que a gente vestia as roupas uns dos outros? Então. Meus vestidos tinham o tecido bem fininho de tanto lavar e esse homem ficava de olho no meu corpo. Minha mãe, coitada, tentava me proteger e me deixava fazer o serviço dentro de casa, mas meu pai fazia questão de levar esse homem lá. Eles tomavam cachaça na cozinha da minha casa e meu pai me fazia servir pra eles. Tempos depois, esse homem se tornou o meu marido. Ele deu umas cabeças de gado pro meu pai. Uns bois magros. Horríveis. Mas, esse foi o meu preço pro meu pai me dar pra ele”.

Assenti e disse para Maria Luíza que retomaríamos esse assunto mais pra frente e ela concordou. Pedi, então, que ela me contasse se, na infância, ela sabia de onde vinham os bebês e ela sorriu.

⁴¹ Quintal/pátio.

“Sabia não. A gente era muito boba antigamente. Acreditava em cegonha. Mas, eu me lembro bem do nascimento do meu irmão caçula. Eu era criança. Tinha uns dez anos e minha mãe, já em trabalho de parto, me pediu que fosse com o meu pai quebrar milho numa roça longe de casa. Era o trabalho dele na época. Eu não queria, porque não gostava muito de ficar com o meu pai e muito menos de quebrar milho, já que machucava muito a mão da gente. Mas, obedeci. Acontece que o café do meu pai acabou e acho que ele não sabia que minha mãe estava tendo neném e me mandou de volta pra casa para buscar mais café. E eu fui, descalça, num areão quente, menina! Quando cheguei lá, a vizinha, dona Madalena, estava no quarto da minha mãe, aos pés da cama, gritando pra minha mãe fazer força e minha mãe gritava muito, imagino que de dor. Imagina uma criança vendo uma cena dessas? Eu gritei com a vizinha, pensando que ela estava machucando a minha mãe, mas antes que eu pudesse ver alguma coisa, a dona Madalena me expulsou do quarto e disse pra eu ficar no terreiro com as minhas irmãs. Naquela época a gente respeitava muito os mais velhos e eu fui. Contrariada, mas fui. Um tempo depois ouvi choro de bebê e fiquei bem confusa, mas continuei no mesmo lugar, porque minha irmã mais velha, a Maria, não deixou a gente sair. Mas, a cabeça não parava, né? Lembro de rodear a casa em busca da cegonha, mas claro que não vi nada (risos). Muito curiosa, espiei pela janela e vi minha mãe com um bebê no colo. Aí eu já não entendi mais nada. De onde aquela criança tinha saído se a cegonha não tinha vindo? Perguntei pra minha irmã e ela fingiu que não me ouviu. Naquela época não se falava de jeito nenhum sobre essas coisas. Era vergonhoso. Menina, a gente nem via mulher grávida. Acho que minha mãe não tinha barriga, porque eu não lembro de ter visto ela grávida. Juro. Mas, voltando ao dia do nascimento do Mateus, já estava escurecendo quando meu pai apareceu com o meu irmão e brigou comigo por causa do café. Eu contei pra ele do neném e, por sorte, não apanhei. Daquele filho ele gostou, porque era um menino. Aí, alguns dias depois, perguntei pra minha mãe onde aquele bebê estava e por onde tinha saído e ela desconversou, muito sem graça. Disse que a dona Madalena era ajudante da cegonha e eu acreditei. Não tinha porque duvidar da minha mãe. Mas, eu fui entender esse negócio de gravidez quando fiquei buchuda da minha primeira criança. Até então, acreditava que bebês eram trabalho da cegonha (risos)”

Pedi, então, que ela me falasse da sua primeira menstruação.

“Foi um terror, né? Pense que há sessenta anos atrás a gente ignorava completamente a existência do prequito⁴². A gente não falava sobre isso com absolutamente ninguém. A única vez que eu lembro da minha mãe falando sobre o prequito comigo, foi pra me dizer que eu

⁴² Vulva/vagina.

não deveria deixar homem nenhum tocar lá, porque mulher era como uma moringa. Uma vez que quebrasse, não tinha mais conserto. Mas, ela não me disse que a coisa sangrava. Nem ela e nem a Maria, minha irmã mais velha. Aí, com onze anos, eu começo a sangrar. Por lá. Do nada. Entrei em desespero. Porque, veja, sangue é sinal de doença. Se está sangrando é porque está machucado e eu desesperei totalmente. Chorei uns três dias seguidos, até que a mulher do meu irmão mais velho me viu chorando e me explicou que aquilo era uma coisa normal de mulher. Foi ela que me ensinou usar os paninhos, sabe? Me disse que aquele sangue era sinal que eu estava virando uma mocinha e que ninguém poderia ver nada. Se eu não me engano, sempre queimava os paninhos. Nem lavava. Até porque eram nojentos, né? Mas, eu queimava pra não deixar provas da menstruação. Nunca ninguém soube na minha casa que eu estava menstruada. Acho que só a minha cunhada, a Elena. Ela era uma moça muito boa. Mas, minha mãe nunca me falou nada sobre isso. Ela era uma mulher muito simples, tadinha, e sofria muito com o meu pai. Nem dá pra culpar ela por não ensinar nada pras filhas”.

Perguntei se ela conversou com as filhas sobre a menstruação e ela assentiu.

“Com as filhas que eu criei, sim. Conteí tudo. Não queria que elas ficassem desesperadas como eu quando vissem o sangue. E a gente precisa entender o próprio corpo, né? Não dá pra crescer na ignorância, como eu e minhas irmãs crescemos. Então, quando elas menstruaram, eu expliquei certinho, fui até o mercado, comprei modess, expliquei como usava e como se limpava. Tudo bem certinho. Quando elas começaram a namorar, eu também expliquei tudo. Falei de remédio, camisinha... Não tinha nada escondido não. Eu sofri demais e não queria que elas passassem pela mesma coisa”.

Pedi que ela me contasse sobre seus namoros e ela respirou fundo e encarou as mãos pousadas em seu colo.

“Eu gostei de um menino, o José. Ele era filho do dono da venda. Um menino muito bonito. Eu era uma menina ainda, claro, mas me lembro de que eu gostava de ir a venda só pra poder ver esse menino. Lá em Itapipoca tinha uma festa junina muito boa e a gente ia. Meu pai deixava eu ir com o meu irmão e minha cunhada e na última que fui, dancei quadrilha com o José. Menina do céu, eu quase desmaiei só de tocar na mão dele (risos). Eu penso que se meu pai não tivesse me dado em casamento, teria namorado esse menino, porque acho que ele gostava de mim também. Mas, a única vez que estive perto dele foi nessa quadrilha. Pouco tempo depois, eu me casei e quase não saía de casa. Imagino que ele tenha se casado e formado família. Mas, não tem como saber, né? Só imaginar”.

Pedi que, então, ela me falasse do seu casamento e da sua primeira vez.

“Eu era uma menina ainda. Brincava de boneca e tudo. Quando meu pai apareceu em casa dizendo que eu me casaria com o vizinho, minha vida acabou. Minha mãe até tentou impedir, mas meu pai foi firme e disse que quem mandava lá era ele. Estava decidido e ponto final. Então, um mês depois, eu estava me casando e repetindo a história da minha mãe, né? E a gente era muito pobre e eu não tinha enxoval nenhum, até porque, naquela época, a gente começava a fazer enxoval aos quinze anos e eu tinha menos. Mas, o vizinho deu um dinheiro e fui com a minha cunhada na cidade. A gente comprou camisola, lençol e umas toalhas. Eu fiquei olhando para a camisola e tentando imaginar porque teria que usar aquilo, mas estava tão triste com aquele casamento que não perguntei nada. No dia do casamento, meu pai e minha mãe me acompanharam até o cartório, porque eram eles que assinariam por mim. Teve um almoço e depois o Célio, meu marido, me levou pra casa. Ele morava com a mãe, mas no dia do casamento não tinha ninguém lá, só a gente. Minha cunhada tentou me falar o que ia acontecer depois do casamento, mas eu não entendi muito bem. Eu só sabia que não podia me negar porque era pecado se negar ao marido. O padre falava isso, né? A gente ia sempre na missa e eu me lembro desses conselhos do padre, sobre obedecer, sobre não se negar. Hoje acho um absurdo a mulher não ter direito sobre a própria vontade, porque não é sempre que estamos querendo, né? Mas, naquela época a gente era muito obediente, sabe? Se era pecado, se era errado pra Deus, a gente não fazia. Obedecia e pronto! Aí, quando a gente chegou na casa do Célio, ele já foi erguendo as minhas saias e passando a mão em mim e eu fiquei desesperada. O sol tava quente ainda e ele passando a mão em mim. E pensa, a gente sempre foi ensinada a não deixar ninguém tocar no nosso corpo e aquilo pra mim era o fim do mundo. Eu comecei a chorar e tentei fugir e apanhei, é claro. Ele foi muito violento. Me machucou muito. Não teve nenhuma paciência e o que não conseguiu tirar com o pau⁴³, tirou com o dedo. Hoje, eu sei que sofri um estupro, mas na época eu jamais contei pra ninguém o que aconteceu. E menina, ele fez mais de uma vez e eu era virgem. Você não tem noção o quanto que doeu. No começo eu gritava, porque parecia que estava me rasgando, sabe? Mas, depois eu fiquei quieta e deixei ele fazer o que queria. Aí, quando ele acabou, levantou e saiu pra beber e eu fiquei lá, deitada e chorando. Depois de um tempo, me levantei e me lavei. Estava toda suja de sangue e muito dolorida. Eu me lembro que depois disso eu dormi e acordei no outro dia, ainda casada. E toda noite, eu era obrigada a dar pra ele. Menstruada, machucada, grávida, sem vontade, com dor ou sem dor. Engravidei logo e quase morri no parto. Minha menina era muito grande e eu muito jovem. Foi a dona Madalena que fez o meu parto e agora eu

⁴³ Pênis

entendia o porquê de fazer força. E também entendi porque minha mãe gritava. Dar à luz dói demais. Misericórdia! E depois de tudo, eu tinha horror a dar pro meu marido. Ia escurecendo e eu já entrava em desespero. Minha sogra morava com a gente e era ruim feito o demônio. Acho que até pior que o Célio. Ela me via chorando e dizia pra eu parar de frescura e obedecer. E a desgraçada contava pro Célio que eu chorava e aí ele judiava mais ainda de mim. Dizia que ia me dar motivos de verdade para chorar. Quando pari minha primeira filha, a Regina, eu fiquei muito fraca. Mas, ele não esperou nem a dieta acabar e já estava metendo em mim de novo. Logo engravidei outra vez. E assim foi. Um fora outro dentro. Eu tive seis filhos com ele (4 meninas e 2 meninos). Uma gravidez de gêmeos bem iguaizinhos. E eu era pequena, sabe? Até hoje me pergunto como consegui carregar duas crianças na barriga”.

Pedi que Maria Luíza me contasse sobre como foi a maternidade pra ela.

“Um pesadelo. Eu tinha quinze anos quando minha primogênita nasceu e foi horrível. Quando me dei conta que uma criança ia passar pelo prequito, eu entrei em desespero. Porque o formato do prequito não comporta uma criança, né? Mas, Deus faz as coisas perfeitas e a Regina nasceu. Eu olhei para aquele bebê e não fiquei feliz. Era minha filha, mas era filha do Célio também, daquele demônio. Era neta da minha sogra horrorosa. Então, ela tinha pedaços daquelas pessoas que eu detestava e era difícil amar, entende? E eu me sentia muito culpada por isso, porque toda mulher ama os filhos, não é? Mas, foi tudo tão difícil. A gravidez, o parto, dar de mamar. O Célio jamais me ajudou com nada. Nem na dieta eu fui poupada. Lavava, passava, cozinhava e dava todo dia. Quando tive minha segunda filha, aos dezesseis, achei que o sentimento ia mudar, mas só piorou. Eu não consegui amamentar e o Célio ficava me chamando de inútil. Meu peito rachou, menina! Saía sangue vivo e eu não suportava dar de mamar porque doía demais. Mas, minha sogra não deixava dar leite pra menina, porque queria me obrigar a dar de mamar e a Fátima chorava de fome. Criei a coitada com água doce. A terceira filha eu tive com dezoito anos. Consegui evitar, sabe? Tomei comprimido. Tinha uma enfermeira na cidade que sabia da minha história e me passou o remédio pra eu não ter mais filhos. Nem perguntei o que era. Só tomei. Mas, quando o Célio descobriu, porque minha sogra me viu tomando e contou pra ele, eu quase morri de tanto apanhar. Ele me bateu porque eu estava cometendo um pecado em evitar filhos. Aí, depois disso, vieram os gêmeos e aquele sentimento ruim continuava. Os gêmeos, Márcio e Marcus, eram muito parecidos com o meu marido e olhar pra eles me dava muita tristeza. A minha caçula nasceu doente. Ela tinha Síndrome de Down e meu marido deu ela. Você acredita? Ele deu a minha filha,

porque não queria criança mongoloide. Eu sei que ela foi bem criada, porque a família que adotou ela era muito amorosa, mas eu sofri demais quando ele fez isso. Eu não queria ter filhos com ele, me sentia estranha com os filhos que tinha, mas eles não eram bichos para serem dados, né? Mas, eu não tinha muito o que fazer. Ela ele que mandava e pronto. Então, com vinte anos, eu já era mãe de seis filhos, mas comigo eu tinha cinco e a vida era muito difícil. O Célio era bem de situação. Ele tinha gado, vendia queijo e plantava feijão, mas não me dava nada e eu trabalhava pra comprar leite pras crianças, porque minha sogra negava leite para os próprios netos. Lavei muita roupa pra fora e carpi muita roça. Plantei e colhi muita macaxeira também. Cortei cana. Levava as crianças comigo e minha mãe, minhas irmãs e cunhadas me ajudavam a olhar eles. E eu só via minha família na roça, porque o Célio não me deixava ir na casa dos meus pais. E olha que a gente era vizinho de cerca. Depois, meus pais se mudaram pra cidade e eu perdi o contato de vez. Não conheci meus sobrinhos e vi minha mãe uma última vez antes de fugir do Nordeste”.

Perguntei se ela queria me falar dessa fuga e ela disse que sim.

“Meu marido tinha uma irmã, a Irene, que era uma mulher bem boa. Na verdade, ela era meia-irmã do Célio. Não era filha da minha sogra e acho que por isso era boa. Quando meus pais se mudaram, ela veio morar do nosso lado, na casa que meus pais moraram, e via o que eu passava com o Célio. Na época, ela levou os gêmeos pra casa dela. Os filhos dessa cunhada já eram grandes e ela cuidou dos meus caçulas pra me ajudar. Minha vida era terrível. Eu apanhava muito. Todo dia e não tinha pra quem denunciar, sabe? Acho que naquela época não tinha lei que protegia a mulher. Marido podia fazer o que bem quisesse. Aí um dia, o Célio chegou bêbado e me deu uma surra. Bateu tanto que eu fiquei toda roxa e quem entrou no meio foi meu cunhado, o marido da Irene. Acho que se ele não tivesse feito isso, eu tinha morrido aquele dia. E minha cunhada levou eu e as meninas pra casa dela e nessa noite ela falou pra eu fugir. Ela disse: “foge, ou ele te mata. Já matou uma mulher e vai te matar também”. E, nesse dia, eu descobri que ele já tinha sido casado. O Célio era bem mais velho, né? Quando a gente casou, ele tinha quarenta anos, mas eu sempre achei que ele era solteirão. Mas, a minha cunhada disse que a primeira mulher tinha morrido de tanto apanhar. E a ideia de fugir me pareceu ótima, mas como ia fazer com os filhos? Não tinha como fugir com cinco crianças. Mas, a Irene disse que cuidaria deles pra mim. E assim eu fiz. Meu marido saiu pra trabalhar um dia e eu fugi. Eu não queria deixar meus filhos. Eu ainda lembro das feições deles, sabe? Eram crianças bonitas, mas eu não podia levar eles comigo. Então, peguei um pau-de-arara pra Fortaleza e fui embora. Tinha uma malinha pequena na mão e quase nenhum dinheiro, mas fui embora

sem olhar pra trás. Consegui me despedir da minha mãe, sem dizer que eu ia fugir, e fui embora. Era isso ou ia morrer mesmo. Por causa das surras e de tristeza”.

Pedi que ela me contasse mais sobre sua vida após a fuga para Fortaleza.

“Foi terrível. Uma mulher, em plena ditadura militar, andando sozinha pelo país. Imagina? Eu fiquei em Fortaleza um tempo, trabalhando de empregada e morando no serviço, mas tinha muito medo do Célio me encontrar. Itapipoca não é tão longe da capital. Então, resolvi ir pra São Paulo. Fui trabalhando de cidade em cidade até conseguir chegar em São Paulo. Passei muita fome e muito frio. Mas, a vida em São Paulo não era nada fácil. Eu era preta, pobre, analfabeta e mulher e, pra sobreviver, fiz programas. Eu quase morria de desgosto e vergonha de ter que fazer isso, porque eu odiava homens e sexo, mas era isso ou morrer de fome. Naquela época, eu já tinha perdido muito a graça de viver, sabe? Então, fazer programa era uma coisa muito ruim, mas minha vida até o momento tinha sido bem pior. Então, dava pra encarar. Mas, aí eu conheci a Marlene e a vida melhorou um pouco”.

Perguntei se durante os programas ela usava alguma proteção e ela assentiu.

“Remédio, né? Pra não engravidar. E eu usava camisinha também. Quando comecei nessa vida, um travesti, a Esther, me ensinou a usar a camisinha. Imagina a cena? Um homem, vestido de mulher, me ensinando a colocar uma camisinha no pau de um homem? Menina de Deus! Acho que foi uma das coisas mais esquisitas que eu vivi na vida. Mas, a Esther cuidava muito de mim e sempre me dava camisinha, porque eu morria de vergonha de comprar. Se eu não me engano, naquela época não tinha no posto de saúde. Pelo menos eu não me lembro. Essa Esther foi minha amiga por anos, até que ela morreu. Mas, eu me cuidava sim. Teve uma época que o povo começou a falar muito da AIDS e eu entrei em pânico. Mas, fiz o exame e estava limpa. Graças a Deus! Eu fiz muita coisa errada, mas acho que Deus olhou para o meu sofrimento e me protegeu”.

Pedi, então, que ela me falasse mais sobre sua amiga Marlene e ela sorriu, pegando um álbum de fotografias e me mostrando a foto de uma mulher preta e muito bonita.

“Eu conheci a Marlene em São Paulo. Ela fazia programa também. E era uma pessoa maravilhosa. Como já fazia tempo que ela estava em São Paulo, já tinha conseguido juntar um dinheiro e me convidou pra morar com ela. E eu fui. Arrumei um emprego de faxineira na faculdade graças a uma conhecida da Marlene e ela começou a trabalhar em um restaurante. A gente nem conversava mais sobre os programas. Era como se aquela fase não tivesse acontecido. A Marlene tinha um filho deficiente e eu a ajudava a cuidar do menino. E a gente vivia bem, sabe? Éramos bem amigas e nos ajudávamos muito, mas os vizinhos começaram a nos tratar mal e você já deve imaginar porque”.

Perguntei se os vizinhos achavam que elas eram namoradas e Maria Luíza riu, assentindo.

“Sim. Duas mulheres, solteiras, vivendo juntas só podiam ser sapatão. E eu nem sabia o que era isso. Mas, pra falar a verdade, eu devia ter sido mesmo sapatão, porque era muito mais feliz vivendo com a Marlene do que com os homens que passaram pela minha vida. Mas, a gente era só amiga mesmo. Dormíamos no mesmo quarto, porque a casa tinha só dois cômodos, mas a gente sempre foi só amiga. Nunca teve nada além disso. A Marlene era namoradeira, menina. Não ficava sem homem de jeito nenhum. Ela era bem arretada e era difícil dar certo com alguém, mas ela não deixava de tentar (risos). A gente foi amiga por anos. Ela veio para o Paraná também. Morava em Loanda com o marido. Ela teve mais filhos. Mais dois e a gente meio que criou todo mundo junto. Nossos filhos se tratam como primos. Mas, ela faleceu em 2016, coitada! Teve um câncer muito “brabo”. Deu e matou. Eu sofri muito. Nossa! Foi como perder uma irmã. Mas, os filhos dela ainda me visitam. O menino deficiente que eu praticamente ajudei a criar mora comigo. Hoje ele está com uma comadre minha porque a APAE⁴⁴ está fechada por causa da pandemia e eu ia dar essa entrevista. Mas, cuidar dele foi a última promessa que eu fiz pra ela, acredita? Eu prometi que não ia deixar o Denilson desamparado e não deixei. Ele tem quase cinquenta anos, mas nunca deixou de ser uma criança e a gente cuida dele”.

Pedi, em seguida, que ela me falasse sobre seu atual marido.

“Eu conheci o Júlio em 1978. Ele era porteiro lá na faculdade. Trabalhava no mesmo departamento que eu fazia a limpeza. Na época, eu tinha 31 anos e desde que saí de Itapipoca, nunca quis namorar ninguém. Eu tinha pavor de homens. Mas, ele era jeitoso, sabe? E a gente começou a conversar, almoçar juntos e um belo dia ele me chamou pra sair. E eu disse não. Não queria, até porque eu ainda era casada. Mas, ele insistiu. Coitado! Passou meses tentando até que eu aceitei e a gente começou a se conhecer. E Bruna, ele era muito diferente dos homens que eu conheci. Era divertido, muito respeitoso e carinhoso. Eu gostava de um doce de leite que vendia lá na Barra Funda e ele ia comprar. Me chamava de linda. Nunca ninguém me chamou de linda e eu me apaixonei. E a gente foi morar junto em 1980. Foi nessa época que eu fiz o exame da AIDS. Não contei pra ele de vergonha, mas graças a Deus eu e a Marlene estávamos limpas. Ele sabia que eu tinha feito programa quando cheguei a São Paulo, mas o Júlio era muito simples e acho que não associou a

⁴⁴ Sigla para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais. Caracteriza-se por ser uma organização social, cujo objetivo principal é promover a atenção integral à pessoa com deficiência intelectual e múltipla. A Rede Apae destaca-se por seu pioneirismo e capilaridade, estando presente em mais de 2 mil municípios em todo o território nacional (APAE BRASIL, 2022).

doença a prostitutas. Ou ele era muito discreto e não quis me perguntar nada pra não me deixar triste, porque essa era uma fase da minha vida que eu fazia questão de esquecer. Mas, minhas filhas sabem, tá? Eu contei, porque não dá pra esconder um passado assim”.

Perguntei sobre os filhos do segundo casamento e ela sorriu, olhando para a filha por um momento.

“A Augusta nasceu em 1983 e ela é a minha sétima filha. Mas, dessa vez, foi uma criança desejada. Eu queria ter um filho com o Júlio porque a gente se gostava e vivia bem. Ele me respeitava e o sexo com ele era bom. Ele foi o primeiro homem que me beijou, acredita? (risos)

Ele sempre respeitou o meu corpo e o meu não. Se eu não queria, ele não insistia. Jamais. Sempre me tratou com muita consideração e carinho. Pela primeira vez na vida eu me senti amada. E foi por isso que eu quis ter uma família com ele, porque eu sabia que ia ser diferente dessa vez. A Augusta nasceu de parto cesárea. Quando o médico me apresentou essa possibilidade, eu nem pensei em recusar. Nunca mais queria sentir a dor do parto de novo. Aí eu tive outra filha, a Marta. Ela nasceu em 1985. Parto cesárea também. E eu e o Júlio criamos essas meninas com muito amor. Adotamos um menino também. O Pedro veio pra nós em 1994, logo que mudamos para o Paraná, e a gente o criou como nossas filhas biológicas. Nunca fizemos nenhuma diferença entre os três. São nossos filhos e pronto. Já faz 41 anos que eu vivo com o Júlio e posso dizer que foram os melhores anos da minha vida. A gente tem juntos três filhos ou quatro, se for contar o Denilson, sete netos (4 meninas e 3 meninos) e uma bisneta. E essa é a minha família hoje. Sabe o Célio, meu primeiro marido? Então, ele morreu em 1998 e eu espero, sinceramente, que o diabo tenha carregado ele para os infernos. Quem me contou da morte dele foi minha irmã e, depois disso, eu fui pra Itapipoca visitar meus filhos. Mas, a gente não tem vínculo, entende? Foi a Irene que criou eles, porque quando eu fugi, eram todos pequenos. Minha cunhada sempre explicou que eu fugi pra sobreviver e eu acho que eles não têm raiva de mim. Mas, não me chamam de mãe. A mãe é a Irene e eu entendo. Não fico triste. Minha mais velha e um dos gêmeos já vieram pro Paraná e conheceram meus outros filhos. Eles têm contato pelo Facebook, sabe? Mas, é aquela coisa, né? Não teve convivência e aí é bem difícil”.

Perguntei se todos os seus filhos e filhas que ela havia deixado no Ceará estavam vivos/as e ela disse que sim.

“Todos. Minha filha mais velha já veio pro Paraná. Ela veio com a filha e o genro. A gente passeou bastante e foi bem boa a visita. Eu conversei um pouco com ela sobre a minha vida e ela disse que até me entendia, porque tem lembrança do pai me batendo. E ela sabia bem

como o Célio era. Ele só não judiou deles porque eu nunca deixei e nem a Irene. Um dos gêmeos veio também. Esse não tem nenhuma lembrança minha, porque ele era muito pequeno quando eu fui embora de Itapipoca. Mas, eu consegui ver todos de novo quando fui pra lá. Até minha menina doente. Todos são pobres, sabe? Mas, muito honestos e trabalhadores. Uma das minhas filhas mora em Recife e outra em Fortaleza. Mas, a maioria ficou em Itapipoca mesmo. Hoje lá está bem diferente. A cidade cresceu bem. Tem até faculdade. Na minha época era um ovinho. Hoje é uma cidade até boa. Tem bastante oportunidade, né? Eu conheci vários netos, também. Pensa num povo bonito! (risos).

Perguntei se ela não se arrependia das suas escolhas e ela disse que não.

“Tem um ditado que diz que o que não tem remédio, remediado está. Minha mãe me dizia muito isso na época do meu primeiro casamento. Eu não posso mudar o meu passado. Mas, eu faria tudo de novo se fosse pra sobreviver. Ser mulher não é fácil, mas nascer mulher na época que eu nasci era pior. A gente não tinha direitos, não tinha explicação de nada. Era só obedecer. Ninguém falava nada sobre o corpo, sobre sexo, sobre gravidez, sobre direitos. Menina, a gente não era nada. Não tinha estudo, não tinha dinheiro, não tinha oportunidade. Então, eu não tive muita escolha. Fugi. Deixei meus filhos pra trás. Fiz programa e faria de novo se tivesse que fugir do Célio outra vez. Eu não podia morrer lá, sem lutar. E eu não queria criar aquelas crianças com o sentimento ruim que eu carregava, entende? E nem naquele casamento horrível que eu vivia. Eles mereciam mais. E foram muito bem criados. A Irene era uma mulher maravilhosa e foi uma boa mãe pra eles. A minha filha do meio, a Marta, é professora e me fez estudar. Eu tirei a quinta série no EJA⁴⁵ e hoje, depois de velha, grisalha e banguela, sei ler e escrever e leio muito sobre mulheres. Minha história é bem triste, mas eu sei de umas piores. Quando a Tamires me disse que você queria me entrevistar, eu aceitei. Acho que conhecer o que eu vivi pode ajudar mulheres a não viver o mesmo e a lutar. Eu sofri muito, mas fui feliz também. Tenho minha família e meu marido e não abro mão disso por nada. Às vezes, eu queria que meus outros filhos convivessem com a gente. Seria bom. Já não tenho mais aquele sentimento ruim que eu tinha quando eles eram pequenos. Eu penso muito na minha mãe e nos meus irmãos também, mas não tem como mudar o que aconteceu e eu aceito isso. O que eu consegui mudar foi o destino das minhas meninas. Elas estudaram, se apaixonaram, curtiram bem a mocidade, se casaram quando elas quiseram, tiveram seus filhos quando quiseram também. Tudo no tempo delas. Nunca obriguei elas a nada. Conversei muito sobre menstruação,

⁴⁵ Sigla para Educação para Jovens e Adultos. É uma modalidade de ensino que se destina a pessoas que não tiveram acesso ao Ensino Fundamental e/ou Ensino Médio durante a infância e adolescência.

gravidez e essas coisas. Elas não sofreram o que eu sofri pela ignorância de jeito nenhum. Isso eu pude mudar. O futuro delas e eu já me dou por satisfeita. Eu sei que meus filhos são felizes. O Pedro é meio mulherengo, mas muito respeitador e responsável e eu sempre ensinei ele a tratar bem as mulheres. Menina, meu filho faz uma comida que você não tem ideia! Ajuda muito as mulheres dele. Ele está no segundo casamento, por isso disse mulheres. Mas, foi uma de cada vez (risos)”.

Aproveitei sua fala sobre o filho e perguntei como era a divisão dos serviços domésticos na sua casa.

“Quando eu era criança não tinha divisão, né? Era sempre a mulher. A gente ajudava na roça e fazia tudo em casa. Meu pai nunca lavou nem um copo e nem os meus irmãos. O Célio nem se fala. Não fazia nada e ainda sujava tudo. Era um porco nojento! Já o Júlio sempre fez a parte dele. Eu tenho artrose e o movimento da minha mão direita é bem pouco. E eu tenho isso faz tempo. Aí, é ele que lava roupa e passa. Quer dizer, passava, porque a gente nem faz mais isso (risos). Ele lava o quintal também e me ajuda na limpeza. Eu só faço comida e lavo louça, porque se deixar ele lavar, ele quebra tudo (risos). Mas, quando meus filhos moravam com a gente, todo mundo entrava na dança. Não tinha isso de homem ou mulher. Sujou, limpa. Desarrumou, arruma. Tá com fome, cozinha. Até porque, eu sempre trabalhei pra fora pra ajudar nos gastos e não dá pra abraçar o mundo com a perna. Então, todo mundo tinha que fazer sua parte e é assim até hoje. No almoço de domingo mesmo, todo mundo traz um prato. Eu que não me mato na cozinha. E depois, todo mundo ajuda a lavar louça. Homem, mulher, filho, filha, genro, nora, neto... Todo mundo. É igualdade que fala, né? Aqui na minha casa a gente tem isso. Todo mundo igual”.

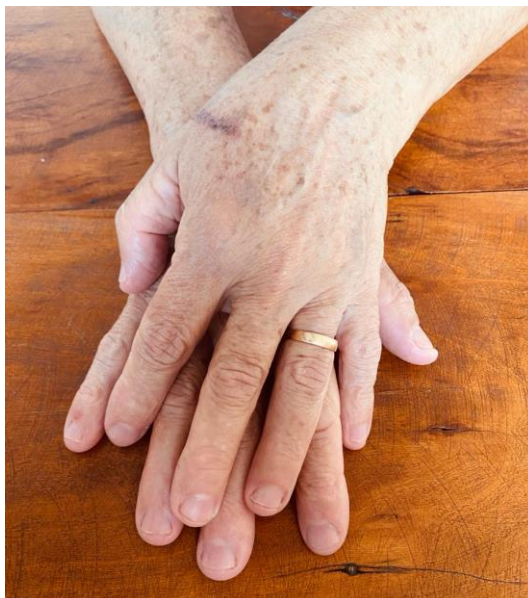
Encerrei a entrevista e agradei à Maria Luíza por sua colaboração. Algumas semanas depois, voltei para ler a textualização, que a emocionou em alguns momentos. Maria Luíza me confessou que, às vezes, ela procurava se esquecer de algumas coisas que havia vivido, pois certas lembranças a deixavam triste e hoje ela procurava ser uma pessoa alegre.

Foi Maria Luíza quem assinou a carta de cessão, na presença da filha, e ela me pediu novamente que sua identidade fosse mantida em sigilo, já que poucas pessoas sabiam que ela havia deixado seis filhos no Ceará e feito programa em São Paulo. Ela me disse que mantinha segredo para preservar os/as filhos/as e o marido e diante de sua preocupação, garanti que usaríamos pseudônimos e que, dessa forma, seria muito difícil alguém conseguir identificá-la, ao não ser que conhecesse detalhes da sua história.

Tamires entrou em contato comigo algumas vezes para saber da tese e me disse que a avó está ansiosa para me ver doutora.

5.5 Entrevistas com a senhora Marilena

Realizadas em Jaguapitã (PR) nos dias 13 de junho de 2021 e 05 de setembro de 2021



Mãos da senhora Marilena. Fonte: arquivo próprio, 2021.

Conheci Marilena por intermédio da Eliane. Marilena era cunhada de sua filha Flora e ela me disse que essa senhora teria boas histórias para me contar.

Consegui por meio de redes sociais o contato da neta da Marilena, Isadora, que ficou empolgada com a ideia da entrevista e disse que conversaria com a avó a respeito.

Esperiei cerca de duas semanas até que Isadora entrou em contato comigo e me disse que Marilena havia aceitado me conceder a entrevista. Marcamos nossa conversa para um domingo, dia em que a neta estaria presente para acompanhar a entrevista.

Quando cheguei na casa de Marilena, ela me esperava com o café da tarde pronto. Comemos e, depois, expliquei como funcionaria nossa conversa. Falei sobre a gravação e sobre os pseudônimos, que garantiriam o sigilo das depoentes, fato que também a estava preocupando. Marilena estava acompanhada da neta, Isadora, que vive com ela desde que sua nora foi para Curitiba viver com a namorada.

Nós nos acomodamos na sala, onde a entrevista aconteceu.

Iniciei nossa conversa e a gravação pedindo que ela se apresentasse e me contasse sobre sua infância e sua família.

“Sou Marilena, tenho sessenta e quatro anos e vivo em Jaguapitã. Sou mãe de quatro meninos, três vivos, e tenho três netos e quatro netas. Tenho uma bisneta também. Sou viúva e moro com minha neta e meu filho. Agora, sobre minha família... A gente era muito pobre. Mas muito pobre mesmo. A gente viveu a vida toda em Jaguapitã, que era uma cidade bem pequena. Lá não tinha muito emprego e o que tinha era roça. Meu pai trabalhava por empreita, sabe? Pegava um pedaço de terra pra plantar e cuidar. Minha mãe teve onze filhos. Oito meninas, uma atrás da outra. Depois vieram dois homens e ela encerrou com outra menina, que a gente chama de rapinha do tacho (risos). Mas, essa meninada tinha que ajudar em casa, porque meu pai não dava conta de tanta boca. Então, com uns sete anos a gente já acompanhava o pai na roça e quem não se dava bem, porque era um serviço difícil, ia trabalhar de doméstica em casa de família. Brincar mesmo era só de noite, mas muito pouco, porque a gente dormia cedo e nos domingos, depois do almoço. A gente jogava bola queimada na rua, brincava de pega-pega, balança caixão, essas coisas. Minha vó materna ia bastante na nossa casa. Mas, a gente não tinha liberdade de ir na casa dela. De jeito nenhum! Agora, na casa do nosso vô paterno a gente tinha toda a liberdade. A gente podia comer o que quisesse. Eu tinha uma tia que morava com esse vô e ela fazia suco de amora pra gente. A amora escorria pelos braços e a gente acabava com o açúcar do vovô, mas ele não ligava. E pensa em um suco bom? A gente mexia nas coisas dele, comia tudo o que tinha, brincava, fazia arte junto com a minha tia e ele não falava nada. Só não gostava que lavasse a casa dele. Eram aquelas casas de madeira e ele dizia que se a gente lavasse ia apodrecer tudo. Mas, a gente lavava de vez em quando e era minha tia que vigiava pra ver se o vovô não estava voltando (risos). Pensa numa meninada que era fogo! E gente foi criada com muita dificuldade. Quando chovia muito e o pai não trabalhava, o nosso socorro era o vovô e a gente corria lá para matar a fome”.

Pedi que ela me falasse um pouco sobre seu pai e sua mãe.

“Minha mãe sempre foi uma mulher muito humilde e trabalhadora. Ela era muito temente a Deus e nos ensinou a trabalhar desde pequenas. Ensinou a gente a ser honesta e o pai também. A gente nunca viu maldade neles. Eles procuravam sempre nos ensinar o correto, na medida do possível, na humildade e simplicidade deles. Mas, minha mãe era muito exigente. A gente tinha obrigação desde criança. Ela lavava roupa pra fora pra ajudar meu pai e a gente tinha que cuidar dos “trem”⁴⁶, limpar o fogão e passar cinza nele, encher os potes de água e tinha que cuidar das mais novas também. E ai da gente se fizesse mal feito!

⁴⁶ Termo usado pela depoente para referir-se às louças sujas.

Apanhava. E minha mãe não esquecia, tá? Quando ela ia bater e a gente corria, ela não ia atrás. Ela só dizia que a gente não ia dormir lá fora e quando a gente entrava, apanhava. Tinha uma irmã minha, a Denise, que não era boa de perna. Aí, ela nem corria. Ficava e apanhava e depois ficava insultando nós que já estava livre (risos). Mas, minha mãe era muito amorosa também. Ela era de abraçar, beijar a gente, brincar. Mas, era brava. E o pai era bravo também. Meu Deus! Ele não deixava a gente se xingar nem de feia. De jeito nenhum. Mas, quando ele pegava pra bater não tinha dó. Parecia que ia matar. Mas, ele esquecia. Se não pegasse na hora, a gente se livrava. E meu pai tinha umas filhas preferidas. Eu não era uma delas (risos). Nessas preferidas ele não batia e abria a porta logo pra elas”.

Pedi que ela me explicasse melhor essa última frase.

“Quando a gente trabalhava de doméstica, meu pai ficava esperando a gente chegar. Ele só ia dormir depois que todas estavam em casa. E ele conhecia a gente pelo pé. Nossa porta tinha um buraco embaixo e ele olhava por lá pra ver quem era. Se fosse uma das preferidas, ele abria logo. Se não, ele demorava e ainda brigava. E, menina, naquela época fazia um frio e a gente não tinha agasalho. E tinha que ficar lá, esperando a boa vontade do pai. Minha mãe não sabia que ele fazia isso, porque ela dormia cedo e a gente só podia ir embora da casa das patroas depois que lavasse a louça da janta. Mas, se ela soubesse, acho que ela não ia deixar não”.

Pedi que ela falasse sobre a escola.

“A gente estudou bem pouco. Quando eu estava com idade de ir para a escola, a gente mudou para o sítio e lá não tinha escola. Minha mãe tinha que ir à cidade, às vezes, e as mais velhas ficavam responsáveis pelas meninas mais novas. A gente fazia comida e tudo. E na roça, a gente ajudava o pai a carpir milho, quebrar milho, carpir café... Aí, a gente só trabalhava e brincava. Ficamos uns três anos lá e depois voltamos pra cidade. Foi quando minha mãe mandou a gente pra escola. Íamos descalças, muitas vezes sem agasalho e com fome. Não tinha merenda igual hoje. Quem quisesse comer a sopa da escola tinha que contribuir, mas a gente não tinha condições. Então, ficávamos com fome. A gente tinha que cantar o hino nacional no sol quente, descalça e eu me lembro de ficar erguendo o pé, porque queimava, e a professora batia na nossa cabeça e nas costas com uma régua de madeira. Mas, eu gostava de estudar. Saí porque tinha que trabalhar. Quando estava mais velha, voltei a estudar, mas o Pedro, meu namorado na época, me fez sair. E depois fez

falta, né? Hoje sou aposentada com um salário mínimo porque não consegui me efetivar em um concurso por não ter a oitava série completa”.

Perguntei se na infância ela já sabia de onde vinham os bebês e ela negou com um gesto de cabeça.

“Imagina! Eu não sabia não. Para nós os bebês vinham dos aviões. Pelo menos era o que contavam pra gente. Eles falavam da cegonha também. Aí, conforme a gente ia crescendo, as ideias sobre isso iam mudando, porque nossa curiosidade não acabava. Um dia, uma das minhas irmãs mais velhas me falou que quando a gente visse uma mulher com a barriga grande e o vestido mais curto na frente é porque ela tem neném na barriga. Eu fiquei admirada. E aí eu via aquelas meninas barrigudinhas, as velhinhas mais gordinhas e com o vestido curto na frente e achava que elas tinham neném na barriga (risos). E pensava: judiação! Tão novinhas ou tão velhas e com neném (risos). E esse era nosso entendimento. A gente foi saber a verdade mesmo quando estávamos mais grandinhas. Mudou uma vizinha perto de nós e as meninas dela eram espertas. E aí elas foram explicando pra gente que não tinha nada a ver com avião, que os nenéns ficavam mesmo na barriga e que era o homem que colocava eles lá. Elas adiantaram tudo pra nós, ou íamos aprender no susto (risos)”.

Perguntei se por ter bastante irmãs e irmãos ela nunca tinha visto um parto e ela disse que não.

“Era uma coisa assim tão escondida, tão segredo, que a gente via que o neném estava ali, mas não sabia por onde que saía, por onde que chegava. Eu já era bem grandinha, uns oitos anos acho, e minha mãe falou para eu levar café para o meu pai, que estava trabalhando de carpinteiro com o meu tio, e disse para eu já ficar lá ajudando ele. Eu cheguei com o café e falei para o pai: “pai, a mãe disse que eu podia ficar aqui com o senhor” e ele: “Está bom, pode ir pegando aquela latinha e colocando os pregos que estão no chão e guardando dentro da latinha”. E eu fiquei lá ajudando ele e quando eu cheguei em casa, a mãe tinha ganhado uma irmãzinha minha, a Nathália, mas eu fiquei muito triste sabe? Falei assim: “A meu Deus do céu, sempre que o avião vem, ele vem de noite para trazer os nenéns e a gente nunca vê. Hoje, que veio de dia, a mãe falou para eu ficar lá ajudando meu pai e eu também não vi (risos). E era assim que a gente era criado. Na completa ignorância. Ah, e tem outra história que é engraçada sobre isso. Quando o primeiro filho homem da minha mãe nasceu, eu tinha onze anos e, nessa época, eu já sabia que o neném estava na barriga da minha mãe. Eu só não tinha a menor ideia de como ele

ia sair. E a gente deitou pra dormir e escutava minha mãe gemendo de dor e ela dava ânsia, sabe? E eu pensava: “ai, meu Deus! Agora ela vomitou o neném (risos). Menina, eu pensava que o neném saia pela boca. Olha que burrice pra uma criança de onze anos? Eu falo isso porque hoje não tem mais criança inocente assim. Mas, eu fui saber por onde o neném saía com uns doze anos para mais. E quando a gente via em revistas mulheres grávidas, folheávamos desesperada pra ver se tinha o nascimento da criança, pra saber como que era, mas não tinha, né? Naquele tempo as coisas não eram assim tão abertamente. Era tudo sigiloso”.

Pedi, então, que ela me falasse da sua primeira menstruação.

“Menina de Deus, eu menstruei com quase dezesseis anos e, nessa altura, até minha irmã mais nova, que tinha treze anos, já tinha menstruado. E eu ficava preocupada, sabe? Nessa época, por causa das minhas irmãs, eu já sabia que “a panelinha ia furar”, como dizia a minha mãe. Mas, não furava nunca. Aí, eu tive uma cólica tão infeliz que meu pai amado! E eu não estava em casa. Estava na casa de uma prima que tinha ganhado neném. Eu fui lá pra ajudar com o serviço de casa. E, nesse dia, veio muito pra mim. Demais! Doze dias sem parar aquele fluxo e eu não tinha coragem de contar pra minha prima. Não sabia arrumar, nem usar os paninhos direito. Eu usava só saia por causa da religião e minha perna assou tudo. E eu com uma vergonha danada, não via a hora de voltar pra casa. A minha mãe explicou pra gente, do jeito dela. Sempre que a menina chegava assim num porte, que começava a nascer seio, ela já explicava o que ia acontecer. Falava que a gente ia virar mocinha, que ia aparecer sangue na calcinha e que, por isso, era pra deixar os paninhos no jeito. Ela falava sobre o modo de sentar, porque ninguém podia ver ou saber da menstruação. Falava que a gente tinha que ser caprichosa, tirar e lavar e não deixar ninguém lavar os nossos paninhos ou as roupas, porque era uma coisa íntima da mulher e que os outros não tinham que saber sobre isso. Menstruação era um segredo igual a gravidez. Ninguém falava muito. A gente aprendia mesmo quando acontecia. Mas, a minha foi traumática por isso, sabe? Por estar fora de casa. Mas, até que não foi tão ruim, porque eu sabia, né?”.

Perguntei se sua mãe conversava com as filhas sobre namoros e ela assentiu.

“Não era bem uma conversa. Era mais uma sessão de medo. Ela falava pra gente ter muito cuidado com homem, porque eles não eram de cera. Eram de carne e, por isso, não dá pra confiar. Ela falava também que moça era igual vidro, se quebrar já era. Então que a gente não podia deixar homem tocar na gente de jeito nenhum. Que a gente tinha que ser guardar

para o casamento. E aí, nossas colegas, ajudavam a colocar medo, sabe? Diziam que se a gente beijasse, no rosto mesmo, engravidava. Que se o homem passasse a mão em nosso seio, a gente engravidava. E mãe solteira naquela época era a maior vergonha, né? Pra moça e pra família. Então, eu cortava volta de homem. Trabalhei numa casa que o patrão tentava, de todo jeito, passar a mão em mim. Ele dizia que se eu deixasse, ele me dava enxoval pra levar pra casa. Esse patrão sabia que a minha família era pobre e queria que eu o deixasse passar a mão em mim em troca de lençol, coberta, toalha. Ele era mascate⁴⁷, sabe? Nunca deixei e aí ele inventou pra mulher dele que eu era mal educada e ela me mandou embora. Fui pra roça nessa época. Depois, fui trabalhar na casa de outro casal. Eles eram muito bons pra mim. E, aos sábados, eu posava com as crianças pra eles irem ao cinema. Tinha uma moça que trabalhava comigo lá, a Márcia, e eu via que ela deixava o patrão passar a mão nela. Sempre que ela estava com uma das crianças no colo ele se aproximava e já passava a mão nela e eu pensava: “Credo! Como a Márcia deixa ele passar a mão nela assim?”. Aí, um dia, ele me pediu pra ir pagar uma conta e eu fui. Minha patroa tinha ido pra Londrina no médico e eu deixei a Márcia com as crianças e fui ao banco rapidinho. E eu andava bem rápido. Então, quando pensavam que eu estava indo, eu já estava voltando. E, quando cheguei, vi meu patrão, com a bunda de fora, em cima da Márcia na cama, fazendo movimento pra cima e pra baixo. Santo Deus! Fiquei em pânico porque eu não sabia o que estava acontecendo ali, mas sabia que não era certo. Aí, de noite, contei pra minha irmã mais velha, que ficou em pânico também. Contamos pra minha mãe e ela me fez sair do serviço. Onde já se viu isso, né? A mulher dele acabou descobrindo e ele achou até que era eu que tinha contado. Mas, eu não contei nada. Tinha vergonha até de lembrar dessa história. Depois que saí dessa casa, fui pra roça de novo, porque em casa a gente não podia ficar. Meu pai tinha um ditado, sabe? “Onde o galo canta, janta”. Então, quando a gente ia pedir serviço nas casas, tinha que avisar que a gente ia jantar, pra comida de casa sobrar para os mais novos. E assim a gente fazia. Por isso, meu pai nem gostava que a gente trabalhava na roça. Só em último caso. Ele preferia que a gente ficasse em casa de família”.

Pedi que ela me falasse sobre seus namoros.

“Namoro. No singular (risos). Eu só tive um namorado. Meu eterno namorado. E foi amor à primeira vista. Ele de um lado da rua e eu do outro e a gente se apaixonou. Eu era bem gordinha nessa época e ele mais velho que eu onze anos, mas ele se apaixonou por mim e

⁴⁷ Mercador ambulante; vendedor que oferece mercadorias em domicílio.

a gente começou a namorar contra a vontade da minha mãe. Ele era de outra religião, sabe? Ele era bem católico e eu era crente e minha mãe e minha vó achavam que o certo era namorar com alguém da mesma religião. Mas, eu queria me casar por amor e, então, com o tempo, ela acabou aceitando. A gente namorou por três anos e casamos. No começo, meu namoro era bem comportado. Eu tinha muito medo de homem. Então, o primeiro beijo demorou quase um mês. A gente pegava só na mão. E, no começo, ele judiou muito de mim. Vivia terminando. Arrumava outras namoradas. Ou namorava eu e outra menina ao mesmo tempo. Quando a gente terminava, ele agia como se não me conhecesse e aquilo me machucava muito. Chorei muito por causa do Pedro, viu? Aí, quando a gente firmou mesmo, ele me fez sair da escola. Eu era uma aluna boa, até. Gostava de ir pra escola, mas ele disse que a gente ia casar e que eu não precisava estudar e eu obedeci”.

Perguntei porque ela se sentia na obrigação de obedecer ao namorado e ela baixou o olhar para as mãos, que estavam sobre seu colo.

“O Pedro era meu vizinho. Ele não tinha pai e mãe e pagava pensão pra uma vizinha minha. Um dia, ele me chamou lá na casa e eu não sabia que a Dona Rose não estava em casa. Quando cheguei lá, e percebi que ele estava sozinho, disse que ia embora, mas ele pediu pra eu passar uma camisa pra ele e eu obedeci, enquanto ele foi tomar banho. Eu estava terminando de passar quando ele apareceu enrolado em uma toalha. Eu fiquei assustada, sabe? Mas, não tive muita reação e ele me pegou pelo braço, me enfiou dentro do quarto que ele dormia e ali aconteceu, com três meses de namoro. Eu chorei muito, pela dor, pela humilhação, por me sentir uma vagabunda ali. Quando ele terminou, eu corri pra minha casa sem olhar pra trás e chorei até dormir. Mas, a partir daquele dia, eu fiquei prisioneira dele, pois, naquele tempo, se você tivesse uma relação sexual com o namorado você tinha que respeitar ele e aguentar tudo o que ele fazia, até o casamento, porque você ia ter que se casar com ele. Por que, como que a gente ia contar para os pais que não era mais virgem? Era muito complicado! E aí, durante 3 anos de namoro, eu sofri muito porque ele sabia que eu não ia terminar por causa do que já tinha acontecido. Então, ele brigava comigo por qualquer coisa e logo arrumava outra namorada. Aí, ficava quinze dias afastado e depois voltava. Ele ia para os bailes e eu não. Minha mãe não deixava. Mas, eu também não podia falar nada porque tinha muito medo de ele me largar e eu virar uma moça solteirona dentro de casa. E claro que não ficou só na primeira vez, né? Depois que o homem experimenta a fruta, a gente não tem mais paz. E cada vez que eu fazia isso com ele antes de me casar, eu me sentia muito mal. Porque eu fui criada na igreja, né? Ouvi a vida inteira que isso era pecado, então fazer sexo com ele antes do casamento era como a

morte pra mim. E, pra ajudar, eu acabei engravidando. Aí, depois disso, a gente se casou. Mas, antes, eu sofri demais”.

Aproveitei o assunto da gravidez para perguntar à Marilena sobre o uso de métodos contraceptivos.

“Quando eu namorava, a gente tirava só. Tem um nome, né? Aprendi na escola. Coito interrompido, acho. Era isso que a gente fazia, porque não tinha como eu tomar remédio. Como que ia comprar um negócio desses sendo solteira? E camisinha era um negócio meio caro. O Pedro não tinha condições. Aí, depois que eu casei, tomava pílula. Tomava e quando queria engravidar parava. Foi assim até eu tirar o útero, aos quarenta e dois anos. Aí depois não usamos mais nada”.

Pedi, então, que ela me falasse do seu casamento.

“A gente fugiu. Quando eu desconfieei que estava grávida, fiquei desesperada e falei pra ele e a gente fugiu. Eu já tinha saído do serviço pra casar, sabe? Estava com dezenove anos. E a gente resolveu usar o dinheiro do casamento pra comprarmos coisas pra casa e pro neném. E outra: se eu fosse casar, iam querer que eu me vestisse de noiva. Já tinham até pegado um vestido emprestado com a nora de uma patroa minha. E imagina quando descobrisse que eu me casei grávida? Porque naquela época noiva era pra ser pura, virgem e inocente e não era mais o meu caso. Aí, a gente fugiu e eu dormi no sítio, na casa da minha cunhada e, no outro dia, a gente foi casar no cartório. Eu deixei uma carta para minha mãe na minha mala, mas ela não achou. No outro dia, ela levantou, fez a comida e foi pra roça, sem dar pela minha falta. E quando cheguei no cartório, a Dona Cida não estava. Eu e o Pedro assinamos os papéis e a escritã deixou a gente levar para os meus pais assinarem. Aí, meu marido levou e meus pais assinaram. Minha mãe achou graça por nem ter percebido a minha fuga. Depois, o Pedro levou meu pai pra beber e depois lá no sítio pra me ver. Meu pai não brigou comigo. Estava de fogo, mas me deu a benção. Aí, depois a gente foi pra Lua de Mel (risos). Mas, sabe, eu não tenho boas lembranças desse dia. Porque eu tinha um sonho de me casar de noiva, ter a minha primeira vez... Porque acho que toda moça sonha com aquele encanto, aquela emoção, fica com receio de ir pra cama, né? E eu queria assim. Ter essa expectativa, mas ele acabou com o meu sonho e isso me dói até hoje. Minha mãe já faleceu, mas eu sinto que traí ela, sabe? Eu sinto que traí a Deus também. Então, eu não tive esse prazer de ter a minha primeira vez do jeito que eu imaginava. Foi no susto, na marra”.

Nesse momento da entrevista, Marilena começou a chorar e eu esperei até que ela se acalmasse. Perguntei se ela queria deixar pra outro dia e ela me disse que não, que gostaria de continuar e, então, retomou a narrativa sobre o seu casamento.

“O Pedro foi um bom marido. Então, da vida de casada eu não tenho do que reclamar. Ele era muito machista e sistemático, mas sempre me respeitou. Eu tinha muito medo de ele fazer comigo o que ele fazia quando era solteiro, mas a partir do momento que a gente casou, ele me respeitou. Nossa vida sexual era boa também. Depois que eu casei, eu conseguia fazer sem culpa, porque eu estava casada. Então, não tinha mais pecado e nem como eu envergonhar meu pai e minha mãe. Agora, o Pedro era meu marido. Então, a gente se curtia muito. Tinha beijo, abraço, a gente tomava banho juntos, se tocava e se via. Depois que ele passou a ser meu marido, eu não tinha mais vergonha de mostrar meu corpo pra ele. Agora, o machismo dele atrapalhou um pouco, sabe? Eu nunca tive nenhum tipo de ajuda em casa. Quando o Mateus era pequeno, eu estava ensinando a fazer alguma coisa pra me ajudar e meu marido ficou muito bravo. Disse que nosso filho era homem e que ia ter o serviço dele e que serviço de casa era coisa de mulher. Então, como eu só tive filhos homens, tomei as rédeas e nunca coloquei ninguém para me ajudar. Sempre fiz tudo. Sempre e sempre era eu, mesmo trabalhando fora, tudo em casa era por minha conta. Roupa, casa, comida, filhos... Tudo a Marilena”.

Aproveitei que Marilena mencionou os filhos e pedi que ela me falasse sobre a maternidade.

“Eu tive quatro filhos. Todos homens. Mas, o primeiro filho, Samuel, faleceu com cinco meses. Quando eu casei, logo minha barriga começou a aparecer, mas pra todo mundo meu filho tinha sido prematuro. Eu nunca dei explicações pra ninguém sobre isso. Falei que era prematuro e pronto. Minha mãe sempre soube que não era, porque meu menino nasceu com quase quatro quilos, mas ela era discreta e nunca comentou nada. E na noite que eu entrei em trabalho de parto, não sabia bem o que estava acontecendo. Eu achei que era uma dor de barriga. Tinha um mictório no fundo do quintal e quando dava cochada de dor na minha barriga, eu corria pra lá, sentava no caixote e lá eu ficava. Aí a dor passava, eu voltava pra casa e me deitava. Pouco tempo depois, vinha outra dor e lá ia eu para o mictório outra vez. Foi quase a noite inteira assim e meu marido dormia. Depois, começou a doer minhas pernas e eu não sabia mesmo o que estava acontecendo. Esquentei água pra dar banho nas pernas e aí que a dor piorou pra valer. Chamei meu marido e ele, desesperado, quis chamar minha mãe. Ela era minha vizinha. Mas, eu não deixei. De qualquer jeito, era eu que ia ter que ganhar neném mesmo. E outra: se chamasse minha mãe ela ia saber na hora que eu

tinha me casado grávida. Aí, de manhã, minha mãe apareceu na janela sem avisar e falou: “Você não está boa, Marilena? Então seu bebê vai nascer fora do tempo”. E eu só a deixei pensar isso, mas era muito chato. Foi uma gravidez tensa. A gravidez inteira eu pensando: “Meu Deus, o bebê vai nascer quando fizer sete meses que eu casei e o que eu vou explicar pra mãe?” Todo mundo pensando que eu era uma santinha e eu casei grávida. Morria de vergonha só de pensar. Minha irmã mais velha, a Cláudia, que não era nada boba, falava que eu estava engordando depois do casamento e eu ficava rezando pra ninguém perceber nada. Até hoje não entendo porque não falava que estava grávida. Eu já tinha casado mesmo. Mas, tinha vergonha”.

Pedi que ela me falasse sobre seu bebê que havia morrido.

“O Samuel era um bebê muito saudável. Nasceu de parto normal com quase quatro quilos e sempre foi muito esperto. Aí, com cinco meses ele teve uma febre muito alta e faleceu. No atestado de óbito está Meningite, mas não sei o que realmente ele teve. E eu sempre achei que a morte dele foi um castigo por eu ter desobedecido a Deus. Eu saí da minha igreja e fui pra igreja católica e, então, eu acho que Deus cobrou de mim. Ele me deu esse filho pra mostrar que Ele podia dar e tirar. Mas, hoje, pensando melhor, eu acho que não foi isso. Deus é Pai de misericórdia e não ia me fazer sofrer assim, porque muito do que aconteceu nem foi minha culpa. Mas, eu sempre pensei isso e sofro até hoje a perda desse filho. E, naquela época, a gente era tão pobre que nem foto tirava dos filhos. O Samuel existe só na minha memória. E depois que ele morreu eu apaguei, sabe? Fiquei tão desesperada. Achava que não ia ter mais nenhuma felicidade na vida. O Pedro também ficou muito desolado. Eu me lembro até hoje da cena de ele subindo a rua da nossa casa, com o filho morto no colo e gritando desesperado. Por onde ela passava gritando as pessoas iam seguindo a gente até chegar em casa. Lá, a minha cunhada conseguiu tirar o Samuel do colo dele e foi arrumar para o velório. Foi um dos dias mais tristes da minha vida. Eu estava dopada, o que foi pior. Depois que o efeito do calmante passou, a dor acabou comigo. Mas, aí, logo eu engravidei do Mateus. Um filho não substitui o outro, mas pelo menos diminuiu a dor da perda que foi terrível. Ainda é”.

Perguntei dos outros filhos e ela sorriu.

“Depois do Mateus, eu tive o Miguel e o Luís. O Miguel nasceu bem pequeno e, por um tempo, até acreditei que tivesse tido gêmeos. Mas, como o médico nunca falou nada, eu acho que não. Mas, foi difícil de criar ele, sabe? O Miguel cabia na palma da mão e o choro era tão fraquinho que parecia um miado de gato (risos). Eu o achava feio, judiação. Porque

era muito magrelo. Mas, depois ele foi ficando bonito. No parto dele eu dormi. Foi Cesárea. Por isso que achei que o médico podia até ter sumido com o outro bebê, porque eu fiquei bem gorda e o menino nasceu uma tripinha. Mas, acho que não. Seria muita história de novela, né? (risos). E depois, pra encerrar a fábrica, eu tive o Luís. E eu torci pra ele ser uma menina. Cheguei até a fazer umas peças rosas para o enxoval, mas veio outro menino que usou as peças rosas, porque naquela época não tinha isso não. Usava o que tinha e nem por isso ele deixou de ser menino. Realizei o sonho de ter uma filha depois que fui avó. Eu crio uma neta desde bebê. A Isadora é a filha que eu não tive. Agora, sobre serviço, eu nunca pude ensinar eles a me ajudar em casa, porque meu marido não deixava. Até tentei, mas ele brigou comigo e disse que homem não tem que aprender serviço de mulher. E até hoje faço tudo. Não sei ser ajudada. Não sei pedir, entende? Mas, meus filhos não me deram trabalho. Eram arteiros, mas coisa de moleque. Agora, depois de grande, que o Miguel se envolveu com coisa errada. Droga e bebida e hoje em dia me dá muito trabalho. Ele separou da mulher e mora comigo e eu passo um dobrado com ele, menina! Muita bagunça, sujeira, briga... Ele chega bêbado e mete a boca em mim. Mas, meu marido, antes de morrer, me disse que ele ia me dar trabalho e não deu outra. Sofro muito com o Miguel, mas espero um milagre de Deus na vida dele. Além disso, a cruz é minha. Tenho que ter paciência. Sou a mãe e não tem outro jeito ao não ser cuidar dele”.

Perguntei há quanto tempo ela era viúva.

“Quase doze anos já. O Pedro teve câncer e faleceu. Foi uma doença muito agressiva, mas eu fiquei com ele até o fim. E quando ele morreu, meu Deus! Foi terrível. Eu fazia tudo pra ele em casa. Levava roupa no banheiro, lavava chinelo, colocava comida no prato e quando ele se foi, senti falta de cuidar de alguém. Mas, não quis me casar de novo. Meus filhos são complicados. Machistas e sistemáticos iguais ao pai e outra pessoa na minha vida só ia complicar tudo. Sem contar que eu não consigo imaginar outro homem tocando em mim e dormindo na minha cama”.

Perguntei se ela dava orientações sobre sexualidade para seus filhos e ela me disse que sim.

“Na escola, eu tive uma professora que falava sobre essas coisas. Bem pouco, mas falava. Eu me lembro de ela falar sobre menstruação e sobre... Sabe, sobre... (risos) Ai meu Deus! Masturbação (risos). Ela falava que isso deixava os meninos fracos e que não era pra fazer. Era o que eu sabia sobre isso. Aí, quando via que meus meninos estavam criando barba e engrossando a voz, já começava a falar sobre namoradinhas e sobre fazer essas coisas no

banheiro. Mas, não adiantava proibir, né? Eles faziam mesmo. Acho que é da natureza do homem. Sempre pedi pra eles respeitarem as filhas dos outros, mas não adiantou muito. O Mateus se tornou pai aos quinze anos. O Miguel e o Luís também engravidaram as namoradas. Mas, todos assumiram os filhos, né? Pelo menos isso. Só sei que me tornei avó com 39 anos (risos)”.

Perguntei como era sua vida sexual depois de anos de casamento e ela riu.

“Era intensa menina. O Pedro não negava fogo (risos). Mas, ele viajava, né? Trabalhava com caminhão. Mas, quando estava em casa a gente namorava todo o dia. Era lei. Eu tirei o útero depois da minha quarta gravidez e não tinha menstruação para atrapalhar. Então, a gente aproveitava mesmo. Aí, quando ele ficou doente, por causa dos remédios, não conseguia mais e ele ficava tão nervoso. Mas, eu nunca cobre nada. Doença é coisa que acontece e a gente tem que ser companheiros até nessas horas. Mas, minha vida sexual acabou cedo. Quando fiquei viúva estava com 53 anos”.

Perguntei se ela não havia tido vontade de se casar novamente e Marilena negou com um gesto de cabeça.

“Não. Só de imaginar outro homem tocando em mim eu sentia nojo. Minha vida com meu marido foi boa, sabe? Ele era sistemático e machista, mas sempre me tratou bem. Infelizmente, ninguém tem uma estrela na testa atestando que é bom. Imagina trazer para dentro da minha casa um bêbado ou vagabundo? Melhor não. Além disso, meus filhos são muito complicados. Eles jamais iriam aceitar que eu me casasse de novo. Se eu fizesse isso, iria começar uma guerra na minha casa. Depois que o Pedro morreu, eu vivi para os meus filhos e para os netos (e netas). Eu cuidei da minha mãe também, até ela falecer. E eu não poderia fazer isso se tivesse marido. Homem exige muita atenção. Então, achei melhor ficar quietinha. Meu cunhado, irmão do Pedro, quis se casar comigo. Meu Deus do céu! Mas, eu não quis nem saber. O Miguel é complicado. Ele bebe e dá trabalho. Fico pensando que se tivesse um marido, a situação seria dez vezes pior”.

Perguntei se ela nunca havia se masturbado e ela negou com um gesto de cabeça.

“Jamais. Eu voltei pra igreja, né? Meu marido passou crente também, antes de morrer. E fazer esse tipo de coisa é muito pecado, né? Então, nunca fiz não. Depois que meu marido morreu, eu senti vontade sim. Não nego. Mas, a gente tem que controlar as vontades da carne. Então, eu não penso muito nisso. Deito e durmo e assim fui levando. Hoje, aos sessenta e quatro anos, já não tenho mais vontade não. Vivo para os meus filhos e para os meus netos (três netos e quatro netas). Tenho até bisneta já. Vivo pra eles. Deixei de ser

mulher pra ser apenas mãe, avó e bisavó. São sacrifícios que a gente faz para ganhar o direito de entrar no céu”.

Pedi para que ela fizesse um resumo da sua vida e me dissesse ela se considerava uma pessoa feliz.

“Feliz? Sou sim. Tenho muitos problemas. Mas, quem não tem? Só que eu tive uma família maravilhosa. Tenho muito orgulho de ser filha dos meus pais. A gente era pobre, mas sempre fomos unidos e nos amamos muito a vida toda. Minha mãe já se foi, mas deixou um legado lindo. 11 filhos vivos, 33 netos, 42 bisnetos e até tataranetos. Ela foi uma mulher muito amada. Meu marido era machista e sistemático, mas a gente viveu bem. Eu tinha que ler na cartilha dele. O Pedro não me deixava ir pra igreja e eu sofri muito com isso. Quando desobedecia e ia para o culto ele ficava sem falar comigo. Eu que sempre levava roupa no banheiro pra ele, colocava comida no prato e buscava água e quando a gente brigava por causa da igreja, ele fazia tudo sozinho. E eu me sentia uma inútil. Fui criada pra servir o marido, né? Não poder fazer isso era uma tortura pra mim. E isso aconteceu muitas vezes. Sempre que ia na igreja a gente brigava. Ele viajava, mas ligava pra saber se eu estava em casa e acabava descobrindo que eu ia na igreja. Não adiantava tentar esconder. Mas, Deus fez uma obra no fim da vida dele e tudo se ajustou. Ele batizou já no fim da vida e passou a ir comigo na igreja. Eu criei meus três filhos, tive netos e até bisneta. Fui feliz sim. Trabalhei muito. Na roça, de doméstica, de servente na escola, mas eu gosto de trabalhar. Tive uma vida humilde, mas fui feliz sim. Hoje, o Miguel me dá muito trabalho, mas tenho fé que essa prova vai passar. Eu vou ver meu filho bem ainda. Enquanto isso, vou lutando. Cuidei da minha mãe depois que me aposentei. Tive esse privilégio. Ela morou comigo depois de uma certa idade e fiquei ao lado dela até a morte. Acho que esse é o meu papel, né? Cuidar das pessoas. E eu faço isso com alegria”.

Encerrei a entrevista, agradecendo por seus relatos e Marilena disse estar feliz por contribuir. Algumas semanas depois, Marilena assinou a carta de cessão, após se emocionar com a leitura de alguns trechos da sua entrevista.

Em fevereiro de 2022 seu filho Miguel veio a falecer de traumatismo craniano depois de uma queda dentro de casa. Quem me avisou da morte de Miguel foi a neta de Marilena, Isadora. Algumas semanas depois do enterro de Miguel, conversei com Marilena e ela se mostrou conformada com a morte do filho e me disse que Deus e a família estavam confortando-a e ajudando-a a passar por mais esse momento difícil.

6. As convergências contadas: o que cada narrativa nos revela?

*intuições
são suas ancestrais
soprando em seus ouvidos
segredos de sobrevivência
(Ryane LEÃO, 2019, p. 102)*

Nesta seção, temos a intenção de apresentar nossas compreensões acerca das convergências que as narrativas nos revelam a respeito da Educação Sexual e das representações sobre a Biologia dos corpos, gênero e sexualidade que foram construídas por cada uma das depoentes ao longo de suas vidas. Para tanto, nossa metodologia de análise foi a produção de uma narrativa sobre e a partir de cada entrevista, com algumas observações nossas sobre os acontecimentos. Procuramos, nesta etapa, refletir sobre quais questões cada história contada dispara em nossa pesquisa e de que maneira essas questões convergem entre si e com nossos referenciais teóricos. Registramos aqui nossas percepções sobre a relevância da Educação Sexual familiar e escolar, e sobre o quanto essas práticas fizeram falta na vida de cada uma dessas mulheres. Buscamos também refletir sobre o impacto que a falta de escolarização causou na trajetória das depoentes e na construção de suas identidades como mulheres e cidadãs atuantes em uma sociedade da qual fazem parte.

Todavia, caro/a leitor/a, a fim de situá-los/as em termos de espaço e tempo, construímos em cada narrativa um “fio cronológico”, citando em nosso texto os anos em que cada acontecimento se deu. Esse “fio cronológico” se ampara nas categorias nas quais nos baseamos para elaborar o roteiro das entrevistas, a saber:

- a) Idade, local onde nasceu e foi criada, relação com os/as familiares e com o trabalho rural;
- b) De ondem vêm os bebês (descobertas);
- c) Biologia do corpo (menstruação e prática sexual);
- d) As questões do casamento
- e) Sexualidade hoje

Como trabalhamos com um conjunto de narrativas, acreditamos ser essencial encontrar uma referência comum e os anos citados nos auxiliaram na construção de um eixo diacrônico ao qual as narrativas se prendem. Os “fios cronológicos” elaborados delimitaram cada episódio e nos possibilitou constituir um contexto mais real ao qual cada depoimento se refere.

O termo espaço por nós adotado nesta tese refere-se aos locais – campo ou cidade –

nos quais cada ponto da história se passou. Acreditamos que essas referências ampliam nosso entendimento sobre acontecimentos sociais, econômicos e políticos no contexto pelo qual transitam nossas depoentes e suas lembranças.

I. O tempo e o espaço de Guacira

Guacira nasceu no ano de 1947 no Estado de São Paulo e foi ainda bebê para o norte do Estado do Paraná, onde viveu por bastante tempo na zona rural, uma vez que seu/sua pai/mãe trabalhavam na roça.

A entrevista de Guacira nos revela o enfrentamento de uma deficiência – “pés tortos para trás” – ao longo de toda sua vida. A lida na roça não era fácil e ela e sua família passaram muita fome e frio. Quase não houve infância. Guacira pouco brincou e quase nada estudou. O que fez? Trabalhou. Era preciso para ajudar a matar a fome da família e desde muito jovem foi para a roça cortar, debulhar, colher e abanar. Desde muito cedo também lavou, passou e cozinhou.

Ela menstruou no ano de 1962, aos quinze anos. Se apaixonou pela primeira vez aos dezessete, em 1964 e casou-se aos dezenove, em 1966, ano em que também teve a primeira filha.

Depois de casada, o aspecto financeiro não melhorou e as dificuldades foram potencializadas com a chegada dos/as filhos e filhas. Cortar, debulhar, colher e abanar ainda faziam parte da rotina. Lavar, passar e cozinhar também. Amamentar, ninar, cuidar e zelar também foram ações acrescentadas à lista de tarefas. O que não foi acrescentado à rotina foi a ajuda masculina nos afazeres domésticos.

Não houve acesso à informação sobre o corpo e a sexualidade, nem no convívio familiar e nem na escola, a qual ela frequentou por pouco tempo. O que aprendeu foi “por aí” ou sofrendo, como ela mesma pontuou. Não houve Educação Científica. Professores/as não lhe ensinaram sobre a fisiologia dos corpos e tão pouco sobre a reprodução, contracepção, questões de gênero e direitos das mulheres.

Guacira foi submissa ao pai, aos/às irmãos/ãs, ao marido, aos/às filhos/as e aos/às netos/as. Não houve liberdade total para a escolha do cônjuge, pois ela devia obediência ao pai, que considerava que Daniel seria o marido ideal para a filha. Ela também foi submissa às leis da igreja. Não se masturbou, casou-se virgem, não usou contraceptivos e não abortou, mesmo quando considerou fazê-lo. Manteve-se fiel ao marido até a morte e, mesmo viúva,

não conseguiu ter outros relacionamentos, sendo criticada pelos/as filhos, filhas, netos e netas quando tentou.

O seu corpo não foi respeitado em muitos momentos durante o casamento. Sua primeira vez foi traumática e dolorosa. Consideramos uma violência, na verdade. Uma violência que o casamento normalizava. O seu corpo foi violado também durante os resguardos de seus sete partos e em ocasiões em que o sexo não era um desejo seu, mas apenas do marido. Aquele corpo feminino não era mais dela, segundo a mãe, o padre e a sociedade patriarcal da qual ela fazia parte. Restava silenciar-se e aceitar a violência noite após noite, ano após ano. Mas, ela aceitou apenas a violência sexual. Apanhar não. Ela era “doida” e o marido tentou apenas uma única vez agredi-la, para nunca mais. Afinal, ele devia gostar de respirar.

Não se falava sobre sexo. De forma nenhuma. Com ninguém. Não se sabia sobre menstruação e tão pouco se falava sobre gravidez. Não se sabia de onde vinham os bebês. Era do avião, da cegonha, ou do “mandruvá”. Na verdade, vinha de qualquer lugar que a imaginação da Guacira pudesse alcançar. Ninguém falava sobre vulva, vagina, útero, ovário ou qualquer aparato biológico. Ao não ser a viúva da colônia. Essa falava, mas não tinha muito conhecimento também, fato que mais confundia Guacira do que ajudava. Ela tentou espiar. Era uma garota atrevida até. Mas, não funcionou, pois faltaram explicações para entender a anatomia da “tripinha murcha” do velho do mictório.

Na época da sua mocidade e do seu casamento não se falava de prazer. A história de vida da Guacira é permeada por inúmeras repressões que acabaram por afastá-la dos prazeres do sexo e da vida conjugal. Era apenas uma obrigação para além de chata e inconveniente na maioria das vezes.

Vale pontuar que essas repressões se perpetuam, pois ao não aprender sobre as questões do corpo e da sexualidade, Guacira tão pouco pôde ensinar às filhas e aos filhos. Ela até tentou. Alertou as filhas sobre a chegada da menstruação, falou dos paninhos e as amedrontou sobre a gravidez e os perigos de se fazer “sem-vergonhices” antes do casamento. Mas, não houve diálogo. Não. Para Guacira, esse assunto era proibido, pois ela havia internalizado toda a repressão que sofreu. Os filhos homens que aprendessem com a vida, pois ela não tinha cara e nem coragem para conversar com eles sobre essas safadezas. Apenas “*respeite as filhas dos outros*”. Mas, como respeitar? Esse tópico não entrou em pauta.

Não houve divisão de tarefas. Já dissemos isso? Ela era a mulher e deveria dar conta da casa e dos/as filhos e filhas sem reclamar. Trabalhar na roça era preciso, mas ela que se virasse para dar conta de tudo. O marido deveria apenas ser servido e paparicado. Essa condição também se perpetua, pois os/as filhos e filhas foram criados/as nesse cenário e as filhas trabalhavam fora e em casa, enquanto os filhos, que trabalhavam fora, só descansavam. E estava tudo bem assim, pois a sociedade já havia normalizado o que era trabalho de homem e trabalho de mulher.

Guacira também sofreu violência obstétrica, sendo que um médico a desrespeitou ao mencionar sua deficiência durante um trabalho de parto. Não havia informação e médicos/as eram mais poderosos/as do que pobres trabalhadores/as rurais.

Ela pensou em aborto, mas até hoje se culpa pelos pensamentos impróprios. O corpo não era dela e ela não tinha o direito de pensar em interrupção da gravidez, mesmo que a fome e o frio se fizessem presente entre os/as seus/suas filhos e filhas.

Ela teve que aprender com as gerações seguintes que a homossexualidade existia e que gays e lésbicas deviam ser respeitados/as. Ela não entende o que é a transexualidade, mas convive bem com o neto, que é um homem trans. Vive com o neto gay. Ela os acolheu, apesar das suas crenças e vivências.

Foi para a cidade de Jaguapitã, Paraná, em 1992. Perdeu um filho em um acidente automobilístico no ano de 1997.

Ficou casada por 48 anos e depois de viúva, em 2017, três anos após a morte do marido, iniciou um namoro que durou apenas alguns meses. Mora atualmente com o neto na cidade de Arapongas, Paraná.

II. O tempo e o espaço de Mary Neide

Mary Neide nasceu em 1955 na zona rural da cidade de Arapongas, no Paraná. Não frequentou a escola, pois era longe demais das casas que morava nas fazendas. Menina não precisa estudar, dizia o seu pai. Menstruou aos dez anos, em 1965. Ela era uma criança ainda e não teve nenhuma informação sobre o que estava acontecendo com o seu corpo. Era vergonhoso demais falar sobre o assunto, mesmo com as mães ou as irmãs. O sangue saía da vagina e vagina era um assunto totalmente impróprio e proibido.

Aos dezessete anos, em 1972, mudou-se para a cidade de Arapongas. Foi quando assistiu televisão pela primeira vez. Perdeu um namorado aos dezoito, em 1973. Aos 20, em 1975, começou a namorar com o atual marido. Os primeiros conhecimentos sobre sexo se

deram em seu primeiro emprego. Eram as colegas que falavam sobre o assunto, pois a família continuava muda. Casou-se aos vinte e dois anos, em 1977, por amor. Foi Mary Neide quem escolheu seu namorado e marido.

Desde criança, por ser mulher, o serviço doméstico era uma de suas responsabilidades. Nada mudou na vida adulta, mesmo tendo que trabalhar fora e depois costurar para ajudar nas despesas domésticas. Divisão de tarefas era algo que também não acontecia aqui.

Sua iniciação ao sexo não foi tão traumática. Apesar da vergonha por tanta intimidade com um homem, o marido teve respeito por sua inexperiência e por seu corpo.

Ela usou contraceptivos. Mary Neide provavelmente não estava na missa que condenou esta prática. Nessa época ela já sabia de onde vinham os bebês. Porém, a cegonha também fez parte do seu imaginário infantil.

Ela parou com o contraceptivo após alguns anos de casada e não engravidou. O que houve? Foi acusada pelo marido de não ser uma mulher de verdade. Para ser mulher tem que ser mãe e ela não conseguia gerar. Aos trinta, depois de anos tentando engravidar, descobriu um câncer e fez a retirada do útero e de um ovário em 1981. Seu marido nunca mais a acusou de não ser uma mulher de verdade. Sofreu muito, pois desejou por anos gerar um filho. Se sentiu menos mulher. A ideia da maternidade como validação da feminilidade estava impregnada em suas concepções.

Em 1987 adotou Matheus. O filho do coração veio parar em seus braços e ela abraçou a oportunidade de tornar-se mãe. Sentiu-se mulher, finalmente. Tentou orientar o filho quanto às questões relacionadas à sexualidade e faz o mesmo com a neta. Ela não queria e não quer que os/as seus/suas sofram com a falta de informação assim como ela sofreu.

A vida é muito difícil, pois Mary Neide tem Diabetes, problemas sérios na coluna e níveis de colesterol muito altos. Os remédios são caros e ela e o marido pagam aluguel e cuidam da neta. Seu filho está preso.

Em 2015 seu marido descobriu um câncer e a vida sexual do casal foi encerrada. Masturbar-se não é uma prática permitida. Nessa missa ela com certeza esteve presente.

III. O tempo e o espaço de Eliane

Eliane nasceu em 1949 no interior do Paraná e era a filha caçula. Seu pai não a desejava, pois, a ideia era ter filhos homens para ajudá-lo nos trabalhos da roça. Não que

Eliane tenha se livrado dessa carga por ser mulher. A roça esteve presente na sua vida por longos anos. Apanhava muito da mãe e não recebeu nenhum tipo de informação a respeito de nada relacionado ao corpo e à sexualidade. Tampouco frequentou a escola. Seu pai não permitiu, porque aprender a ler e a escrever não tinha utilidade para mulheres. Mulheres decentes servem aos/às pais/mães e depois aos maridos e, portanto, não precisam de instrução.

Ela menstruou aos onze anos, em 1960 e ninguém explicou nada a respeito daquele sangue. Ela que se virasse para aprender e administrar a novidade.

Suas brincadeiras foram escassas. Desde muito nova lavou, passou e cozinhou. Cortar, apanhar, debulhar, abanar e carpir também faziam parte da sua infância. Essas ações também estiveram presentes em boa parte da sua vida adulta.

Apaixanou-se bem nova, aos quatorze anos, em 1963. Mas, ela ainda era jovem e deveria se preocupar em ajudar o pai na roça e a mãe em casa.

Anos depois, o namoro seguiu firme e o pai lhe prometeu uma festa de casamento, que não aconteceu. Seu sonho era vestir-se de noiva, mas sonhos eram feitos para serem destruídos. Então, ela fugiu.

Casou-se aos dezenove anos em 1968, ano em que sua primeira filha nasceu. O casamento foi por amor. Pelo menos o marido Eliane pôde escolher. Ela não sabia nada sobre sexo e o marido teve trabalho para convencê-la. “*Bebês vêm da cegonha, sai pra lá com essas mãos*”. Depois de inúmeras tentativas e uma conversa constrangedora com a sogra, a primeira vez aconteceu e não foi traumática. Seu marido soube respeitar o seu tempo e o seu corpo.

Passou muita fome e muito frio. A vida no campo não era fácil e os/as filhos/as foram chegando. Muitos/as deles/as. Sete ao total. Ela até tentou usar o contraceptivo, mas a falta de informação sobre a fisiologia do corpo a fez interromper o uso das pílulas anticoncepcionais. Uma das filhas, a penúltima, nasceu doente e morreu em 1980, aos dois anos de idade, sem que Eliane tivesse a chance de se despedir. Ela estava no hospital dando à luz a filha caçula.

Um médico, no seu momento mais ético da profissão, disse à Eliane que a doença da filha era um castigo divino pelo uso de anticoncepcionais. Até os dias de hoje ela se culpa por este fato.

Eliane não orientou as filhas e os filhos quanto às questões da sexualidade. Ninguém falou com ela sobre isso e ela não sabia falar com ninguém. Quanta vergonha!

A vida sexual até que era boa. Não tinha beijos e nem carícias, mas era boa. Só não foi melhor porque o medo de engravidar assombrava Eliane o tempo todo.

Eliane nunca pensou em aborto. Deus a livre! Onde come um, comem dez. Mas, se os/as filhos/as pedissem mais bebês ao avião, ela chorava de desespero.

Foi para cidade de Jaguapitã em 1983, mas continuou trabalhando na roça. Ela foi boia-fria até 1995. Mas, a vida já não era tão difícil, pois em 1991 eles conseguiram a casa própria em um conjunto habitacional na cidade de Jaguapitã.

Em 1997, aos quarenta e oito anos, ficou viúva. O câncer levou o seu marido e ela não voltou a se relacionar com outro homem. Sem a proteção do marido tentaram invadir sua casa. Mulheres sozinhas não são respeitadas. Uma triste verdade. Por conta disso, mudou-se para a cidade de Arapongas no ano de 1998.

Viveu, desde então, para os filhos e filhas, netos e netas.

Masturbar-se nunca foi uma opção. É um pecado imenso. Mas, como o casamento não é um conselho que Eliane dá por aí, hoje ela acredita que mulheres possam transar mesmo sendo solteiras. Ela só não pensava assim antes, quando a filha apareceu grávida em casa. Mas, ainda bem que as coisas mudam.

As netas têm grande influências sobre os seus pensamentos hoje em dia.

Eliane, que acreditava que não conseguiria nem criar os/as filhos/as por conta da vida difícil, hoje, aos 73 anos, já teve a graça de ver nascer e conviver com três bisnetos/as.

IV. O tempo e o espaço de Maria Luíza

Maria Luíza nasceu no Nordeste em 1947. É fruto do segundo casamento do seu pai. Sua mãe, uma menina quando se casou, deu à luz sete crianças, sendo cinco mulheres e dois homens. Filhas mulheres naquela época não eram muito bem vindas e, quase sempre, acabavam sendo mal tratadas. Palavras dela.

Nada de escola, pouca brincadeira e muito trabalho. Em casa e na roça.

De onde vinham os bebês ela não sabia, pois apenas a história da cegonha ela conhecia.

Não houve orientação sobre a menstruação. Não da sua mãe e nem da escola, já que ela não pode frequentar. Sua cunhada, uma boa alma, em 1958, a ajudou, mas a lembrou de se esconder. Sangue menstrual é um segredo que toda mulher deve manter.

Nada de se apaixonar, pois ela o pai resolveu trocar. Algumas cabeças de gado foi o que o tal Pedro teve que pagar para a uma menina de catorze anos poder torturar.

Maria Luíza foi trocada por alguns bois magricelas. Esse foi o preço que um homem bem mais velho pagou para tê-la como esposa, em 1961, e violentá-la de muitas formas. Sexualmente, fisicamente, psicologicamente e verbalmente. Maria Luíza sofreu e muito.

Sua primeira vez foi extremamente dolorosa e violenta. Não teve carinho e nem cuidado. Não houve prazer também. Não com esse homem. Não nesse casamento.

Em 1962, Maria Luíza tornou-se mãe pela primeira vez, mas todas as violências sofridas não a permitiram viver a maternidade com entusiasmo. Seus filhos e filhas eram parte de pessoas que a maltratavam e este fato a impediu de amar plenamente suas crianças que nasceram uma atrás da outra. 1963 mais uma criança foi concebida e a culpa só aumentava. Maria Luíza deveria amar aquelas crianças, certo? Mas, ela não conseguia. Não completamente. 1965 mais uma filha. E mais desamor. 1967 os gêmeos nasceram e a sensação ruim continuava. 1968 a caçula veio ao mundo e seu marido deu sua pequena criança, pois não queria uma filha doente.

Maria Luíza ainda apanhava. Tinha que trabalhar para criar os filhos e as filhas. A sogra não ajudava. Serviços domésticos eram todos seus. Os cuidados com os filhos e filhas eram todos seus. Não havia ajuda, não havia carinho, não havia amor. Tudo ainda era dor. E, para continuar vivendo, Maria Luíza fugiu. Em 1968 ela saiu de Itapipoca e foi para Fortaleza. Deixou para trás a mãe, os irmãos e irmãs, filhos e filhas e foi. Seguiu o conselho da cunhada e partiu, sem olhar para trás.

Chegou em São Paulo em 1970 e, para não morrer de fome, começou a fazer programas. Seu corpo ela vendia e sentia que sua dignidade se perdia, até que Marlene ela conheceu e sua esperança na vida renasceu.

Juntas, saíram da prostituição e, em 1974, Maria Luíza começou a trabalhar como faxineira em uma universidade. Em 1978 conheceu Júlio, por quem se apaixonou. Com Júlio Marilena foi viver e, pela primeira vez, experimentou o prazer. Ela foi amada, cuidada e valorizada. Em 1983 teve sua sétima filha, a qual ela conseguia amar. Plenamente e completamente. Em 1985 mais uma filha amada chegou. Adotou um menino em 1994 e

também o amou. Foi nesse mesmo ano que se mudou para o estado do Paraná, onde vive até hoje.

Em 1998 seu marido abandonado faleceu no Ceará e ela pôde ver seus/suas filhos e filhas reencontrar. Foi estranho. Não havia laços além dos biológicos, mas ela ficou feliz em poder reencontrá-los/as.

Em 2016 Marlene, sua grande amiga, faleceu e ela passou a cuidar do seu filho deficiente. Foi uma promessa e ela se sentia feliz em honrá-la.

A escola Maria Luíza frequentou. Netos e netas ela conheceu.

Muito trabalhou, mas os/as filhos/as ao lado do seu amor ela criou.

Educação Sexual aos filhos e filhas ofereceu. *“Nada de sofrer como eu”*.

Maria Luíza, mulher, preta, nordestina se reinventou, (se) superou e sobreviveu. Mas, viveu também. E ainda vive.

V. O tempo e o espaço de Marilena

Marilena nasceu na cidade de Jaguapitã, interior do Estado do Paraná, em 1956. Foi a quarta filha de onze filhos e filhas, sendo nove mulheres e dois homens. Não conheceu a riqueza e nem a fartura. Na infância, a vida foi difícil. Muitas privações, mas a família era unida, o que preenchia os corações.

Na casa do avô se faziam travessuras. Já a avó era linha dura.

Mesmo a mãe tendo muitos/as bebês, a origem dessas crianças era desconhecida. O avião que trouxe? A cegonha que entregou? Pela boca a mamãe vomitou? Dúvidas a acompanharam. Ao descobrir que bebês ficavam na barriga das mulheres, qualquer uma, criança ou idosa, com o vestido mais curto na frente para Marilena era uma gestante.

Desde muito cedo teve que trabalhar. Na roça ou de doméstica, o que não podia era só brincar, pois muitas bocas ela tinha que ajudar o pai a alimentar. Onde o galo cantava, ela jantava e a comida que sobrava seus/suas irmãos/irmãs alimentava.

Em 1972 veio a primeira menstruação. Ela já sabia que sua panelinha um dia iria furar, mas não sabia que longe de casa ia estar. Deu tudo certo e os paninhos começou a usar.

Em 1973 seu primeiro namorado conheceu e foi neste mesmo ano que a primeira violência sofreu. Sua iniciação sexual não foi como Marilena sonhou. Sua inocência e paz

o namorado roubou. Com ela ele terminou e brigou, mas ao seu lado e a sua espera ela sempre ficou, pois sua pureza ele levou. À força.

Em 1976 ela se casou, pois do seu namorado engravidou. Escondida a gravidez ficou até que no mesmo ano seu primeiro menininho chegou. Fora do tempo? Não! Chegou a tempo e da sua verdade muita gente duvidou.

Mas, seu menininho lindo se foi em 1977. Ela o teve nos braços por apenas cinco meses. Castigo? Foi o que ela pensou e com isso seu sofrimento aumentou.

No ano de 1978 o segundo menininho chegou e dos seus braços ninguém o tirou. Esse ela criou. E criou o segundo também, que tão pequenininho nasceu. 1981 foi o ano que ele chegou. Em 1985 mais um menino. Ela queria uma filha. Gostaria de ajuda em casa. Mas, isso não aconteceu. Outro menino nasceu e o serviço doméstico sendo apenas dela permaneceu.

Muito trabalhou e na escola como servente se aposentou.

Em 1997 o útero tirou e nunca mais de contraceptivo precisou.

Sua igreja não podia frequentar sem o marido se zangar. Muito sofreu, mas, segundo ela, com Deus ela venceu.

O câncer a tornou viúva em 2009. Seu marido a doença levou. E Marilena jamais pensou em novamente se casar. Sozinha ela quis ficar. Não dava para a vida mais complicar.

Do filho ela cuidou até que em 2022 a morte o levou.

A tristeza se fez presente, mas pela sua família ela é persistente. Segue sorridente.

Quando a meningite seu primeiro filho vitimou, um castigo ela achou que Deus lhe preparou. Mas, se enganou. Marilena teve a graça de conhecer netos e netas e até a bisneta.

Segue sorridente. Segue lutando. Segue impressionando.

Em Jaguapitã nasceu e em Jaguapitã permaneceu.

6.1 Baú de convergências

Nesta tese, entrevistamos, transcrevemos, textualizamos e analisamos. Esses passos foram imperativos para que pudéssemos atribuir significados, a partir das nossas perspectivas, a cada história que nos foi contada. Vale lembrar que o processo de atribuição de significados se deu desde o início desta investigação, quando construímos o projeto,

fizemos as primeiras indagações, elaboramos nosso roteiro de entrevista, buscamos por nossas fontes orais e, finalmente, as entrevistamos.

Contudo, embora tenhamos iniciado nossa análise desde o início desta pesquisa, aqui, nesta seção, procuramos discutir quais tendências foram observadas em mais de uma narrativa. Nossa intenção foi elaborar um cenário mais amplo sobre o contexto que investigamos: a Educação Sexual e a construção de representações sobre a sexualidade feminina. Entretanto, não consideramos apenas os pontos comuns encontrados nas narrativas, mas buscamos observar também divergências e contrastes que nos permitiram questionar as evidências encontradas.

As histórias narradas são singulares. Claro. Nossas depoentes tiveram que atender a critérios pré-estabelecidos para que pudessem atuar como participantes da nossa pesquisa. As mulheres que seriam entrevistadas deveriam ter mais de sessenta anos, baixa escolaridade, moradia total e/ou parcial no campo, experiência com o trabalho da roça, vivência sexual e filhos/as. Portanto, todas as idosas selecionadas têm conexão com o tema da pesquisa, o que, de certa forma, trouxe previsibilidade às narrativas que foram produzidas. Entretanto, cada depoente atribuiu à sua narrativa os seus sentimentos, construções, percepções, crenças e representações, deixando em cada história marcas pessoais de subjetividade e tornando-as únicas, apesar dos pontos de convergência.

O maior desafio desta etapa do trabalho foi, então, deixar as análises com a “nossa cara”. Certamente, caro/a leitor/a, você buscou em cada parágrafo lido nossas impressões e particularidades que nos caracterizam como as pesquisadoras que somos e para que esta análise tivesse nossa marca, resolvemos juntar em uma única equação duas de nossas grandes paixões: a pesquisa acadêmica e a literatura.

Assim, criamos algumas categorias de análise, que nomeamos de Eixos Temáticos (ET) para iniciar as discussões dos pontos convergentes encontrados nas narrativas. O estro para os títulos de cada ET veio de um grande fascínio da infância: a saga do bruxo Harry Potter.

O primeiro ET chamamos de “As meninas que sobreviveram” e sua inspiração veio do primeiro capítulo do livro *Harry Potter e a Pedra filosofal* (1997). Quem conhece a história do bruxo Harry Potter, sabe que o menino que sobreviveu passou por inúmeras experiências de quase morte desde que era apenas um bebê e sobreviver é o que as mulheres fazem desde a mais tenra idade. Sobreviventes foram as nossas depoentes que descobriram

brechas e reinventaram-se para seguir em frente apesar do frio, da fome, da falta de instrução e das violências que sofreram ao longo de suas vidas.

O segundo ET foi nomeado de “O vidro que quebraram” e faz referência ao início da vida sexual das depoentes, traumático para algumas e uma experiência não tão ruim para outras. A criação deste eixo teve como inspiração o segundo capítulo do livro *Harry Potter e a Pedra Filosofal* (1997), que trata sobre um despertar matinal violento e uma visita ao zoológico, no qual, usando seus poderes ainda desconhecidos, Harry Potter, em um momento de ira, faz desaparecer um vidro do tanque de uma jiboia, que foge agradecida. Escolhemos este capítulo justamente por conta do despertar violento, sem carinho, amor ou sorrisos. Harry Potter foi despertado aos gritos naquela manhã, com batidas violentas e desrespeitosas na porta, assim como algumas de nossas depoentes, que foram despertadas para a vida sexual de forma violenta e tiveram seus vidros quebrados, em momentos de ira, sem nenhum cuidado ou carinho.

O terceiro ET chama-se “Sangue ruim e as vozes inexistentes” e faz referência à menstruação e à inexistência de orientações a respeito deste assunto na vida das depoentes. O título deste eixo foi inspirado no sétimo capítulo do livro *Harry Potter e a Câmara Secreta* (2000). O termo “sangue ruim” é uma ofensa no mundo bruxo e refere-se a alguém que não pertence a uma família bruxa, ou seja, que nasceu trouxa e só mais tarde descobriu seus poderes. Entretanto, utilizamos o mesmo termo em nossa análise para nos referir à menstruação, um evento biológico que foi motivo de muita vergonha e insegurança na adolescência das nossas depoentes e que é considerado por muitos um sangue ruim, sujo e desprezível.

O quarto ET chama-se “A Floresta Proibida” e faz referência aos estudos que foram negados às nossas depoentes. Também fazemos referência neste eixo a todos os prazeres que elas não puderam acessar por conta dos preconceitos que fizeram parte de sua criação e histórias de vida. A Floresta Proibida é um lugar muito antigo e que abriga segredos e criaturas, sendo algumas muito perigosas. Por ter a fama de ser sombria, Hogwarts não permite a entrada de alunos e alunas. Caso alguém desobedeça, pode ser punido/a. Para os/as pais/mães da maioria das depoentes, a escola também era um lugar proibido. Elas não precisavam frequentar aquele lugar, pois se casariam e, para cuidar dos afazeres domésticos, não era preciso saber ler e escrever. Elas também não precisavam descobrir os prazeres do sexo e da masturbação. Sexo era para a procriação e qualquer coisa que fugisse disso, deveria ser reprimido e punido.

O quinto ET foi chamado de “A matrona” e se refere ao papel de mãe que essas mulheres assumiram ainda muito jovens e que desempenharam durante toda a vida. No universo bruxo de Harry Potter, existem guardiões e guardiãs compostos/as de energia positiva que são chamados/as de “Patronos” e que inspiraram o título deste eixo. Isso porque, para a sociedade, as mães são guardiãs dos/as filhos/as e a elas cabem todo o cuidado, proteção e criação dos/as rebentos/as. O feitiço do Patrono é bastante complexo, assim como a maternidade.

6.1.1 As meninas que sobreviveram

Um aspecto convergente na história contada pelas depoentes é, certamente, a sobrevivência. De acordo com alguns dicionários de Língua Portuguesa, como por exemplo o Míni Aurélio (FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, 2004), sobreviver significa continuar a viver ou a existir depois de algo e todas elas continuaram vivendo apesar de muitos “algo” em suas vidas.

Nossas idosas nasceram em famílias pobres e passaram por muitas privações durante a infância e adolescência. Elas não tinham acesso ao básico: comida, roupas, sapatos, brinquedos e educação escolar. Quando se casaram, ainda muito jovens, a vida financeira não melhorou e as privações continuaram e, em alguns casos, foram potencializadas. Guacira, Eliane e Maria Luíza continuaram enfrentando a fome em muitas situações durante a criação dos/as filhos/as, que também foram privados/as do básico.

O casamento para Guacira e Eliane foi uma jogada de sorte. Isso porque a rigorosidade presente nos lares, centrada na figura do pai, fez com que essas mulheres preferissem o casamento – nem sempre por amor – a continuar sob o domínio paterno. Além disso, “naquele tempo” ser uma mulher solteira era sinônimo de descensão social e/ou insucesso. “Fazia-se diferença entre a solteirona – rejeitada pelo casamento – e a solteira, ainda não escolhida, mas, casável” (DEL PRIORE, 2019, p. 254).

Maria Luíza foi obrigada a se casar pelo pai. Ela, sendo tão jovem, não teve escolha e saiu do julgo do pai, autoritário, para cair no domínio do marido, que era extremamente violento.

Devemos considerar que as transformações ocorridas no país no período pós-guerra trouxeram mudanças para a concepção de família e para o papel da mulher dentro deste sistema. As conquistas femininas se tornaram mais abrangentes por meio dos movimentos feministas e, os casamentos, antes arranjados, eram realizados por laços afetivos e interesses românticos. A relação a dois se iniciava no namoro, casto e vigiado,

seguido do noivado, curto, que tinha como finalidade o casamento, considerado o ato principal de uma relação afetiva (Maria de Fátima Leite de BRITO, 2015).

Contudo, essas novidades matrimoniais não alcançaram os cantos mais remotos do país e, na roça – seja no Sul ou no Nordeste –, algumas moças foram obrigadas a se casar com homens que nem sequer conheciam, como no caso de Maria Luíza. E tinham aquelas moças que eram incentivadas a se casarem com homens “do gosto” dos/as pais/mães, como no caso de Guacira. Nesses episódios, a liberdade feminina já conquistada foi cerceada pelo patriarcado e pelo machismo que debelaram as escolhas dessas mulheres.

Já Marilena nos afirmou que se casou por amor. Entretanto, o enlace precisou ser apressado por conta de sua gravidez. A mulher honesta, naquela época, ainda era a solteira virgem e contrariar esse preceito poderia manchar a honra de toda a família. Isso porque, as mulheres que não se mantinham virgens até o casamento ficavam estigmatizadas como desonestas e desavergonhadas, fato que dificultava a vida em sociedade (DEL PRIORE, 2020). Apressar o casamento diante de uma gravidez inesperada era, portanto, a melhor ideia.

O trabalho na roça também foi algo comum entre todas elas, bem como as dificuldades que acompanhavam o ofício. Guacira e Eliane viveram e trabalharam na roça durante a infância, adolescência e boa parte da vida de casada. Já Mary Neide, Maria Luíza e Marilena mudaram-se para a cidade e, depois do casamento, Mary Neide e Marilena não trabalharam mais em nenhum serviço rural. Maria Luíza, entretanto, precisou recorrer ao serviço da roça algumas vezes para garantir o sustento dos/as filhos/as, já que o marido não o fazia.

É válido ressaltar que além de todo o trabalho na roça, nas casas de família ou na escola, como no caso de Marilena, essas mulheres assumiam outra jornada em casa, no seio da família tradicional: precisavam ser mães atentas e donas de casa dedicadas. Era preciso cuidar das roupas, da comida, da limpeza da casa e dos/as filhos/as. E, em meio a essas jornadas dobradas e exaustivas, elas também deveriam encontrar tempo para servir os maridos na cama, mesmo quando não estavam dispostas para o ato. Os homens não se dispunham a dividir com as mulheres as responsabilidades pelos serviços domésticos e cuidados com os/as filhos/as. Das entrevistadas, apenas Eliane e Maria Luíza – em seu segundo casamento – tiveram a colaboração dos maridos nos cuidados com a casa e com os/as filhos/as.

Assim, responsáveis pela maioria das horas trabalhadas em todo o mundo, as mulheres desdobram-se em muitos papéis e, esquecidas de si mesmas, acabam por postergar um debate urgente acerca da divisão desigual das responsabilidades da família e da injustiça de sozinhas terem que dar conta de um ambiente do qual todos/as desfrutam (Lícia PEREZ, 2001).

Essa divisão desigual dos trabalhos domésticos e cuidados com os/as filhos/as é resultado de processos socioculturais que diferenciam os papéis de gênero⁴⁸ e determinam como homens e mulheres devem se portar em sociedade. Esses papéis podem sobrecarregar um indivíduo com relação a determinadas atividades, além de reforçar a desigualdade entre homens e mulheres (Giovana DUARTE e Leticia Machado SPINELLI, 2019).

Gostaríamos de ressaltar ainda que, “naquele tempo”, os serviços domésticos eram, em sua maioria, braçais. Nossas idosas relatam que em suas casas não havia sequer água encanada. Elas tiravam do poço ou buscavam em minas, geralmente distantes da casa, toda a água que seria usada pela família. Não havia máquina de lavar ou torcer roupas, sendo que esta tarefa era feita em tanques, bacias ou rios. Os fogões eram à lenha, a qual, muitas vezes, elas mesmas buscavam. Carrinho de bebê era um luxo inalcançável e os/as filhos/as eram carregados/as nos braços. Chuveiro elétrico não era uma realidade e, para o banho, a água deveria se aquecida, à lenha, e transportada até um tacho ou bacia.

A associação da mulher ao trabalho doméstico e à maternidade é histórica e cultural e a ausência de uma distribuição e responsabilização igualitária entre os sexos torna essas atividades opressivas e degradantes, além de prejudicar a saúde das mulheres e sua vida íntima (DUARTE e SPINELLI, 2019). Somado a isso, está o fato de que nossas idosas não contavam com as facilidades da modernidade como água encanada e eletrodomésticos, o que tornava essa jornada dupla ainda mais opressiva, cansativa e degradante.

Maria Luíza, mais do que as outras idosas, sobreviveu também a uma série de violências, as quais discutiremos a seguir.

A violência do homem contra a mulher se expressa de diferentes formas – ironia, espancamento, reprodução forçada, estupro e homicídio – e é constitutiva da organização social de gênero no Brasil (Heleieth Iara Bongiovani SAFFIOTI, 1994).

⁴⁸ “Papéis de gênero são os padrões ou regras arbitrárias que uma sociedade estabelece para homens e mulheres e que definem seus comportamentos, as roupas, os modos de se relacionar e/ou de se portar... Através do aprendizado dos papéis de gênero cada um/a deve conhecer o que é considerado adequado (e inadequado) para um homem ou para uma mulher numa determinada sociedade, e responder a essas expectativas” (LOURO, 2014, p. 27-28).

A expressão máxima de toda violência contra mulher é a morte. Os óbitos de mulheres que decorrem dos conflitos de gênero são denominados feminicídios⁴⁹ ou femicídios. Esses crimes são habitualmente cometidos por homens, principalmente parceiros ou ex-parceiros, e derivam de situações de abuso domiciliar, ameaças e intimidação, violência sexual ou de situações de vulnerabilidade, nas quais as mulheres têm menos poder e/ou menos recursos do que os homens (SAFFIOTI, 1994).

Maria Luíza sofreu todas as violências supracitadas: agressões físicas, abuso domiciliar, intimidação, violência sexual e situação de vulnerabilidade, já que não tinha acesso aos recursos financeiros do marido. E ninguém, exceto sua cunhada, intercedeu por ela. Isso porque existe um *status quo* que envolve os relacionamentos abusivos entre homens e mulheres, sendo que as pessoas ao redor do casal são sempre orientadas pela cultura vigente a não se intrometer, uma vez que a relação alheia não lhes diz respeito (Fernanda Amorim ACCORSI e Eliane Rose MAIO, 2019).

Para sobreviver e não se tornar mais uma vítima de feminicídio, Maria Luíza fugiu, abrindo mão dos/as filhos/as e de estar perto dos/as seus/suas familiares. Já em São Paulo, na tentativa de sobreviver, ela teve que se prostituir.

A prostituição constitui-se como uma prática milenar e, desde os tempos mais remotos, as mulheres que queriam alguma independência buscavam “na vida” a liberdade e autonomia do domínio masculino (Maria Alves de Toledo BRUNS, 2001), o que foi exatamente o que Maria Luíza fez. Sozinha em uma cidade grande, sem ter meios para sobreviver, ela recorreu à prostituição para não ter que voltar para a vida que levava ao lado do marido.

Podemos, então, classificar a prostituição como mais uma exploração da mão-de-obra feminina. Além disso, esta prática tem os seus alicerces encaixados na discriminação da mulher, já que a prostituta é considerada um mal na sociedade, uma mulher totalmente impura que tenta os homens com suas artimanhas sexuais libertinas e destrói lares e famílias – visão difundida pela Igreja. Trata-se de uma atividade estigmatizada, proibida em alguns países e tolerada ou regulamentada em outros (BRUNS, 2001).

⁴⁹ A palavra feminicídio foi usada pela primeira vez pela socióloga sul-africana Diana Russel em um simpósio realizado em 1976, em Bruxelas, Bélgica. A partir de então, o termo é usado especificamente em caso de homicídios praticados contra mulheres por questões de gênero, ou seja, quando a vítima é mulher e quando o crime envolve violência doméstica e familiar e/ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher (BRASIL, 2022).

Maria Luiza, ao contar-nos sobre seu tempo como prostituta nas ruas da grande São Paulo, mostra-se envergonhada e afirma que por ter perdido a graça de viver, aceitou com resignação fazer os programas, mesmo não gostando de homens e de sexo. Cabe ressaltar que, na prostituição, o que ocorre é um negócio e a comercialização de um produto – o corpo feminino. Uma parte das prostitutas não tem, portanto, nesses relacionamentos, a realização afetivo-sexual, uma vez que eles são dotados de descompromisso e impessoalidade (Marciana Gonçalves FARINHA e Toledo BRUNS, 2006).

A narrativa histórica sobre a prostituição confere à prostituta um *status* de transgressora da moral e dos bons costumes estabelecidos socialmente para o exercício da feminilidade. Por conseguinte, houve a construção de estigmas em relação ao exercício da prostituição, sendo que as profissionais do sexo foram – e ainda são – vistas como uma das responsáveis pela transmissão das IST. Maria Luiza deixa evidente essa responsabilização quando afirma que fazia exames periódicos para verificar se estava “limpa”. Essa alocação preventiva e higienista, reforçada pelo discurso religioso, tem como principal objetivo disciplinar as relações sexuais e discriminar as prostitutas, responsabilizando-as pela degradação física e moral dos homens e, por extensão, pela destruição das famílias (Kátia GUIMARÃES e Edgar MERCHÁN-HAMANN, 2005; FARINHA e BRUNS, 2006).

Esses discursos religiosos e moralistas apenas intensificam o preconceito contra as profissionais do sexo, que, em alguns casos, como o de Maria Luíza, sofrem por ter que se submeter a essa ocupação para sobreviver e garantir a sobrevivência de filhos/as e outros/as familiares.

6.1.2 O vidro que quebraram

Por muito tempo a virgindade foi diretamente vinculada ao caráter da mulher, pois a castidade era a comprovação de que a moça era “para casar”. Ser virgem era sinônimo de honra e boa reputação. Assim, era esperado que a mulher permanecesse “pura” até o matrimônio, não devendo jamais ceder às vontades da carne sendo solteira, para que não tivesse sua reputação manchada e viesse a “se perder”. Os namoros eram extremamente vigiados, pois uma boa moça não deveria jamais ficar a sós com um homem, mesmo ele sendo seu namorado ou noivo.

A vagina representava – e ainda representa em muitos discursos – o lugar da honra da mulher, pois é nesse órgão feminino que se localiza o hímen⁵⁰, membrana venerada pela sociedade por atestar a virgindade ou não de uma “moça”.

Perder a virgindade é, portanto, um rito de passagem, que implica a perda de uma condição sexual para a aquisição de outra. E, por tratar-se de um acontecimento irreversível e não repetível, essa passagem sempre foi um motivo de grande preocupação, principalmente para as mulheres (Helena ALTMANN, 2006). A virgindade era considerada uma “louça/um vidro/uma porcelana”, e uma vez perdida, não havia volta. Estava quebrada, assim como a honra e a reputação da mulher e de toda sua família, caso a transgressora da moral não fosse casada.

Assim, seguindo os costumes de sua época, nossas depoentes foram educadas para casar, cuidar da casa, do marido e dos/as filhos/as. E, por serem moças “pra casar”, a maioria delas manteve-se virgem até o casamento. Opostas biologicamente aos seus maridos, que dominavam, penetravam e possuíam, elas deveriam apenas atrair, abrir-se, capitular e receber (DEL PRIORE, 2019) e a sexualidade completa – relações sexuais desejadas, legítimas, decentes e higiênicas – só podia ser exercida dentro do matrimônio, no lar e no seio da família.

Acontece que ser virgem, pura e casta também implicava em não conhecer nada sobre o corpo e sobre a sexualidade. Nossas depoentes não sabiam muito bem o que acontecia entre um marido e uma esposa após o casamento, pois sexo era um assunto terminantemente proibido.

Com base nos relatos das nossas depoentes percebemos que elas não conversavam com os/as pais/mães sobre os assuntos relacionados à sexualidade, nem mesmo quando estavam prestes a se casar e muitas mantiveram este mesmo silêncio com relação aos/às seus/suas filhos/as. Guacira, ainda que tenha frequentado a escola por algum tempo, também não recebeu nesse espaço nenhuma Educação Sexual formal que a fizesse compreender as questões do corpo e da sexualidade. Seu aprendizado foi clandestino, com uma viúva da colônia. Já Eliane não teve a oportunidade de tirar suas dúvidas com alguém e, ao casar-se, não aceitou ter relações com o marido, por considerar tamanha intimidade uma falta de respeito. Foi preciso que a sogra conversasse com ela e a convencesse de que aquela

⁵⁰ O hímen é uma pele localizada logo na entrada da vagina, que possui uma pequena abertura que permite a saída da menstruação e de pequenas secreções vaginais. Normalmente, ele se rompe quando é pressionado para dentro, durante a primeira relação sexual ou introdução de objetos na vagina, como copo menstrual, sendo comum um pequeno sangramento quando ele se rompe (Nívea Cristina Moreira SANTOS, 2018).

intimidade toda era normal e até desejável no contexto do casamento para que sua vida sexual tivesse início.

A repressão sexual era profunda entre as mulheres e estava relacionada com a moral tradicional. A palavra sexo não era nunca pronunciada e saber alguma coisa ou ter conhecimentos sobre a matéria, fazia que elas se sentissem culpadas. Tal distanciamento da vida real criava um abismo entre fantasia e realidade. Obrigadas a ostentar valores ligados à castidade e à pureza, identificadas pelo comportamento recatado e passivo, quando confrontadas com o marido na cama, o clima de conto de fadas se desvanecia (DEL PRIORE, 2019, p. 255-256).

Por não saber o que esperar de uma relação conjugal, o primeiro contato sexual, muitas vezes desastroso e violento, tornava-se um grande trauma para a mulher e não foi diferente com a maioria das nossas depoentes. *“A inocência e a ignorância de muitas eram contrabalançadas pela violência e pela brutalidade de muitos”* (DEL PRIORE, 2019, p. 255)

Consideramos os episódios da noite de núpcias narrado por Guacira e Maria Luíza como sendo atos de violência sexual, que se inserem em um tema maior que é a violência contra mulher ou violência de gênero. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) (2014a) qualquer ação na qual uma pessoa, valendo-se de sua posição de poder com relação à outra e fazendo uso da força física, coerção, intimidação ou influência psicológica, com o uso ou não de armas, obriga outra pessoa, de qualquer sexo e idade, a ter relações ou interações sexuais, enquadra-se como violência sexual, inclusive dentro de um relacionamento como o casamento.

Entretanto, devido à natureza da violência sexual praticada pelo marido e/ou parceiro íntimo, sua ocorrência e impactos são frequentemente ocultos e naturalizados em nossa sociedade patriarcal e de estrutura hierárquica, que confere aos homens o direito de dominar as mulheres. O patriarcado é um regime de dominação do homem sobre a mulher e se justifica como uma maneira de assegurar o controle e opressão das mulheres, de forma que os homens possam sempre se manter em posição superior, tanto no contexto familiar, quanto na sociedade como um todo (Heleieth SAFFIOTI, 2015; Ariane Camila Tagliacolo MIRANDA e Eliane Rose MAIO, 2015).

E, para compreendermos o fenômeno da violência contra a mulher é necessário voltar nossos olhares para a separação sexista da sociedade que promoveu – e ainda promove – a desigualdade, a opressão, o abuso e a inferioridade das mulheres com relação aos homens.

Essa dicotomia entre homens e mulheres, feminino e masculino foi – e ainda é – motivo de lutas contra a organização binária da sociedade. Segundo Miranda e Maio (2015),

quando refletimos sobre os lugares que as mulheres ocuparam desde a época das cavernas, percebemos que elas sempre estiveram condicionadas a cuidar do lar e da criação dos/as filhos/as. Essa visão de inferioridade e interioridade – que faz referência ao fato de a mulher estar sempre em casa, dentro do lar, protegida e oculta – foi disseminada e reproduzida em várias relações que se seguiram ao longo dos séculos e teve impacto, inclusive, na vida das nossas depoentes e de todas nós.

Assim, a compreensão da violência contra mulheres adquire mais sentido quando adotamos uma análise que considere as condições históricas e socialmente construídas com relação aos sexos e sob a perspectiva do gênero.

Uma ordem social de tradição patriarcal por muito tempo “consentiu” num certo padrão de violência contra mulheres, designando ao homem o papel “ativo” na relação social e sexual entre os sexos, ao mesmo tempo em que restringiu a sexualidade feminina à passividade e à reprodução. Com o domínio econômico do homem enquanto provedor, a dependência financeira feminina parecia explicar a aceitação de seus “deveres conjugais”, que incluíram o “serviço sexual” (Sônia Maria DANTAS-BERGER; Karen GIFFIN, 2005, p. 418).

A sexualidade feminina sempre foi controlada no âmbito das tradições patriarcais e a ideologia da família passou a funcionar como um dos principais meios de organizar as relações sexuais entre os gêneros. Além disso, o controle dos corpos e mentes das mulheres está diretamente relacionada à opressão e desigualdade às quais o gênero feminino foi – e ainda é – submetido.

Para Simone de Beauvoir (1967) existe uma diferença entre sexo biológico e gênero, uma vez que somos moldados pela cultura e o “ser mulher” não se define por nossos hormônios femininos e sim pela maneira como nossos corpos se relacionam e se modificam pelo poder e ação do/a outro/a. Não somos seres puramente biológicos. Nossos corpos são históricos, sociais e culturais. Portanto, “não se nasce mulher; faz-se mulher” (BEAUVOIR, 1967, p. 9).

E como nossas depoentes se fizeram mulheres?

Para Guacira não havia alternativa a não ser “entregar-se” ao seu marido, pois ela foi condicionada a isso. Em outros trechos do seu relato ela afirma que Daniel não respeitava o período de resguardo após suas gestações e que mantinha relações sexuais com ela mesmo contra sua vontade. Mas, Guacira foi ensinada a obedecer. Ouviu do padre e da mãe que seu corpo era do marido e que ela jamais poderia se negar a ele, afinal “*o homem busca na rua o que não encontra em casa*”.

Eliane, embora tenha tido uma primeira vez menos traumática, também relata que seu marido mantinha relações sexuais com ela todos os dias, mesmo quando não era de sua

vontade. Ele respeitava seu período menstrual e de resguardo, mas nem sempre aceitava suas recusas, impondo seu desejo sexual a ela, que aceitava, pois tinha a mesma ideia de não poder recusar-se, já que pelas leis da igreja seu corpo pertencia ao marido.

Maria Luíza teve uma primeira vez extremamente traumática e violenta. Ela nos conta que o marido chegou a usar os dedos para “desvirginá-la” mais depressa, o que lhe causou muitos ferimentos. Não houve cuidados, carinho e respeito com o seu corpo, seu tempo e seus medos. Ela não teve orientação quanto ao que se passava entre marido e esposa e não pôde se preparar para a vida conjugal que lhe foi imposta tão cedo. Seu marido tampouco respeitava períodos de resguardo e menstruação. A vontade e o desejo sexual do marido eram priorizados e impostos à Maria Luíza, que também foi ensinada a não se negar ao marido.

A primeira vez de Marilena também foi marcada pela violência sexual e não aconteceu após o casamento, já que, diferente das outras depoentes, ela não se casou virgem. Marilena, emocionada, nos relatou que o namorado a tomou à força e seu depoimento, bem como os relatos de Guacira e Maria Luíza, nos dão abertura para discutirmos brevemente a questão do estupro.

O estupro é uma das manifestações mais violentas do machismo e da violência sexual e consiste, conforme o Código Penal Brasileiro – Artigo 213, Lei nº 12.015 de 2009 (BRASIL, 2009) –, em constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso.

No momento em que nossas depoentes foram obrigadas a ter relações sexuais com seus parceiros, sendo submetidas à vontade deles, houve uma transgressão dos direitos humanos mais básicos de integridade física e psicológica e, mesmo dentro do contexto do casamento, esses atos poderiam ser considerados estupros, segundo a lei supracitada.

Conforme Renata Floriano de Sousa (2017), os homens estupram por se apoiarem em discursos machistas que masculinizam o poder sexual, conferindo-lhes o direito e livre acesso às mulheres e aos seus corpos, podendo usá-los como quiserem e sempre que julgarem necessário.

Essas alocações machistas fazem parte da cultura de um determinado país e são repassadas livremente para toda a sociedade, o que acaba por revitimizar as mulheres que, ao colocarem-se em “situações de risco”, são constantemente culpabilizadas por não

seguirem as regras de conduta que lhe são ensinadas desde o seu nascimento⁵¹. Quebrar essas regras significa tomar para si a responsabilidade sobre os atos dos homens contra sua própria integridade sexual, eximindo-os cotidianamente (SOUSA, 2017).

Em 2019, no Brasil, a maior parte das vítimas de estupro e estupro de vulnerável era do sexo feminino, cerca de 85,7%, o que evidencia que as desigualdades latentes nas relações de gênero ainda estão na raiz das relações violentas e hierárquicas (Samira BUENO e Isabela SOBRAL, 2020).

Marilena poderia ter contado aos/às seus/suas familiares sobre o estupro que sofreu, mas a subnotificação nesses casos sempre se fez presente na sociedade brasileira, pois é fruto do medo, sentimento de culpa e vergonha com que convivem as vítimas. Contar significaria admitir para todos/as que, mesmo contra sua vontade, ela não era mais uma moça virgem em um tempo em que a moral sexual da sociedade estimulava a atividade sexual dos homens e coibia às mulheres da vivência da sua sexualidade.

Quando pensamos no estupro, “logo se tem a ideia de um crime cometido por alguém de fora da família da vítima e de comportamento anormal, pervertido e psicopático, porém não é isso que ocorre sempre” (Aimê Fonseca PEIXOTO e Bárbara Paula Resende NOBRE, 2015, p. 230). O marido, o companheiro ou o namorado de uma mulher podem ser os agressores da mesma forma que um estranho, sendo que quanto mais próximo o agressor for da vítima, mais fácil será o acesso a ela.

Cabe ressaltar que a partir do episódio do estupro, Marilena manteve relações sexuais “quase consensuais” com o namorado até o casamento. Isso porque ela não gostava dessa situação e o medo de que alguém descobrisse, além da certeza de estar desobedecendo “a vontade de Deus” a impedia de sentir qualquer tipo de prazer. Ela só aproveitou o sexo após o casamento, pois não se sentia mais errada em ter intimidades com o seu, agora, marido.

Assim, percebemos que no contexto das relações amorosas – namoro e casamento –, a violência sexual se apresenta como uma ocorrência subnotificada, já que é mediada por crenças culturais, religiosas e sociais que reforçam o comportamento violento e de domínio dos homens, legitimando e desestimulando a mulher a procurar seus direitos (Melicia Holanda AGUIAR, 2015). Se considerarmos o contexto em que nossas depoentes viviam

⁵¹ Tipo e tamanho de roupas que a mulher deve vestir, tipo de maquiagem que deve usar, como deve se comportar na rua, quando e como beber, quais horários pode sair de casa, entre outras regras de conduta impostas às mulheres durante toda sua vida (SOUSA, 2017).

– meio rural, baixa escolaridade/analfabetismo, crenças religiosas, machismo e patriarcado
– entendemos que elas jamais denunciariam os parceiros, visto que nem sabiam que estavam vivendo situações de violência. Além disso, a lei supramencionada é bem posterior aos eventos relatados pelas depoentes e, embora o Código Penal de 1940 (BRASIL, 1940) tenha previsto o crime de estupro, o ato era considerado uma ofensa à moral da sociedade e da família e não da dignidade sexual da vítima, o que reforçavam os reflexos de uma sociedade machista, inclusive nos ordenamentos jurídicos.

A violência contra as mulheres fere e viola direitos fundamentais, como o controle do seu próprio corpo e da sua sexualidade e muitas mulheres submetem-se a ela dia após dia por não conhecerem os seus direitos. Elas deixam que os homens exerçam o papel de provedor e responsável por conduzir o casamento e o seu espaço nessa relação acaba sendo sucumbido.

Concordamos com Joan Wallach Scott (1990) sobre a necessária desconstrução da oposição binária masculino-feminino, pois nessa lógica dicotômica entre os gêneros existe uma ideia de dominação e submissão permanente que precisa ser superada.

No contexto de prevenção à violência contra as mulheres, torna-se indispensável, portanto, pensarmos em uma Educação sexual – formal e informal – livre do olhar binarista desigual da sociedade. Não podemos em espaços educativos ou na criação dos/as filhos/as e filhas reproduzir as diferenças de gênero disseminadas em nossa sociedade, pois elas irão, em algum momento, promover violências, principalmente contra as mulheres, pois esta figura representa historicamente um ser frágil e inferior aos homens (MIRANDA; MAIO, 2015).

A Educação é resultado das relações sociais e, portanto, é fundamental que o processo educativo – formal e informal – contribua para a promoção de uma cultura de paz, minimizando as violências e discriminações no campo do gênero e da sexualidade. O papel da escola, nesse sentido, deve ser fundamentado nas experiências humanas e nos saberes científicos a fim de promover a formação da autonomia moral e intelectual dos/as alunos/as, levando-os/as a pensar por si e adotar um posicionamento pessoal em relação a valores morais, bem como tomar decisões com segurança (Marcos RIBEIRO, 1999).

Guacira, Mary Neide, Eliane, Maria Luíza e Marilena, bem como suas trajetórias de vida, são frutos de uma criação machista e sexista, que sempre colocou a mulher como inferior ao homem em vários aspectos. Muitos dos seus sofrimentos poderiam ser evitados caso elas tivessem acesso a uma Educação Sexual que não delimitasse os espaços que

mulheres e homens devem ocupar socialmente, mas sim promovesse a equidade dos gêneros e, conseqüentemente, a diminuição das violências.

6.1.3 Sangue ruim e as vozes inexistentes

A menstruação é a descamação das paredes internas do útero quando não há fecundação. Essa descamação faz parte do ciclo reprodutivo da mulher e acontece todo o mês, de maneira cíclica. Trata-se de um evento natural causado por alterações na concentração dos hormônios estrogênio e progesterona no final do ciclo ovariano. Essas alterações promovem uma involução do endométrio, o qual é, então, eliminado com sangue (SANTOS, 2018).

A primeira menstruação é chamada de menarca e ocorre por volta dos 13 anos de idade, marcando o início da vida reprodutiva da mulher. A menstruação, portanto, é um evento biológico da mulher cis, mas historicamente, em muitas culturas, como por exemplo a judaico-cristã, o sangue menstrual foi, por muito tempo, considerado algo sujo, ruim e impuro.

Quando falamos sobre a história dos corpos, precisamos destacar também os silêncios, os segredos, os discursos clandestinos e as transgressões que envolvem principalmente os corpos femininos (Michele PERROT, 2007). Apesar do corpo feminino ser exposto em discursos artísticos, políticos e médicos, as próprias mulheres não falam sobre ele. Esse assunto é clandestino pois, por vezes, transcende a moral e os bons costumes.

Desta forma, consideramos que eventos fisiológicos como a menstruação são também fatos sociais marcados pela cultura e representações que as mulheres constroem sobre seus corpos ao longo de suas vivências.

Quando nossas depoentes passaram pela adolescência, a menstruação foi uma completa surpresa vivida no medo e na vergonha. A maioria delas não teve orientação familiar sobre as mudanças corporais desta fase e a ausência de uma Educação Sexual ou mesmo de aulas de Ciências acerca dos sistemas sexuais transformou a menstruação em um grande trauma solitário. Elas sangravam e quando perceberam que este fato não as matou, concluíram que aquele era um evento natural imposto à mulher. Na perspectiva delas, falar sobre um sangue que saía pela vagina era algo constrangedor e vergonhoso. Elas não sabiam de onde vinha ou qual era a sua função, mas sabiam que era uma característica feminina e que elas precisavam escondê-la. Durante as entrevistas, ao discorrerem a respeito da menstruação, suas falas eram marcadas por pausas e silêncios, evidenciando que este

assunto ainda não faz parte de suas rotinas e, com isso, percebemos que o elaborado trabalho de silenciar os corpos femininos começa com o próprio despertar da sexualidade.

E este silenciamento estendendo-se a outros costumes antigos das mulheres como, por exemplo, esconder a barriga durante a gravidez. Eliane nos diz que teve sete filhos/as e que ninguém jamais soube que ela estava grávida, pois quando a barriga começava a aparecer, ela não saía mais de casa. Expor a gravidez e orgulhar-se dela é um costume recente e a moda gestante contribuiu para esta mudança. Todavia, percebemos que a negação da sexualidade feminina existe em diferentes espaços e tempos.

Ser mulher para as depoentes sempre foi uma experiência discreta, calada e, por vezes solitária e elas deveriam apenas aceitar os seus corpos e as recorrentes mudanças com resignação e sem indagações, pois o mistério e a inocência sempre foram considerados atributos femininos desejados. A sociedade determinou para a mulher um espaço privado e muitas de nós consideramos esse resguardo como inevitável, já que dele a natureza também faz parte ao nos presentear com eventos constrangedores como a menstruação. Não percebemos que muitas debilidades “dadas” às mulheres em função do seu sexo provêm de construções culturais. No contexto feminista, a menstruação está intimamente ligada às desigualdades de poder que oprimem as experiências corporais das mulheres e a vergonha menstrual contribuiu grandemente para a subordinação feminina e a dominação masculina, já que a menstruação sempre influenciou diretamente a relação da mulher com o seu meio social e com o próprio corpo, visto que a representação de que o sangue menstrual é algo sujo persiste até hoje (Marlene DE FÁVERI e Anamaria Marcon VENSON, 2007). Eliane, inclusive, nos relata que seu marido sentia nojo da menstruação e que por isso, nesse período e durante os resguardos após os partos não mantinham relação sexual. Portanto, a ideia do “sangue sujo” é antiga e bastante resistente.

Outra questão convergente entre todas as depoentes são os “paninhos” usados para absorver o sangue menstrual, mesmo que absorventes descartáveis conhecidos como *Modess*, da Johnson & Johnson, tenham chegado ao Brasil na década de 1930 (Thiago Mendes Rodrigues dos SANTOS, 2015). Todavia, nossas depoentes eram muito pobres e o *Modess* tinha um preço elevado para fazer parte das listas de compras da época. Então, elas improvisavam com retalhos e pedaços de pano, que deveriam ser descartados ou lavados de forma discreta, para que ninguém pudesse saber qual era a utilidade deles. Tudo o que era ligado ao corpo da menina e da mulher deveria ser mantido em sigilo absoluto. Os vestígios criados pela simples existência dos corpos femininos eram destruídos ou camuflados, não sendo permitido saber nada sobre eles.

Guacira aprendeu muitas coisas sobre o corpo e o sexo com suas colegas. Ela fez isso transgredindo as regras, pois para a sociedade o correto era calar as dúvidas e inquietações e deixar a natureza agir. Mary Neide também teve essa troca com colegas de trabalho pouco antes do seu casamento, enquanto que Eliane e Maria Luíza aprenderam a ser mulher vivendo e experimentando um cotidiano de segredos e vergonhas. Marilena teve orientação da mãe por meio de metáforas como “furar a panelinha”, mas por ter muitas irmãs, acabou por receber alguma orientação acerca da menstruação antes que ela chegasse.

A emergência da pílula anticoncepcional na década de 1960 poderia ter sido a libertação para essas mulheres, pois em termos históricos, este contraceptivo alterou radicalmente as práticas reprodutivas da sociedade, já que, pela primeira vez foi possível uma separação entre sexualidade e reprodução. Contudo, a carência de uma educação científica fez com que o contraceptivo se tornasse um grande problema para estas mulheres. Isso porque, segundo Guacira e Eliane, a pílula fez com que sua menstruação “secasse”. Não menstruar, segundo elas, era muito ruim. Nada deveria ir contra a natureza do corpo feminino e a ausência do sangramento podia significar alguma doença ou distúrbio. Elas não sabiam que quando se utilizam hormônios exógenos, como os contidos nas pílulas anticoncepcionais, a mulher não menstrua, e sim tem um sangramento por privação que, geralmente, é menos intenso do que o de mulheres que não fazem uso de contraceptivos hormonais (SANTOS, 2018).

Nossas depoentes fazem parte da chamada primeira “geração pílula” – nascidas entre 1940 e 1959 e, para elas, a chegada da pílula anticoncepcional não foi considerada uma conquista revolucionária ligada à liberdade sexual (DINIZ, 2020). Seu uso era tido como algo necessário para o planejamento familiar e, ao mesmo tempo, como um risco à saúde devido aos efeitos colaterais e essa tensão entre a necessidade e o risco acompanhou o imaginário das mulheres nas gerações seguintes que, por não se sentirem donas dos próprios corpos, permitiam que o marido, a família e a Igreja opinassem a este respeito.

Na televisão, durante o período da Ditadura Militar, Marta Suplicy causou um alvoroço em um programa chamado *TV Mulher* (1980-1985) ao falar abertamente sobre temas da sexualidade e da reprodução (RIBEIRO, 2009). Entretanto, nesta época, nossas depoentes já eram adultas, mães e não tinham acesso à TV diariamente. Logo, nenhuma informação a respeito das questões do corpo e da sexualidade entrou em seus lares.

Assim, como mostram as falas de Guacira e Mary Neide, costumes como “*não lavar a cabeça durante a menstruação*”, “*não tomar friagem*”, “*não andar descalça*”, “*não*

urinar em qualquer lugar”, “*se não menstruar o sangue sobe para a cabeça*”, entre outros, acompanharam essas mulheres durante toda a vida e, em muitos casos, foram repassados para as gerações seguintes. Não houve nenhum tipo de acesso a informações científicas, mesmo que no período da adolescência delas a Educação Sexual e o Ensino de Ciências já tivessem dado os seus primeiros passos nos espaços escolares, os quais, infelizmente, a maioria delas não teve a oportunidade de frequentar.

6.1.4 A Floresta Proibida

A educação das mulheres no Brasil é um fato recente, uma vez que o processo para a permissão legal do acesso geral e irrestrito das brasileiras à educação escolar foi longo e árduo. Tanto, que as últimas barreiras só foram rompidas com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação brasileira de 1971 (BRASIL, 1971) (ROSEMBERG, 2020).

Nossas depoentes já eram nascidas em 1971 e estavam em idade escolar. Todavia, a maioria delas não havia frequentado nem mesmo a escola primária. Isso porque, vivendo no campo e sendo mulheres, elas deveriam apenas trabalhar e, quando adultas, casarem-se e terem filhos/as.

O gênero das nossas depoentes determinou, principalmente no caso de Eliane e Maria Luíza, que elas não precisavam frequentar a escola para cumprir o seu papel dentro da sociedade, que era ser mãe e esposa.

Além disso, como já vimos, a condição da Educação no Campo era precária e muitas lutas em torno de políticas públicas foram travadas no Brasil. Era necessário reconhecer o acesso à escola como direito social e humano e como dever do Estado, o que só se efetivou em termos legislativos com a Constituição de 1988, por ocasião da abertura democrática. Contudo, essa precariedade só passou a ser questionada pelos movimentos sociais e sindicais no início dos anos de 1990, sendo que a Educação do Campo se formalizou como política pública apenas na década de 2010 (Roseli Salete CALDART, 2000).

Dessa forma, em muitos casos, como o de Eliane, Mary Neide e Maria Luíza não houve acesso aos bancos escolares. Guacira e Marilena chegaram a frequentar a escola, mas a fome, os maus tratos e a necessidade de trabalhar para ajudar no sustento da família as impediram de continuar. Portanto, a Educação Sexual dessas mulheres ficou restrita ao espaço familiar e religioso e foi permeada por palavras não ditas, silêncios prolongados e uma aprendizagem cotidiana solitária e, por vezes, assustadora. A floresta do conhecimento formal, sistematizado e científico era, de fato, proibida para elas.

Conforme Fúlvia Rosemberg (2020), desde 1940, a escola passou a acolher gradativamente as mulheres em todos os níveis educacionais. Na década de 1990, por exemplo, as mulheres representavam 51% do corpo discente brasileiro e aproximadamente 87% do professorado em todos os níveis escolares.

A escolaridade média das mulheres, neste período, passou a ser semelhante à dos homens em todas as regiões do país e segmentos populacionais e o analfabetismo feminino se apresentava praticamente idêntico ao masculino: mulheres e homens negras/os, residentes da zona rural e vivendo no Nordeste (ROSEMBERG, 2020).

Na década de 1990, nossas idosas já eram mulheres adultas e casadas e acolhimento gradativo supracitado não alcançou a maioria, uma vez que elas pertenciam aos segmentos nos quais o analfabetismo se fazia mais presente: residentes das zonas rurais e, no caso de Maia Luíza, mulher nordestina.

Como vimos, desde o Brasil Colônia até a atualidade, os elementos formadores da mulher foram essencialmente a Igreja, a família e as tradições. A educação formal chegou a ser considerada uma heresia social quando proposta para a mulher, já que poderia colocar em xeque a supremacia do homem e o controle paterno sobre as filhas. O analfabetismo feminino era uma forma eficiente de manutenção da ordem social e se manteve assim por muito tempo, como mostram as narrativas por nós apresentadas.

No meio rural, Guacira e Eliane acabaram por trabalhar por um longo período como boias-frias, um emprego sazonal realizado em péssimas condições físicas, com remuneração inadequada e que dispensava qualquer formação escolar. Maria Luiza também se dedicou ao trabalho na roça e o analfabetismo foi um dos fatores que a levou para as ruas de São Paulo, onde, para não morrer de fome, precisou prostituir-se.

Marilena frequentou a escola por um curto período durante a infância, já que passou boa parte dela vivendo em uma pequena cidade do interior do Paraná. Contudo, o fato de não ter conseguido concluir o Ensino Básico restringiu suas oportunidades profissionais, fato que se repetiu com Mary Neide, e os níveis salariais nitidamente baixos e inferiores aos dos homens fez com que elas dependessem financeiramente dos maridos.

As mulheres, sejam rurais ou urbanas, sofrem por essa dependência financeira e pela consequente dominação, sendo que a subjugação criada pela falta de formação escolar e oportunidades profissionais adequadas pode colocá-las em situações de “violência sexual e doméstica, duplas e triplas jornadas de trabalho, exígua representatividade em instâncias no âmbito político e menor participação nas políticas públicas” (Larissa Araújo Coutinho de PAULA, 2019, p. 104), como no caso da maioria das nossas depoentes.

Outra questão que gostaríamos de explorar neste eixo temático é a regulação do prazer feminino que, no nosso entendimento, sofre grande influência da religião. Ao nos debruçarmos sobre as narrativas, percebemos que todas as nossas idosas mencionam alguma influência da religião na vivência da sua sexualidade, seja na infância, na juventude, na vida adulta e mesmo agora, na terceira idade. Como já discutimos anteriormente, Guacira, Mary Neide, Eliane e Maria Luíza se mantiveram virgens até o casamento, cumprindo com os costumes e mantendo a “identidade cristã, de “pureza” e de distinção vocacional” que fazia parte de tradições que deveriam ser rigorosamente seguidas naquela época (NUNES, 2012, p. 58).

Já Marilena, ao transgredir esta norma – mesmo que tenha sido forçada a quebrá-la – sentia-se mal e acreditava estar desagradando a Deus todas as vezes que tinha relações sexuais com o namorado. Tanto que se culpou por muito tempo pela morte do seu primeiro filho, associando-a a um castigo divino por sua desobediência de não se manter virgem até o casamento, como seria da vontade de Deus. Eliane também carregou por muito tempo a culpa por uma de suas filhas ter nascido doente, associando este problema a um castigo divino pelo uso de anticoncepcionais.

Guacira nos conta que sua filha apanhou muito do/a pai/mãe e dos irmãos por aparecer grávida na adolescência. Eliane chegou a expulsar uma filha de casa pelo mesmo motivo. Gostaríamos de salientar neste ponto que as filhas dessas mulheres pertencem a uma geração seguinte, mais “moderna”. Contudo, mesmo assim, foram vítimas de uma moral religiosa vigente que sempre pregou a virgindade como condição de pureza, reprimiu a liberdade sexual de mulheres e condenou a maternidade fora do contexto do casamento, expondo as transgressoras a violências diversas.

A religião se constitui, portanto, como um dos principais fatores culturais que influencia o comportamento sexual de mulheres e homens por gerações, em todas as idades, e, em especial, no mundo ocidental. Ela costuma ditar normas e controlar sua observância, fazendo do comportamento sexual um objeto de preocupação moral (FIGUEIRÓ, 2010).

Desde sua oficialização, a partir do século IV d. C., o cristianismo passou a ter um domínio universal e sua doutrina moral foi pautada na Bíblia, “especialmente nas ideias de São Paulo e nos escritos dos Santos Padres, como Santo Agostinho e São Tomé de Aquino, ambos da Idade Média” (FIGUEIRÓ, 2010, p. 10). Contudo, as teorias cristãs não se restringiram a essas formas precursoras, uma vez que muitos dos seus princípios tiveram origem também nas ideias de filósofos da Antiguidade, como por exemplo a utopia platônica dos séculos IV a I a. C, que orientava as pessoas a manter o uso dos prazeres dentro do

casamento a fim de se aprimorar o domínio sobre si mesmo/a e o “cuidado de si”. Não havia, portanto, demarcações de atos proibidos ou permitidos, diferente do cristianismo que adotou o casamento como vínculo obrigatório para legitimar e controlar a relação sexual (FOUCAULT, 1985; FIGUEIRÓ, 2010).

À vista disso, o cristianismo sempre desconfiou da sexualidade e reduziu o sexo à prática reprodutora, negando o prazer e impondo fidelidade conjugal como um princípio e um dever incondicional para o/a cristão/ã que almeja a salvação. Conforme Figueiró (2010), a vinculação entre sexo e pecado e todo o preconceito cristão contra a atividade sexual começaram com São Paulo, que foi um dos principais cristãos a lidar com o comportamento sexual, classificando-o junto a pecados como o homicídio, o que significa que, para ele, o sexo era tão mal e proibido quanto um assassinato ou roubo.

São Paulo enaltecia o celibato, desvalorizava o casamento e condenava veementemente a homossexualidade, o adultério, a fornicação e prostituição. Além disso, propôs um ideal de mulher submissa e obediente ao marido, além de associá-la a uma tentação em potencial que poderia desviar o homem da salvação (FIGUEIRÓ, 2010).

Figuras cristãs como São Paulo, Santo Agostinho e São Tomaz de Aquino também consideravam o homem como um ser muito superior a mulher e todas essas ideias foram construindo e fortalecendo a doutrina sexual cristã, ao mesmo tempo em que uma tensão permanente entre a atividade sexual e a espiritualidade foi se desenvolvendo (FIGUEIRÓ, 2010). Além disso, a doutrina cristã também se alicerçou na concepção judaica de que o sexo deveria ser confinado ao casamento, com fins de procriação. Trata-se não apenas de “regulamentar” o sexo para homens e mulheres, mas também de um projeto de sociedade que tem por base a família.

A Reforma Protestante iniciada na Europa no século XVI e liderada por Martinho Lutero (148-1546)⁵² tinha como objetivo reformar toda a doutrina cristã e também contribuiu para a construção da moral sexual ao longo dos séculos.

Dentre o amplo conjunto de atitudes revolucionárias de Lutero, citam-se: a negação da autoridade espiritual dos padres e da infalibilidade do Papa e a defesa da abolição do celibato eclesiástico, bem como a defesa e valorização do matrimônio. Esse movimento foi extremamente significativo, pois dele originaram-se numerosas seitas protestantes, às quais a Igreja Católica reagiu com a Contra-Reforma (FIGUEIRÓ, 2010, p. 14).

⁵² Monge agostiniano que, inconformado com algumas práticas da Igreja Católica, visava disciplinar e moralizar todo o Clero, reformando a doutrina cristã (FIGUEIRÓ, 2010).

A Contra-Reforma, que emergiu no Concílio de Trento⁵³ deu origem à moral tridentina que associava a sexualidade popular a noção de condenação ao inferno, que era o lugar perfeito para pecadores/as, fornicadores/as, prostitutas e invertidos. Somados a esses movimentos, também está o puritanismo, que ao emergir na Inglaterra durante o século XVI, contribuiu grandemente para a repressão da sexualidade (NUNES, 2012; FIGUEIRÓ, 2010).

As reformas supracitadas foram, portanto, responsáveis pela construção de uma gama de ideias negativas, austeras e castradoras com relação à prática sexual, reduzindo-a a procriação. E, conforme Figueiró (2010), essa moral conservadora foi de encontro às necessidades do capitalismo, já que ao reprimir o sexo, toda a energia do indivíduo é direcionada ao trabalho e à geração de lucro.

No Brasil, a infiltração da doutrina cristã no pensamento popular se deu pela associação do sexo ao pecado, tornando-o profundamente problemático. A expressão sexual legítima foi organizada em torno de três noções interligadas – casamento, monogamia e procriação – e qualquer comportamento além desses elementos torna-se ilegítimo, desvirtuoso e pecaminoso (Richard PARKER, 1991; FIGUEIRÓ, 2010).

Figueiró (2010) nos chama a atenção para o sentimento de culpa que é inerente à noção de pecado. Segundo a autora, a Igreja manipula de maneira competente esses dois elementos, fato que impede seus adeptos “de serem sujeitos de sua moral, uma vez que passam a agir de forma determinada, não por convicção própria (consciência interna) mas pela internalização de normas exteriores” (FIGUEIRÓ, 2010, p. 18).

Chauí (1984, p. 83), complementa essa ideia ao nos dizer que

costuma-se enfatizar os aspectos conservadores e reacionários da religião (no caso, a cristã) face à sexualidade: bulas papais e encíclicas papais proibindo os anticoncepcionais, condenando o aborto, o adultério, o homossexualismo⁵⁴, o divórcio; seitas protestantes, como a pentecostal, bradando que é chegado o fim do mundo porque os homens reconstruíram Sodoma e Gomorra; a severa austeridade do vestuário protestante e o obsessivo controle do corpo de crianças e adolescentes; a atribuição dos males e doenças ao gosto pelo prazer carnal, na fala dos pregadores.

Assim, a divisão dos sexos, a dominação masculina, a importância da virgindade feminina, a negação da masturbação, entre outros comportamentos sexuais estão ligados a

⁵³ Reunião de cunho religioso realizada na cidade de Trento, na Itália, entre 1545 e 1563. Neste Concílio foram reafirmados os dogmas da fé católica frente à disseminação do protestantismo (FIGUEIRÓ, 2010).

⁵⁴ Termo usado pela autora, visto que a obra data de 1984. Todavia, utilizamos atualmente o termo homossexualidade para nos referir à condição de uma pessoa que sente atração física, estética e/ou emocional por outra pessoa do mesmo sexo ou gênero.

valores religiosos que reproduzem e legitimam o que é ou não pecado, o que deve ou não ser aceito e o que é “normal” ou perverso (PARKER, 1991).

E como a construção das sexualidades se dá por meio de inúmeras aprendizagens e práticas, nas mais distintas situações e em um conjunto inesgotável de instâncias sociais e culturais, temos que considerar que assim como a família e a escola, a igreja também é uma instância importante nesse processo constitutivo (LOURO, 2008).

Devemos considerar que a religião, de um modo geral, pode substituir a família e a escola no papel de educadora sexual, visto que a dificuldade dessas instâncias em abordar assuntos relacionados à sexualidade com seus/suas filhos/as tornam as igrejas – católica e/ou protestante – um dos poucos canais de informação sobre os temas. A maioria das nossas depoentes não frequentou a escola e tampouco teve na família espaço para discutir as questões da sexualidade e a igreja tomou para si o papel de orientá-las de educadora sexual.

Acontece que a cultura judaico cristã se destaca por suas normas conservadoras em relação à sexualidade dos/as fiéis, principalmente das mulheres e dos/as solteiros/as. Durante suas celebrações, tanto o catolicismo quanto o protestantismo, buscam enfatizar palavras fortes como virgindade, castidade e pecado, além de reforçar constantemente a norma de que a atividade sexual deve acontecer somente no casamento (Júlia Rajão PASSOS e Laura MACIEL, 2020).

Conforme Foucault (1999), o corpo é resultado de um conjunto de forças que vão além dos aspectos orgânicos, já que sobre ele operam diferentes dispositivos de poder, sendo a religião um desses dispositivos. Dessa forma, o corpo feminino é condicionado a permanecer oculto, até de si mesmo, como no caso da masturbação.

Quando questionadas sobre a masturbação, todas as depoentes associaram a prática ao pecado, negando-a, o que nos indica que elas evitaram, durante toda a vida, o contato íntimo com o próprio corpo. Mary Neide menciona que durante sua juventude sentiu vontade de masturbar-se, mas por ser muito católica e dividir o quarto com os irmãos, não pôde se descobrir. Ela também cita algumas “lendas” famosas sobre a masturbação como “*crescer pelo nas mãos*” e “*aparecer espinhas*”, o que evidencia que o controle velado dessa prática sempre foi latente em nossa sociedade.

Por muito tempo, a masturbação foi acompanhada por reações negativas e, embora seja uma atividade sexual saudável e universalmente praticada desde sempre, ela já foi considerada uma doença grave e um sério problema de educação. Quando consideramos a masturbação, sobretudo dentro do universo feminino, percebemos que esta prática é

considerada um grave pecado, principalmente em países ocidentais de influência católica (Michel BOZON, 2004).

Isso porque o corpo e o prazer da mulher sempre estiveram sob controle e o pudor, a continência sexual, a moderação e a ausência de desejo sexual eram consideradas qualidades femininas naturais, sendo que esse discurso sempre foi endossado pelas igrejas que são, historicamente, controladas por homens (BOZON, 2004).

Guacira faz uso do termo “arroz com feijão” para se referir à prática “normal” do sexo no casamento que, segundo ela, é na cama, com os instrumentos certos (pênis e vagina) e “*sem inventar moda*”. A prática de sexo oral e anal para ela é pecado e mulher “*direita*” não faz esse tipo de coisa.

Quando nos lembramos da dicotomia “Maria” e “Eva”, já discutida anteriormente, percebemos que existe uma associação cultural e ontogênica de que o comportamento sexual feminino, associado à figura da Eva, é algo pecaminoso, enquanto que Maria é a representação de um comportamento que deve ser reforçado. Essa associação silenciosa fica evidente na fala de Guacira carregada de regulações sexuais e no decorrer das narrativas das outras idosas, que enfatizaram a importância do seu papel de mãe sobreposto à sexualidade. Marilena chega a afirmar que deixou de ser mulher para ser apenas mãe, avó e bisavó.

Deste modo, as crenças cristãs intrínsecas na cultura ocidental podem afetar a sexualidade feminina por meio de mecanismos de controle e repressão, resultando em culpa, como no caso das nossas depoentes que consideram a masturbação um pecado e não se “atrevem” a praticá-la. Marilena chega a mencionar em que “*controla as vontades da carne*” por ser crente e que mesmo tendo desejos sexuais após a morte do marido, não se masturbou. Falas semelhantes se repetem no depoimento de Guacira, Mary Neide e Eliane.

Assim, percebemos que a religião exerceu forte influência na formação dos valores, na construção da visão de mundo e na vivência da sexualidade das nossas depoentes. O corpo e os prazeres dessas mulheres idosas foram severamente controlados ao longo de toda a vida e os impulsos sexuais foram – e ainda são – reprimidos em detrimento da vivência da maternidade. Elas carregam certo sentimento de culpa e vergonha com relação à vivência da sexualidade e muitos desejos permaneceram ocultos em uma Floresta Proibida que elas ainda não foram capazes de explorar completamente.

6.1.5 A matrona

Desde o início da história humana a maternidade tem sido algo compulsório no universo feminino e é uma questão sobre a qual todas as mulheres, em algum momento de suas jornadas, irão refletir, já que, em meio a tantas lutas feministas e conquistas, como o voto e o acesso ao mercado de trabalho com maior liberdade, ser mãe ainda continua sendo um dos destinos imutáveis da mulher e uma determinação biológica exclusiva do sexo feminino (Ruane Cristine Bernardes CÉSAR; Amanda Freitas LOURES; Bárbara Batista Silveira ANDRADE, 2019).

Sabemos que existe uma romantização da maternidade enquanto realização da mulher, que desconsidera as subjetividades e opressões que são vivenciadas por elas para que possam se dedicar totalmente à maternidade, sendo que o mesmo não é imposto aos homens/pais (CÉSAR; LOURES; ANDRADE, 2019).

O movimento feminista e os conceitos chaves trazidos pelas obras de Simone de Beauvoir começaram a questionar a maternidade compulsória e pensá-la como uma construção social e instrumento de dominação do sexo masculino sobre o sexo feminino, de modo que a maternidade serviria para determinar o lugar da mulher na sociedade: no interior dos lares, cuidando dos/as filhos/as. A partir destes conceitos, a luta política pela interrupção da gravidez passou a fazer parte das pautas do Movimento Feminista (Lucila SCAVONE, 2001). Contudo, essas lutas não chegaram até o conhecimento das nossas depoentes, que criadas no interior, no meio rural e longe dos bancos escolares, simplesmente aceitaram o destino que, para elas, era certo: ser mãe e esposa.

Todas as nossas idosas tiveram filhos/as e mesmo Mary Neide, que após um problema de saúde teve que passar por uma estereotomia⁵⁵, cedeu à pressão da sociedade e tornou-se mãe de coração após uma adoção, como ela mesma diz em seu depoimento.

Aliás, Mary Neide sentiu-se incompleta por muito tempo pelo fato de não conseguir gerar uma criança em seu útero. Esse sentimento foi reforçado por atitudes e falas do marido, que não aceitava a demora da esposa em lhe dar um/a filho/a.

O útero foi, por muito tempo, o centro da feminilidade da mulher e não poder gerar um/a filho/a era considerada uma falha biológica e social. A ciência tinha a preocupação em entender a natureza feminina e, assim, estabelecer sua função na sociedade. Menstruar, engravidar e parir eram ações ligadas à esta natureza, que estava, portanto, relacionada aos

⁵⁵ Procedimento cirúrgico para a retirada do útero e, quando necessário, dos ovários e das tubas uterinas.

eventos fisiológicos que culminavam na geração de um novo ser. Ligado a isso, estava o papel de mãe e esposa e a mulher que ousasse transgredir esse padrão tornava-se uma aberração (Cristiane Vanessa da SILVA, 2017).

A Igreja Católica teve um papel crucial nas representações que a sociedade construiu sobre reprodução e o papel da mulher na constituição da família, já que condenava veementemente o uso de produtos artificiais para o controle da natalidade e, com isso, mantinha o sexo restrito ao casamento e com finalidade reprodutiva. A maternidade era um dom divino e deveria ser vivida em toda sua plenitude e beleza. A mulher tinha por obrigação cristã aceitar quantos/as filhos/as lhe fossem enviados/as pelo criador (DEL PRIORE, 2019).

Porém, ao longo da história ocidental essas regulações se alteravam e os momentos de recrudescimento das regras ocorreram também em função de adventos como epidemias e guerras, que reduziram drasticamente a população, ou seja, é através da regulação sexual, que os interesses sociopolíticos e econômicos foram e são engendrados. O foco parece ter sido sempre garantir a organização social - familiar e patriarcal – as custas do apagamento das mulheres e ocultação de seus corpos e sexualidade (Peter STEARNS, 2010).

Contudo, a produção científica e as inovações tecnológicas do século XX tracejaram novas formas de ressignificar o corpo, o sexo, o gênero e as práticas culturais e, apesar da Igreja, surgem as pílulas anticoncepcionais que atuaram como mediadora de novas normas sociais no campo da fertilidade e do controle da natalidade, se disseminando pelo país rapidamente.

No Brasil, a chegada dos anticoncepcionais orais se deu por volta do ano de 1962, através de um modelo misto de difusão envolvendo a assistência privada, através das prescrições médicas, a comercialização livre nas farmácias e o circuito das instituições filantrópicas ligadas aos projetos de planejamento familiar. Essa rede de circulação permitiu uma rápida difusão do medicamento entre as mulheres brasileiras [...] (SILVA, 2017, p. 25).

A pílula anticoncepcional marcou o processo de modernização que se acelerava no país com a industrialização e urbanização e contribuiu grandemente para a entrada e permanência da mulher no mercado de trabalho, impulsionando a busca pela igualdade entre homens e mulheres, visto que agora elas poderiam escolher quando engravidar.

Devemos considerar ainda que a entrada das mulheres no mercado de trabalho, desde a Revolução Industrial, moldou novas formas de organização familiar e, no Brasil, por exemplo, “o surgimento das creches e jardins de infância esteve fortemente atrelado à inserção da mulher no mercado de trabalho” (Aline Serra de JESUS, Tyciana Vasconcelos BATALHA e Waleria Lindoso Dantas ASSIS, 2022, p. 35), que, ao sair de casa na busca

por melhores condições de vida, não tinha com quem deixar os/as filhos/as, que ainda eram de sua total responsabilidade.

Dessa forma, a chegada das pílulas anticoncepcionais no Brasil se deu em um quadro de desigualdades sociais intensas, principalmente no que se relaciona à saúde e à Educação. Isso fez com que esse artefato médico circulasse pelo país em meio a inúmeros discursos controversos, entre eles religiosos, políticos, médicos e até das próprias mulheres (SILVA, 2017).

Nesse cenário desigual, se encontravam as nossas depoentes, que não tiveram nenhuma informação médica ou científica a respeito das pílulas anticoncepcionais. Tudo o que elas desejavam era frear as gestações que aconteciam uma atrás da outra em meio a um quadro de pobreza extrema e violência, como no caso de Maria Luíza. Porém, não tiveram orientação e acabaram por não usar as pílulas de forma correta.

Maria Luíza, durante o período em que foi garota de programa em São Paulo, fez uso contínuo da pílula anticoncepcional e da camisinha a fim de evitar a gravidez e proteger-se de IST. Marilena também relata que fez uso dos anticoncepcionais durante seu casamento e que só interrompia o uso quando queria engravidar. Durante o namoro, contudo, ela e o namorado praticavam o coito interrompido⁵⁶, pois não tinham acesso à pílula e tampouco a camisinha.

Gostaríamos de chamar atenção para um episódio narrado por Eliane. Segundo ela, o médico afirmou que a doença da sua filha era um castigo divino dado pelo uso do anticoncepcional. Como mencionamos anteriormente, esse artefato médico circulou pelo país em meio a discursos controversos. Alguns se mostravam favoráveis visando o controle social da pobreza e de problemas sanitários e outros condenavam com afinco, pois defendiam o discurso nacionalista acerca do fortalecimento do país por meio do crescimento populacional. Desta forma, havia uma ideia hegemônica de que a sexualidade conjugal fosse exercida para a procriação e que as mulheres tivessem quantos filhos pudessem ter (Tânia Maria DIAS, 2015). A maternidade e a infância eram valorizadas e o controle da natalidade acabou sendo fortemente condenado, fazendo com que surgissem discursos descabidos e moralistas como o que foi feito pelo médico que atendeu Eliane e sua filha.

O objetivo era que a nação se tornasse forte e populosa. A maternidade era vista como um bem para a sociedade, fato que colocava a capacidade reprodutiva das mulheres vinculada positivamente aos interesses públicos. A mulher tinha a

⁵⁶ Coito interrompido é quando, numa relação sexual, o homem presente a ejaculação, retira o pênis e ejacula fora da vagina. É um dos métodos contraceptivos mais antigos que existe. Possui baixa efetividade, pois as secreções do pênis na fase de excitação podem conter espermatozoides viáveis (Carla Góes SALLET, 2003).

obrigação de dar filhos à sociedade. Era de sua natureza parir; ir contra este princípio poderia classificá-la como moral ou socialmente incapaz. Para além de uma escolha da mulher e de um anseio individual, seu destino era casar e procriar (SILVA, 2017, p. 76).

A pílula anticoncepcional simbolizava a modernidade no campo da fertilidade e na vida de mulheres que almejavam trabalhar e estudar e não apenas serem esposas e mãe. Todavia, quando este método contraceptivo chegou ao país, havia muitas dúvidas científicas e os profissionais da saúde tiveram que lidar com inúmeras incertezas, assim como as mulheres (DIAS, 2015). O desconhecimento da fisiologia do corpo fez com que nossas depoentes se apavorassem com a diminuição do fluxo menstrual, associando esse acontecimento a possíveis doenças.

Não obstante, no meio médico se discutia a segurança das pílulas e os riscos de desenvolvimento de doenças fatais, como o câncer de mama, tromboembolismo e problemas cardiovasculares e a falta de consenso entre médicos e cientistas sobre os riscos reais dos contraceptivos hormonais acirraram os debates sobre a segurança e eficácia do método contraceptivo (Ana Maria COSTA, 2009).

Outro ponto que gostaríamos de discutir neste eixo “Matrona” é a questão do parto. Até o final do século XVIII, o parto era um ritual feminino, realizado em casa e com o acompanhamento de parteiras. A partir do século XIX, inicia-se uma mudança na tentativa de controlar esse evento biológico, que deixa de ser de domínio da esfera feminina e passa a ser compreendido como uma prática médica hospitalar (Gabriela Lemos de Pinho ZANARDO; Magaly Calderón URIBE; Ana Hertzog Ramos de NADAL; Luíza Fernanda HABIGZANG, 2017).

O processo de hospitalização dos partos se acelerou no século XX com o aumento do uso de tecnologias que pudessem intensificar, regular, monitorar e, até mesmo, acelerar o parto. Contudo, por viverem na roça e não terem recursos financeiros, Guacira, Eliane e Maria Luíza tiveram a maioria dos/as filhos/as em casa. Segundo elas, naquela época, não havia pré-natal⁵⁷ e eram raros os partos realizados nos hospitais.

Assim, parte da população feminina, principalmente na área rural e em pequenas cidades do interior, no momento do parto, ainda contavam com o trabalho de parteiras, que prestavam atendimentos à domicílio, mesmo nos sítios e fazendas.

⁵⁷ Pré-natal é o cuidado de saúde recomendado para todas as gestantes. Seu principal objetivo é garantir uma gestação saudável e diagnosticar e tratar possíveis complicações precocemente. Consiste em realizar exames periódicos, ultrassonografias e tomar vacinas indispensáveis para a saúde materna e do/a bebê (SALLET, 2003).

Nossas depoentes foram educadas para serem esposas e mães, como já discutimos anteriormente, mas em nenhum momento alguém – mãe, pai, avô, avó, outros familiares – preocupou-se em lhes explicar sobre gravidez e parto. Elas não sabiam “como o bebê chegava até a barriga” e, tão pouco, como iria nascer. Os assuntos envolvendo qualquer aspecto da sexualidade, nesse caso a reprodução, eram proibidos e muitas mulheres só aprendiam sobre eles quando se tornavam parte de suas vivências.

Quando Guacira e Eliane procuraram o hospital para ter os/as seus/suas filhos/as, não foram bem tratadas e os relatos dessas mulheres caracterizam o que hoje conhecemos como Violência Obstétrica (VO), que é só mais uma no rol de violências às quais as mulheres são submetidas constantemente. A VO é, segundo a OMS (2014b), um fenômeno de violência que acomete mulheres no mundo todo que sofrem desrespeito, abusos, negligência e maus-tratos no momento de dar à luz aos/às seus/suas filhos/as. “O descaso e o desrespeito com as gestantes na assistência ao parto, tanto no setor público quanto no setor privado de saúde tem sido cada vez mais divulgados pela imprensa e pelas redes sociais por meio de relatos de mulheres que se sentiram violentadas” (ZANARDO, URIBE, NADAL e HABIGZANG, 2017).

Todavia, essas violências sempre estiveram presentes e mulheres como Guacira e Eliane, na época em que foram submetidas a ela, se calaram, pois nem sequer sabiam que estavam sendo violentadas. Os relatos nos mostram um tratamento desrespeitoso por parte dos médicos, que trataram essas mulheres como se elas tivessem que ser punidas pelo prazer do ato sexual e por terem engravidado. Ao culpar as mulheres, esses médicos banalizam os atos de desrespeito e acabam por invisibilizar a violência (AGUIAR, 2015).

Um fator que esteve presente entre Eliane e Guacira e muitas outras mulheres é a falta de informação e o medo de perguntar sobre gravidez e sobre a evolução do trabalho de parto. Não saber informações básicas como essas faz com que essas mulheres se conformem com a exploração dos seus corpos, aceitando situações incômodas sem reclamar (Dailys GARCIA-JORDÁ; Zoe DIAZ-BERNAL; Marlen Acosta ÁLAMO, 2012).

A VO é uma violação dos direitos das mulheres grávidas em processo de parto e está atrelada à violência de gênero cometida nas instituições de saúde contra as usuárias. Esses tristes relatos nos mostram que é preciso informar nossas mulheres dos seus direitos a fim de constituir uma rede de resistência a todas as formas de violência contra as mulheres e contra a vida humana e só há um caminho para isso: a Educação Sexual.

A maternidade compulsória⁵⁸ é outra questão que gostaríamos de discutir brevemente neste eixo temático. Marilena afirma em sua narrativa que não conseguia amar como “deveria” os/as filhos/as que teve com o seu primeiro marido, Célio. Todo o sofrimento causado por ele e por sua sogra fazia com que ela não gostasse incondicionalmente das suas crianças, porque elas eram também parte dos seus algozes.

Temos que considerar que, conforme Elisabeth Badinter (1980), o amor maternal não está inscrito na profundidade da natureza feminina e o interesse e dedicação aos/às filhos/as podem ocorrer, ou não. O papel da mãe – e também do pai – tem como pano de fundo a dinâmica da sociedade num dado momento e, diferente do que se imagina, não faz parte da essência da mulher.

Antes dos anos de 1970, filhos e filhas eram a consequência natural do casamento e este fato fica evidente nas narrativas das nossas depoentes. Inclusive, o argumento usado pela sogra de Eliane para convencê-la a ter relações com o marido no início do casamento foi o seu desejo de tornar-se mãe e toda mulher apta a procriar o fazia sem muitas perguntas. A reprodução era considerada um instinto, um dever cristão e uma dívida com a sobrevivência da espécie humana e toda mulher “normal” desejava ter filhos/as. Contudo, a chegada dos contraceptivos permitiu que as mulheres “normais” passassem a questionar a força vital que deveria despertar em cada o anseio de viver a maternidade. “O desejo de ter filhos não é nem constante, nem universal. Algumas os querem, outras não os querem mais, outras, enfim, nunca os quiseram. Já existe escolha, existe diversidade de opiniões, e não é mais possível falar de instinto ou desejo universal” (BADINTER, 2011, p. 11).

A maternidade e o amor maternal são infinitamente complexos e estão condicionados à inúmeros fatores que independem da “boa natureza” ou “boa vontade” da mãe. Esse amor maternal, considerado tão sagrado, depende não só da história pessoal de cada mulher, como também da oportunidade da gravidez, do seu desejo da criança, da relação com o pai, além de estar relacionado a fatores sociais, culturais e profissionais (Maria de Jesus CORREIA, 1998; BADINTER, 1980).

Discorrer sobre a maternidade leva-nos a pensar em outro conceito – a gravidez. Usualmente maternidade e gravidez são tidas como sinônimos, mas traduzem realidades

⁵⁸ O termo compulsório refere-se àquilo que compele, que é obrigatório e/ou forçoso e, justaposto ao termo maternidade, refere-se a um comportamento feminino imposto, relacionando a mulher a condição de mãe dedicada e amorosa, de modo que ela só alcançará a sua completude ao gerar filhos/as (Andressa da Silva SOUZA, Kamilla Matos Cardoso FRANCA e Yasmim Ellen Rodrigues de DEUS, 2019).

bem diferentes. A gravidez é um estado fisiológico momentâneo, que se inicia a partir da concepção e tem duração média de quarenta semanas (CORREIA, 1998).

Já a maternidade não é um acontecimento biológico, mas sim uma vivência inscrita numa dinâmica sócio-histórica e a maneira como cada mulher a vivencia relaciona-se com duas ordens de fatores: a cultura e os componentes intrínsecos da própria mulher, como suas aspirações, vivências e personalidade (CORREIA, 1998). Não há, portanto, em termos históricos e antropológicos, atitudes maternas universais e/ou instintivas.

Isso posto, podemos inferir que o fato de Marilena não se sentir emocionalmente ligada aos/às filhos/as que teve com Célio relaciona-se ao sofrimento que experienciou desde que foi obrigada a se casar. Ela não desejava ter filhos/as com aquele homem e as agressões de toda natureza que sofria constantemente, inclusive ao ser impedida de fazer uso de contraceptivos, não favoreceu o desenvolvimento de uma maternidade positiva. Anos depois, quando se apaixonou e se casou novamente, a maternidade foi um evento desejado e, por conseguinte, tornou-se uma experiência positiva, permitindo que Marilena se sentisse emocionalmente ligada às filhas e ao filho.

Toda esta transição na vivência da Maternidade, na qual se implicam movimentos sociais, culturais e psicológicos é, obviamente, exigente em termos de mecanismos adaptativos do Eu. Para esta exigência nem sempre se conseguem as respostas adequadas; podem, por exemplo, sobrevir conflitos psicológicos que apenas encontram a sua expressão no sintoma psicossomático (CORREIA, 1998, p. 371).

A maioria dos/as pais e mães não sabe por que gera uma criança e suas motivações podem ser diversas, daí a tentação de apelar para o instinto que se sobrepõe a tudo. A decisão de ter filhos/as decorre mais amplamente do afetivo e do normativo do que de considerações racionais das vantagens e inconvenientes, visto que pôr um/a filho/a no mundo é um compromisso de longo prazo que implica dar prioridade a ele/a (CORREIA, 1998). Conforme Badinter (2011), é a decisão mais perturbadora que um ser humano é levado a tomar na vida e a sabedoria deveria exigir que se pensasse duas vezes e se interrogasse seriamente sobre a capacidade altruística e sobre os prazeres que se pode obter desse evento.

É preciso compreender, portanto, que o amor materno não é dado, não está garantido de antemão e não é fruto de geração espontânea. Esse amor é conquistado e construído e, para que essa construção se efetive, é preciso proximidade física e emocional que deve ser conquistada com a convivência (Paula Antonelli PENTEADO, 2012).

Marilena vivia sob o domínio de um marido violento e a cada filho/a concebido/a, sua probabilidade de mudar de vida diminuía. A convivência com os/as filhos/as não era

saudável e/ou harmoniosa, pois eles/as representavam mais um elo de uma corrente imaginária que a mantinha presa a um cotidiano violento. Viver a maternidade positivamente neste contexto se tornou uma tarefa difícil. Para a sociedade, entretanto, não amar os/as filhos/as é considerado um crime sem perdão. A boa mãe ama ou não é boa mãe, pois a maternidade é sagrada e as mulheres que divergem desse dever são frequentemente estigmatizadas e, até mesmo, excluídas de seus grupos (BADINTER, 1980).

Assim, temos que considerar que a maternidade também se insere no contexto dos estudos de gênero, pois a chegada dos/as filhos/as acaba por impactar mais a vida da mulher do que do homem, como vimos em todos os relatos das nossas depoentes. Os princípios de conduta que regem os comportamentos masculinos e femininos perante a gravidez e o cuidado e educação dos/as filhos/as são diferenciados. Todavia, essa diferenciação não é natural, mas socialmente construída, estando intimamente relacionada às construções de gênero presentes em nossa sociedade.

Os estudos sobre gênero problematizam argumentos que explicam comportamentos de homens e de mulheres a partir de diferenças naturalizantes. Essas formas de raciocínio, não raro se apoiam em distinções supostamente biológicas para justificar uma série de diferenças sociais e, mais do que isso, desigualdades sociais entre mulheres e homens. Nesse sentido, a suposta maior responsabilidade da mulher por prevenir a gravidez ou por criar os/as filhos/as, não pode ser vista como uma consequência do fato de mulheres terem útero, ovário, engravidarem, parirem etc. A origem dessa concepção não está em um corpo orgânico, em órgãos sexuais, hormônios ou genes. Trata-se antes de uma construção social, dos significados construídos para a maternidade e a paternidade na nossa sociedade (Helena ALTMANN e Carlos José MARTINS, 2009, p. 73).

Problematizar as construções sociais do feminino e masculino em um trabalho de Educação Sexual é, portanto, uma forma efetiva de construir a equidade de gênero no que tangem a maternidade e a paternidade. É preciso conduzir os trabalhos de ES no prisma da prática para a liberdade, dando às mulheres condições para que decidam se querem viver, ou não, a maternidade. A individualidade e a autonomia da mulher devem ser respeitadas e, para tanto, devemos compreender que o desejo à maternidade não é inato à condição de ser mulher e não é apenas por gestar que o amor incondicional e a vontade de cuidar dos/as filhos/as irá surgir. Tornar-se mãe deve ser uma escolha da mulher e não um destino inflexível.

6.2 A sexualidade feminina na visão das depoentes

*[...] E aprendi que se depende sempre
De tanta, muita, diferente gente.
Toda pessoa sempre é as marcas
Das lições diárias de outras tantas pessoas
E é tão bonito quando a gente entende
Que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá [...]*
(Luiz Gonzaga do Nascimento Júnior, GONZAGUINHA, 1982)

Quais as representações construídas a partir das crenças e vivências dessas mulheres sobre a sexualidade feminina?

No decorrer desta tese, ainda durante as entrevistas, sempre buscamos identificar e compreender as representações que nossas depoentes construíram a respeito da sexualidade feminina. Percebemos que essas representações são entendidas como um modo de produção de significados individuais e coletivos a partir das vivências de cada indivíduo nas instâncias sociais das quais fazem parte, com destaque neste eixo para a família.

Nossas depoentes foram criadas em famílias conservadoras que não mantinham um diálogo aberto sobre as questões da sexualidade. A maioria delas não frequentou a escola e, portanto, não teve nos espaços educativos uma fonte de conhecimentos sobre a biologia dos corpos⁵⁹, sobre as construções sociais e culturais dos gêneros e, tampouco, tiveram acesso a uma Educação Sexual formal e a informações básicas acerca da sexualidade.

Mas, apesar de tantos silêncios, desinformação, dúvidas e medos a vida delas aconteceu e os eventos biológicos que afetam e modificam nossos corpos também. Nossas idosas construíram em meio a repressões o que para elas é ser mulher em nossa sociedade. Essas cinco mulheres também viveram a sexualidade da forma como entenderam que era possível no contexto em que estavam inseridas e a partir das construções que se efetivaram em cada instância da qual fizeram parte, em especial a Igreja, que é um ponto convergente entre todas as depoentes.

Vamos começar a discutir as representações sobre a biologia dos corpos que nossas depoentes construíram destacando quatro eventos que, para nós, interferem também na

⁵⁹ A biologia dos corpos nesta tese se refere às estruturas anatômicas e à fisiologia dos mesmos.

construção do gênero e na vivência da sexualidade, a saber: menstruação, iniciação sexual, gravidez e parto.

O primeiro marco biológico pelo qual essas mulheres passaram foi a chegada da menstruação. Não houve explicação biológica sobre este fato tão comum na vida das mulheres e elas tiveram que, simplesmente, aceitar que aquele sangramento aconteceria todos os meses. Elas não sabiam o motivo do sangramento, nem quando ou se um dia teria fim, mas elas aprenderam que era uma “*coisa de mulher*” e que, portanto, deveriam aceitar e ocultar de todas as pessoas que conviviam com elas, pois se o sangue saía da vagina, era um fato que deveria ser mantido em absoluto sigilo.

O segundo marco biológico da vida destas mulheres foi a iniciação sexual. A maioria delas teve sua primeira vez após o casamento, mas mesmo adultas e prestes a se casarem, não receberam nenhuma orientação sobre o ato sexual. Guacira, em um momento de inédita rebeldia, espionou um senhor em um mictório e viu por relance um pênis e mesmo que tenha recebido informações sobre sexo de uma colega, ao se casar, não teve uma experiência positiva em sua primeira vez, pois não sabia ao certo o que esperar. Mary Neide, após mudar-se para a cidade, recebeu algumas informações de colegas de trabalho e sua primeira transa não foi um desastre completo. Já Eliane não tinha a menor ideia do que era o ato sexual e precisou ser convencida a deitar-se com o marido. Para Maria Luíza e Marilena, contudo, a iniciação sexual foi extremamente violenta e traumática.

Sabemos que a relação sexual é mais do que um evento biológico. Todavia, chamamos a atenção para o fato de que nossas depoentes não conheciam nem mesmo o aspecto biológico desta ação. E, como sempre foram instruídas a esconder os corpos e silenciar-se quando o assunto envolvia qualquer parte de sua região pélvica. O primeiro ato sexual foi um momento de muita angústia, até porque elas não se permitiam tocar e conhecer o próprio corpo. Quando perguntadas sobre a questão da masturbação, as respostas foram unânimes: elas não faziam isso porque era pecado. Tudo o que se relacionava aos órgãos sexuais e aos prazeres era terminantemente proibido de ser comentado, visto ou tocado. Era como se a vagina só passasse a existir para elas após o casamento.

A pergunta clássica sobre a origem dos bebês também não foi respondida e este foi o grande terceiro marco biológico pelo qual elas passaram. Mary Neide e Marilena já sabiam de onde vinham os bebês quando se casaram, mas Eliane, Guacira e Maria Luíza não. Depois de um tempo, elas deduziram que o que acontecia entre elas e o marido dava origem

a uma criança, mas não sabiam por onde esse bebê iria nascer. Portanto, consideramos o parto como o quarto marco biológico pelo qual elas passaram.

As questões anatômicas e fisiológicas eram totalmente ignoradas, embora suas vivências tenham dado a elas algumas respostas, tais como:

- I. A menstruação é um evento mensal;
- II. O ato sexual entre um homem e uma mulher pode gerar uma criança;
- III. No período da gravidez e amamentação geralmente não há menstruação;
- IV. O bebê nasce pela vagina após o período de gravidez;
- V. A vagina volta ao tamanho original após o parto;
- VI. Anticoncepcional diminui o fluxo menstrual;
- VII. O bebê cresce no útero e, sem este órgão, não há possibilidade de gerar uma nova vida.
- VIII. Camisinha previne IST.

Gostaríamos de chamar a atenção para o fato de que as respostas listadas acima são simples e quase óbvias para muitos/as de nós. Claro. Para pessoas que tiveram acesso à escola e frequentaram muitas aulas de Ciências e Biologia que tratavam sobre a anatomia e fisiologia dos corpos de homens e mulheres as respostas são quase banais, mas para nossas depoentes não.

Todos os aprendizados sobre o funcionamento do próprio corpo e relacionados à sexualidade vieram de suas experiências sendo as mulheres que eram e ouvindo e observando as pessoas à sua volta.

Aprender sobre o próprio corpo é essencial para os indivíduos, pois o corpo é uma herança biológica, cultural e uma identidade pessoal e a escola tem o dever de colaborar com esse conhecimento. Nossas depoentes não tiveram acesso à escola, mas gostaríamos de usar suas narrativas para reafirmar a importância que os conhecimentos biológicos têm na vida de todos/as nós.

Muitas críticas são feitas à restrição da Educação Sexual ao ensino de Ciências e Biologia e as compreendemos, pois também defendemos que a ES deve ser abordada em todas as disciplinas escolares. Contudo, a abordagem anato-funcional do corpo, da reprodução e do sexo é essencial para a compreensão biológica da sexualidade. É preciso, portanto, trabalhar os aspectos físicos, sociais e psicológicos e, junto aos conhecimentos biológicos, construir um entendimento amplo sobre a sexualidade humana (RAMALHO-DINIZ, 2015).

O/A professor/a de Ciências e Biologia não deve ser a figura central ou mesmo a única a abordar a ES nos espaços escolares, mesmo que essas disciplinas sejam usualmente vistas como referência quando se trata da sexualidade.

Ressaltamos que essa centralidade se deve, segundo Foucault (1988), ao fato de que a produção de “verdades” sobre o corpo e a sexualidade se deu principalmente por meio de discursos na área da saúde e das Ciências Biológicas. Contudo, esses conhecimentos tiveram um papel decisivo na regulação e normatização dos indivíduos, baseando-se em um modelo heterossexual, fato que repercutiu em muitas significações construídas sobre amor, família, gênero e diversidade sexual e que permeiam, inclusive, alguns discursos de nossas depoentes.

Os/As professores de Ciências quando apresentam aos/às alunos/as os conceitos reducionistas sobre a reprodução, a contracepção e as IST totalmente desatrelados de um contexto social, político, cultural e histórico acabam por reproduzir significações preconceituosas que reforçam, por exemplo, a heteronormatividade e a homofobia. Assim, conforme Leandro Corsico Souza e Nilson Fernandes Dinis (2010, p. 123), é essencial considerar “a problemática transposição de categorias das ciências naturais para o entendimento de questões que, em nossa concepção” são de ordem social/cultural. Assim, a ES não deve se pautar em uma perspectiva reducionista da determinação biológica, pois a sexualidade é, sobretudo, uma questão humana que recebe influência direta das práticas sociais e culturais, bem como da história e do campo político.

Devemos considerar que o corpo, além de biológico, é também algo produzido na e pela cultura. O corpo também é histórico e em sua construção estão as marcas dos diferentes tempos, espaços, conjunturas econômicas, grupos sociais, étnicos, etc. Ele não é dado a priori e nem mesmo é universal: o corpo é provisório, mutável, mutante, suscetível à ciência e à tecnologia e, cada cultura, suas leis, códigos morais e representações coletivas, cria sobre ele discursos que se reproduzem (Silvana Vilodre GOELLNER, 2013).

O corpo é biológico, mas é composto também pelo seu entorno. Mais do que um conjunto de músculos, ossos, vísceras, reflexos e sensações, o corpo é as roupas, os acessórios, as intervenções que nele operam, a imagem que dele se produz, os sentidos que nele se incorporam, os silêncios que por ele falam, a educação de seus gestos etc. Não são as semelhanças biológicas que o definem, mas os significados culturais e sociais que a ele se atribuem (GOELLNER, 2013). Contudo, conhecer o biológico é importante para que se compreenda que o corpo não é somente biologia. Não é só natural e nem apenas fruto de

um processo divino de criação ou um mero resultado de transformações evolutivas. Ele é social, cultural e histórico e carrega as marcas de todas as nossas vivências.

A produção do corpo se opera, simultaneamente, no coletivo e no individual. Nem a cultura é um ente abstrato a nos governar e nem somos meros receptáculos a sucumbir às diferentes ações que sobre nós se operam. Reagimos a elas, aceitamos, resistimos, negociamos, transgredimos tanto porque a cultura é um campo político como o corpo, ele próprio é uma unidade biopolítica. Por essa razão, podemos pensar no corpo como algo que se produz historicamente, o que equivale dizer que o nosso corpo só pode ser produto de nosso tempo, seja do que dele conhecemos, seja do que ainda está por vir. Um corpo que, dada a importância que hoje apresenta no que respeita a construção de nossa subjetividade, está exigindo de nós não apenas a busca constante de prazeres sempre reinventados, mas também disciplina, responsabilidade e dedicação. Um corpo que, ao mesmo tempo que é único e revelador de um eu próprio, é também um corpo partilhado porque é semelhante e similar a uma infinidade de outros produzidos neste tempo e nesta cultura (GOELLNER, 2013, p. 41-42).

Assim, uma convergência importante nas narrativas das nossas depoentes é a representação sobre o corpo, pois por estarem inseridas no mesmo tempo e na mesma cultura, há muitas semelhanças nas construções que elas fizeram de si mesmas e dos seus corpos. Seus corpos foram invisibilizados – *pelos silêncios, pelo patriarcado, pelos medos, pela religião, pelas dúvidas e, sobretudo, pelas violências*. A elas foram negadas o conhecimento, os prazeres, os direitos. Seus corpos foram sempre controlados, vigiados, corrigidos – *se vista assim, se comporte desse jeito, não faça isso, faça assim, tenha filhos/as, não use contraceptivos, menstrue, se cale, se esconda* – produzindo sujeitos sociais e suas construções sobre gênero e sexualidade, aspectos que também sempre foram controlados, vigiados e corrigidos.

O gênero engloba todas as formas de construção social, cultural, histórica e linguística implicadas nos decursos que diferenciam homens e mulheres, incluindo aqueles que produzem os corpos, distinguindo-os e separando-os como corpos dotados de sexo, gênero e sexualidade. A construção do gênero se dá ao longo da vida através das mais diversas instâncias e práticas sociais que interferem nas nossas construções como homens e mulheres, num processo que não é linear, progressivo ou harmônico e que não se finaliza ou se completa (LOURO, 2013).

Nós nascemos e vivemos em tempos, lugares e circunstâncias específicas que mediam as formas de viver a feminilidade e a masculinidade. Portanto, a forma como nossas depoentes se vê como mulheres é resultado também das construções de gênero que elas fizeram ao longo de suas vidas e advém das instâncias sociais, dos símbolos, normas, conhecimentos, leis, doutrinas e políticas da sociedade da qual elas fazem parte (LOURO, 2013).

A sexualidade, assim como o gênero, é modelada na junção de dois aspectos principais: nossa subjetividade – *quem e o que somos* – e a sociedade – *normas, valores, políticas, cultura, história*. As duas estão intimamente conectadas, já que no centro de ambas está o corpo e suas potencialidades.

Na medida em que a sociedade se tornou mais e mais preocupada com as vidas de seus membros – pelo bem da uniformidade moral; da prosperidade econômica; da segurança nacional ou da higiene e da saúde –, ela se tornou cada vez mais preocupada com o disciplinamento dos corpos e com a vida sexual dos indivíduos. Isso deu lugar a métodos intrincados de administração e de gerenciamento; a um florescimento de ansiedade morais, médicas e higiênicas legais; e a intervenções voltadas ao bem-estar ou ao escrutínio científico, todas planejadas para compreender o eu através da compreensão e da regulação do comportamento sexual (WEEKS, 2021, p. 65).

Assim, a forma que vivemos nossa sexualidade também é regulada por padrões morais, éticos, políticos e religiosos que são frutos da história da sociedade e da cultura da qual fazemos parte.

Atrelados à nossa compreensão de gênero, é importante compreender que os padrões de sexualidade feminina são, inevitavelmente, um produto do poder dos homens para definir o que é necessário, permitido e desejável para as mulheres. E esses padrões ficam muito evidentes nas narrativas das nossas depoentes que sempre viveram a sexualidade a partir do que era determinado pelos homens à sua volta – *pais, irmãos, maridos, filhos, padres, pastores* – e pela sociedade patriarcal da qual fazem parte.

Considerações finais

*“Cada vez que encontro outras mulheres
Para partilhar histórias
Nos tornamos terra fértil”
(Ryane LEÃO, 2017, p. 108).*

Investigar a Educação Sexual de mulheres idosas e do campo, praticamente sem nenhuma instrução/educação escolar, mostrou-se mais desafiador do que poderíamos imaginar a princípio. Isto porque, se a sexualidade se apresenta historicamente como um tabu, no contexto das narrativas individuais aqui apresentadas, desvelou uma série de experiências peculiares e, ao mesmo tempo, velhas conhecidas.

Assim, ao encerrarmos a etapa de estudos que resultou esta tese, precisamos desfechar mais um processo de pesquisa que, como bem sabemos, não se esgota completamente. Neste trabalho, tivemos como objetivo investigar, a partir de narrativas historiográficas, a Educação Sexual, bem como as representações sobre a biologia dos corpos, gênero e sexualidade de mulheres idosas criadas parcialmente ou totalmente no campo/zona rural, que tiveram pouco ou nenhum acesso à escola e à educação científica.

Além disso, buscamos promover ao longo de todo o trabalho reflexões sobre a influência do conhecimento científico e da Educação Sexual para o entendimento da biologia dos corpos, das questões de gênero e da sexualidade, bem como discutir o relevante papel da escola na Educação Sexual e na vida de meninas e mulheres. Para alcançar esses objetivos, utilizamos tanto fontes orais – que correspondem às entrevistas de 5 mulheres idosas – quanto diferentes fontes escritas.

Na execução da nossa proposta de pesquisa de natureza historiográfica, conduzimos nossas análises a partir das convergências encontradas nas cinco histórias, buscando discutir quais tendências foram observadas em mais de uma narrativa. Obviamente, não deixamos de considerar que cada depoente atribuiu à sua fala sentimentos, construções, percepções, crenças e representações, que imprimem a cada história de vida, marcas pessoais que as torna únicas e subjetivas; essa subjetividade é o elemento essencial na construção de uma concepção de história como a que fez parte da nossa trajetória de pesquisa.

Foi a partir das convergências encontradas que percebemos como essas histórias são encontros feministas, ainda que nossas idosas não se declarem assim. Nosso trabalho possibilitou a criação de um novo tipo de material que valida as vivências e experiências das mulheres e nos oportuniza desurdir nossas próprias raízes, dando continuidade a uma saga que nos tem sido negada nos relatos históricos tradicionais. Essas narrativas compõem um coro de múltiplas vozes que, ao expandir as fronteiras da história, nos fazem perceber

que a esfera da experiência humana foi – e ainda é – profundamente marcada por protagonistas femininas que desempenharam – e desempenham – um papel essencial para a vida em sociedade, mas que foram reiteradamente silenciadas.

No que tange a Educação Sexual das depoentes, percebemos que foi um processo envolto por muitos silêncios, normas e proibições. Não houve diálogo aberto sobre as questões do corpo, o que deixa evidente que muitos preconceitos sobre a sexualidade se refletiam de forma marcante em todas as famílias. A maioria das depoentes não frequentou a escola e, portanto, não teve acesso a uma Educação Sexual formal, que já estava em curso no país. A expressão da sua sexualidade foi, portanto, alvo constante de normas, morais religiosas, medo e culpa que as acompanharam desde a infância até a terceira idade.

A ausência da Educação Sexual fez com que a primeira menstruação fosse uma surpresa vivida no medo e na vergonha e a vida sexual esteve intimamente ligada à procriação, que era um dever feminino. O sexo e os prazeres eram ocultados nas profundezas de uma floresta proibida e a primeira vez, obrigatoriamente na noite de núpcias, foi a tomada violenta de posse da esposa pelo marido, que invadiu as portas da virgindade sem nenhum cuidado, afinal, o desempenho masculino parecia ser medido pela força da penetração. A sexualidade dessas mulheres foi, então, cerceada pelo casamento e coagida a um dever conjugal, muitas vezes indesejado.

Nossas depoentes sobreviveram a uma série de privações, violências e silêncios. Aliás, o silêncio dos corpos femininos foi uma das convergências mais marcantes nas narrativas. Tudo o que se referia aos seus corpos lhes cerrou os lábios, pois o silêncio era a própria marca da feminilidade inscrita na construção de um pensamento simbólico da diferença entre os sexos. A maior parte das violências apoiava-se no direito do privado e no pátrio poder e os abusos sofridos por elas se enterravam nos seus “lares”. Até porque, muitos abusos não poderiam ser denunciados sem que elas, as vítimas, se tornassem algozes da moral e dos bons costumes.

Assim, as representações sobre a sexualidade feminina foram construídas no silêncio e paralelamente a muitas conquistas femininas em âmbito mundial e nacional que, muitas vezes, não alcançaram o universo das nossas depoentes. Essas construções foram, então, firmadas em padrões morais, éticos, religiosos e comportamentais que as ensinaram a viver somente para a família, cuidando do lar e dos/as filhos/as e, embora a gente viva hoje sob outros modelos morais, éticos e comportamentais, a sexualidade feminina ainda é um objeto de interdição em vários campos, herança da nossa colonização europeia que, pautada na

compreensão cristã, concebeu o sexo e o corpo como lugares de imperativas interdições. Cabe, pois, à Educação Sexual e científica mudar esta realidade.

Devemos compreender que a Educação Sexual é um processo de toda a vida, pois, sendo objeto de múltiplos discursos e poderes, demanda constante reflexão, ressignificação, sobretudo em vista dos conhecimentos científicos atualizados sobre o tema. Assim, a escola deve recusar os convites explícitos para o silenciamento das questões referentes à sexualidade e gênero, e ordenar esse conhecimento, dando-lhe a cientificidade biológica, histórica, social e cultural necessária para a formação de educandos/as que possam viver bem a sua sexualidade.

O fato da maioria das nossas depoentes não ter frequentado a escola evidencia que a ausência dessa instituição – inclusive quando ela se silencia propositalmente – interfere diretamente na vivência da sexualidade. No caso das depoentes, não houve nenhum tipo de informação/formação científica sobre a sexualidade, nem mesmo acerca das questões biológicas. Todas as descobertas aconteceram na prática, que nem sempre foi gentil com elas. Assim, reiteramos o essencial papel da escola e da Educação Sexual formal para uma vivência positiva da sexualidade no sentido que elas – a escola e a ES – podem, em parceria, criar condições para a formação da autonomia moral e intelectual do/a educando/a, levando-o/a conhecer o próprio corpo e adotar posicionamentos pessoais com relação aos valores morais, bem como tomar decisões com segurança.

E, devido à nossa formação acadêmica, não podemos terminar esta pesquisa sem antes nos indagar: a Educação Sexual escolar é papel do/a professora/a de Ciências e Biologia? Sim, mas não só.

Devemos considerar que as disciplinas de Ciências e Biologia são as mais próximas e possíveis de ajustar à discussão de Educação Sexual escolar por apresentarem em seu currículo assuntos relacionados ao corpo e à reprodução. Contudo, é preciso que o ensino dessas questões se torne crítico e se estabeleça de uma forma dialógica com os demais aspectos da sexualidade.

Uma boa sugestão é tratarmos os sistemas reprodutores como “sistemas sexuais”, pois além da valorização dos temas reprodutivos e preventivos, como gravidez, contraceptivos e IST, os/as professores podem criar espaços de diálogos acerca da sexualidade em seus aspectos históricos, sociais e culturais, bem como sobre as diversidades – sexual e de gênero – e o prazer, conferindo um caráter mais positivo à Educação Sexual escolar. Além disso, a comunidade escolar deve compreender que educar sexualmente os/as

alunos/a é um papel de todos/as e não somente dos/as professores/as de Ciências e Biologia, pois a ES é uma aliada poderosa da formação ética e moral e na educação para a paz, para a justiça, respeito, igualdade e o amor.

Torna-se imperativo, portanto, que os cursos de Licenciatura – de Ciências Biológicas e outras áreas – repensem seus currículos e passem a tratar a sexualidade como um tema escolar essencial, de modo a superar a concepção meramente biológica e sensibilizar os/as futuros/as docentes acerca da validade de se discutir a sexualidade como elemento constitutivo da história de vida de mulheres e homens.

Esperamos que nossa pesquisa tenha desvelado as potencialidades que a história das mulheres tem para todas as mulheres do tempo presente e que contribua, principalmente, para a construção de uma visão completa da sexualidade, que evoca nossa subjetividade e nos faz vivenciar as bases mais exigentes e contraditórias do que é ser humano/a.

Nós, pesquisadoras/es da Educação Sexual sonhamos com o tempo em que a temática seja direcionada para um trabalho formativo de (re)construção das relações de igualdade e equidade entre homens e mulheres. É por isso que lutamos e continuaremos lutando. Somos a resistência e resistiremos até construirmos uma sociedade sexualmente saudável.

Referências

- ABREU, Nuno César Pereira de. *Boca do lixo: cinema e classes populares*. 2002. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Artes, Campinas, SP.
- ACCORSI, Fernanda Amorim; MAIO, Eliane Rose. O objeto jogado do quarto andar era um corpo de mulher. *Diversidade e Educação*, v. 7, n. 1, p. 27-38, 2019.
- AGUIAR, Melicia Holanda. *Registros periciais de crimes sexuais no âmbito da perícia forense*. 86f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva) Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2015.
- ALBERTI, Verena. *História Oral e a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: FGV, 1990.
- ALTMANN, Helena. Educação Sexual e a primeira relação sexual: entre expectativas e prescrições. *Estudos Feministas*, v. 15, n. 2, p. 333-356, 2006.
- ALTMANN, Helena; MARTINS, Carlos José. Educação sexual: ética, liberdade e autonomia. *Educar em Revista*, p. 63-80, 2009.
- ALVES, Giovana Sitó; SELL, Léia Beatriz; CASTRO, Amanda Motta. Educação e trabalho da mulher no campo e suas invisibilidades. *Sures*, n. 11, p. 1-10, 2018.
- ANDRIOLLI, Carmen Sílvia. *Nas entrelinhas da história, memória e gênero: lembranças da fazenda Jatahy*. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.
- APAE BRASIL. Apae Brasil: Federação Nacional das Apaes, [2022?]. Disponível em: <https://www.apaebrasil.org.br/conteudo/quem-somos>. Acesso em: 30 jan. 2023.
- BADINTER, Elisabeth. *O conflito: a mulher e a mãe*. São Paulo: Record, 2011.
- BARALDI, Ivete Maria.; MARIN, Douglas. Da criação ao fechamento - aspectos históricos sobre o primeiro curso de formação de professores (de Matemática) em Ituiutaba - MG. *Ensino em Re-Vista*, v. 28, 2021, p.?.
- BARBOSA, Luciana Uchôa; VIÇOSA, Cátia Silene Carrazoni Lopes; FOLMER, Vanderlei. A educação sexual nos documentos das políticas de educação e suas ressignificações. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, v. 11, n. 10, p. e772, 2019.
- BARROSO, Carmen; BRUSCHINI, Maria Cristina. *Educação Sexual: debate aberto*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1982.
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: experiência vivida*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.
- BEDIN, Regina Celia. *A história do Núcleo de estudos da sexualidade e sua participação na trajetória do conhecimento sexual na Unesp*. 2016. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, Araraquara, 2016.
- BEDIN, Regina Celia; MUZZETI, Luci Regina; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. A institucionalização do conhecimento sexual no Brasil: sexologia e educação sexual do século XIX aos nossos dias. *Revista Humanidades e Inovação*, v. 7, n. 27, p. 72- 88, 2020.
- BONFIM, Cláudia. *Desnudando a Educação Sexual*. Campinas/SP: Papyrus, 2012.

BOSI, Éclea. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. 16. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BOZON, Michel. *Sociologia da sexualidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BRAGA, Eliane Rose Maio. *Sexualidade infantil: uma investigação acerca da concepção das educadoras de uma creche universitária sobre Educação Sexual*. 2002. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” – Unesp, Assis, 2002.

BRASIL, Ministério da Saúde. Assuntos de saúde de a à z: Poliomielite. [Brasília]: Ministério da Saúde, [2022?]. Disponível em: [https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-z/p/poliomielite#:~:text=Poliomielite%20\(paralisia%20infantil\)%20%C3%A9%20uma%20doença%20anos%20devem%20ser%20vacinadas](https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-z/p/poliomielite#:~:text=Poliomielite%20(paralisia%20infantil)%20%C3%A9%20uma%20doença%20anos%20devem%20ser%20vacinadas). Acesso em: 30 jan. 2023.

BRASIL. Casa Civil. *Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971*. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, 1971.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2848, de 7 de dezembro de 1940. *Código Penal*.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA [et al.]. *Retrato das desigualdades de gênero e raça*. 4. ed. Brasília: Ipea, 2011. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/190327_tema_a_pobreza_e_mulheres_nos_20_anos_apos_beijing.pdf>.

BRASIL. *Lei 12.015 de 2009*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 30 jan. 2023.

BRASIL. *Lei 6.515, de 27 dezembro de 1977*. Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, 1977.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB*. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Lei n. 10.172, de 9/1/2001. Estabelece o Plano Nacional de Educação. *Diário Oficial da União*. Brasília: MEC, 2001b.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da educação. Ministério da saúde. *Passo a passo PSE - Programa saúde na escola*. Brasília: MEC/ SEF, 2001a.

BRASIL. Não se cale. [Mato Grosso do Sul]: Subsecretaria de Políticas Públicas para Mulheres, 2022. Disponível em: <https://www.naosecale.ms.gov.br>. Acesso em: 11 nov. 2022.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRITO, Maria de Fátima Leite de. *Mulher e casamento em Monte Horebe nas décadas 1960 a 2000*. 2015. 59 p. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, PB.

- BRUNS, Maria Alves de Toledo. *A prostituição e sua nova embalagem*. São Paulo: Ômega, 2001. (Coleção: Conversando sobre sexualidade).
- BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa; MARCADO, Cristiano Miglioranza; RICOLDI, Arlene. Trabalho, renda e políticas sociais: avanços e desafios. In: *ONU Mulheres: O progresso das mulheres no Brasil: 2003-2010*. Rio de Janeiro: CEPIA, 2011. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wpcontent/themes/vibecom_onu/pdfs/progresso.pdf> Acesso em 18 de outubro de 2022.
- BUENO, Rita de Cássia Pereira; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. História da educação sexual no Brasil: apontamentos para reflexão. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, v. 29, n. 1, p. 49-56, 2018.
- BUENO, Samira; SOBRAL, Isabela. Um estupro a cada 8 minutos. *Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, p. 132-8, 2020.
- BUTTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. (Coleção Sujeito e História).
- BUTTLER, Judith. Sex and Gender in Simone de Beauvoir's Second Sex. *Yale French Studies*, n. 72, p. 35-49, 1986.
- CALDART, Roseli Salette. *Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola*. 1. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. O nazismo e a produção de guerra. *Revista USP*, n. 26, p. 82-93, 1995.
- CARDOSO, Helma de Melo. Gênero, sexualidade e escola: contribuições da teorização de Foucault. *Tempos e espaços em educação*, v. 11, n. 1, p. 319-332, 2018.
- CASAGRANDE, Iolanda. O trabalhador rural volante ("boia-fria"). *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, n. 2, v. 3, p. 137-147, 1983.
- CÉSAR, Ruane Cristine Bernardes; LOURES, Amanda Freitas; ANDRADE, Bárbara Batista Silveira. A romantização da maternidade e a culpabilização da mulher. *Revista Mosaico*, v. 10, n. 2, p. 68-75, 2019.
- CHAUÍ, Marilena. *Repressão Sexual – essa nossa (des)conhecida*. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CHAYANOV, Alexander. *La Organización de la Unidad Económica Campesina*. 1. ed. Buenos Aires: Nuevas Visión, 1974.
- CHIZZOTTI, Antonio. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. *Revista Portuguesa de Educação*. Braga, Portugal, v. 16, n. 2, p. 221-236, 2003.
- COLLING, Ana Maria. *Tempos diferentes, discursos iguais: a construção do corpo feminino na história*. Dourados/MS: UFGD, 2014.
- CONNELL, Robert. Políticas da masculinidade. *Educação e Realidade*. v. 20, n. 2, Porto Alegre, 1995.
- CORREIA, Maria de Jesus. Sobre a maternidade. *Análise psicológica*, v. 3, n. 16, p. 365-371, 1998.

CORTÊS, Iáris Ramalho. Direito: a trilha legislativa da mulher. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). *Nova história das mulheres no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2020. p. 260-285.

COSTA, Ana Maria. Planejamento familiar no Brasil. *Revista Bioética*, v. 4, n. 2, p. 1 – 13, 2009.

COSTA, Angelo Brandelli; NARDI, Henrique Caetano. O casamento "homoafetivo" e a política da sexualidade: implicações do afeto como justificativa das uniões de pessoas do mesmo sexo. *Revista Estudos Feministas*, v. 23, p. 137-150, 2015.

CRUZ, Pâmela Cian da. *Mapeamento das produções acadêmico-científicas do Mestrado em Educação Sexual da Unesp/Araraquara-SP (2013 a 2019)*. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação Sexual) – Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” – UNESP, Araraquara, 2021.

CURY, Fernando Guedes. *Uma formação de professores de matemática e das instituições formadoras do Estado do Tocantins*. 201f. Tese (Doutorado em educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista – UNESP, Rio Claro, 2011.

DA MATTA MACHADO, Maria Christina Russi. Aspecto do fenômeno do cangaço no Nordeste Brasileiro. *Revista de História*, v. 47, n. 95, p. 177-212, 1973.

DANTAS-BERGER, Sônia Maria; GIFFIN, Karen. A violência nas relações de conjugalidade: invisibilidade e banalização da violência sexual? *Cad. Saúde Pública*, v. 21, n. 2, p. 417-425, 2005.

DE CASTRO GUEDES, Moema; ARAÚJO, Clara. Desigualdades de gênero, família e trabalho: mudanças e permanências no cenário brasileiro. *Revista Gênero*, v. 12, n. 1, 2011.

DE FÁVERI, Marlene; VENSON, Anamaria Marcon. Entre vergonhas e silêncios, o corpo segregado. Práticas e representações que mulheres produzem na experiência da menstruação. *Anos 90*, v. 14, n. 25, p. 65-97, 2007.

DE JESUS, Aline Serra; BATALHA, Tyciana Vasconcelos; ASSIS, Waleria Lindoso Dantas. Educação Infantil: o cenário do surgimento das creches. In: MELO, José Carlos de; GUTERRES, Ione da Silva; OLIVEIRA, JOSÉLIA DE Jesus de Araújo Braga Oliveira (Org.). *Integrando saberes e fazeres na Educação Básica*. Guarujá: Editora Científica Digital, 2022, p. 31-40.

DE MELO RISK, Eloah Nazaré Varjal; TERESO, Mauro José Andrade; ABRAHÃO, Roberto Funes. O perfil do bóia-fria: uma abordagem sócio-antropológica. *Cadernos Ceru*, v. 21, n. 1, p. 113-128, 2010.

DE MORAIS, Marcelo Bezerra. *Peças de uma história: formação de professores de matemática na região de Mossoró (RN)*. 2012. 301f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista – UNESP, Rio Claro, 2012.

DE OLIVEIRA JÚNIOR, Isaías Batista; MAIO, Eliane Rose. “Não vai ser permitido a nenhum órgão do governo fazer propaganda de opções sexuais”: o discurso inaugural no

- “desagendamento” do Kit Gay no MEC. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 125-152, 2017.
- DE PAULA, Larissa Araújo Coutinho. As margaridas seguem o caminho, do campo às ruas, das ruas ao campo: a mulher rural e sua trajetória de luta por reconhecimento e direitos. *Caderno Prudentino de Geografia*, v. 3, n. 41, p. 100-121, 2019.
- DE SANTI, Tailine Audilia.; TOILLIER, Jean Sebastian. História das Mulheres: marcas de gênero e reflexões sobre a História Oral. *Anais Do ENAPHEM - Encontro Nacional De Pesquisa Em História Da Educação Matemática*. n. 5, p. 1-6, 2020.
- DE SOUZA, Eros; BALDWIN, John R.; ROSA, Francisco Heitor da. A construção social dos papéis sexuais femininos. *Psicologia, reflexão e crítica*, v. 13, n. 3, p. 485-496, 2000.
- DEL PRIORE, Mary. *A história do amor no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2019.
- DEL PRIORE, Mary. *Sobreviventes e guerreiras: uma breve história das mulheres no Brasil: 1500-2000*. 1. ed. São Paulo: Planeta, 2020.
- DIAS, Tânia Maria. *Controvérsias e estabilização: o debate sobre as pílulas anticoncepcionais no diário O Globo, nas décadas de 1960 e 1970*. 2015. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências). Programa de Pós-Graduação em Saúde da Criança e da Mulher do Instituto Fernandes Figueira (Fiocruz), Rio de Janeiro, 2015.
- DINIZ, Debora. Aborto e contracepção: três gerações de mulheres. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). *Nova história das mulheres no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2020. p. 313-332.
- DUARTE, Giovana; SPINELLI, Letícia Machado. Estereótipos de gênero, divisão sexual do trabalho e dupla jornada. *Revista Sociais e Humanas*, v. 32, n. 2, 2019, p.?.
- DURKHEIM, Emile. *Educação e Sociologia*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.
- FARINHA, Marciana Gonçalves; BRUNS, Maria Alves de Toledo. *Adolescentes profissionais do sexo*. Campinas/SP: Átomos, 2006.
- FELICIO, Leandro Alves. Um projeto de educação sexual para o Brasil: o Círculo Brasileiro de Educação Sexual (1933-1945). *Anais do 26º Simpósio Nacional de História-ANPUH*, p. 1-20, 2011.
- FERRARO, Alceu Ravello. Alfabetização rural no Brasil na perspectiva das relações campo-cidade e de gênero. *Educação & Realidade*, v. 37, p. 943-967, 2012.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Míni Aurélio: O dicionário da língua portuguesa*. 6 ed. Curitiba: Editora Positivo Ltda, 2004. 895 p.
- FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. Ações contra homofobia em projetos de formação continuada de educadores. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, v. 18, n. 2, p. 455-469, jul./dez. 2007.
- FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. *Educação Sexual no dia a dia*. 1. ed. Londrina/PR: Eduel, 2013.
- FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. *Formação de educadores sexuais: adiar não é mais possível*. 2. ed. Londrina/PR: Eduel, 2014.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. Revendo a história da educação sexual no Brasil: ponto de partida para construção de um novo rumo. *Nuances*, v. 4, p. 123-133, 1998.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. Sexualidade e afetividade: implicações no processo de formação do educando. In: FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico (Org.). *Educação Sexual: saberes essenciais para quem educa*. Curitiba: CRV, 2018. p. 67-86.

FOLLADOR, Kellen Jacobsen. A mulher na visão do patriarcado brasileiro: uma herança ocidental. *Fatos e versões*, v. 1, n. 2, 2009, p.?.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1977.

FREIRE, Priscila. ‘Ideologia de Gênero’ e a política de educação no Brasil: exclusão e manipulação de um discurso heteronormativo. *Ex aequo*, n. 37, p. 33-46, 2018.

FURLANI, Jimena. Educação Sexual – possibilidades didáticas. In: LOURO, Guacira Lopes; HECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). *Corpo, Gênero e Sexualidade – um debate contemporâneo em educação*. 3. ed. Petrópolis/RJ: [s.n.], 2003, p. 66-81.

GARCIA-JORDÁ, Dailys; DÍAZ-BERNAL, Zoe; ÁLAMO, Marlen Acosta. El nacimiento en Cuba: análisis de la experiencia del parto medicalizado desde una perspectiva antropológica. *Revista Cubana de Salud Pública*, v. 39, n. 4, p. 718-732, 2012.

GARNICA, Antonio Vicente Marafioti. História Oral e Educação Matemática. In: BORBA, Marcelo de Carvalho.; ARAÚJO, Jussara de Lioila (Orgs.). *Pesquisa Qualitativa em Educação Matemática*. 6. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019, p.?.

GARNICA, Antonio Vicente Marafioti.; FERNANDES, Déa Nunes.; SILVA, Heloisa. Entre a amnésia e a vontade de nada esquecer: notas sobre regimes de historicidade e história oral. *Bolema*, Rio Claro, v. 25, p. 213-250, 2011.

GITAHY, Raquel Rosan Christino; MATOS, Maureen Lessa. A evolução dos direitos da mulher. *Colloquium Humanarum*, v. 4, n. 1, p. 74-90, 2007.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Org.). *Corpo, gênero e sexualidade – um debate contemporâneo na educação*. 9. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013, p.?.

GOLDENBERG, Miriam. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

GRAHAM, Richard. *Patronage and politics in Nineteenth-Century Brazil*. 1. ed. Stanford: Stanford University Press, 1990.

- GROSSI, Miriam Pillar. Identidade de gênero e sexualidade. *Antropologia em 1º mão*, Florianópolis, UFSC/PPGAS, 1998.
- GUARDIA, Sara Beatriz. História de las mujeres: un derecho conquistado. In: GUARDIA, Sara Beatriz (Org.). *La escritua da história de las mujeres em la América Latina: el retorno de las diosas*. 1. ed. Lima: CEMHAL, 2005, p.?.
- GUIMARÃES, Katia; MERCHÁN-HAMANN, Edgar. Comercializando fantasias: a representação social da prostituição, dilemas da profissão e a construção da cidadania. *Revista Estudos Feministas*, v. 13, p. 525-544, 2005.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.
- JARDIM, Silvia Regina Marques. Gênero e educação: dialogando com mulheres rurais. *Colóquio do Museu Pedagógico-ISSN 2175-5493*, v. 11, n. 1, p. 2275-2290, 2015.
- JESUS, Aline Serra de; BATALHA, Tyciana Vasconcelos; ASSIS, Waleria Lindoso Dantas. Educação Infantil: o cenário do surgimento das creches. In: MELO, José Carlos de; GUTERRES, Ione da Silva; OLIVEIRA, Josélia de Jesus de Araújo Braga Oliveira (Orgs.). *Integrando saberes e fazeres na Educação Básica*. Guarujá/SP: Editora Científica Digital, 2022, p. 31-40.
- LEÃO, Rayane. *Jamais peço desculpas por me derramar: poemas de temporal e mansidão*. 1. ed. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.
- LEÃO, Rayane. *Tudo nela brilha e queima: poemas de luta e amor*. 15. ed. São Paulo: Planeta do Brasil, 2017.
- LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. 1. ed. São Paulo: Cultrix, 2019.
- LOURO, Guacira Lopes. Currículo, gênero e sexualidade – O “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). *Corpo, gênero e sexualidade – um debate contemporâneo na educação*. 9. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013.
- LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. *Pro-Posições*, v. 19, n. 2, p. 17-23, 2008.
- LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 16. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014.
- LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado – pedagogias da sexualidade*. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021, p. 7-42.
- LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Elisa Dalmaso Afonso. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. 2. ed. São Paulo: EPU, 2012.
- MACHADO, Maria Christina Russi da Matta. Aspecto do fenômeno do cangaço no Nordeste Brasileiro. *Revista de História*, v. 47, n. 95, p. 177-212, 1973.
- MAIA, Ana Claudia Bortolozzi; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Educação Sexual: princípios para a ação. *Doxa*, v. 15, n. 1, p. 75-84, 2011.

- MATOS, Júlia Silveira; SENNA, Adriana Kivanski de. História oral como fonte: problemas e métodos. *Historiae*. Rio Grande, v. 2, n. 1, p. 95-108, 2011.
- MATOS, Maria Izilda Santos; TRUZZI, Oswaldo; CONCEIÇÃO, Carla Fernandes. Mulheres imigrantes: presença e ocultamento (interiores de São Paulo, 1880-1930). *Revista Brasileira de Estudos de População*, n. 35, v. 3, p. 1-25, 2018.
- MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andrea. Trabalho: espaço feminino no mercado produtivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). *Nova história das mulheres no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2020. p. 126-147.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Canto de morte Kaiowá: história oral de vida*. São Paulo: Loyola, 1991.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. *História Oral, como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2017.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, Suely Ferreira; CRUZ NETO, Otávio; GOMES, Romeu. MINAYO, Maria Cecília de Souza (Orgs.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2001. p. 9-29.
- MIRANDA, Ariane Camila Tagliacolo; MAIO, Eliane Rose. Violência contra as mulheres: a construção social e cultural do gênero e sua reprodução na escola. In: Simpósio Internacional de Educação Sexual. 4., 2015, Maringá. *Anais eletrônicos [...]* Maringá: 2015. p. 1-15.
- MORAIS, Marcelo Bezerra de. *Peças de uma história: formação de professores de matemática na região de Mossoró (RN)*. 301f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista – UNESP, Rio Claro, 2012.
- MULHERES. Compositora: Doralyce Gonzaga e Silvia Duffrayer. Intérprete: Silvia Duffrayer. Letras de músicas. Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/silvia-duffrayer/mulheres-versao-part-doralyce>
- MULLER, Crisna Maria; BESING, Márcia. A trajetória histórica da mulher no Brasil: da submissão à cidadania. *Augustus*, v. 23, n. 45, p. 25-46, 2018.
- NASCIMENTO, Veronica Feitosa. *Patriarcado rural: permanência ou superação? Uma análise das relações familiares no povoado Brejo em Lagarto, Sergipe*. 2017. 62f. Monografia (Bacharel em Serviço Social) – Universidade Federal do Sergipe – UFS, São Cristóvão, 2017.
- NUNES, César Aparecido. Política, sexualidade e educação. *Paideia*. v. 3, n. 2, p. 4-17, 2012.
- OLIVEIRA JÚNIOR, Isaías Batista de; MAIO, Eliane Rose. “Não vai ser permitido a nenhum órgão do governo fazer propaganda de opções sexuais”: o discurso inaugural no “desagendamento” do Kit Gay no MEC. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 125-152, 2017.
- OMS. Organização Mundial da Saúde. *Prevenção e eliminação de abusos, desrespeito e maus-tratos durante o parto em instituições de saúde* - Declaração da OMS, 2014b.

- OMS. Organização Mundial da Saúde. *Relatório mundial sobre a prevenção da violência – Declaração da OMS*, 2014a.
- PARKER, Richard. *Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Best Seller, 1991.
- PASSOS, Júlia Rajão Liboni; FREITAS, Laura Maciel. “Não nos deixeis cair em tentação”: uma análise sobre religião e virgindade no Brasil. *Pensata: Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP*, v. 9, n. 2, 2020, p.?.
- PAULA, Larissa de Araújo Coutinho de. As margaridas seguem o caminho, do campo às ruas, das ruas ao campo: a mulher rural e sua trajetória de luta por reconhecimento e direitos. *Caderno Prudentino de Geografia*, v. 3, n. 41, p. 100-121, 2019.
- PAULILO, Maria Angela Silveira. A pesquisa qualitativa e a história de vida. *Revista de Serviço Social*. Londrina, v. 2, n. 2, p. 135-148, 1999.
- PEDRO, Joana Maria. O feminismo de “segunda onda”: corpo, prazer e trabalho. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). *Nova história das mulheres no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2020. p. 238-259.
- PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História (on-line)*, v. 24, n. 1, 2005.
- PEIXOTO, Aimê Fonseca; NOBRE, Barbara Paula Resende. A responsabilização da mulher vítima de estupro. *Revista Transgressões*, v. 3, n. 1, p. 227-239, 2015.
- PENTEADO, Paula Antonelli. Construção social da maternidade. *Revista Brasileira de Terapia Familiar*, v. 4, n. 1, p. 23-34, 2012.
- PEREZ, Lícia. Os desafios para o século XXI. *Mulher e Trabalho*, Porto Alegre: FEE, v.1, p. 51-53, 2001.
- PERROT, Michele. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. *Cadernos PAGU*. Campinas, n. 4, 1995, p.?.
- PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.
- PINHEIRO, Vandira Maria dos Santos. História recente da educação sexual na escola e da sexualidade no contexto da realidade brasileira. *DST Jornal Brasileiro de Doenças Sexualmente Transmissíveis*. v. 9, n. 1, p. 4-8, 1997.
- PINSKY, Carla Bassanezi. Imagens e representações 1: a era dos modelos rígidos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). *Nova história das mulheres no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2020. p. 469-512.
- PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. *Revista de Sociologia e Política*, v. 18, n. 36, p. 15-23, 2018.
- PORTELLI, Alessandro. *História oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.
- PRADO, Maria Ligia; FRANCO, Stella Scatena. Cultura e política: participação feminina no debate público brasileiro. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). *Nova história das mulheres no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2020. p. 194-217.

RAMALHO DINIZ, Bruna Larissa Ramalho. *Formação de Educadores Sexuais no curso de Ciências Biológicas da UEM: a concepção dos graduandos sobre a atuação do professor de Ciências e Biologia na Educação Sexual*. 2015. 115f. Dissertação (Mestrado em Educação para a Ciência e a Matemática) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.

RECENSEAMENTO de São Carlos de 1907. São Carlos, 1907 (manuscrito).

RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. Mulheres educadas na colônia. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FILHO, Luciano Mendes Faria; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). *500 anos de Educação no Brasil*. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. p. 79-94.

RIBEIRO, Marcos. *Metodologia do trabalho com crianças*. In: _____ (Org.). *O prazer e o pensar: orientação sexual para educadores e profissionais de saúde*. São Paulo: Gente: Cores – Centro de Orientação e Educação Sexual, 1999, p.167-174.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. A institucionalização dos saberes acerca da sexualidade humana e da educação sexual no Brasil. In: FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico (Org.). *Educação Sexual: múltiplos temas, compromissos comuns*. Londrina: UEL, 2009. p. 129-140.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. *Educação Sexual além da informação*. São Paulo: EPU, 1990.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal; MONTEIRO, Solange de Souza. Avanços e retrocessos da Educação Sexual no Brasil: apontamentos a partir da eleição presidencial de 2018. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*. Araraquara, v. 14, n. esp., 2, p. 1254-1264, jul. 2019.

RIBEIRO, Paulo. Rennes. Marçal. Os momentos históricos da educação sexual no Brasil. In: RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal (Org.). *Sexualidade e educação: aproximações necessárias*. São Paulo: Arte & Ciência, 2004. p. 15-25.

RINGENBERG, Rudiney. Baculovirus erinnyis para o Controle Biológico do Mandarová da Mandioca. In: XXXXX, *Tecnologias para a agricultura familiar*. Brasília: CGEE, 2014, p.?.

RISK, Eloah Nazaré Varjal de Melo; TERESO, Mauro José Andrade; ABRAHÃO, Roberto Funes. O perfil do boia-fria: uma abordagem socioantropológica. *Cadernos Ceru*, v. 21, n. 1, p. 113-128, 2010.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação sexual na escola. *Cadernos de Pesquisa*, n. 53, p. 11-19, 1985.

ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e a educação de mulheres. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). *Nova história das mulheres no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2020. p. 333-359.

ROWLING, Joanne Kathleen. *Harry Potter e a Câmara Secreta*. Rio de Janeiro: Rococo, 2000.

ROWLING, Joanne Kathleen. *Harry Potter e a Pedra Filosofal*. Rio de Janeiro: Rococo, 1997.

- SAFFIOTI, Heleieth. Violência de gênero no Brasil atual. *Estudos Feministas*, p. 443-461, 1994.
- SALLET, Carla Góes. Mãe...e agora? In: AUTOR/A? Como evitar uma nova gravidez? São Paulo Senac, 2003.
- SANTI, Tailine Audilia de; TOILLIER, Jean Sebastian. História das Mulheres: marcas de gênero e reflexões sobre a História Oral. *Anais Do ENAPHEM - Encontro Nacional De Pesquisa Em História Da Educação Matemática*. n. 5, p. 1-6, 2020.
- SANTOS, Marina Silveira Bonacazata; CARVALHO, Fabiana Aparecida. A política do Movimento Escola sem Partido e seus impactos nos conteúdos de ciências e biologia na Educação Básica. *ReBECEM*, v. 3, n. 3, p. 714-738, 2019.
- SANTOS, Marina Silveira Bonacazata; MIESSE, Maria Carolina. CARVALHO, Fabiana Aparecida; QUEIROZ, Leonardo Cordeiro de; SOUZA, Vânia de Fátima Matias de. Escola sem Partido e as discussões de gênero e sexualidade: impactos curriculares. *Linhas Críticas*, v. 27, p. e35543, 2021.
- SANTOS, Nivea Cristina Moreira. *Anatomia e fisiologia humana*. São Paulo: Saraiva, 2018.
- SANTOS, Tiago Mendes Rodrigues dos. “*Aqueles dias*” em dias de modess: o advento da “mulher espontânea” na expansão urbana do Brasil. 288 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2015.
- SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. *Cadernos Pagu*, n. 16, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2001, p.137-150.
- SCOTT, Ana Silvia. Família: o caleidoscópio dos arranjos familiares. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). *Nova história das mulheres no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2020. p. 15-42.
- SCOTT, Joan Wallach. *Gênero y História*. México: FCE, Universidad Autónoma de la Ciudad de México, 2008.
- SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-100, 1995.
- SEFFNER, Fernando. Atravessamentos de gênero, sexualidade e educação: tempos difíceis e novas arenas políticas. *Reunião Científica Regional da ANPED, Curitiba*, p. 1-17, 2016.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do Trabalho Científico*. 24. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016.
- SILVA, Cristiane Vanessa da. *Histórias de utilização de pílulas anticoncepcionais no Brasil na década de 1960*. 183f. Dissertação (mestrado em Ciências) – Fundação Oswaldo Cruz – Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira – Rio de Janeiro, 2017.

- SILVA, Taís Danielle Alcântara de Araújo. *Política educacional em tempos de ditadura: a educação moral e cívica e a repressão ideológica*, Sergipe. Monografia (Graduação em História) - Universidade Federal de Sergipe – UFS, São Cristóvão, 2017.
- SILVA, Tânia Maria Gomes da. Trajetória da historiografia das mulheres no Brasil. *Politeia*, v. 8, n. 1, p. 223-231, 2008.
- SOIHET, Rachel. Movimento de mulheres: a conquista do espaço público. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). *Nova história das mulheres no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2020. p. 218-237.
- SOUZA, Renata Floriano de. Cultura do estupro: prática e incitação à violência sexual contra mulheres. *Revista Estudos Feministas*, v. 25, p. 9-29, 2017.
- SOUZA, Andressa da Silva; FRANCA, Kamilla Matos Cardoso; DEUS, Yasmim Ellen Rodrigues de. Maternidade compulsória: implicações na vida da mulher contemporânea. *Anais eletrônicos CIC*, v. 17, n. 1, 2019.
- SOUZA, Eros de; BALDWIN, John R.; ROSA, Francisco Heitor da. A construção social dos papéis sexuais femininos. *Psicologia, reflexão e crítica*, v. 13, n. 3, p. 485-496, 2000.
- SOUZA, Leandro Corsico; DINIS, Nilson Fernandes. Discursos sobre homossexualidade e gênero na formação docente em biologia. *Pro-Posições*, v. 21, p. 119-134, 2010.
- STEARNS, Peter. *História da sexualidade*. São Paulo: Contexto, 2010.
- SUPLICY, Marta. et al. *Guia de orientação sexual: diretrizes e metodologia*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.
- TAVARES, Rebeca Reichmann. Igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres. In: *ONU Mulheres: O progresso das mulheres no Brasil: 2003-2010*. Rio de Janeiro: CEPIA, 2011. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wpcontent/themes/vibecom_onu/pdfs/progresso.pdf> Acesso em 18 de outubro de 2022.
- TEDESCHI, Losandro Antonio. *Alguns apontamentos sobre história oral, gênero e história das mulheres*. Dourados/MS: UFGD, 2014.
- TEDESCHI, Losandro Antonio. Os lugares da história oral e da memória nos estudos de gênero. *Revista OPSIS*. Dourados, v. 15, n. 2, p. 330-43, 2015.
- THOMÉ, Vanda Corrêa; MAZZEI, Vanessa Santa Rosa; SILVA, Cláudia Márcia Andrade da; TOTTI, Maria Eugênia. Educação e Sexualidade na escola: desafios, avanços, retrocessos, re-emergência e o “novo normal”. *Revista de Extensão UENF*, v. 5, n. 2, p. 14-40, 2020.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- TRINDADE, Wânia. Ribeiro; FERREIRA, Márcia de Assunção. Sexualidade feminina: questões do cotidiano das mulheres. *Texto Contexto Enferm*, v. 17, n. 3, p. 417- 426, 2008.
- WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado – pedagogias da sexualidade*. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021, p. 7-42.
- WEREBE, Maria José. *Educação Sexual na escola*. Lisboa: Moraes Editores, 1977.

WEREBE, Maria José. Educação Sexual: instrumento de democratização onde mais repressão? *Cadernos de Pesquisa*, n. 36, p. 99-110, 1981.

ZANARDO, Gabriela Lemos de Pinho. URIBE, Magaly Calderón. NADAL, Ana Hertzog Ramos de. HABIGZANG, Luíza Fernanda. Violência obstétrica no Brasil: uma revisão narrativa. *Psicologia & sociedade*, v. 29, 2017.

Apêndices

Apêndice 1: Roteiro da entrevista

1. *Faça uma apresentação.*
 - *Qual o seu nome?*
 - *Qual sua idade?*
 - *Quando e onde nasceu?*
 - *Como era sua relação com os seus pais, irmãos, tios e avós?*
 - *Em que local você foi criada?*
 - *Você trabalhava no campo? O que exatamente você fazia?*
2. *Quando criança, você certamente se perguntava de onde vinham os bebês. Então, pode me dizer algumas teorias que você criou para explicar este evento? Fale também das explicações que os adultos te davam (se davam) sobre esta questão.*
3. *Você se lembra da sua primeira menstruação?*
 - *Como você se sentiu?*
 - *Teve alguma orientação a esse respeito?*
 - *Quem a orientou?*
4. *Como foi para você encarar as mudanças do corpo na passagem da infância para a adolescência?*
5. *Fala sobre o seu/seus namoro/s.*
6. *Você costumava conversar com alguém a respeito de sexo?*
 - *Quando foi sua primeira vez?*
 - *Como foi?*
7. *Quando iniciou sua vida sexual, já sabia de onde vinham os bebês?*
 - *Você tinha conhecimento sobre a gravidez?*
 - *Você tinha conhecimento sobre o parto?*
8. *Como foi sua vida sexual durante o casamento?*
9. *Como é sua vida sexual atualmente?*
10. *O que mudou para você, da infância até o momento, com relação às questões do corpo e da sexualidade?*

Fonte: autoras

Apêndice 2: Termo de Consentimento Livre Esclarecido apresentado às depoentes e suas famílias



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

**“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PARA A CIÊNCIA**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezada Senhora, você está sendo convidada a participar da pesquisa “Narrativas sobre a Educação Sexual de mulheres criadas no Campo e a construção de representações sobre a Biologia dos corpos e sobre a sexualidade”. O objetivo da pesquisa é investigar a Educação Sexual de mulheres criadas no campo/zona rural, que tiveram pouco ou nenhum acesso à escola, bem como discutir as representações sobre a biologia do corpo, gênero e sexualidade construídas por elas a partir de suas crenças e vivências.

Sua participação nesta pesquisa é de grande importância e, para tanto, a pesquisadora irá entrevistá-la, a partir de um roteiro pré-estabelecido, a respeito das suas vivências na infância, adolescência e fase adulta, buscando identificar em suas narrativas a Educação Sexual recebida, bem como suas representações sobre a Biologia do corpo e sexualidade.

As entrevistas serão gravadas com dispositivos de gravação de áudio/vídeo e, por isso, gostaríamos de esclarecer que sua participação é totalmente voluntária, podendo a senhora: recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento, sem que isso acarrete qualquer ônus ou prejuízo a sua pessoa. Também lhe asseguramos o direito de recusar responder as questões da entrevista caso isso lhe cause constrangimento de qualquer natureza. Esclarecemos ainda que suas informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar sua identidade.

A senhora não pagará e nem será remunerada por sua participação. Todavia, terá assegurado o direito a ressarcimento ou indenização no caso de quaisquer danos eventualmente produzidos pela pesquisa.

Garantimos também o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, bem como tudo o que você queira saber antes, durante e depois da sua participação. Além disso, todos os cuidados sanitários devido à pandemia do novo Corona Vírus serão tomados, tais como: uso de máscaras durante a entrevista, distanciamento físico e uso de álcool em gel.

Quanto aos riscos, estes podem ser: possibilidade de cansaço ou aborrecimento ao responder a entrevista, bem como desconforto e vergonha e quebra de sigilo não intencional. Caso isso aconteça, você pode interromper imediatamente sua participação na pesquisa, sem que isso lhe traga qualquer dano ou prejuízo. Com relação à quebra de sigilo não intencional, no tratamento dos dados, seu nome será substituído por nomes fictícios, de modo a preservar sua identidade.

Entre os benefícios esperados está o fato de que esta pesquisa dará voz a

mulheres que foram silenciadas durante grande parte de suas vidas e contribuirá para as discussões sobre a importância do conhecimento científico e da Educação Sexual para o entendimento das questões do corpo e da sexualidade, além de aproximar e entrelaçar a pesquisa científica ao conhecimento popular.

Durante todo o período da pesquisa você poderá tirar suas dúvidas contatando Bruna Ramalho Larissa Diniz, Rua Bem-te-vi cinza, 187 – Jardim Dona Martinha, Arapongas-PR. Telefone: (43) 99923-4345. E-mail: bruna.diniz@unesp.br.

Este documento será assinado, rubricado e impresso em duas vias, sendo que uma ficará com você e a outra com o pesquisador responsável.

No caso da participante não puder assinar, ela pode designar alguém de sua confiança para que o faça, podendo esta pessoa estar presente em todos os momentos da entrevista.

Após ter sido esclarecida sobre a pesquisa, li e concordo em participar.

Bauru, _____ de _____ de 2021.

Assinatura do(a) Participante da Pesquisa

Bruna Larissa Ramalho Diniz/Pesquisadora Responsável

Apêndice 3: Modelo da Carta de Cessão apresentado às idosas

CARTA DE CESSÃO

(cidade), (dia), (mês), (ano).

Eu, (*nome completo*) de Registro Geral de Identidade número (*RG*), (*profissão*), brasileiro(a), residente à (*endereço completo*) na cidade de (*município*), estado de _____, declaro para os devidos fins que **CEDO O DIREITO DE USO E DIVULGAÇÃO** da minha imagem e som, capturados nas dependências da (*local*), no dia ____ de _____ de 2021, em entrevista a pesquisadora: Bruna Larissa Ramalho Diniz. Declaro ainda que tive acesso à transcrição e textualização desta entrevista, assim legitimando-a, **bem como os materiais advindos desta entrevista**, ao **Programa de Pós-graduação em Educação para a Ciência**, na pessoa do(a) senhora Bruna Larissa Ramalho Diniz, portador do Registro Geral de Identidade número 9.195.397-8, autorizando-a a divulgá-las amplamente em mídias digitais ou analógicas e em páginas de internet ou outros meios.

Assinatura

Fonte: autoras